

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
DOUTORADO ACADÊMICO

MULHERES PESCADORAS: OS SIGNIFICADOS DO
TRABALHO DE PESCA DO CAMARÃO NA COMUNIDADE
DA SALVAÇÃO – ALENQUER – PA

CHRISTIANE PEREIRA RODRIGUES

Manaus – Amazonas
Julho – 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
DOUTORADO ACADÊMICO

MULHERES PESCADORAS: OS SIGNIFICADOS DO
TRABALHO DE PESCA DO CAMARÃO NA COMUNIDADE
DA SALVAÇÃO – ALENQUER – PA

Orientadora: Profa. Dra. Elenise Faria Scherer

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Dinâmicas Socioambientais.

Manaus – Amazonas
Julho - 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R696m	Rodrigues, Christiane Pereira Mulheres Pescadoras: os Significados do Trabalho de Pesca do Camarão na Comunidade da Salvação – Alenquer – PA / Christiane Pereira Rodrigues. 2018 212 f.: il. color; 31 cm. Orientador: Profa. Dra. Elenise Faria Scherer Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 1. Trabalho. 2. Pescadoras de Camarão. 3. Significado. 4. Memória. 5. Cotidiano. I. Scherer, Profa. Dra. Elenise Faria II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	--

CHRISTIANE PEREIRA RODRIGUES

**MULHERES PESCADORAS: OS SIGNIFICADOS DO
TRABALHO DE PESCA DO CAMARÃO NA COMUNIDADE
DA SALVAÇÃO – ALENQUER – PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Dinâmicas Socioambientais.

Aprovada em 28 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Presidente

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer – PPGCASA-UFAM

Titulares

Profa. Dra. Isaura Rodrigues Nascimento -PPGSP-UEA

Profa. Dr. Neliton Marques da Silva- PPGCASA-UFAM

Profa. Dra. Maria Olivia de A. Ribeiro Simão – PPGCASA-UFAM

Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho- UNIFOPA

Profa. Dra. Maria Angélica de Almeida Corrêa-UFAM

À minha preciosa família.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é um percurso impossível de se realizar sozinho. Precisamos de ajuda material e imaterial para superar momentos de profundo desespero. Não é fácil, mas graças aos incondicionais apoios conseguimos enfrentar essa jornada tão árdua. Porém não é só de espinhos que essa trilha é construída, pois conhecemos pessoas e lugares que foram essenciais para a construção do nosso conhecimento.

O meu primeiro agradecimento é ao meu Deus celestial: sem Ele, não teria chegado até aqui.

Agradeço à minha mãe Maria Zilma Pereira Rodrigues e ao meu pai Benedito dos Santos Rodrigues por terem me criado da melhor forma possível, ofertando-me muito amor e, é claro, sabendo dosar nas horas certas os castigos e puxões de orelha quando eu precisei para eu me tornar a mulher que sou. Agradeço aos meus manos queridos, Richarde, Andressa e Adriana, que nunca mediram esforços para estar ao meu lado, deslocando-se do Tapajós ao Amazonas.

Agradeço ao meu esposo, Felipe, e ao meu enteado, Felipinho, pelo carinho e incentivo.

Meus agradecimentos aos moradores da comunidade da Salvação que aceitaram participar de minha pesquisa de campo. Agradeço em especial ao seu Juca e à dona Maria e toda a sua família pela receptividade em seu lar. Agradeço às pescadoras Maria, Alcirene, Edenilda, Glaucirene, Izoneide, Antônia, Tania, Maria Lindalva, Maria Janilde, Edilene, Leidiane, Domingas, Jocinéia, Izabel, Maria Sebastiana por terem compartilhado suas histórias de vida.

Agradecimento especial à minha orientadora, Professora Doutora Elenise Faria Scherer, pela paciência e pelas suas valiosas contribuições para a concretização desta tese. Agradeço imensuravelmente por ter acreditado em mim, no momento em que nem eu mais acreditava. Caminhou junto comigo, sempre me guiando e apoiando nas horas mais difíceis. Muito obrigada, minha orientadora!!!!

À amiga Léo, minha amiga irmã, pelas conversas ao telefone e a frase que sempre repetia: “No fim tudo dá certo, paciência!”. À minha amiga Raquel Maciel, que nunca mediu esforços para me ajudar com as fotografias e tudo o mais que fosse necessário, mesmo estando cheia de obrigações.

À minha amiga de luta Antônia Mara Diógenes, que com toda a sua paciência e competência soube direcionar caminhos preciosos para a construção desta tese.

Meu muito obrigada ao PPG/CASA, ao coordenador do programa o professor Dr. Henrique dos Santos Pereira, aos meus amigos Jurandir e Geise, amigos conquistados na turma de doutorado do PPGCASA/2014, que sempre estiveram ao meu lado.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM pela concessão de uma bolsa de estudos, benefício fundamental para concluir meu trabalho. Meus agradecimentos também ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas por ter-me concedido licença de quatro anos para eu que pudesse estudar. Agradeço as professoras titulares de minha banca de qualificação (Prof. Dra. Therezinha Fraxe, Prof. Dra. Maria Inês Higuchi, Prof. Dra. Kátia Schweickardt, Prof. Dra. Izaura Rodrigues) pelas preciosas indicações bibliográficas. Por fim, não posso deixar de agradecer a todos os professores do PPGCASA que fizeram parte dessa caminhada: Sandra Noda, Hiroshi Noda, Terezinha Fraxe, Wilma Araújo, Guilherme Marchand, Katia Helena, Henrique Pereira, Elenise. Meu muito obrigada pelos ensinamentos.

Ser capaz, como um rio que leva sozinho a canoa que se cansa, de servir de caminho para a esperança. E de lavar do límpido a mágoa da mancha, como o rio que leva, e lava. (...) Se tempo é de descer, reter o dom da força sem deixar de seguir. E até mesmo sumir, para, subterrâneo, aprender a voltar e cumprir, no seu curso, o ofício de amar. (...) Mudar em movimento, mas sem deixar de ser o mesmo ser que muda. Como um rio.

Thiago de Mello

RESUMO

A pesca do camarão *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) ocorrida na comunidade da Salvação no município de Alenquer, estado do Pará, no Baixo Amazonas é protagonizada por mulheres. Essa pesca é dotada de significações cotidianamente modificadas, sendo a principal fonte de renda para as famílias dessas pescadoras. As mulheres das várzeas são pluriativas, realizam atividades na terra e na água para garantia da sobrevivência de suas famílias, assim como em outras comunidades rurais na Amazônia. Dentre as atividades desenvolvidas por elas para a garantia de renda estão a criação de galinhas, o cultivo de hortaliças e a plantação de ciclos curtos. A pesca do camarão no contexto amazônico pode ser compreendida como uma estratégia adaptativa que levou as mulheres à exploração do ambiente como uma forma de sobrevivência. Por meio do trabalho de pesca as pescadoras têm contato direto com ambiente em que vivem e, assim, são responsáveis por modificações ambientais cotidianamente. Em relação às pescadoras de camarão, chegamos conclusão de que a denominada invisibilidade, ocorre de duas formas: uma ocorre por parte de quem as olha de fora, seja o Estado, seja a ordem acadêmica, seja a própria população, que não percebe a pesca do camarão como um trabalho que demanda tempo das mulheres e é movido por significações; outra é a invisibilidade estratégica, que nasce na própria comunidade como modo de continuar realizando o trabalho de pesca informalmente. O trabalho das mulheres pescadoras de camarão não é reconhecido pelas políticas públicas, isso somente reforça a invisibilidade do trabalho e a insustentabilidade da pesca. Nossa metodologia utilizou a abordagem qualitativa com o enfoque na Etnometodologia. Embasamo-nos nos estudos de Alencar (2011; 2013), Diógenes (2014), Gerber (2015), Lima (2014), Maneschy (1995), Simonian (2003) e Scherer (2015; 2009; 2012). A pesquisa de campo, realizada nos anos de 2016 e 2017, que envolveu observação, narrativas autobiográficas, entrevistas e, quando permitido, registros fotográficos e gravações de áudio, consentiu-nos trazer para a discussão acadêmica questões de gênero na pesca, contidas na temática da mulher amazônica, e, principalmente, os significados do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho; Pescadoras de Camarão; Significado; Memória; Cotidiano.

ABSTRACT

Fishing for shrimp *Macrobrachium amazonicum* (Heller .1862) occurred in the community of salvation in the Alenquer city, Pará State, in the Amazon is Bass played by women. This fishing has changed daily, with meanings the main source of income for the families of these fishers. Women of the floodplains are pluriactives; carry out activities on land and in the water to ensure the survival of their families, as well as in other rural communities in the Amazon. Among the activities carried out by them to the income guarantee are raising chickens, growing vegetables and planting of short cycles. Fishing for shrimp in the Amazonian context can understood as an adaptive strategy that led women to exploitation of the environment as a way of survival. Through the work of the fishing, fishers have direct contact with the environment in which they live and, thus, are responsible for environmental changes daily. In relation to the fishers of shrimp, we reached conclusion that the so-called invisibility, occurs in two ways: a occurs on the part of those who look outside, the State, is the academic order, but their population, you don't notice the shrimp fishing as a work that demands time of women and is moved by meanings. Another is the strategic invisibility, which rises in own community as a way to continue performing fishing work informally. Our methodology used the qualitative approach with the focus on Ethnomethodology. We base ourselves in studies of Alencar (2011; 2013), Diógenes (2014), Gerber (2015), Lima (2014), Maneschy (1995), Simonian (2003) e Scherer (2015; 2009; 2012). Field research, held in 2016 and 2017, which involved observation, autobiographical narratives, interviews and, when permitted, photographic records and audio recordings, consented to bring us to the academic discussion on gender issues in fishing, contained in the Amazon woman, and, especially, the meanings of work.

Key words: Work; Shrimp fisherwomen. Meaning. Memoirs. Everyday life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Alenquer	34
Figura 2 – Sub-bacias do rio Amazonas, com detalhe para a cidade de Alenquer e seus principais corpos hídricos.....	34
Figura 3 – Patrimônio natural Cidade dos Deuses, município de Alenquer, PA (2017).....	37
Figura 4 – Cachoeira Vale do Paraíso: Alenquer, PA.....	38
Figura 5 - Localidades onde ocorre a pesca do camarão no Baixo Amazonas.	41
Figura 6 – Apetrecho de pesca utilizado em Parintins (AM) para a captura de camarão	44
Figura 7 – Apetrecho de pesca utilizado em Alenquer (PA) para a captura de camarão	44
Figura 8 – Apetrecho de pesca utilizado em Porto de Moz (PA) para a captura de camarão	45
Figura 9 – Localização da comunidade da Salvação, Alenquer, PA.....	51
Figura 10 – Casa da família Brito “Casa da Salvação” – Comunidade da Salvação, Alenquer, PA.....	58
Figura 11 – Certidão de Nascimento com a denominação da localidade: A. JURUPARY-PUCU e B. Salvação	59
Figura 12 –Igrejas existentes na comunidade Salvação: A. Igreja Católica e B. Igreja evangélica Assembleia de Deus.	59
Figura 13 – Prédio da atual escola Ramiro Brito, na comunidade da Salvação	62
Figura 14 – Barracão dos associados da Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-28 – Comunidade da Salvação	63
Figura 15 – Interior das casas das pescadoras – Comunidade da Salvação, Alenquer, PA. A. Varanda; B. Quarto; C. Cozinha; D. Sala.	65
Figura 16 – Fachada das casas das pescadoras – Comunidade da Salvação, Alenquer, PA. A. Casa sem pintura, com uma porta e janela na frente; B. Casa sem pintura, com varanda lateral; C. Casa sem pintura, com duas janelas; D. Casa com pintura e duas janelas na frente; E. Casa com uma janela e varanda lateral; F. Casa com pintura, com janela e porta na frente.	66
Figura 17 – Casa no período da seca e enchente – Comunidade da Salvação, Alenquer, PA. A. Casa no período da seca, em novembro de 2016; B. Casa no período da cheia, em junho de 2016.....	67
Figura 18 – Trabalhos das mulheres na comunidade da Salvação. A. Limpeza do pescado; B. Fazendo crochê; C. Ensacamento do camarão para a venda; D. Alimentando os animais.....	70
Figura 19 – Interior das embarcações utilizadas pelas mulheres	73
Figura 20 – Trabalho das mulheres na comunidade da Salvação: lavando roupa.....	75
Figura 21 – Mulheres da Salvação em momento de lazer: tomando banho de rio.....	76
Figura 22 – A primeira pescadora de camarão da comunidade da Salvação: Januária da Silva Pinto, “dona Jинуca”	85
Figura 23 – Etapas do trabalho de pesca realizado pelos filhos e filhas das pescadoras. A. Criança pilotando embarcação; B. Criança pescando camarão; C. Criança vendendo camarão; D. Criança realizando a batida de camarão.	87
Figura 24 – Arrastão para a pesca do camarão.....	88
Figura 25 – Matapi: apetrecho para a captura de camarão.....	89

Figura 26 – Apetrechos da pesca. A. Camaroeira confeccionada com sarrapilha; B. Camaroeira confeccionada com saco de batatas	89
Figura 27 – Isca para pesca do camarão: castanha-de-macaco (<i>Couroupita guianensis</i>)	90
Figura 28 – Instrumento para a pesca do camarão: facão	91
Figura 29 – Instrumento para a pesca do camarão: A. Lanterna do “pueiro”; B. Lanterna do “popeiro”	91
Figura 30 – Instrumento para a pesca do camarão Comunidade da Salvação. A. Cuia; B. Árvore-de-cuia ou cuieira (<i>Crescentia cujete</i>).	92
Figura 31 – Instrumento para a pesca do camarão: varejão	93
Figura 32 – Instrumento para a pesca do camarão: encerado.....	93
Figura 33 – Instrumento de produção: bacia de alumínio	94
Figura 34 – Representação esquemática das etapas e atividades de trabalho da mulher na pesca e beneficiamento do camarão na comunidade Salvação.	95
Figura 35 – Embarcação utilizada na pesca do camarão. A. Casco; B. Bajara	96
Figura 36 – Etapas da pesca de camarões. A. Posicionando a camaroeira para a captura do camarão; B. Afastando gramíneas para posicionar a camaroeira	99
Figura 37 – Escolha da isca para a pesca do camarão	99
Figura 38 – Lavagem do camarão com a saca de cebola	100
Figura 39 – Lavagem do camarão antes do cozimento	100
Figura 40 – Corte de lenha para o cozimento do camarão	101
Figura 41 – Cozimento do camarão.	101
Figura 42 – Seleção de camarão para a venda.....	102
Figura 43 – Processo de finalização da etapa de produção. A. Finalizando a batida do camarão; B. Camarão depois de batido. No lado esquerdo, os camarões depois de cozidos; no lado direito, camarões depois do processo da batida.....	103
Figura 44 – Estoque de camarão batido	117
Figura 45 – Mapa de localização e distâncias dos pontos de pesca	122
Figura 46 – Localização da venda de camarão.....	124
Figura 47 – Sacola de camarão para a venda – Alenquer, Pará.	126
Figura 48 – Venda de camarão de porta em porta – Alenquer/PA.....	128
Figura 49 – Atividades de comercialização do camarão. A. Venda de camarão na cidade de Alenquer/PA; B. Local de venda de camarão na cheia (maio 2017).....	129
Figura 50 – Localização Projeto de Assentamentos Salvação	136
Figura 51 – Planilha de cotação para a aquisição de produtos para o assentamento PAE Salvação...	143
Figura 52 – Planilha de cotação para a aquisição de produtos para o assentamento PAE Salvação...	144
Figura 53 – Carteira de associado da APASVI.....	147
Figura 54 – Maria Souza da Silva	152
Figura 55 – Alcirene Pinto Monteiro, “Cira”	155
Figura 56 – Edenilda Bentes Guimarães, “Cuxita”	159

Figura 57 – Glaucirene Monteiro da Silva, “Glauce”	162
Figura 58 – Izoneide Cardoso Pinto	164
Figura 59 – Antônia Bentes Guimarães	167
Figura 60 – Tania Viana Bentes	169
Figura 61 – Maria Lindalva Viana	171
Figura 62 – Maria Janilde, “Maroca”	172
Figura 63 – Edilene Bentes da Silva	174
Figura 64 – Leidiane da Silva Rego	175
Figura 65 – Domingas da Silva Pinto.....	177
Figura 66 – Jocinéia Almeida Rocha, “Néia”	179
Figura 67 – Izabel Bentes Guimarães, “Bela”.....	183
Figura 68 – Maria Sebastiana Pinto, 74 anos	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de agosto/2016 – Pescadora Alcirene.....	131
Tabela 2 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de agosto/2016 – Pescadora Glaucirene	131
Tabela 3 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de Setembro /2016 – Pescadora Alcirene.....	132
Tabela 4 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de setembro /2016 – Pescadora Glaucirene	132
Tabela 5 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de outubro /2016 – Pescadora Alcirene.....	133
Tabela 6 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de outubro /2016 – Pescadora Glaucirene	133
Tabela 7 – Tabela geral de faturamento da venda de camarão e produtos agrícolas	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de localidades de Alenquer, PA	39
Quadro 2 – Doenças e formas de combatê-las na comunidade da Salvação.....	110
Quadro 3 – Quantitativo e local de pesca.....	121
Quadro 4 – Modalidades de projeto criados pelo INCRA atualmente	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APASVI – Associação do Projeto de Assentamento PAE Salvação
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CUT – Central Única dos trabalhadores
- DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
- GPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de colonização e reforma agrária
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MONAPE – Movimento Nacional de Pescadores
- MOPEPA – Movimento de Pescadores do Oeste Pará e do Baixo Amazonas
- MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
- MS – Ministério da Saúde
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PA – Pará
- PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista
- PSDPA – Política do Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal
- RENAS – Relações do Homem com o seu Meio Ambiente
- SINDPESCA – Sindicato da Pesca
- SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
- SUS – Sistema Único de Saúde
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	22
2.1	Abordagem: o Caminho Teórico-metodológico	22
1.1	A Etnometodologia como Teoria Social: Contextualização e Compreensão	24
1.2	Os Sujeitos da Pesquisa	25
1.3	Pesquisa de Campo	26
3	UMA PARTE DA HISTÓRIA	32
3.1	O Baixo Amazonas	32
3.2	Município de Alenquer	33
3.3	A pesca do camarão no Baixo Amazonas: uma tradição invisibilizada	40
3.4	A invisibilidade das mulheres no Baixo Amazonas	47
3.5	Comunidade da Salvação	51
3.6	De Jurupary-Pucu a Salvação: o percurso histórico da comunidade	54
4	A PESCA E AS PESCADORAS: O TRABALHO DA PESCA DO CAMARÃO	69
4.1	As pescadoras da Comunidade da Salvação: ser mulher em uma comunidade de várzea	69
4.2	Os múltiplos significados do trabalho de pesca	78
4.3	A pesca do camarão e seu processo histórico na Comunidade da Salvação	83
4.4	Os instrumentos de trabalho da pesca do camarão	88
4.5	Etapas do trabalho da pesca do camarão	95
4.6	Meu corpo fala: gênero e saúde	103
5	TERRITÓRIOS E AMBIENTE: SABERES DO TRABALHO DA PESCA DO CAMARÃO	113
5.1	Os lugares onde busco meu sustento: os rios, lagos e furos	113
5.2	A comercialização: “o lugar onde vendo o camarão”	124
5.3	Conflitos e preocupações: a várzea agora é assentamento? O projeto de assentamento agroextrativista	135
6	MEMÓRIAS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DAS PESCADORAS – SIGNIFICADOS E SIGNIFICÂNCIAS DO TRABALHO DE PESCA	149
6.1	Agora são elas que falam...	151

6.1.1	Maria Souza da Silva	151
6.1.2	Alcirene Pinto Monteiro	154
6.1.3	Edenilda Bentes Guimarães	158
6.1.4	Glaucirene Monteiro da Silva	161
6.1.5	Izoneide Cardoso Pinto	163
6.1.6	Antônia Bentes Guimarães	166
6.1.7	Tania Viana Bentes	168
6.1.8	Maria Lindalva Viana	170
6.1.9	Maria Janilde, “Maroca”	172
6.1.10	Edilene Bentes da Silva	173
6.1.11	Leidiane da Silva Rego	175
6.1.12	Domingas da Silva Pinto	176
6.1.13	Jocinéia Almeida Rocha	178
6.1.14	Izabel Bentes Guimarães, “Bela”	182
6.1.15	Maria Sebastiana Pinto	185
7	CONCLUSÃO	188
8	REFERÊNCIAS	193
9	APÊNDICES	203

1 INTRODUÇÃO

Silenciosas, as mulheres? – Mas elas são as únicas que escutamos, dirão alguns de nossos contemporâneos, que, com certa angústia, têm a impressão de sua irresistível ascensão e de sua fala invasora. “Elas, elas, elas, sempre elas, vorazes, tagarelas...”, mas não somente nos salões de chá, transbordando agora do privado para o público, do ensino para o pretório, dos conventos para a mídia e até mesmo, ó Cícero, Saint-Just e Jaurès, para o Parlamento. (PERROT, 2005, p. 9).

Início a escrita desta tese com as palavras da historiadora Perrot (2005)¹, reconhecida no meio acadêmico devido aos seus trabalhos sobre a história das mulheres, dando à luz uma realidade que ainda insiste em permanecer: *a invisibilidade histórica do trabalho da mulher*. A autora registrou o cotidiano de mulheres que sempre estiveram no anonimato da história, trazendo um novo olhar para a vida de mulheres na historiografia. Elas ganharam destaque e se tornaram sujeitos da história na obra de Perrot. Para esta autora, a historiografia das mulheres não mudou o lugar ou a condição em que elas se encontravam; no entanto, pôde permitir melhor compreensão, dando subsídios à formação de uma consciência e de um reconhecimento de si mesmas.

Honneth (2004) nos ensina que a invisibilidade não é uma categoria social, mas uma situação ou realidade da qual emerge o sentimento de “desprezo social” ao indivíduo, ocasionando valores negativos na individualidade e na coletividade. Os desprezos sofridos podem ser: a violência física, a exclusão jurídica e a desconsideração cultural. Quanto à violência física, esta representa a forma extrema de desprezo e provoca um desmoronamento psicológico dramático da confiança e do mundo afetivo da vítima. A exclusão jurídica provoca uma experiência de humilhação moral, uma vez que os direitos considerados essenciais são recusados à vítima. Quanto à desconsideração cultural, a vítima é julgada pelos seus valores sociais.

Ricoeur (2004) esclarece a invisibilidade como um fenômeno subjetivo que nasce da consciência do ato de “não perceber o outro” e tem a intersubjetividade como estrutura

¹ O percurso de Michelle Perrot na trilha da *História das Mulheres*, iniciou no ano de 1973, quando, doutora em História, docente na Paris VII - Denis Diderot, ministrou um curso chamado "As mulheres têm uma História?", no qual apresentava temas possíveis de pesquisa para os trabalhos de conclusão de curso dos/as estudantes. Esse curso e os trabalhos dele resultantes proporcionaram material para a publicação da coletânea *Une histoire de femmes, est-elle possible?* Publicado, na França, em 1984, pela Rivages. Tal percurso levaria Michelle Perrot a tornar-se conhecida internacionalmente por seu trabalho sobre história de mulheres. No Brasil, além dessa obra, publicada em 1984, Michelle Perrot teve vários trabalhos traduzidos e publicados em livros, coletâneas, capítulos de livros e artigos em revistas. Em 1988, por iniciativa de Maristela Bresciani – historiadora da Unicamp –, a Editora Paz e Terra publicou uma coletânea de artigos com o título *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Após essa obra, vários capítulos de livro e artigos de revistas, assinados pela autora, foram traduzidos no Brasil. As informações acima, foram extraídas da minibiografia da obra de Michelle Perrot intitulada: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

essencial. Para compreender o significado do comportamento social de *não perceber o outro*, é necessário conhecer as sedimentações da história. A invisibilidade pode correr devido à ausência de algum dos três tipos de reconhecimento: o reconhecimento afetivo, reconhecimento jurídico ou o reconhecimento social. O reconhecimento afetivo encontra-se nas relações eróticas, familiares e de amizade; a recusa deste reconhecimento provoca perda de autorrespeito. O reconhecimento jurídico encontra-se nos direitos civis (proteção do bem-estar), nos direitos políticos (participação na democracia) e nos direitos sociais (distribuição justa dos bens comuns²). O reconhecimento social refere-se à vida ética, logo as vítimas desta recusa de reconhecimento interiorizam imagens depreciativas de si próprias, pois recebem influências de valores distantes de sua realidade.

O trabalho de pesca artesanal realizado por mulheres na comunidade de Salvação no município de Alenquer no estado Pará no baixo Amazonas é considerado de pouco valor econômico, embora sejam formas de trabalho cada vez mais ampliadas nesse território. Esta prática cultural trouxe melhorias às condições de vida de muitas famílias moradoras naquela localidade. Contudo, persiste, ainda, formas de desvalorização do trabalho dessas mulheres pescadoras, contradizendo com o objetivo central da criação dos territórios de cidadania³, que pretendia valorizar as populações tradicionais da Amazônia.

O cotidiano das pescadoras artesanais do camarão *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) na comunidade de Salvação se desenvolve em face da sazonalidade das águas. Esse movimento do ciclo hidrológico pode ser considerado um indicador de quando e de que forma as mulheres devem trabalhar ou seja, capturar o camarão, uma prática cultural que se desenrola e faz parte da história do trabalho e do modo de vida de inúmeras famílias ali residentes. As mulheres dividem seu tempo entre o cuidado com o grupo e doméstico e casa, portanto, a vida reprodutiva e o trabalho de pesca do camarão como será descrito ao longo desta tese.

Algumas dessas trabalhadoras levam a produção (ou parte dela) para ser comercializado na feira do município de Alenquer. No geral, a produção é voltada ao consumo familiar e ao mercado local da comunidade, fato comum a praticamente em várias comunidades de

² “Os bens comuns são recursos coletivos compartilhados, administrados e autogerenciados pelas comunidades locais, que encarnam um sistema de relações sociais fundado na cooperação e na dependência recíproca” (RICOVERI, 2012, p. 28).

³ O Territórios da Cidadania foi uma estratégia para o desenvolvimento regional, implantada pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva, em 2008, objetivando a redução das desigualdades sociais e regionais e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisavam, objetivando levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania.

pescadores e pescadoras em diferentes regiões do Brasil (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1986).

Dados do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (2015)⁴ revelam que a atividade pesqueira no Brasil é dotada de três tipos distintos de pesca: amadora, artesanal e industrial. Os pescadores e pescadoras artesanais são responsáveis por 65% da produção pesqueira nacional, a qual representa mais de 500 mil toneladas por ano. De acordo com o governo federal, um em cada 200 brasileiros é pescador artesanal. A pesca é exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar ou individual. A pesca artesanal é, assim, uma das atividades de maior impacto social e econômico no Brasil, país que usufrui de grande extensão litorânea e de biodiversidade pesqueira em doze grandes bacias hidrográficas. Essas estatísticas, porém, tornam invisível as participações das mulheres nesse contexto pesqueiro, pois, não aparecem nos registros oficiais.

Desde a década de 70 a pesca do camarão faz parte do modo de vida das populações tradicionais do Baixo Amazonas quando ocorreu a chamada crise da produção juteira naquela região. As mulheres desde a essa época se destacaram na captura desses crustáceos para a manutenção e reprodução social das comunidades pesqueiras, utilizando diferentes recursos artesanais, em diversos ecossistemas, terrestres e aquáticos, contribuindo para gerar renda, agregando valor aos produtos e ampliando seus espaços na esfera econômica, política, cultural em sua comunidade. (DIOGENES E SCHERER, 2015).

De acordo com Manesch, Alencar e Nascimento (1995, p. 82), “rever, questionar e criticar o padrão de relações de gênero e o papel secundário das atribuições femininas é, portanto, tocar em visões de mundo e em atitudes muito arraigadas”. As autoras questionam a invisibilidade da pescadora na cadeia produtiva da pesca, considerando que as mulheres, geralmente, aprenderam a arte de pescar com suas mães e são elas as responsáveis por transmitir o conhecimento e a familiaridade com a atividade pesqueira às novas gerações, na medida em que necessitam levar os filhos, muitas vezes, para as suas atividades laborais, na ausência de creches nessas comunidades (MANESCHY et al., 1995, p. 86).

Essas pesquisadoras destacam que a pesca artesanal é praticada pelos povos secularmente, permitindo por gerações a sobrevivência das populações. Os povos indígenas, que tinham a pesca como uma das principais atividades de sobrevivência, vinculada a outras atividades extrativas. A presença das mulheres na produção pesqueira não é um fato exclusivo

⁴ Criado em 2003, na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, no ano de 2009 foi renomeado como Ministério da Pesca e Aquicultura, sendo incorporado em 2015 ao Ministério da Agricultura, em virtude de uma “reforma” da estrutura governamental.

no litoral e águas interiores brasileira, Maneschky (2010) destaca a invisibilidade e a ausência do reconhecimento do trabalho da mulher em diferentes contextos e nos mostra a presença dessas mulheres na produção pesqueira, em geral, conjuga a precariedade, ganhos insignificantes e exclusão de direitos sociais.

A partir da década de 1960, iniciou-se na Amazônia uma intensificação da pesca comercial, ocasionando comprometimento dos estoques ictiofaunísticos nos ambientes aquáticos, além de gerar lutas sociais pelo acesso a esses recursos (FRAXE et al., 2009). Esse período foi marcado pelo ingresso de grandes empresas do setor pesqueiro, com incentivos do Governo Federal, que se instalaram na Amazônia inserindo tecnologias como os apetrechos de pesca fabricados com linhas sintéticas (*nylon*) e introduzindo motores a *diesel* e embarcações equipadas com gelo, o que acarretou intensificação da pesca (JACAÚNA, 2009). Com a intensificação da pesca comercial, as configurações da pesca artesanal começaram a sofrer transformações.

A pesquisa sobre as mulheres pescadoras artesanais de camarão⁵ nos possibilitou a construção do conhecimento histórico, dando visibilidade ao trabalho de pesca realizado por elas, sem desconhecer o tempo presente nem as perspectivas futuras. Esta pesquisa tornou-se relevante por trazer à tona o debate sobre a temática mulheres no trabalho da pesca, dando visibilidade às pescadoras da comunidade da Salvação e assim possibilitando a gerando subsídios para (re) formulações de políticas públicas pesqueiras para a região amazônica, tendo em vista, como destacou Scherer (2015), os trabalhadores rurais na Amazônia foram excluídos dessas políticas públicas.

Os primeiros estudos sobre pesca artesanal no Brasil foram feitos por Gioconda Mussolini⁶, entre as décadas de 1940 e 1960, como mostrou Ciacchi (2007), porém não destacaram a presença do trabalho das mulheres nas unidades de produção. Na década de 90, Simone Maldonado realizou sua tese de doutorado intitulada *Mestres e mares*, sobre o universo pesqueiro marítimo, mas não evidenciou a importância da mulher para a organização do trabalho da pesca no mar. Em 1983, Diegues realizou trabalhos sobre o contexto pesqueiro e as transformações ocorridas na divisão social da produção, porém deixou uma lacuna sobre o papel da mulher e sua importância nesse processo.

⁵ Esta tese é fruto de pesquisa realizada nos anos de 2016 e 2017, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA). O estudo compõe o projeto de pesquisa *Vozes Ocultadas e Vozes Insurgentes: as mulheres pescadoras na Amazônia*, coordenado pela professora Dra. Elenise Scherer, com apoio do CNPq – Edital Ciências Humanas, 2015-2018. Contamos com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

⁶ Segundo Ciacchi (2007), Gioconda Mussolini não concluiu sua tese de doutoramento, que era fruto de uma pesquisa sobre estudos de pesca no Brasil. Porém isso não tira seu mérito de ser considerada a precursora de estudos sobre pesca no Brasil.

A autora Rose Gerber, em 1997, em sua dissertação intitulada *Estranhos e estrangeiros*, narra o trabalho das mulheres diretamente no descasque de camarão. Contudo, não analisou com profundidade, assim, descreveu as mulheres como esposas de pescadores, e não como trabalhadoras de pesca, fato que mereceu destaque em sua tese de doutoramento publicada em 2015 com o título *Mulheres e o mar*. Em sua tese, direcionou um olhar mais atento ao trabalho de mulheres atuantes na pesca no litoral de Santa Catarina, através de uma etnografia, que destacou questões sobre o corpo na pesca, as significações do trabalho de pesca para mulheres, e os problemas enfrentados no cotidiano pesqueiro, principalmente, os pertinentes as questões do não reconhecimento do trabalho, frente as políticas do Estado.

No que se refere as mulheres envolvidas na captura do camarão há existem poucos registros. No estado do Pará foi realizado um estudo por Ligia Simonian, numa comunidade de pescadoras de camarão, com o título *Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha Trambioca, Barcarena, Pará* (2003). Mostra a experiência de as mulheres pescadoras serem destaque na produção de camarão nessa ilha, participando de todo o processo de produção, beneficiamento e comercialização. Mostra que, apesar das crises ambiental e econômica globalizadas, as pescadoras propõem a criação de camarão como alternativa sustentável para garantir a sobrevivência. Entretanto, nesse processo organizativo, elas se deparam com problemáticas que estão além das suas possibilidades, como as necessidades de financiamento, capacitação e tecnologia, voltadas para a criação do crustáceo. A realização dessa pesquisa estimulou reflexões para o desenvolvimento de estratégias e ações que, futuramente, poderão possibilitar a consolidação, o fortalecimento e a visibilidade, trazendo melhorias de vida e formulações de políticas públicas para as essas mulheres.

Outro trabalho que merece destaque é a pesquisa intitulada *As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins*, por Antônia Mara Raposo Diógenes (2014), que mostra a participação das mulheres e suas atividades do ponto de vista tanto produtivo como reprodutivo, sua participação e todo o processo de pesca do camarão, salientando o processo do preparo da isca à captura do crustáceo à sua comercialização. No entanto, o estudo identifica o descomprometimento das políticas públicas pesqueiras, como o direito a Política do Seguro-Defeso do Pescador Artesanal (PSDPA), uma vez que o camarão não consta no rol das espécies a serem protegidas.

No ano de 2015, Scherer⁷destacou o trabalho da mulheres e a falta de reconhecimento amplia as desigualdades de gênero e diminui as oportunidades para a melhoria do trabalho de pesca. Apoiamo-nos no pressuposto do conceito de gênero segundo o qual este é uma construção social entre o masculino e o feminino, sendo uma categoria analítica e histórico presente nos estudos sobre mulher. De acordo com Saffioti (2004), o conceito de gênero não explicita, necessariamente, a desigualdade entre homens e mulheres, pois compreende também relações igualitárias. Scott (1995) destaca que as categorias raça, etnia e gênero são construções sociais, ou seja, são compreendidas hierarquicamente, expressando-se em posições sociais desiguais. Isso se faz refletir, conseqüentemente, no trabalho das mulheres, considerado como obrigação ou ajuda, desmerecendo-se, assim, a importância da mulher nas frentes de trabalho.

A pesquisa por nós desenvolvida com as pescadoras artesanais de camarão *M. amazonicum* na comunidade da Salvação, em Alenquer, destaca o protagonismo das mulheres na pesca. Tentamos resgatar essa tradição em constante transformação. As práticas pesqueiras realizadas pelas pescadoras que são importantes para a sustentabilidade, gerando saberes repassados cotidianamente de geração a geração, importantes para a manutenção da vida.

O objetivo geral desta tese foi compreender os significados do trabalho da pescadora artesanal de camarão, o modo de vida e a sociabilidade, a memória e o cotidiano na comunidade da Salvação, no município de Alenquer, Estado do Pará, Baixo Amazonas. O objetivos específicos foram: (1) caracterizar o processo de trabalho da pesca de camarão realizado pelas mulheres pescadoras da comunidade da Salvação; (2) descrever o modo de vida das mulheres pescadoras a partir do cotidiano na comunidade da Salvação, influenciado pelos eventos sazonais: cheia, seca, enchente e vazante; (3) identificar os territórios de pesca de camarão através dos saberes das mulheres pescadoras; (4) dar visibilidade às memórias das pescadoras de camarão da comunidade da Salvação; e (5) revelar os sentidos do corpo das mulheres pescadoras no cotidiano do trabalho da pesca.

⁷ Dentre as obras que merecem destaque estão Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento (2013) e Aqui estamos: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal (2015).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 Abordagem: o Caminho Teórico-metodológico

O método científico é o meio pelo qual se podem decifrar os fatos que não são transparentes, pois seu sentido objetivo tem que ser revelado pela ciência (GOHN, 1984, p. 4). A complexidade da pesquisa na Amazônia, em virtude de sua diversidade socioambiental, remete-nos a uma reflexão sobre a importância de realizar estudos sobre os saberes locais das populações tradicionais. Essas populações tradicionais, conforme definido por Diegues (1996), são descritas como grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem seu modo de vida de forma mais ou menos isolada e histórica e que se baseiam na cooperação social e nas relações próprias para com a natureza, desenvolvendo modos particulares e adaptados a nichos ecológicos específicos, noção que se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Conforme argumenta Gonçalves (2010, p. 9-10), existem várias Amazônias na Amazônia: “Há a Amazônia dos rios, há a Amazônia dos serrados e dos manguezais. Há uma Amazônia da mata e uma Amazônia desmatada. Há uma Amazônia do latifúndio e uma Amazônia do camponês que planta”.

Escolher uma abordagem metodológica para ser utilizada em todo o caminho é uma tarefa difícil. Existem infinitas maneiras de alcançar os objetivos propostos, porém decidir o percurso mais adequado ou, pelo menos, um que possa alcançar êxito frente ao objeto a ser estudado é, de fato, uma escolha fundamental.

Para Oliveira (2000), o exercício da pesquisa nas ciências sociais é marcado por três etapas essenciais: o *olhar*, o *ouvir*, e o *escrever*. Embora, inicialmente, esses atos cognitivos sejam tão semelhantes, podem ser questionados em si mesmos, assumindo um sentido todo particular, de natureza epistêmica, para a construção do saber.

Quando escolhemos como título “Mulheres pescadoras: os significados do trabalho de pesca do camarão na comunidade da Salvação – Alenquer – PA”, estamos a pensar sobre a importância de compreender os significados do trabalho de pesca para essas mulheres. Trataremos o “*olhar*”, o “*ouvir*” e o “*escrever*” de Oliveira (2000) como um compasso a ser seguido, etapas que não poderão ser ignoradas ao decorrer de todo o processo de investigação. Assim, o *olhar* – reaprender a olhar, desaprender – pode estar aberto a novas experiências (OLIVEIRA, 2000), receptivo ao novo, ao desconhecido, desprovido de preconceitos.

O *olhar*, em sentido restrito, pode ser, na maioria das vezes, a primeira experiência do pesquisador no processo investigativo. O *olhar* sobre o objeto na investigação empírica é previamente alterado pela própria maneira como aquela será visualizada. O *olhar* esteve presente no processo de conhecimento durante as visitas à comunidade e aos locais de venda, as quais realizei no período de um ano. Observei características do modo de vida das pescadoras, todo o processo de trabalho, as similitudes, as diferenças em relação umas às outras que, por ventura, presenciei do ambiente do qual fazem parte. Somente o *olhar*, porém, não foi suficiente.

Se o *olhar* possui significados para o pesquisador, *ouvir* também traz à tona muitas coisas encobertas. O *ouvir* fez perceber, ainda, uma ampla gama de *não-ditos* – por vezes, ensurdecedoras. Ouvi por meio de narrativas⁸ e entrevistas, levando em consideração o tempo e a disposição de cada entrevistado, respeitando seus momentos e buscando perceber as horas ideais para iniciar uma conversa. O *olhar*, aliado ao *ouvir*, informou uma série de circunstâncias imprevisíveis, que não estavam presentes no cotidiano.

O último momento foi o *escrever*, o ato de interpretar o que os olhos viram e os ouvidos escutaram. O pensamento manifestou-se em sua plena criatividade. Escrever foi a etapa seguinte à observação – “olhar” e “ouvir” –, cumprindo a mais alta função cognitiva. Em outros termos, envolve o processo de textualização dos fenômenos socioculturais observados “estando lá”, trazendo ao texto, para o plano do discurso (OLIVEIRA, 2000), os fatos observados (vistos e ouvidos). Portanto, depreende-se do exposto que o *olhar*, o *ouvir* e o *escrever* podem e devem ser questionados em si mesmos, embora em um primeiro momento possam ser pouco familiares e, por isso, tão triviais, a ponto de nos sentirmos dispensados de problematizá-los. Considerando, portanto, o processo de conhecimento em toda a sua complexidade, é quase impossível fazer pesquisa apenas observando. As conversas foram essenciais para dar sentido ao que estava sendo observado. “É preciso olhar, cheirar, tocar, observar, participar, viver a experiência com o máximo que o campo nos possibilitar e nos permitir” (GERBER, 2015, p. 39).

Escolhemos a abordagem qualitativa, pois esta tem como primordial a compreensão dos significados e das relações inseridas no universo do fenômeno da pesquisa. Buscamos compreender os sentidos das ações cotidianas, as vivências dos atores, concebendo as interações existentes entre os indivíduos inseridos na realidade dos lócus da pesquisa. A pesquisa

⁸ Certos autores preferem o termo, por ele dar conta dessa reflexividade assistida; outros optam simplesmente pelo termo biografia ou histórias de vida (TINOCO, 2004).

qualitativa considera o universo social e cultural dos participantes, assim como as interações existentes entre os atores sociais, buscando a compreensão e a interpretação da realidade; seu uso se fez mais adequado, pois nos permitiu enveredar pelo estudo da Etnometodologia, como teoria do social e da aproximação etnográfica, durante o tempo que estivemos em campo, quando observamos a vida cotidiana das mulheres pescadoras, suas relações nos processos de trabalho e de suas formas de sociabilidade. Durante o processo de observação o processo de trabalho da pesca do camarão, buscando estabelecer esse *olhar, ouvir e escrever* o mais próximo possível do que a realidade realmente é. E desvelar os significados do trabalho das pescadoras de camarão.

1.1 A Etnometodologia como Teoria Social: Contextualização e Compreensão

A Etnometodologia permite essa aproximação com o cotidiano das pescadoras para assim compreenderemos os saberes e fazeres mediados por elas no espaço de atuação. A Etnometodologia é um ramo das ciências sociais que busca estudar as *peças singulares* em suas ações cotidianas e os modos pelas quais elas, em interação, fazem sentido do mundo. Esta pesquisa possui caráter descritivo e interpretativo, a partir da implicação no contexto de pesca a fim de compreender as rotinas das pescadoras através de um olhar próximo, entender o processo de trabalho de pesca e como esses saberes são operacionalizados no cotidiano. Para isso, nosso ponto de partida está na imersão no campo, nas rotinas, no cotidiano das pescadoras. Harold Garfinkel, em fins dos anos de 1950, tinha intenção de romper com a sociologia funcionalista normativa de origem positivista. Em vez de impor sobre a realidade um quadro teórico abstrato elaborado pelo(a) cientista, o que importa para a Etnometodologia são os pontos de vista das pessoas, as maneiras como elas, coletivamente, produzem saberes sociológicos e teorias sociais na prática, isto é, os entendimentos dessas pessoas sobre o que seja a sociedade e como ela se manifesta na vida cotidiana, como mostra o trecho abaixo:

[...] Para a Etnometodologia, as regras e normas também **se expressam nas ações**, e, assim, fazem parte da natureza prática dessas ações (e das dos outros) e funcionam como um limite normativo para cada situação. Assim, **as regras são dispositivas de produção de sentido** e ao mesmo tempo expressão de limites normativos. Para a etnometodologia as pessoas não são governadas ou dominadas por regras. Ao contrário, elas são vistas como usuárias astutas de regras, e, assim, agindo colaborativamente e de modo competente e prático, elaboram as situações que **compõem o mundo de todos, a vida cotidiana**. (WATSON; GASTALDO, 2015, p. 5).

A Etnometodologia busca “compreender como os indivíduos veem, descrevem e propõem em conjunto uma definição da situação” (COULON, 1995, p. 20) A Etnometodologia

traduz-se na “ciência dos etnométodos” (COULON, 1995). Com esta compreensão, podemos perceber que os estudos da Etnometodologia consideram subjetiva a realidade vivida e interpretada pelos atores sociais. Ao conceber o campo empírico como espaço de construção da realidade, o pesquisador será capaz de interpretar as ações dos atores apropriando-se dos significados e compreendendo os sentidos de suas ações como características que formam o mundo social dos indivíduos de determinada comunidade.

A cultura é vista na Etnometodologia não apenas como ordem moral (valores, normas etc.), mas também (e fundamentalmente) como um “*corpus de conhecimento leigo, com alguns locais especiais e limitados para o saber dos especialistas, mas que tem suas raízes no conhecimento leigo*” (WATSON; GASTALDO, 2015, p. 24. Grifo nosso).

Esse *corpus* geral de conhecimento sobre a vida social é concebido como “senso comum” pelos próprios membros da sociedade. O que é considerado senso comum varia de uma sociedade para outra, e a Etnometodologia, à sua própria maneira, evidencia isto através dos sujeitos da pesquisa.

1.2 Os Sujeitos da Pesquisa

Na Etnometodologia, o ator social é dotado de saber cultural e capaz de utilizar esse saber em suas condutas localmente situadas. O ator social é um agente que emprega métodos de produção de sentido que estão no seu saber cultural-procedimental, e não em sua formação psicológica. Este modelo de ator é ativo e muito utilizado pela sociologia convencional. O ator social/membro de uma sociedade é visto pela Etnometodologia como alguém, *em primeiro lugar*, reconhecível por outros membros de igual maneira (WATSON; GASTALDO, 2015, p. 36).

Os sujeitos de nossa pesquisa foram 15 (quinze) trabalhadoras, pescadoras de camarão, da comunidade da Salvação, no município de Alenquer (PA), Baixo Amazonas, atendendo aos seguintes critérios: mulheres envolvidas no trabalho de pesca e comercialização direta do camarão, associadas e não associadas na Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-28, com disponibilidade para participação na pesquisa e moradoras da comunidade da Salvação. As 15 (quinze) participantes atendiam aos critérios. E assim foi possível a realização de narrativas autobiográficas, uma ponte entre o individual e o contexto social da comunidade.

O estudo das narrativas foi importante para o encontro do passado através da memória. Desse modo, essas narradoras, ao rememorarem suas lembranças da lida com a pesca do camarão, além de reconstruírem o passado da sociedade a que pertencem, mantiveram ainda viva uma cultura que sobrevive na transmissão oral e nas práticas cotidianas.

Sob essa perspectiva, autores como Halbwachs (2006) definem e discutem as relações entre memória coletiva, histórica e individual, o fenômeno da recordação e da localização das lembranças que não podem ser percebidas e analisadas se não forem levados em consideração os contextos sociais que servem de base para a reconstrução da memória. A lembrança necessita de uma comunidade afetiva, construída diariamente por meio do convívio social. A memória não é isolada, mas construída; torna-se consistente com lembranças de outros indivíduos que compõem o mesmo grupo no qual estamos inseridos, para reforçar, enfraquecer ou mesmo completar a nossa própria percepção dos acontecimentos.

1.3 Pesquisa de Campo

O trabalho de coleta de dados até então realizado teve a intenção de perscrutar a viabilidade do estudo para a elaboração de um projeto assentado em dados empíricos. Essa busca por vestígios que dessem forma e movimento aos estudos e às reflexões certamente ganhou mais consistência à luz da pesquisa de campo.

Em 27 de dezembro de 2015, foi realizada a primeira reunião com as pescadoras para a exposição da proposta, dos objetivos e das estratégias para a execução das atividades de campo. Com isso, pretendeu-se motivar o envolvimento e a autorização das mulheres pescadoras para a realização da pesquisa, fator fundamental para a sua efetivação, em acordo com as normas regimentares do Comitê de Ética.

As próximas idas ocorreram de dezembro de 2016 a dezembro 2017, para a coleta de dados, com a utilização de observação, filmagens e preenchimento das anotações do caderno de campo. Finalmente foram realizadas as entrevistas, privilegiando os relatos orais e a história de vida das mulheres pescadoras de camarão. A história de vida é uma tentativa de oferecer escuta e dar voz àquele cujo discurso foi calado ou teve pouca influência no discurso dominante. Por mais individual que seja uma história, ela é sempre, ainda, coletiva, mostrando também quão genérica é a trajetória do ser humano (SILVA et al., 2007).

As investigações no campo ocorreram a cada quinze dias, o restante do mês retornávamos para o município de Alenquer para o abastecimento de mantimentos (pilhas, comida, combustível, gelo) essenciais para o andamento da pesquisa e o acesso à internet, pois realizávamos relatórios mensais e as transcrições das entrevistas. As análises dos dados foram sendo construídas, à medida que voltávamos do campo. O município de Alenquer está a aproximadamente quarenta e dois quilômetros de distância da comunidade da Salvação em época de seca e acerca de dez quilômetros de distância no período da cheia.

Ao decorrer de todo o campo realizamos observações do cotidiano das pescadoras de camarão da Salvação, através de suas experiências diárias no trabalho da pesca, que foi observado nos lagos, nos rios e nos locais de venda. Acompanhamos as pescadoras nos locais de pesca nos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro do ano de 2016 e julho, agosto, setembro e outubro do ano 2017, considerados meses de safra do camarão na comunidade.

Utilizamos entrevistas pela necessidade de haver um foco maior sobre o assunto a ser abordado, deixamos as pescadoras à vontade em todo o processo de entrevista, para que pudessem expressar seus próprios termos (ALBUQUERQUE et al., 2010). A entrevista tem a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados (ANDRÉ, 2005). Assim, foi elaborado um roteiro de entrevista contendo perguntas com base nos objetivos.

Este roteiro de entrevista, em anexo no Apêndice 3, foi formado por perguntas sobre o trabalho e as condições deste, sociabilidade, comercialização e a questão ambiental. Durante as entrevistas, utilizamos o auxílio de um gravador para registrar o diálogo, sempre permitido por elas, deixando a conversa correr livre e sem preocupações. Em algumas ocasiões de entrevistas foi utilizada câmera filmadora, uma ferramenta valiosa para registrar dados do trabalho, do cotidiano e do modo de vida, permitindo acompanhar a prática em todos os seus detalhes e sutilezas. Utilizamos uma máquina fotográfica e uma filmadora. Esses instrumentos estiveram presentes nas conversas informais e formais, bem como foram empregados para os registros. A captura de imagens foi importante no processo de trabalho das pescadoras de camarão e na paisagem das estações amazônicas, quando ocorreu a vazante e a enchente.

Obtivemos o consentimento dos participantes para o uso do gravador e da filmadora. Para tanto, foi-lhes apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para o consentimento prévio dos entrevistados. Todas as pescadoras participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2), no qual constam os objetivos e demais esclarecimentos do processo pelo qual esta pesquisa se construiu.

Para que pudessemos entender a dinâmica trabalho das pescadoras de forma mais aprofundada, como foram inseridas no trabalho de pesca, como elas direcionam o fazer cotidiano, também optamos pela realização de entrevistas narrativas com a finalidade de compreender os sentidos do mundo para essas mulheres e, assim, dar-lhes voz e reconhecer-lhes a individualidade dentro da coletividade, pois todas pertencem ao mesmo contexto e suas vidas se cruzam no cotidiano.

As narrativas são expressões orais ou escritas nas quais os atores sociais relatam e expõem suas histórias de vida, reais ou fictícias, que são expressas por meio do discurso.

Bourdieu (1997) esclarece que entrevista deveria ser considerada uma forma de exercício espiritual em que se realiza uma conversão do olhar sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida, pelo esquecimento de si, por uma disposição acolhedora em que o pesquisador se inclina a fazer seus os problemas do pesquisado. Para as narrativas orais, tomamos o uso da escuta sensível (BARBIER, 2002), buscando transmitir os significados do trabalho de forma mais fidedigna possível. Nos dias em que as mulheres narravam suas histórias de vida, procurei ir até elas, em ambientes onde ficariam confortáveis e não se intimidassem em relatar sobre momentos íntimos de suas vidas. As entrevistas foram realizadas nos locais escolhidos pelas pescadoras.

As anotações diárias do cotidiano foram constantes em todo o andamento da pesquisa de campo, constituindo-se em uma forma de registro de observações, comentários e reflexões. Elas facilitaram o hábito de observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos do dia. As observações foram anotadas em um diário de campo ao fim de cada dia, obedecendo-se aos padrões segundo os quais para cada observação realizada foram anotados o dia, a hora, o local, o período de duração e, principalmente, os aspectos observados (MAUSS, 2012). De acordo com Falkembach (1985) o diário de campo pode ser organizado em três partes: a primeira, para a descrição; a segunda, para a interpretação do observado (explicitar, conceituar, observar e estabelecer relações); e, por último, para o registro das conclusões preliminares, das dúvidas, dos desafios e dos imprevistos.

Para a análise dos dados coletados em campo nós apoiamos em certo modo, na análise de conteúdo de acordo com a proposta de Barbier (2002) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Porém a própria autora afirma que esse conceito não é suficiente para definir a especificidade da técnica, acrescentando que a intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que ocorre nos indicadores, quantitativos ou não.

Estruturamos esta em tese em quatro sessões. Na **primeira** sessão da tese, intitulado **O começo: uma parte da história**, traz a caracterização do trabalho das mulheres na Amazônia e as consequências da invisibilização das modalidades de trabalho ao longo da historiografia do Baixo Amazonas. Há uma nítida compreensão de desigualdade de gênero entre o trabalho do homem e o da mulher, principalmente nos territórios pesqueiros, de que categorizam o trabalho de mulheres como ajuda. Embasamo-nos em Perrot (2005), Maneschy (2000), Alencar

(2013) Wagley (1998) Fona (2015) Torres (2012), Scherer e Lopes (2015), Hirata e Kergoat (2007), Certau (2008).

Na **segunda** sessão da tese, intitulada **A pesca e as pescadoras: o trabalho da pesca do camarão**, identifica a caracterização de todo o processo de trabalho de pesca realizado na comunidade da Salvação pelas mulheres. É um processo que se inicia em suas residências e se junta à dupla jornada de trabalho realizada por elas diariamente. Nesse capítulo revelamos esse universo pesqueiro, destacando as mulheres como centrais no trabalho de pesca do camarão. Evidenciamos as significações do trabalho para as mulheres em seus diferentes contextos. Referenciamos esse capítulo baseado em Antunes (2011), Arendt (2014), Dejours (1991), Castro (1998), Silva (2013) Fraxe (2010) Galvão (1976).

Na **terceira** sessão, **Territórios e ambiente: saberes do trabalho da pesca do camarão**, apresenta os territórios de pesca e os seus conflitos. Esses espaços de disputas são alimentados por saberes essenciais para manutenção da sobrevivência. Evidenciamos as características dos locais de venda, os problemas enfrentados e as expectativas das mulheres quanto a melhorias desses espaços. Na comunidade da Salvação, os acordos que direcionam a conservação da pesca do camarão são inexistentes. A comunidade da Salvação está inserida em um projeto intitulado Assentamento Agroextrativista PAE Salvação, do qual fazem parte as comunidades da Salvação, Ilha do Carmo e Vira Volta, com área de 19 mil hectares. Criado no ano de 2006, sua implantação até hoje gera conflitos entre os moradores. Não existe uma definição jurídica para territórios de várzeas, porém com a regulamentação do Assentamento na comunidade da Salvação, criou-se a falsa impressão de que as terras não pertenciam mais aos moradores.

Abordamos a questão dos impactos da implantação do assentamento no trabalho de pesca do camarão e a sustentabilidade. Procuramos mostrar os desajustes sociais e ambientais presentes no cotidiano de pesca e as lacunas deixadas por políticas públicas distantes das especificidades das populações residentes em áreas de várzeas amazônicas. Dentre os autores que deram suporte ao capítulo estão Tuan (2013), Sachs (2002), Diógenes(2014), Schweickardt (2012), Alencar (2011), Masulo (2007), Scherer e Lopes (2015)

Na **quarta** sessão, com o título **Memórias: narrativas autobiográficas das pescadoras – significados e significâncias do trabalho de pesca**, colocamos em evidência a história de vida das mulheres pescadoras que fizeram parte da tese. *Prestamos atenção ao ponto de vista das mulheres*, como mostrou Gerber (2015). Ou, como enfatizou Bourdieu (2003), operamos a *escuta disponível*, uma escuta ativa e metódica, com disponibilidade total em relação à pessoa; uma doação de si e o esquecimento do tempo linear. Colocamos em destaque

a memória, o cotidiano, os traços, a vida de mulheres que foram silenciadas pela humanidade e esquecidas pelo tempo, em virtude de estarem destinadas à reprodução e à vida privada. E concluimos reforçando nossos argumentos sobre a invisibilidade das mulheres pescadoras artesanais de camarão na comunidade de Salvação no município de Alenquer e a luta cotidiana desses sujeitos sociais pela sobrevivência e reprodução social dos grupos domésticos.

3 UMA PARTE DA HISTÓRIA

3 UMA PARTE DA HISTÓRIA

3.1 O Baixo Amazonas

As cidades do Baixo Amazonas paraense nasceram às margens do rio Tapajós, a partir da expulsão dos jesuítas, quando suas fazendas foram reestruturadas pelo regimento do Diretório de Índios⁹, que criou as regras para o comando civil, introduzindo as atividades agrícolas sob a organização de ramos de produção, visando a suprir as demandas da colonização. Na virada do XIX para o século XX houve a primeira medida para a modernização desta sub-região, sendo protagonizada pela riqueza obtida com a economia da borracha. O fracasso desse projeto deixou marcas na história e na cultura da região devido à implantação de uma infraestrutura urbana às margens do rio Tapajós (Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas, 2012).

Com a intervenção dos governos militares nos anos 1960, a região passou por um processo intenso de alteração do uso do solo e do modo de vida e trabalho das populações locais, devido à implantação de grandes projetos agrominerais e agropastoris, bem como das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, ambas até hoje inacabadas. Esses projetos, que priorizavam os grandes empresários, impulsionaram principalmente o êxodo rural, comprometendo a sobrevivência e a permanência das populações locais (ribeirinhos, indígenas e quilombolas), como mostra o trecho abaixo:

Esses investimentos eram justificados pela ideologia da Política de Segurança Nacional e pelo modelo desenvolvimentista de comando ditatorial. Período em que a colonização incentivada pelo Estado introduziu um processo de migração de populações do sul do país, enquanto que as populações locais eram desapropriadas em nome do desenvolvimento nacional, e viam desaparecer suas condições de auto sustentabilidade. O êxodo rural de uns e o eldorado de outros foram estimulados pelas promessas de progresso. Esse processo de desenvolvimento iniciado nos anos 60 foi acelerado na década seguinte por meio de políticas desenvolvimentistas que implicaram na alteração dos padrões culturais e ambientais da região. (Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas, 2012).

O Baixo Amazonas tem a paisagem geomorfológica distinta por áreas de várzea e de terra firme, com solos de várzea que se localizam ao longo dos cursos d'água, nas partes mais baixas e em áreas sujeitas às inundações, as quais podem acontecer diariamente ou em certos períodos do ano. Sobre este solo específico são lançados periodicamente sedimentos que o

⁹ Diretório dos Índios foi uma lei publicada em 1758, que tinha como diretriz a normatização de diversas práticas coloniais, das relações entre indígenas e colonos. (Coelho,2005)

fertilizam criando unidades de maior importância devido à área que abrangem. Esses tipos de solos são encontrados, principalmente, ao longo do rio Amazonas e seus afluentes de águas claras, como os rios Tapajós, Tocantins, Araguaia, Moju, Capim, Guamá, além de outros (Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas, 2012).

As capturas de peixes no Baixo Amazonas são divididas igualmente entre os canais de rios e os lagos de várzea. O mapará (*Hypophthalmus marginatus*) e a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) representam um terço da captura total do Baixo Amazonas e as duas espécies têm mais valor no mercado. O mapará, junto com o tambaqui (*Colossoma macropomum*), o tucunaré (*Cichla spp.*), o pirarucu (*Arapaima gigas*) e o surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*), é capturado principalmente nos lagos de várzeas, ao passo que a dourada é capturada quase que exclusivamente no canal do rio Amazonas (O'DWYER, 2012).

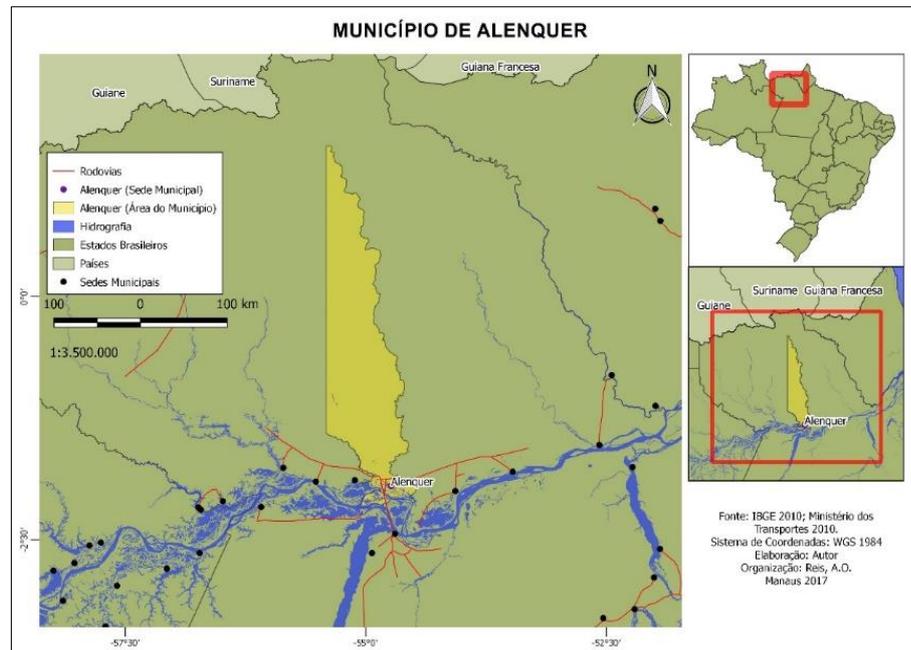
O camarão *M. amazonicum* é o principal camarão de água-doce, comercializado nos estados do Pará e Amapá, pela pesca artesanal (ODINETZ-COLLART, 1987). Segundo Moraes-Riodades et al. (1999), o *M. amazonicum* é largamente explorado pela pesca artesanal no Pará, onde há um expressivo mercado de consumo. Considerando a pesca extrativa continental, os estados do Pará e do Amazonas são os maiores produtores de pescado do Norte do Brasil, sendo que o Pará obteve uma produção de 62.542,5 t, com crescimento de 5,9%, em 2004, quando comparado a 2003. Na pesca marinha, por sua vez, os crustáceos representaram 10.335,5 t (11,62%), sendo 3.655,00 t de camarão-rosa (*Farfantepenaeus subtilis*), com 3.528,50 t provenientes da pesca industrial e 126,50 t da pesca artesanal (SILVA, 2006).

O Baixo Amazonas é um território propício para a pesca, porém a contabilidade do trabalho de pesca do camarão *M. amazonicum* realizado por mulheres é invisibilizado. O Estado não divulga as contribuições dessa frente de trabalho e, assim, dificulta o melhoramento de políticas públicas para as pescadoras.

3.2 Município de Alenquer

O município de Alenquer (Figura 1), está localizado na porção noroeste do estado do Pará, pertencente à mesorregião do Baixo Amazonas, microrregião de Santarém, entre as coordenadas 00°22'52" de latitude norte e 02°25'34" de latitude sul, e 53°41'52" e 54°54'13" de longitude oeste; limita-se ao norte com os municípios de Óbidos e Monte Alegre, ao sul, com Santarém e Juruti, a leste, com Monte Alegre e a oeste, com Curuá e Óbidos; e ocupa uma área de 24.464 km².

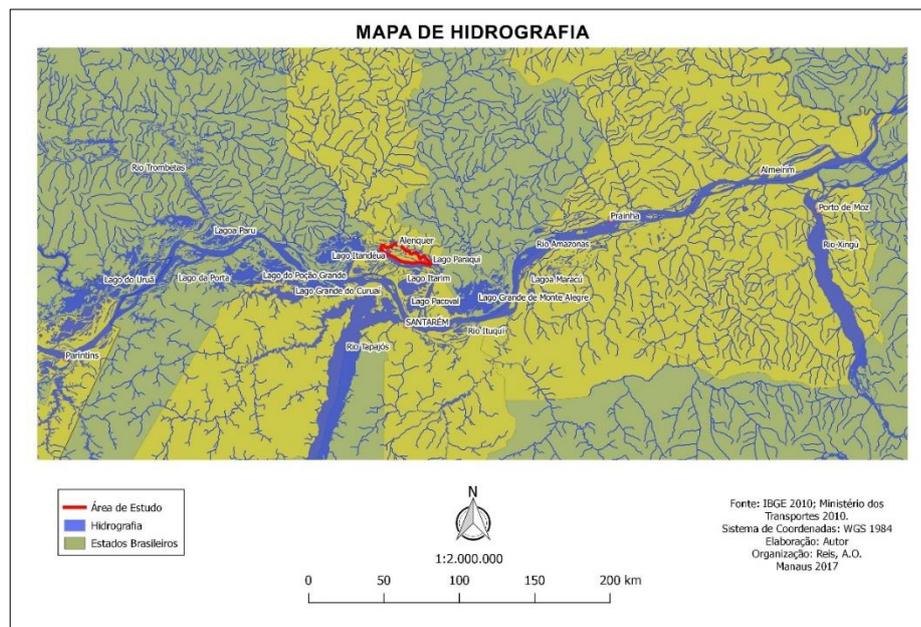
Figura 1 – Localização do município de Alenquer



Fonte: elaborado pelo autor (2017); Organizado por REIS (2017)

O município de Alenquer localiza-se às margens do furo¹⁰ Surubiú, afluente direto do rio Amazonas, como mostra a figura 2.

Figura 2 – Sub-bacias do rio Amazonas, com detalhe para a cidade de Alenquer e seus principais corpos hídricos



Fonte: elaborado pelo autor (2017); Organizado por REIS (2017)

O rio Surubiú percorre a cidade de Alenquer pelo lado sul, é desaguadouro do lago do Itacarará e utilizado pela população local, oferecendo navegação em toda época do ano para embarcações de pequeno porte. Segundo a Agência Nacional das Águas, Alenquer pertence à sub-bacia do rio Tapajós, sendo esta uma entre as nove sub-bacias nas quais a Bacia Amazônica é dividida no território brasileiro.

As maiores influências desta sub-bacia na região de Alenquer são provenientes do oeste, devido à presença do rio Amazonas, e do norte, ao rio Curuá (JUNIOR; SZLAFSZTEIN, 2013). Parte do município de Alenquer encontra-se localizada nas áreas sujeitas à inundação, por sua localização em baixa altitude e nos domínios da Planície Amazônica, apresentando numerosos setores atingidos no período da enchente (JUNIOR; SZLAFSZTEIN, 2010).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o município de Alenquer constituiu uma das zonas de catequese dos capuchos da Piedade, que se estabeleceram, ao final do século XVII, à margem do rio Curuá, onde formaram uma aldeia com o nome de origem portuguesa de Arcozelos, atraindo para o local os índios Barés ou Abarés. Uma série de dificuldades determinou a mudança da sede dos capuchinhos para outro lugar, onde, com o auxílio dos índios do rio Trombetas, fundaram a aldeia de Surubiú, denominação dada pela sua situação à margem do rio do mesmo nome.

No século XVIII, Francisco Xavier de Mendonça Furtado veio a governar o Estado do Grão-Pará e Maranhão e trouxe instruções de dar uma nova feição administrativa à Amazônia. Entre as medidas a serem implantadas estavam a de elevar à categoria de vila as povoações que julgasse em condições de o merecer. Dessa forma, em 1758, o governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado elevou à condição de vila o povoado de Arcozelos, com o nome de origem portuguesa de Alenquer. Na obra *Os historiadores e os rios*, Victor Leonardi (1999), destaca esse acontecimento histórico:

Essa mudança de nome obedecia a uma política definida por Mendonça Furtado, irmão de Marquês de Pombal, em um momento em que a demarcação das fronteiras amazônicas entre espanhóis e portugueses estava sendo feita – tratado de Madri, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777. Segundo essa geopolítica, os povoados amazônicos deveriam adotar nomes portugueses. Outros tinham, desde o início, nomes desse tipo e assim permaneceram. A toponímia lusófica auxiliava, dessa maneira, os diplomatas de Lisboa. Surgem assim, na Amazônia, localidades com nomes idênticos aos de vilas e cidades da metrópole: Silves, Santarém, Alenquer, Bragança, Óbidos, Borba, Aveiro,

¹⁰ O furo é um canal de drenagem que liga um rio a outro, um rio a um lago ou um lago a outro lago; é classificado como furo de contato litológico, funcionando como ligação entre rios ou lagos em áreas com contato litológico, principalmente de aluviões com sedimentos da formação de Alter do Chão (JUNIOR; SZLAFSZTEIN, 2013).

Monte Alegre, Vizeu, Carrazedo, Porto de Moz, Melgaço, Beja, Ourém, Badajós. Os nomes antigos foram abandonados. (LEONARDI, 1999, p. 10).

A elevação de Alenquer à categoria de cidade ocorreu em de 10 de junho de 1881, pela Lei nº 1.050. Consoante o Censo Demográfico do IBGE de 2010, a população de Alenquer totaliza 52.626 habitantes, sendo a maior parte residente na zona urbana do município, totalizando 27.722 habitantes (57,7%), contra 24.904 habitantes (43,3%) na zona rural. No período 1991-2000, o IDH-M de Alenquer cresceu 13,3%, passando de 0,59 para 0,67. No ano de 2000, o IDH-M do Baixo Amazonas foi de 0,68. Os dados dos componentes de renda, educação e longevidade para o município de Alenquer no Baixo Amazonas apresentaram os mesmos valores (FIGUEIREDO et al., 2008).

A economia do município de Alenquer é baseada, principalmente, nas atividades sazonais de extrativismo, pesca e agricultura. Na agricultura destaca-se a produção de mandioca, milho, arroz, feijão, melancia e limão.

Os autores Goulding e Ferreira (1996) descrevem a várzea como uma área úmida de florestas e campos, periodicamente inundada e que ocorre, principalmente, ao longo da calha dos rios Solimões e Amazonas. A várzea do Baixo Amazonas é formada por quatro principais tipos de ambiente: os paranás, que cortam a várzea formando ilhas; as restingas, que contornam a ilha; os campos alagados, que formam a margem do rio; e os lagos, que ocupam o interior das ilhas.

O relevo em Alenquer é constituído pelo tipo Planície Amazônica, variando de plano a suave ondulado. Em Alenquer não há serras, apenas terra firme acidentada e terra de várzea com restingas, que são inundadas no período de enchentes dos rios. A ocupação do solo da várzea foi feita em função dos lagos, a fim de as comunidades terem acesso ao recurso hídrico e, assim, desenvolverem suas atividades, tais como a pesca, lavoura temporária e pecuária (MCGRATH et al., 1994).

Conforme pesquisa realizada por Neta (2010), intitulada “*A influência dos eventos climáticos extremos na cadeia de valor da pesca artesanal no Município de Alenquer – PA*”, 2010, a atividade pesqueira no município de Alenquer é a de maior importância para os pescadores artesanais, seguida pela comercialização do pescado e pela agricultura. Isso porque o pescado é, prioritariamente, destinado à alimentação, possibilitando o sustento das famílias.

As festividades religiosas fazem parte do calendário festivo do município de Alenquer. A principal é a de Santo Antônio, padroeiro do município, festejada em junho e muito apreciada. Essas comemorações a Santo Antônio se iniciaram no século XVIII. É uma festa muito esperada pelos moradores do município, comemorada por 13 dias, de 1 a 13 de junho. Os alenquerenses

católicos residentes em outros estados aproveitam essas festividades para visitar os familiares e renovar os votos com o padroeiro Santo Antônio. Nesse período ocorrem muitos batizados, enlances matrimoniais e o arraial em torno da Igreja Matriz de Santo Antônio.

Quanto às igrejas evangélicas no município de Alenquer, assim como nos outros municípios amazônicos, o número de integrantes, até o início do século XX, não era muito expressivo. O primeiro templo da Assembleia de Deus em Alenquer foi fundado no dia 23 de maio de 1975.

Outro patrimônio de Alenquer é a ‘Cidade dos Deuses’, como mostra a figura 3, é um conjunto de ruínas de milhões de anos de idade. São pedras que têm o formato de animais e inscrições que podem ter sido feitas por uma civilização muito antiga. Possui uma área de 4 km², cheia de rochas e areias consolidadas; a erosão, aliada ao tempo, esculpiu essas rochas e criou formas curiosas.

Figura 3 – Patrimônio natural Cidade dos Deuses, município de Alenquer, PA (2017)



Fonte: Divulgação/ASCOM – Prefeitura Municipal de Alenquer/PA

A área teria sido descoberta pelo topógrafo norte-americano Michael Douglas Blair, que esteve em Alenquer em 1953, porém só em 1986 os moradores de Alenquer começaram a visitar a Cidade dos Deuses, principalmente por incentivo da professora do município de Alenquer Maria Ilka Cabral. Nesta região, as formas são rochosas, atingem cinco metros de altura, e é no alto delas que se encontram algumas inscrições rupestres.

De acordo com Wildson Queiroz (2014), no século XIX alguns escravos fugiram de Santarém e se estabeleceram em terras alenquerenses, porém um pouco distantes da sede,

precisamente à margem direita do rio Curuá; a localidade ficou conhecida como Quilombo do Pacoval.

Os negros do Pacoval, conduzidos por seu líder Alexandre conquistaram liberdade uma década antes do fim da escravidão no Brasil. Infelizmente, ficaram isolados por alguns anos, mas a necessidade de aquisição de alguns produtos levou-os a se integrarem com as pessoas de fora do Pacoval. A comunidade do Pacoval preserva uma manifestação cultural denominada marambiré¹¹, que, em algumas ocasiões, é apresentada em comemorações em Alenquer e em outros municípios.

Outro grande patrimônio de Alenquer são as cachoeiras: Vale do Paraíso (Figura 4); Chuva de Prata, considerada a maior da região, com quase 70 metros de altura, formando uma piscina natural; Véu de Noiva, com 25 metros; e preciosa, 45 metros, entre outras. Segundo a Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do município, Alenquer possui mais de 30 cachoeiras já catalogadas (Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer – SECULTDEL, 2014).

Figura 4 – Cachoeira Vale do Paraíso: Alenquer, PA



Fonte: Foto da Autora

A importância ecológica dessas cachoeiras é incalculável. Algumas delas ficam localizadas em áreas privadas, somente sendo possível visitá-las mediante uma quantia paga ao proprietário da cachoeira. Alenquer está entre os municípios que fazem parte da Estação

¹¹ O marambiré é uma dança dramática, com ritmo bem marcado por instrumentos como caixas, chocalhos, pandeiros, violões, viola, rabeça, reco-reco, caracaxá, dentre outros. As cantigas são simples e belas, numa mistura de linguagem africana, portuguesa e indígena.

Ecológica Grão-Pará. Com 4,2 milhões de hectares, é a maior unidade de conservação de proteção integral em florestas tropicais no mundo, ultrapassando em 362.871 hectares o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no estado do Amapá.

O município de Alenquer é formado por 27 comunidades, divididas entre áreas de terra firme e várzea, como mostra o quadro 1.

Quadro 1 – Lista de localidades de Alenquer, PA

LOCALIDADES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ALENQUER	ÁREA DE TERRA FIRME	ÁREA DE VÁRZEA
Curumum	X	X
Curicaca	X	X
Jaraquituba	X	X
Ponta Grande	X	X
Cuipeua	X	X
Cuatá	X	X
Cabeceira do Cuipeua	X	X
Barra Mansa	X	X
Pacoval	X	
Massaranduba	X	
São José Rio Curuá	X	
Ilha do Carmo		X
Salvação		X
Praia da Conceição		X
Surubiu-Açu		X
Surubiu-Mirim de Baixo		X
Surubiu-Mirim de Cima		X
Mato Grosso		X
Atumã		X
Pai Antonio		X
Caxinguba		X
Centro do Arapiri		X
Boca do Arapiri		X
Costa do Arapiri		X
Urucurituba		X
Vira Volta		X
São Pedro do Bom Retiro		X

Fonte: Z-28. Elaborado pela Autora

Em Alenquer, além da Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanais (Z-28), fundada em 1934, existem outras organizações de pescadores e pescadoras artesanais: a Associação de Pescadores do Bairro de Bela Vista, a Associação do Bairro de Santa Cruz e a Associação do

Bairro da Liberdade¹². A Z-28, atualmente, possui 2.500 associados; entre estes, 800 são mulheres, totalizando 43 núcleos de base de capatazia¹³.

3.3 A pesca do camarão no Baixo Amazonas: uma tradição invisibilizada

A pesca do camarão no Baixo Amazonas ganhou grande impulso, no logo depois, que a produção da juta entrou em declínio. Mulheres tomaram a frente de trabalho da pesca do camarão, porém o fato de a maioria já estar associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o receio de perder direitos previdenciários fizeram-nas continuar na pesca de maneira informal (DIÓGENES; SCHERER, 2015).

A pesca artesanal no Baixo Amazonas é um trabalho no qual não existem iniciativas políticas, sociais e ambientais quanto à conservação, defeso da espécie e proteção social das pescadoras (DIÓGENES; SCHERER, 2015). E a pesca do camarão no Baixo Amazonas não é contabilizada como frente de trabalho de grande importância para a permanência e a sobrevivência de famílias, principalmente das áreas de várzea.

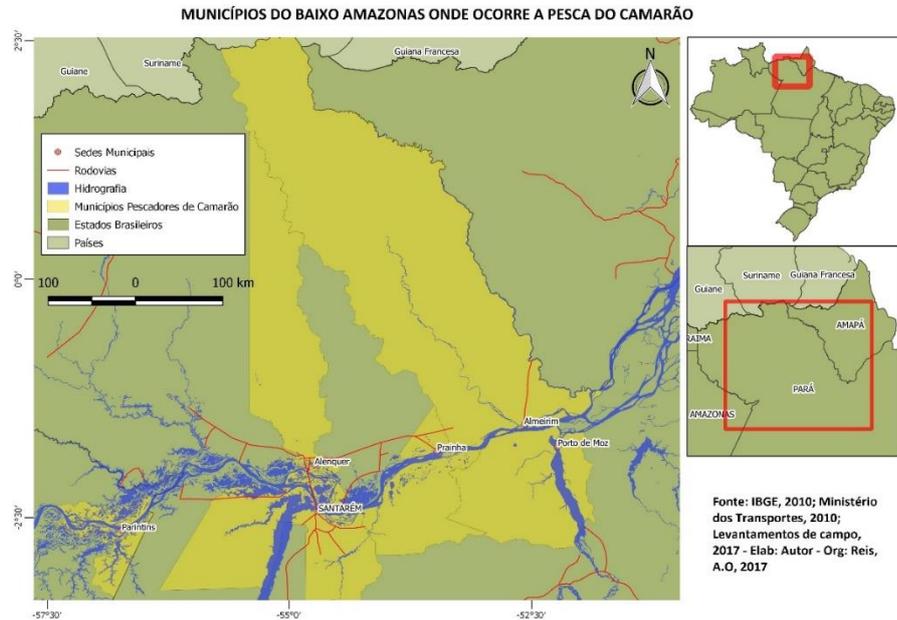
Estudos recentes mostram a ocorrência da pesca artesanal deste tipo de camarão no estado do Pará, realizados em Belém (SILVA, 2006), Bragantina (FREIRE; SILVA, 2008), Barcarena (SIMONIAN, 2006), Muaná (ALMEIDA et al., 2009), Abaetetuba (MONTEIRO et al., 2012) e Tucuruí (ARAÚJO et al., 2014).

No Baixo Amazonas, como mostra a figura 5, as localidades onde ocorre a pesca do camarão são Parintins (AM), Alenquer (PA), Santarém (PA), Porto de Moz (PA), Almeirim (PA) e Prainha (PA), e nesses locais são as mulheres que estão, em grande parte, nas frentes de trabalho da pesca do camarão.

¹² Essas associações foram surgindo em virtude da existência de muitos pescadores nesses locais. Esses bairros foram formados por populações ribeirinhas, que viviam em regiões de grandes enchentes e buscavam melhores condições de vida para suas famílias como escola, energia elétrica, água encanada. Grande parte das comunidades amazônicas não tem acesso a esses itens básicos para sobrevivência.

¹³ São representações das colônias de pescadores e pescadoras nas comunidades. A cada dois anos os líderes são substituídos, através de eleição, pelos associados das colônias.

Figura 5 - Localidades onde ocorre a pesca do camarão no Baixo Amazonas.



Fonte: elaborado pelo autor (2017); Organizado por REIS (2017)

Em Parintins, Amazonas, a pesca do camarão é artesanal e realizada por mulheres nas comunidades de São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera. A comunidade de Brasília possui aproximadamente 61 famílias residentes em sessenta e cinco domicílios, e em Catispera há em média trinta e duas famílias distribuídas em aproximadamente vinte domicílios. A maioria das pescadoras em Parintins não possui o registro de pescadora, ficando à margem dos direitos sociais e trabalhistas já conquistados pela categoria. Dos 1.907 cadastrados nas entidades representativas da categoria (Colônia dos Pescadores Z-17 e Sindicato da Pesca – SINDPESCA), apenas 13,8% são mulheres, sendo 0,5% (11 pescadoras) de Brasília e 0,1% (2 pescadoras) de Catispera, situação que não corresponde à realidade observada nas comunidades (DIÓGENES; SCHERER, 2015).

Já no município de Alenquer a questão das organizações políticas é visível no contexto das Colônias de Pescadores e Pescadoras Z-28, que, desde 2000, teve um aumento de mulheres associadas. Esses aumentos de associadas nos movimentos objetivaram “tentar diminuir a distância entre cidadania formal, que se refere ao que está escrito no texto constitucional, e a cidadania real, que se refere às condições de vida dessas mulheres, sempre vítimas de práticas discriminatórias” (ALENCAR, 2011, p. 447). Das vinte e quatro (24) várzeas pertencentes ao município de Alenquer, como mostrei na tabela (1) – Lista de localidades de Alenquer, PA, a comunidade da Salvação é a que mais possui pescadoras de camarão, consoante os registros da

Colônia de Pescadores e Pescadoras do Município de Alenquer (Z-28), sendo 47 mulheres associadas (no total há 116 associados).

Maneschy (2000) destaca o interesse dos movimentos de pescadores (Movimento Nacional de Pescadores – MONAPE, e seus congêneres nos estados) em organizações de apoio a essa categoria (Conselho Pastoral da Pesca, entre outras), bem como por parte de pesquisadores (por exemplo, no Projeto GEPEM¹⁴ e no RENAS¹⁵, no Pará), quanto ao papel das mulheres na pesca e na manutenção das comunidades pesqueiras. A autora destaca a importância de analisar as atividades das mulheres em todos os espaços em que atua, mostrando suas dificuldades e conquistas, buscando levantar importantes questões relacionadas a melhorias de qualidade de vida e inserção dessas mulheres em organizações profissionais de pescadores.

O trabalho de pesca artesanal na Amazônia existe desde período pré-colonial, pois era praticado por diversas nações indígenas. No período colonial passa a ser realizado por escravos e pescadores civis, principalmente para abastecimento dos segmentos urbanos. No estado do Pará, em abril de 1988, os pescadores artesanais criam o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), resultante de um longo processo em busca da defesa e da construção dos direitos dos pescadores artesanais.

Os objetivos do movimento foram dinamizar e organizar a categoria de pescadores. Em seguida criam Movimento de Pescadores do Oeste Pará e do Baixo Amazonas (MOPEPA), passando a propor mudanças na estrutura de organizações sindicais já existentes, exigindo mais autonomia em sua organização. Dentro de um processo, o MOPEPA vai desenvolvendo um trabalho de conquista das colônias de pescadores do estado, e logo é criada a primeira Colônia de Pescadores do Estado do Pará, em 1920, denominada “Colônia de Soure”; a partir desta data, várias outras colônias vão surgindo em todo o estado do Pará, em várias regiões e municípios,

¹⁴ O Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes (Gepem) foi criado no ano de 1994, reunindo pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento interessadas nas questões envolvendo mulheres e gênero. Hoje, o Gepem é reconhecido dentro e fora da universidade, e seus integrantes são docentes, discentes, pesquisadores e técnico-administrativos da UFPA, integrantes das diversas linhas de pesquisa e Grupos de Trabalho. Também participam membros de outras instituições públicas e privadas, que lidam com questões relacionadas à mulher. Em 1995, o grupo promoveu o 1º Encontro Amazônico sobre Mulher e Gênero, na UFPA.

¹⁵ Os primeiros estudos sobre populações pesqueiras amazônicas realizados pela equipe de antropólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi datam do ano de 1967, através dos projetos Marapanim, Quatipuru, Marajó e Antropologia da Pesca, com Lourdes Gonçalves Furtado, Isolda Maciel da Silveira, Maria José Carvalho Brabo, Ruth Cortez, Ivete Nascimento e Arian Nery (*in memoriam*); os três primeiros, financiados pela Fonte do Tesouro e pelo CNPq, e o último, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), através do Polo Amazônia. Os três projetos iniciais deram origem ao Projeto Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Marítimas, Ribeirinhas e Estuarinas da Amazônia: Relações do Homem com o seu Meio Ambiente (RENAS), concebido no início de 1990 pela antropóloga Lourdes Gonçalves Furtado; nesse mesmo ano foi iniciada a captação externa de recurso financeiros.

reafirmando a importância socioeconômica da atividade de pesca. As colônias de pescadores organizaram-se a partir de uma codificação que as define como Z no estado do Pará e somam um total de cinquenta e nove. A Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Alenquer, onde realizamos a investigação, criada em 1934, ficou denominada como Z-28.

A Central Única dos trabalhadores (CUT) em 2005 apresentou um diagnóstico sobre a organização e a produção da pesca artesanal na Amazônia, destacando as ações e conquistas realizadas pelas organizações de pescadores artesanais em toda a Amazônia, como a criação da Organização das Mulheres Pescadoras e a proposição de políticas públicas para o setor, buscando assim ampliar os espaços da participação das mulheres nas organizações de pesca artesanal.

No município de Alenquer, atualmente, as mulheres associadas à Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanais Z-28 totalizam 800, dentre os 2.500 integrantes da associação. Esse aumento de mulheres associadas ocorreu com a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que em seu art. 4º, parágrafo único, trouxe uma concepção ampliada de pesca e contribuiu para o reconhecimento do trabalho das mulheres como agentes produtivos, quando considera que a Atividade Pesqueira Artesanal era trabalhos de confecção e ajustes de apetrechos de pesca. Assim, as mulheres passaram a ter direito ao seguro-defeso, aumentando significativamente a participação de pescadoras em associações e sindicatos de pesca. No entanto, a política do seguro-defeso não é voltada para a espécie *Macrobrachium* no Baixo Amazonas, pois o camarão não faz parte das espécies protegidas. Para que as mulheres possam receber o seguro, têm que declarar que exercem o trabalho de pesca de outras espécies, caso contrário não recebem o seguro, nem outros direitos da categoria. A pesca do camarão acaba sendo marginalizada pelos órgãos competentes, pois, sem o reconhecimento, a invisibilização do trabalho das mulheres pescadoras de camarão aumenta cada vez mais no Baixo Amazonas.

Um aspecto relevante dessa atividade pesqueira no Baixo Amazonas é a versatilidade de apetrechos para a captura dos crustáceos. Em Parintins, no Amazonas, o apetrecho utilizado na captura é feito com um pedaço retangular de saco de estopa (comumente chamado de *saca de sarrapilha*), como mostra a figura 6, onde as quatro pontas do mesmo são amarradas em dois pedaços de madeira, cruzados em forma de X.

Figura 6 – Apetrecho de pesca utilizado em Parintins (AM) para a captura de camarão



Fonte: RAPOSO, 2014

Esse apetrecho é feito pelas próprias mulheres que realizam a pesca do camarão. Esse apetrecho é chamado de *camareira* pelas pescadoras. Foi criado por uma mulher, Ana Gomes Lima, da comunidade Catispera, como mostrou Antônia Raposo em sua pesquisa¹⁶ na comunidade no ano de 2014.

Em Alenquer, no Pará, a pesca do camarão é realizada com um apetrecho de pesca também confeccionado pelas pescadoras. Com o nome de *camareira*, seu formato é circular, e sua base, sustentada com arame, como mostra a figura 7. O material utilizado é de dois tipos: a sarrapilha (saco de estopa) e sacos de batata, que elas reaproveitam das feiras e supermercados.

Figura 7 – Apetrecho de pesca utilizado em Alenquer (PA) para a captura de camarão



Fonte: Foto da Autora

¹⁶ Essa pesquisa teve como fruto a dissertação de mestrado intitulada *As camareiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins*, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia (PPG-CASA), 2014.

Em Porto de Moz, no Pará, o apetrecho utilizado é o matapi, como mostra a figura 8. Ele é confeccionado com talas de plantas da floresta, como o inajá (*Maximiliana maripa*)¹⁷. Suas extremidades são cônicas, de modo a direcionar o camarão para o interior da armadilha e impedir sua saída.

Figura 8 – Apetrecho de pesca utilizado em Porto de Moz (PA) para a captura de camarão



Fonte: <https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2013/04/dsc07522.jpg>

Existe uma emergência de pesquisas acadêmicas, nos centros de pesquisas da Amazônia e nos seguimentos de representação política e social dos setores pesqueiros para identificar os impactos da utilização de cada um dos diversos tipos de apetrechos existentes para a pesca do camarão no Baixo Amazonas e a importância dessa modalidade de pesca para as famílias, bem como as formas como está acontecendo o manejo do camarão, e assim propor melhorias para a permanência dessa forma de trabalho na Amazônia.

A partir dos anos 1980 fizeram parte do cenário nacional pesquisas voltadas para trabalhadores de áreas pesqueiras de diferentes contextos culturais e ambientais, aumentando os saberes sobre suas condições de vida e de trabalho e também sobre as relações de gênero nos espaços de pesca.

Os estudos evidenciaram categorias como *trabalho* e *ajuda* para se referir, respectivamente, ao fazer do homem e o da mulher. Essa categorização mostraram um modelo de divisão dos espaços e a hierarquização do trabalho consoante o gênero. Ficou evidente que

¹⁷ O inajá (*Maximiliana maripa*, pertencente à família *Arecaceae (Palmae)*), é uma palmeira, nativa do Brasil, pode ser encontrado da Amazônia ao Centro-Oeste brasileiro e em regiões adjacentes na Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, tendo sua maior incidência no estado do Pará, mais precisamente no estuário amazônico, onde parece ter a sua origem, chegando até o Maranhão (LORENZI, 2000).

o trabalho realizado pelos homens no espaço do mar e dos rios era mais valorizado frente ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, e a divulgação desses estudos permitiu chamar a atenção para a mudança desse quadro sob as perspectivas de gênero dentro do contexto pesqueiro (ALENCAR, 2013).

Com o passar do tempo, esses estudos foram ficando cada vez mais em evidência, chamando assim a atenção para transformações nas concepções sobre gênero no contexto pesqueiro que favorecessem o ponto de vista das mulheres. As pesquisas mostraram que o trabalho de pesca no espaço do rio ou do mar não estava restrito à pesca em si, mas incluía atividades como consertar e confeccionar materiais de pesca, beneficiar o pescado, coletar mariscos e algas. Antes essas atividades estavam sendo percebidas como trabalho da esfera doméstica; desse modo, a importante contribuição da mulher no contexto pesqueiro não era contabilizada, muito menos valorizada como trabalho.

Alencar (2013) destaca a importância da problematização dos conceitos de produção e reprodução e das categorias trabalho e ajuda dentro do universo da pesca, pois permite discutir as diferenças entre o trabalho de homem e o trabalho de mulher, salientando as grandes desigualdades e dificuldades enfrentadas pelas mulheres, principalmente quanto ao reconhecimento do trabalho exercido por elas.

Até 2009 a legislação da pesca no Brasil considerava trabalho de pesca aquele feito no espaço da água e da coleta de peixe. Esse conceito de pesca excluía os trabalhos exercidos pelas mulheres em todo o processo de beneficiamento do pescado, realizado em terra. Contudo, graças a pesquisas e a direcionamentos políticos, principalmente os pertinentes aos movimentos de mulheres pescadoras, tem-se buscado desconstruir essa definição do que era ser um pescador ou pescadora e mostrar que o processo de produção pesqueira compreende a realização de diversas atividades, em tempos e espaços diferenciados, nos quais a participação de homens e mulheres é fundamental.

Nos anos 1990, com o aumento da participação das mulheres pescadoras nas frentes políticas, iniciaram-se parcerias com entidades que representavam a categoria, como as colônias de pescadores e o MONAPE, o que veio influenciar transformações nas políticas públicas, como a inclusão das mulheres no direito à licença-maternidade. Assim, atividades como coleta de mariscos, extração de ostras e coleta de algas ficaram caracterizadas como trabalho de pesca.

Entretanto, apesar dessa conquista com a Lei de Pesca de 2009, as mulheres ainda precisam justificar sua presença no espaço da produção pesqueira, sendo essa uma condição para sua inscrição nas unidades políticas de representação da categoria (sindicatos, associações e colônias) (ALENCAR, 2013).

Essas mudanças de conceito quanto a definição de *ser* uma pescadora não lhes rendeu reconhecimento na categoria de trabalhadoras de pesca, pois precisam comprovar se realmente participam da atividade. No caso da comunidade da Salvação, quando se inscrevem no Sindicato de Pescadores e Pescadoras em Alenquer, precisam responder a um questionário, para comprovar que realmente entendem de algumas especificidades da pesca, e precisam declarar se pescam outras espécies, como acari, surubim, tambaqui, dentre várias, para terem o direito de serem associadas. Ao declararem que pescam somente o camarão não podem ser consideradas pescadoras de fato e de direito.

Durante a pesquisa de campo, algumas mulheres pescadoras de camarão entrevistadas declararam não se associaram por temerem as perguntas feitas durante o cadastramento no sindicato. Algumas dessas pescadoras não tiveram educação formal e pouco compreendem a linguagem exigida em um cadastramento de sindicato. São perceptíveis a falta de respeito com a categoria de trabalhadoras de pesca e a predominância de uma ideologia de gênero, segundo a qual somente a captura de peixes de espécies específicas é considerada atividade de pesca.

A persistência dessa análise reforça a invisibilização do trabalho de mulheres, que não estão sendo reconhecidas como pescadoras e, por isso, deixam de ter acesso a políticas de seguridade social como aposentadoria, salário-maternidade, seguro acidente do trabalho e seguro-defeso.

Tratar da visibilidade da pesca do camarão *Macrobrachium amazonicum* no Baixo Amazonas é propor caminhos para a sustentabilidade dessa categoria de trabalhadoras. Essa sustentabilidade, no entanto, além de estar associada às esferas ecológicas e econômicas (SACHS, 1993), não se pode sobrepor à sustentabilidade social.

3.4 A invisibilidade das mulheres no Baixo Amazonas

Wagley (1988) mostra em sua pesquisa sobre a Amazônia, na época do auge da produção da borracha no Baixo Amazonas, as mulheres eram responsáveis por *ajudar no trabalho*¹⁸ da defumação do látex. A fumaça era tão danosa aos olhos, que algumas mulheres ficaram cegas.

Na época da alta produção da juta na Amazônia, uma das muitas obrigações destinadas às mulheres era a lavagem da juta. Esse procedimento de lavagem era exaustivo e insalubre. Elas ficavam imersas na água do rio por várias horas, em condições precárias. Uma vez iniciada,

¹⁸ Não compactuo com esse conceito de *ajudar* quando se trata do trabalho da mulher. As mulheres estiveram presentes em todo esse processo histórico da Amazônia, porém sua força de trabalho foi invisibilizada, sendo tratada como ajuda ou mera obrigação de gênero.

a lavagem da juta não poderia ser interrompida, caso contrário a juta estragaria. Em função dessas intermináveis horas de trabalho, as mulheres, ao fim do dia, queixavam-se de muitas dores nas pernas e nos braços.

Outra forma de trabalho na Amazônia, na qual a participação das mulheres é essencial para a sobrevivência de muitas famílias, é a produção da farinha. A mulher tem papéis bem definidos na divisão sexual do trabalho, como o da torrefação, por exemplo. O processo da torrefação é o momento em que a massa da mandioca está sendo torrada para então se transformar em farinha e outros derivados. Na torrefação, a temperatura ao redor do forno fica em torno de 50°C a 60°C.

Em pesquisa realizada por Torres (2012)¹⁹ há relato de que uma moradora na Comunidade Divino Espírito Santo do Izidoro (AM) perdeu a visão por causa da exposição à fumaça e ao calor da torrefação. Os exames atestaram que os seus olhos sofreram “cozimento”. Essas atividades realizadas pelas mulheres na produção da farinha são consideradas *ajuda*, como aparece nos relatos dos participantes da pesquisa.

Na comunidade remanescente do quilombo²⁰ Bom Jardim, no município de Santarém, localizada a oeste no estado do Pará, na região do Baixo Amazonas, ocorre a prática do trabalho artesanal realizado pelas mulheres. Na construção de casas,²¹ usa-se o cipó, as fibras das palmeiras de arumã ou aruman (*Ischnosiphon obliquus* e *Ischnosiphon ovatus*) e tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e as palhas da palmeira de inajá ou inajazeiro (*Maximiliana maripa*). Na confecção do artesanato, as fibras das palmeiras arumã (*Ischnosiphon obliquus* e *Ischnosiphon ovatus*) e tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e as palhas das palmeiras inajá ou inajazeiro (*Maximiliana maripa*) são elementos fundamentais para a sobrevivência das famílias. Entre os quilombolas da Amazônia, é comum a prática da utilização e do aproveitamento de materiais oriundos da natureza, por exemplo, a palha e a fibra de algumas árvores da região, utilizadas para confeccionar artesanato. Porém a importância da participação das mulheres na produção do artesanato é pouco divulgada.

¹⁹ Essa pesquisa, realizada no ano de 2012, foi publicitada no livro *O ethos das mulheres da Floresta: reflexões sobre o trabalho leve e pesado das mulheres na Amazônia*.

²⁰ O surgimento do termo “remanescente de quilombo” está diretamente relacionado a um contexto de valorização da diferença étnico-racial a partir dos movimentos sociais contra a ditadura militar, que buscavam direitos civis e sociais e também abertura política e democracia nas décadas de 1970 e 1980. Esse termo ganha legitimidade com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no art. 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), que garante aos remanescentes de quilombo a propriedade de suas terras, e os artigos asseguram a proteção de seus modos de criar, fazer e viver (GUEDES; SALGADO, 2017).

²¹ Ver mais sobre o tema na obra *Artesanato Quilombola: identidade e etnicidade na Amazônia*, por Assunção José Pureza Amaral, *Cadernos do CEOM* – Ano 23, n. 31 – ETNICIDADES, e na tese de doutorado *Da senzala ao quilombo: práticas educativas e uso de recursos naturais entre os quilombos do Médio Amazonas – Pará*, de Assunção José Pureza Amaral, orientadora: Edna Maria Ramos de Castro.

De acordo com Fona (2015), em Santarém, o fazer artesanal das cuias pintadas é um importante aspecto cultural da região, conhecido desde o século XVIII e reconhecido recentemente como Patrimônio Cultural do Brasil.

Tradicionalmente realizado por mulheres, desde 1762, esse modo tradicional de fazer das cuias tornou-se, no dia 11 de junho de 2015, um patrimônio imaterial registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no 79º Encontro do seu Conselho Consultivo, que ocorreu em Brasília, o qual aprovou o pedido de registro do modo de fazer cuias do Baixo Amazonas, no Pará. Esse é um importante reconhecimento, haja vista que a atividade tradicional de pintar cuias, iniciada por mulheres indígenas do Baixo Amazonas, existe há mais de dois séculos (FONA, 2015). São conquistas como essas que poderão dar visibilidade aos trabalhos realizados por mulheres no Baixo Amazonas ao longo da história.

Harris (2011) afiança que o século XIX na Amazônia foi marcado pelo trabalho na produção de borracha no Baixo Amazonas. E assim, mostrou em uma pesquisa realizada no município de Óbidos, que existia uma produção de borracha inferior, frente aos grandes produtores. Diante disso, os homens e as mulheres buscaram novas formas de trabalho, como a produção de lenha para os navios a vapor, nascendo, desta forma, novas estratégias de renda para sobreviver.

A Amazônia já experimentou alguns períodos econômicos marcantes, como o da borracha e o da produção de juta. Mas, por trás desse arsenal econômico, diversas formas de trabalho ficaram ocultas. Poucas são as contribuições referentes à dinâmica histórica das mulheres. As mulheres foram sendo direcionadas para trabalhos considerados “leves”²², enquanto os homens, encaminhados para os trabalhos “pesados”.

A caracterização do trabalho das mulheres na Amazônia como *leve* e *pesado* trouxe lhes consequências irreversíveis, dentre elas o ocultamento de modalidades de trabalho ao longo da historiografia, uma vez que era caracterizado como ajuda. Há uma nítida compreensão, principalmente nos territórios pesqueiros, de que os homens trabalham e as mulheres não trabalham, simplesmente ajudam seus maridos.

A participação das mulheres no trabalho de pesca vem aumentando, porém, o seu reconhecimento como trabalhadora ainda está muito longe de ocorrer, em virtude de associarem o feminino à domesticidade, o que se expressa na divisão sexual do trabalho, sendo atribuídas

²² Trabalho leve e pesado são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração inferior àquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos têm remunerações distintas (PAULILO, 2016).

às mulheres responsabilidades com a casa, os filhos, as pequenas hortas (LEITÃO, 2012). E, assim, essa naturalização reduz a atividade das pescadoras à condição de ajudantes, mesmo em situações em que elas são provedoras em suas famílias, como ocorre na comunidade da Salvação. A maioria das mulheres entrevistadas declarou que o trabalho de pesca do camarão era a atividade que mais trazia renda à família durante o ano, enquanto a pesca de outras espécies, realizada pelos seus cônjuges, não lhes garantia segurança financeira.

De acordo com Soares e Scherer (2013), apesar das dificuldades encontradas, como a falta de reconhecimento e a percepção do trabalho de mulheres pescadoras como ajuda, a presença destas no cenário político está aumentando, mesmo que timidamente, levando-as à busca por seus direitos de seguridade social, garantidos na Constituição de 1988 e ampliados com o novo direcionamento da Política do Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal (PSDPA) (Lei nº 11.959/2009), que amplia os direitos às mulheres pescadoras, reconhecendo-as não somente como coadjuvantes, mas como partícipes da produção pesqueira.

Em 2015, o governo federal publicou as MPs nº 664 e 665/2014 e os decretos nº 8.424 e 8.425/2015, que deram legitimidade às estruturas governamentais que, com o objetivo de corrigir gastos públicos, acabaram por gerar um retrocesso nos direitos duramente conquistados, levando a impactos na vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras de pesca (SCHERER; LOPES, 2015). Esses decretos nº 8.424 e 8.425/2015 criam a categoria de pescador “exclusivo, aquele que pratica a pesca ininterruptamente e de forma artesanal” (SCHERER; LOPES, 2015, p. 216). O pescador terá que viver somente da pesca, não poderá exercer outras formas de trabalho. Essa reclassificação da lei tenta impedir que aqueles pescadores que, em paralelo às atividades de pesca, desenvolvem práticas agrícolas se dediquem a estas. E, assim, ignoram a pluriatividade do trabalho nas terras e nas águas, em diferentes ciclos hidrológicos, característico das populações amazônicas (SCHERER; LOPES, 2015).

Quanto à participação das mulheres nesses decretos nº 8.424 e 8.425/2015, categorizam a participação do trabalhador e da trabalhadora que fazem reparo de rede, confecção de apetrechos e reparos de embarcações como **apoio**.

Essa categorização já havia sido superada em 2009, porém, com esse novo decreto, o trabalho realizado na terra, e que é feito na sua maioria por mulheres, é caracterizado, mais uma vez na história do trabalho da pesca, como um simples apoio, não como um trabalho de fato e de direito. Sabe-se que o trabalho realizado pelas mulheres no processo de beneficiamento de pescado e no reparo de redes é continuação de uma dupla jornada de trabalho. Com essa nova

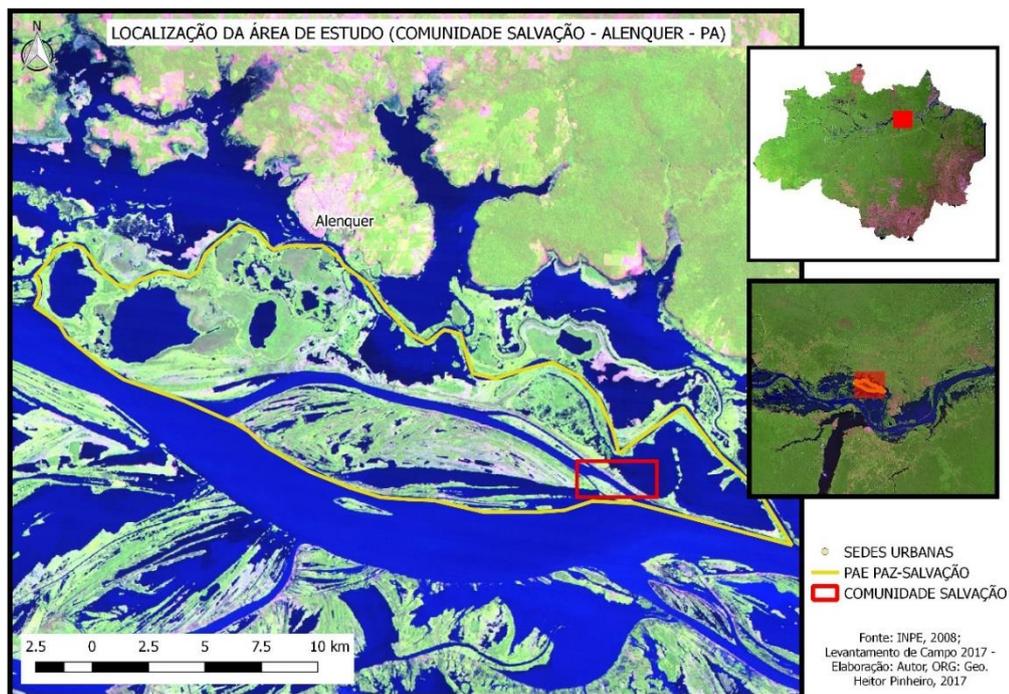
caracterização do trabalho na condição de apoio à pesca, as mulheres deixam de ter acesso ao seguro-defeso e todos os seus direitos como trabalhadora de pesca.

Apesar de todas as injustiças sociais feitas contra as trabalhadoras de pesca, o trabalho de mulheres no espaço pesqueiro a cada dia aumenta, trazendo transformações no cotidiano das famílias na Amazônia. A atividade pesqueira não é exclusivamente masculina; as mulheres estão distantes de apenas *apoiarem*, pois elas são centrais no processo de trabalho de pesca como mostraremos a seguir.

3.5 Comunidade da Salvação

A comunidade da Salvação está localizada em uma área de várzea do rio Amazonas (2°1'60" S; 54°43'0" W), no município de Alenquer, PA, como mostra a figura 9, e está inserida no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Salvação, que é formado por três comunidades: Salvação, Vira-Volta e Ilha do Carmo. Os moradores da comunidade da Salvação sobrevivem, além da pesca, agricultura e criação de animais de grande e pequeno porte, de outras atividades identificadas durante a pesquisa de campo, como a venda de combustível, alimentos, roupas, pão, joias, perfumes, gelo, tudo em pequenas quantidades. Essas vendas informais são praticadas, principalmente, pelos moradores mais jovens. Muitas vezes, os familiares apoiam essas iniciativas financeiramente, para mantê-los na comunidade.

Figura 9 – Localização da comunidade da Salvação, Alenquer, PA



Fonte: elaborado pela autora (2017); levantamento de campo (2017); organização PINHEIRO (2017)

Os moradores de uma comunidade de várzea na Amazônia não devem ser rotulados consoante os papéis produtivos solidificados há gerações: agricultores ou pescadores. Moreira (1960) percebe a Amazônia como uma bacia hidrográfica, uma província botânica e um espaço político-econômico. Pensar a Amazônia em sua totalidade é perceber que, além de sua complexidade física, natural e humana, é importante o reconhecimento de suas dimensões políticas, ideológicas e socioculturais (CHAVES; LIRA, 2015).

O conceito de comunidade é discutido entre diversos autores, sendo traçadas assim diferentes significações. Para Tönnies (1947), existe uma diferença entre comunidade e sociedade. Tudo o que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto é percebido pelo autor como vida em comunidade. O que vem a caracterizar a comunidade é a vida real e orgânica; ambas ligam os seres humanos, firmando assim a reciprocidade.

A redescoberta da comunidade é percebida como o fato mais notável na evolução do pensamento sociológico do século XIX, e tem como base o percebimento do homem como uma totalidade na ordem social. “A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição. Pode ser identificada, ou encontrar sua expressão simbólica, na religião, na nação, na raça, na profissão, nas cruzadas” (NISBET, 1978).

Foi Tönnies (1947), que expressou primeiramente a comunidade através dos termos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*. Nem a ideia de sociedade ultrapassa a grande importância para a Sociologia da comunidade, apesar de ter sido dissolvida na Idade Média para dar espaço aos primeiros centros urbanos.

A redescoberta da comunidade tradicional e de suas virtudes foi impulsionada pelos movimentos religiosos do século XIX e, baseada no repúdio político e econômico, abriu caminhos para criação de novas comunidades. Na Amazônia as comunidades são símbolos de resistência política, econômica, cultural e ambiental, em uma época em que o progresso, baseado no consumo excessivo, dita os valores nos tempos atuais. Gusfield (1975) analisa uma comunidade não pelo espaço geográfico, mas pelas relações sociais que se estabelecem no contexto comunitário. Para ele, trata-se de um instrumento analítico para transformações em sociedades ocidentais e em novas nações.

Os reflexos da globalização já chegaram há muito tempo à Amazônia. Outras formas de trabalho estão sendo incorporadas ao cotidiano das várzeas como estratégias para sobrevivência. Compreender o sentido de comunidade no vasto universo amazônico como algo unificado e homogêneo é fazer um retorno ao pragmatismo ocidentalista dos primeiros

colonizadores que aqui estiveram. Reconhecer a diversidade existente em cada lugar é poder perceber as diferenças.

Quando utilizamos a categoria comunidade para a localidade onde realizamos a pesquisa de campo, deixamos claro que são os próprios moradores entrevistados que denominam a localidade Salvação como comunidade da Salvação. Na Amazônia, a utilização da categoria comunidade é uma forma de afirmação de pertencimento a determinado lugar. Porém a significação do lugar ultrapassa as barreiras do território: é algo imbuído de significações diversas, como mostra o trecho abaixo:

Ser de uma comunidade é quase como que possuir um sobrenome, ter uma identidade, que significa mais que uma delimitação física (...). Ser de uma comunidade indica pertencimento a um grupo determinado, e não a outro. É estar vinculado por laços de parentesco e afinidade. É ter relações de vizinhança, que, mesmo possuindo semelhanças com as demais comunidades do rio, possuem também várias diferenças. (SCHWEICKARDT, 2012, p. 48-49).

Viver em uma comunidade é poder compartilhar um lugar em comum, mesmo que hoje estejamos vivendo um momento da individualização do ser humano e do aprofundamento da divisão desigual da sociedade. Ao que temos que estar atentos, contudo, é que comunidade não significa homogeneidade; reconhecê-la como igual é não ter o percebimento da diferença (BAUMAN, 2003). As relações afetivas que a pessoa tem dos lugares são o que torna possível o desenvolvimento e a manutenção de uma identidade. Corroboro as ideias de Bauman (2003, p. 19): onde há identidade, há conflitos; “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras (...) lançadas pelas pessoas em nossa volta”.

Uma comunidade na Amazônia não é sinônimo de isolamento, pois sempre está interligada com algo mais geral, recebendo influência em todos os outros aspectos, como vestuário, alimentação, religião, formas de trabalho. Como mostra Wagley (1988):

Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. Todas as comunidades de uma área partilham a herança cultural da região e cada uma delas é manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais. (WAGLEY, 1988, p. 44).

A natureza parece estar ali, dia após dia, intocada²³, protagonista de um universo tomado de conflitos e indiferenças; o mesmo rio, a mesma terra, o mesmo céu, sendo reconhecidos e

²³ A noção do mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a

conservados de maneiras desiguais em determinado lugar. Tomamos aqui as palavras de Higuchi e Calegare (2013):

[...] onde dão significado ao lugar como algo muito além de uma localidade, de um ponto no mapa, um lugar com espaço de vivências onde os aspectos físicos e os significados e valores compõem um único mundo àquele(s) que nele estão inseridos. (HIGUCHI e CALEGARE, 2013, p. 190)

Neste estudo entendemos como paisagem um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Quando lhe são atribuídos valores, a paisagem transforma-se em espaço geográfico. O fato de existirem simplesmente enquanto forma não basta, porém, a forma utilizada é diferente, porque seu conteúdo é social. “Assim, esta se torna espaço, porque forma-conteúdo” (SANTOS, 2002, p. 103).

Morar em uma comunidade é mais do que habitar uma casa localizada numa determinada paisagem. É, sobretudo, sentir-se parte daquele ambiente físico, o qual se constitui em um espaço de significados. Porém muitas mudanças na configuração da comunidade da Salvação foram ocorrendo ao longo de sua história, a começar pela própria denominação, que, segundo os moradores, foi substituída.

3.6 De Jurupary-Pucu a Salvação: o percurso histórico da comunidade

O Sr. Clodoaldo Marinho da Silva de Sousa, 76 anos, agricultor conhecido como Socorro, relata que a comunidade da Salvação já teve outra denominação. A comunidade era chamada de **Jurupary-Pucu**²⁴, que vem de origem indígena de **Jurupari**²⁵, uma lenda amazônica, como aparece no discurso a seguir:

[...] Antes aqui tinha um apuizeiro naquela esquina e pessoal dizia que lá aparecia um bicho igual um jurupari, por isso que colocaram **JURUPARY-PUCU**. Quando mudou de nome para Salvação não faz muito tempo, não! Maria, quando mudou? (...) Pelo menos nesses documentos antigos não se acha o nome de Salvação, mas se procurar por **JURUPARY-PUCU**, tu achas. É porque esses terrenos aqui foram ocupados primeiro por indígenas, os velhos antigos já me falaram isso tudo, já pesquisei, fiz um histórico, já falei

conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitam de uma ‘proteção total’ (DIEGUES, 1994, p. 45).

²⁴ Grifo meu, para destacar o primeiro nome dado à Comunidade da Salvação.

²⁵ Jurupari é a denominação Tupi para um demônio particular, mas foi usada com exclusividade pelos missionários para designar qualquer demônio, até assumindo o lugar do diabo cristão nos trabalhos de catequese dos índios. Aparece em outras tribos, como os Baniwa, como Kowai ou Kóai, todavia, possui um opositor, uma evidente criação catequética, que incorpora os conceitos religiosos do Bem: é Inapíri-Kúri ou Jesus Cristo (Painel de Mitos & Lendas da Amazônia, Franz Kreuter Pereira, Belém, 1994. Disponível em: <<http://lendasfolcloricas.blogspot.com.br/p/lendas-indigenas.html>>).

três vezes na rádio Ximango. (Clodoaldo Marinho da Silva de Sousa, 76 anos, agricultor, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2016).

O passado não está marcado intacto na mente individual, por isso necessitamos do grupo na reconstrução do passado no e pela realidade social do presente. Rememorar a história da comunidade é reconstruir um passado. Seguindo os fundamentos teóricos de Halbwachs (2006), as memórias narradas estão marcadas nas pessoas como fragmentos. Ao mexermos com as lembranças, avivamos as marcas deixadas em nossas mentes, que se reconstroem ao se chocarem com as marcas das outras pessoas. Os relatos da pescadora Maria Sebastiana convergem com as palavras do Sr. Clodoaldo quanto à origem do primeiro nome da comunidade:

[...] Aqui era mata muito grande. Era **JURUPARY-PUCU** aqui. Eu nasci, e os outros meus irmãos, todos nós nos criamos aqui. Minha mãe dizia que tinha uma mata muito grande lá no Santa Rita, no tempo que ela era criança. Então, diziam que tinha um bicho grande lá e sempre o ouviam. E o pessoal resolveu chamar esse bicho de **JURUPARY-PUCU**, diziam que era um homem, mas ele desaparecia dentro do mato. Por isso era **JURUPARY-PUCU** o nome daqui, por causa desse bicho que aparecia lá. Quando nós já éramos grandes que mudou. O finado compadre Hinácio morava lá. Foram morrendo e foram vendendo tudo, indo embora.

[...] Os Brito compraram e botaram um comércio com o nome de Salvação. Esses novatos todos já são registrados por Salvação. Mas não é Salvação, não; tem um homem aqui que não chama de jeito nenhum de Salvação, ele só chama **JURUPARY-PUCU**. Existiram outros moradores lá, como minha mãe dizia, finado Rock, finado Horácio, finado Siriaca. Eram essas pessoas que existiam, mas foram morrendo, indo embora. Eram essas famílias, o resto todo era mata. Acho que foi por agrado que eles colocaram o nome da comunidade de Salvação, o pessoal achava bonito e resolveu usar.

[...] A casa dos Brito era chamada assim, foram eles que colocaram esse nome lá nos negócios deles. O pessoal dos Brito colocou o nome de Salvação do terreno de lá também. Fizeram essa casona de alvenaria, a loja, um salão grande, onde eles escolhiam a juta que os barcos vinham comprar; eles não eram muito afetivos. O pessoal dos Brito foram embora, deixaram um homem tomando conta, o finado Antonio Martins, o Sapucuá. O seu Ramiro foi embora para Alenquer, depois para Belém. Depois a Cremilda, filha dele, vendeu tudo para o seu Claudir Gantuss [ex-prefeito de Alenquer], então vendeu para o finado Manoel Ferreira.

(Maria Sebastiana Pinto, 71 anos, pescadora, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2016).

Percebemos no discurso dos moradores várias versões quanto à origem do nome da comunidade, mas alguns pontos se entrelaçam e acabam reconstruindo uma memória coletiva, com algumas semelhanças e diferenças em seus depoimentos, e assim reconstruem suas histórias do passado. Para Halbwachs (2006, p. 13), a memória coletiva “magicamente recompõe o passado”; não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não “tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum” (HALBWACHS, 2006, p. 39). Para complementar as palavras do Sr. Clodoaldo e da Sra. Sebastiana, a primeira professora na comunidade da Salvação, a Sra. Maria Meireles, relata:

[...] **JURUPARY-PUCU** que está aqui, que inclusive é uma ilha lendária, essa ilha era habitada por muitas denominações, onde morava uma família poderosa, muito poderosa, a família Brito, que chegou e construiu uma grande casa. Nesse tempo tinha acabado de entrar a produção de juta no Amazonas; eles construíram uma loja para comprar suprimentos, sendo que o nome dessa loja, colocaram de Salvação, foi daí que começam a se chamar aqui para **JURUPARY-PUCU**, que começa lá em cima e termina para lá da boca de baixo do igarapé de Alenquer, cujo nome é rio Xibios. E quando eles pediram o histórico, eu coloquei a localidade de Vila do **JURUPARY-PUCU**, situada à margem esquerda do rio Amazonas, onde foi implantada a fazenda, cujo nome deu origem hoje à localidade de Salvação. Mas em todos os documentos está **JURUPARY-PUCU**, só não sei se o INCRA já deu amparo legal. Juridicamente não sei! Foi no início, no tempo da Cabanagem²⁶, inclusive nós temos um sítio que minhas descendentes vieram, sendo que minhas raízes são de origem portuguesa-espanhola. E eles vieram fugidos da Cabanagem de Cameté para Ilha do Carmo e daí foram se espalhando. Foi meu tio Epifânio, que participou disso, que me contou. Porque aqui era um arquipélago; esse pequeno arquipélago, aqui, era o Jurupary-Pucu, mas essa ilha da frente foi chamada de Ilha do Carmo, que meu bisavô pediu de um português, que tinha uma imagem de Nossa Senhora do Carmo, para ser a padroeira daqui e, por isso, colocaram nome da ilha assim, em homenagem a essa imagem. (Maria Meireles, 74 anos, professora, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2016).

A comunidade da Salvação recebeu o nome de ilha de **Jurupary-Pucu** entre as décadas de 1940 e 1950. A família Brito, chefiada pelo Sr. Ramiro Brito, adquiriu um lote da ilha de **Jurupary-Pucu** nesse período. Segundo relatos dos moradores, houve uma grande cheia no ano de 1953, e esse lote da família Brito foi o único lugar não coberto pela água. Nesse ano,

²⁶ *Cabanagem* deriva de *cabana*, casas de pessoas simples e pobres que, na verdade, resistiam à violência que sucedeu à independência. De Belém ao Alto Madeira e ao Alto Solimões, a revolução dos cabanos, dos simples, juntou índio, branco pobre e negro. Um só exemplo: os índios Mundurucus, que habitavam a região entre os rios Madeira e Tapajós, somavam 56 mil no ano de 1826, e em 1855 haviam sido reduzidos a 3.200, porque tinham apoiado a Cabanagem. Esta redução se deveu ao maior massacre já registrado na história brasileira (GONÇALVES, 2015).

muitos moradores tiveram que abandonar suas casas e ir para outras localidades. Porém o Sr. Ramiro Brito consentiu a alguns moradores que ficassem em seu lote até a água do rio baixar normalmente. E tão logo o Sr. Ramiro Brito viu que seu lote fora poupado de uma catástrofe da natureza, resolveu denominar aquele local, a partir de então, como Salvação, pois salvou a todos daquela cheia tão devastadora. De acordo com o Sr. Manoel Bentes, a comunidade passou a ser oficialmente denominada Salvação no mandato do prefeito João Ferreira, como conta na entrevista a seguir:

[...] A Salvação era chamada de **JURUPARY-PUCU**. Minha vó dizia que antes era chamado de **Santa Maria**, porque foram uns portugueses de fora do Brasil que colocaram. Eles eram refugiados da Cabanagem. O nome dessa parte aqui era Santa Maria. Ali mesmo, perto do campo de futebol, morava um português lá, o nome dele era **Amande Nogueira**, um dos primeiros moradores daqui. Ele foi o primeiro proprietário da Santa Maria para cá. O ex-prefeito João Ferreira, lá pela década de 80, que colocou o nome da escola aqui. Eu não tenho vergonha de falar que eu estudei por debaixo de paus de árvores. Não tinha escola antes. Eu acho que os Brito chegaram aqui lá pela década de 50, fizeram aquela Casa da Salvação, mais ou menos em 1955. Aí o João Ferreira na época ganhou o prefeito, e bem lá onde é a capela era dos Brito, a prefeitura solicitou para fazer a igreja. Foi o João que registrou o nome dessa comunidade como Salvação. (Sr. Manoel Bentes, pescador, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2016).

O senhor Juca declarou que a comunidade da Salvação recebeu outros nomes pelos antigos proprietários da terra. As terras que hoje recebem o nome de comunidade da Salvação eram fragmentadas em vários lotes, e cada lote recebia um nome. Hoje, todo o território da comunidade é denominado Salvação. O seu Juca afirma que a comunidade da Salvação, além de ter sido denominada **Jurupary-Pucu**, também levou o nome de São João, Curral Velho e Santa Maria, pois pertencia aos primeiros proprietários do lugar:

[...] A Casa da Salvação foi construída logo depois da enchente de 1953. O seu Ramiro Brito emprestou um pedaço de terreno para algumas pessoas ali ficarem até a cheia passar. Depois, ele construiu uma imensa casa, que ele denominou Casa da Salvação. Lá, nessa casa, tinha muita coisa. Dava gosto de ver. Tinha um salão grande para salga de cupido, jacaré e peixe liso, surubim e filhote, e seu Ramiro comprava a juta e feijão. Ele tinha gado, foi o primeiro a criar gado por aqui. Cercou o campo todo para não dar prejuízo para ninguém. E também seu Ramiro fazia festas num grande salão que tinha lá. Antes, a Salvação era São João e **JURUPARY-PUCU**; esse era o nome daqui. O meu cadastro é no São João, depois que virou a Salvação. A Salvação se formou de várias terras, e assim eram: São João, Curral Velho, Santa Maria, **JURUPARY-PUCU**. Então, juntou tudo para virar a comunidade da Salvação. (Sr. José da Silva Pinto, 54 anos, seu Juca, pescador, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2016).

A história da comunidade da Salvação converge com a chegada da família Brito nessa localidade. A família Brito comprou um lote por volta de 1940, com o objetivo principal de colocar um comércio para vendas, trocas e compras de produtos, utilizando o sistema de aviamento²⁷, um sistema no qual o comerciante adiantava bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor e este restituía a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. Segundo moradores, a família Brito tinha uma casa de alvenaria (Figura 10), que na época fugia aos padrões das casas, até então de palafitas cobertas com palhas.

Figura 10 – Casa da família Brito “Casa da Salvação” – Comunidade da Salvação, Alenquer, PA



Fonte: Foto da Autora

Lá eram comercializados produtos industrializados e não industrializados, tais como açúcar, café, arroz, sabão, perfumes, peixes salgados, carne de caça, frutas e grãos. Mas o grande forte desse comércio era poder adiantar mercadorias de que necessitavam em troca da produção dos agricultores e pescadores locais. Assim podiam obter mais lucros, pois os produtos eram de alto custo.

Nesse período, os transportes mais utilizados pelos moradores não eram movidos a motor, pois a melhor opção era vender a produção ali mesmo, na própria comunidade, para o Sr. Ramiro Brito. Esse comércio recebeu o nome de Casa da Salvação, depois da enchente de 1953, e, com o tempo e impulsionada pelo ex-prefeito de Alenquer, João Ferreira, toda a comunidade passou a ser oficialmente denominada de comunidade da Salvação. Logo abaixo, as figuras 11 mostram, respectivamente, uma Certidão de nascimento do ano de 1947 e uma do

²⁷ O aviamento é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica.

ano de 1996, a primeira com antigo nome, **Jurupary-Pucu**, e a outra com o nome atual, **Salvação**.

Figura 11 – Certidão de Nascimento com a denominação da localidade: A. JURUPARY-PUCU e B. Salvação



Fonte: Levantamento de campo (2017)

A comunidade da Salvação tem uma igreja católica e uma igreja evangélica (figura 12), uma sede comunitária, uma escola e quatro clubes sociais. Atualmente, possui 78 casas, todas construídas em madeira, cobertas de telhas de barro, zinco ou alumínio. Na igreja católica são realizadas cinco missas por mês. Segundo o agente pastoral Willians de Souza Sá, a igreja foi implantada na comunidade da Salvação por intermédio da professora Meireles (a primeira professora da comunidade).

Figura 12 –Igrejas existentes na comunidade Salvação: A. Igreja Católica e B. Igreja evangélica Assembleia de Deus.



Fonte: Levantamento de campo (2017); Foto da Autora

As mulheres da comunidade são muito participativas nos eventos da igreja católica. Elas cantam nas cerimônias, participam da limpeza da igreja, bem como da ornamentação em dias festivos, e dão aula na catequese. Notei que a maioria das mulheres participantes dessas ocasiões são pescadoras de camarão da comunidade. Elas assumem papéis de liderança e mostram-se seguras nesses processos de socialização.

Nos dias que antecedem as festas religiosas, reúnem-se para coletar dinheiro para ornamentar a igreja, fazer pratos para vender no dia da festa e motivar a comunidade para ir à comemoração. O dinheiro arrecadado é doado à igreja, sob a responsabilidade do pároco, que vai algumas vezes por ano à comunidade.

Os matrimônios não ocorrem na comunidade há mais de seis anos. Quando querem casar-se, vão para Alenquer realizar a cerimônia; como o custo é alto, grande parte dos casais vivem sem um registro que comprove a união dos cônjuges. A festa mais importante da igreja católica é a de Nossa Senhora das Graças, santa padroeira da comunidade, que ocorre no mês de novembro, nos dias 16, 17 e 18. Nossa Senhora das Graças foi escolhida porque já era padroeira da família Brito, segundo informado pela professora Maria Meireles, que assim relata acerca das celebrações católicas na comunidade:

Foi assim: como a família era católica, o seu Ramiro Brito era patrono da Nossa Senhora das Graças, e o capataz da fazenda dele, o seu Raimundo Reis, e dona Tereza começaram a fazer uma celebração em frente ao armazém, que era uma casa muito bonita e dividida por sinal. Então, a dona Tereza iniciou, e durante dois anos fizeram celebração, e em 1959 eu dei a ideia de formalizar a igreja e que todos participassem; daí em frente muita gente participava, sendo eu a protagonista da criação dessa igreja, que acontece até nos dias atuais. A padroeira era específica da família Brito. (Maria Meireles da Silva, 74 anos, professora, Entrevista, Pesquisa de Campo, ago. 2016).

O Sr. Clodoaldo confirma a contribuição da professora Meireles para a implantação da Igreja Católica; também ele foi um dos que ajudou, como mostra a entrevista abaixo:

Não, nem capela não tinha, o que tinha era uma capela feita de palha; eu já tenho quarenta anos de igreja, a mulher aqui sabe, estou dando um jeito aqui de sair, mas ninguém quer que eu saia. Só eu não estou lembrado, mas parece que foi o finado Supriano, que já morreu, eu e dois crentes, que diziam que eram católicos e viraram crente, nessa época era católico, e nós construímos essa capela ali, e eles fizeram uma reunião e convidou o povo mais velho. Aí nós concordamos em comprar madeira e cobrir de telha; fomos o que nós fizemos para sair. Fizemos uma coleta, fizemos a igreja. Depois que eu assumi, eu mandei ratificar, endireitei ela, que já estava velha. Nessa época era o Frei Rodolfo, o padre de Alenquer, aí nós endireitamos a igreja e melhorou. Depois eu entrei de novo como dirigente; aquela igreja que está lá foi o povo que me ajudou, mas quem meteu a cara fui eu, se não, não tinha

saído... Está aí a Maria [esposa] de prova, porque o resto do pessoal nunca tinha dinheiro. “Não é só com dinheiro que a gente faz”. Aí nós demos um jeito, faltava material para terminar, mas tinha uns amigos; a professora Meireles me deu ajuda, e os outros também me deram ajuda, e foi rápido. É, faltava telha, eu falei com o prefeito; o pessoal falou: “Não vai lá, que ele não vai dar!” Eu fui lá e conversei com ele. E ele disse: “Olha! Não vem dinheiro para igreja, mas aí eu vou ajudar vocês, o dinheiro vem para ajudar vocês, mas o que vocês *tão* precisando?” Eu disse: “Estamos precisando de cem telhas”; aí ele deu. (Clodoaldo Marinho da Silva de Sousa, 76 anos, agricultor, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2016).

Relatos de moradores confirmam que na comunidade se realizava outra festa católica, a festa de Santa Luzia, idealizada e coordenada pelo Sr. Joaquim Serapião, falecido no ano de 2004. Com a morte do Sr. Serapião, a festa deixou de acontecer, faz exatamente 13 anos. Da capela onde ficava a imagem de Santa Luzia, hoje, só restam as ruínas. O que restou foi a imagem da Santa Luzia, que está em posse de uma moradora, a irmã do antigo idealizador da festa, a Sra. Domingas da Silva Pinto.

A igreja evangélica na comunidade da Salvação tem como líder religioso o Sr. Odilei Maduro Rego. De acordo com o dirigente, foi implantada na comunidade no ano de 1995. O Sr. Clodoaldo relata que, para a implantação da igreja, muitos conflitos foram gerados. A comunidade não aceitava a igreja evangélica, como mostra a entrevistado Sr. Clodoaldo:

Olha, foi por intermédio do seu Heitor, o velho Heitor, que fez uma casinha e viajam para cá dia de domingo, e depois fizeram essa igreja. Deu muita confusão aqui na época. Até jogavam umas pragas. O Janjão, que foi pastor, uma vez tentou jogar o velho Heitor na água. O que é o dirigente hoje fez muita confusão com os crentes. Olha, naquela época só ia para igreja a família do velho Neto; para cá, a nossa igreja dava cheia, e a deles era menos; hoje em dia a deles tem mais, e a nossa, menos. Acho que hoje todos da família dos Almeida são crentes. E dos Pinto, Souza são católicos, que são para cá. (Clodoaldo Marinho da Silva de Sousa, 76 anos, agricultor, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2016).

O senhor Clodoaldo, em seu depoimento, relembra os conflitos ocorridos com a implantação da igreja evangélica na comunidade. Simmel (2011) reconhece que o conflito faz parte da própria socialização, podendo formar um novo quadro social. Com a implantação de uma igreja evangélica na comunidade, novos grupos e territórios foram sendo organizados; aquilo que parecia permanente, imutável, abriu espaço para reordenações históricas. Como na configuração do território, por exemplo, o número de evangélicos na comunidade aumentou, bem como as moradias nas proximidades da igreja evangélica.

Atualmente, a igreja evangélica possui 90 integrantes, sendo as mulheres a maioria. Realizam cinco cultos por semana e têm como pastor o Sr. Francisco. Quanto aos matrimônios, são realizados conforme a demanda dos integrantes da igreja e, em geral, são coletivos. Segundo o dirigente, as mulheres são muito participativas e sempre colaboram nos eventos da igreja, ajudam na limpeza e nos cultos das crianças.

A Escola Municipal Ramiro Brito da comunidade da Salvação (Figura 13) faz atendimento aos anos iniciais da educação básica (1º ao 9º ano) e, nos finais de semana, atende à educação de jovens e adultos.

Figura 13 – Prédio da atual escola Ramiro Brito, na comunidade da Salvação



Fonte: Levantamento de campo (2017); Foto da Autora

O ensino médio ainda não é contemplado na comunidade. A atual diretora, a Sra. Ivete Campos de Pereira, declarou que a escola possui 178 alunos e 14 funcionários. A primeira professora da comunidade da Salvação foi a Sra. Maria Meireles, que começou a lecionar no ano de 1947, com apenas 17 anos de idade, como mostra a entrevista abaixo:

Eu era de uma família muito tradicional em Alenquer; quando recebi o convite, pensei em recusar, mas fui tomada pelo desafio. Naquele tempo professor tinha valor. Lá eu era tudo: diretora, coordenadora. Eu dava aulas teóricas aos alunos para primeiro jogarem bola; aquele time, a Salvação, eu quem orientei, eu era tudo aí pra ele. Eu era a orientadora, a professora e até a juíza. Dava aula de primeira a quarta série, para criança e adolescentes. Sempre os achei muito inteligentes. As casas no tempo que eu cheguei ainda eram todas de palafitas e cobertas de palha. (Maria Meireles da Silva, 74 anos, professora, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

O calendário letivo é estabelecido consoante os períodos sazonais. Além dos moradores da comunidade, existem na escola alunos da comunidade Ilha do Carmo. As aulas iniciam em agosto, e o calendário letivo encerra-se no mês de março, mas pode-se alterar em virtude da cheia dos rios. A comunidade dispõe de uma lancha para o transporte dos alunos.

O prédio atual foi erguido no primeiro mandato do ex-prefeito João Piloto, de 1998 a 2002. O Sr. Manoel Bentes declarou que a primeira construção da Escola Ramiro Brito foi erguida pela própria família Brito, na década de 1980, conforme a entrevista abaixo:

Quando passou uns tempos aí apareceu um genro do seu Ramiro Brito, o nome dele era Maurício, vieram ver a Salvação. Vieram os filhos, os netos. Ainda existia a Casa da Salvação, mas estava se acabando. Então eles fizeram aquele primeiro colégio; aquilo lá é patrimônio, mas está se acabando. Colocaram tudo lá. Tinha um posto, tinha cadeira de dentista, acho que aconteceu em 80, era tudo de alvenaria, bem bacaninha. Eu cheguei a estudar lá. Aí o prefeito, o João Piloto, comprou o terreno e fez a escola que é hoje. Ele fez o pedido para o MEC, e o MEC fez lá. (Sr. Manoel Bentes, pescador, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

O barracão dos associados da Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-28 (Figura 14) foi construído com recursos dos próprios moradores da comunidade, nos anos de 2012 a 2016, na gestão da pescadora Alcirene Pinto, enquanto coordenadora da Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-28. Nesse barracão ocorrem reuniões pertinentes não só aos assuntos da colônia de pescadoras e pescadores; tive o privilégio de realizar muitos encontros com as mulheres pescadoras participantes desta pesquisa nesse barracão.

Figura 14 – Barracão dos associados da Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-28 – Comunidade da Salvação



Fonte: Foto da Autora

Atualmente, na comunidade da Salvação, existem três associações: a Associação do Projeto de Assentamento PAE Salvação (APASVI), criada no ano de 2008 e estimulada pelo projeto de assentamento do Instituto Nacional de colonização e reforma agrária INCRA, com 130 associados; a atual coordenadora é a Sra. Maria da Silva Pinto, eleita em fevereiro de 2016, e o seu mandato se estenderá até 2019; a Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-28, que atualmente conta com 117 sócios, dentre os quais 47 são mulheres; e a Associação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Na comunidade da Salvação, há quatro clubes sociais, onde são realizados torneios de futebol e festas dançantes. Os clubes são: Santa Maria, Bom Sucesso, Vasquinho e Esporte Clube. São formados os times da comunidade e de outras localidades para a realização das disputas. Durante os torneios, acontece a venda de guloseimas, refrigerante, churrasco e cerveja. Em geral, no encerramento acontece uma festa dançante, com banda de Alenquer. A renda arrecadada no evento é direcionada ao proprietário do clube.

A água na comunidade é coletada diretamente do rio. Alguns moradores possuem bomba coletora, assim a água é transportada por um sistema improvisado com canos que vão do rio até as casas. O sistema de iluminação é impulsionado por gerador movido a óleo *diesel*, mas atualmente encontra-se quebrado. Quando o gerador estava funcionando, era cobrada de cada casa uma quantia mensal de vinte reais para ter acesso à energia elétrica. Alguns moradores possuem seus próprios motores, mas o custo do combustível é muito alto, levando algumas famílias a utilizarem apenas à noite ou em momentos especiais. O custo de um motor a gasolina por uma hora e meia de acesso à energia com apenas a televisão ligada é o equivalente a cinco reais. Na comunidade há um orelhão da companhia telefônica Oi e acesso à telefonia móvel, mas apenas em alguns locais da comunidade.

Por meio das observações de dados coletados a partir de entrevistas, assim como dos registros de meu diário de campo, verifica-se que a comunidade da Salvação está muito à frente no quesito infraestrutura, se compararmos com a realidade de outras comunidades da Amazônia brasileira. Tem escola, clube, igreja, associações, acesso à telefonia móvel e embarcações que fazem linha para o município de Alenquer toda sexta-feira. Essas embarcações são mais solicitadas na época da seca e vazante, para levar as produções agrícolas e pesqueiras, além do transporte de passageiros.

Nas casas que pude visitar, os moradores tinham embarcações de pequeno porte, movidas a *diesel* ou a gasolina. As instalações dos interiores das casas são muito agradáveis e aconchegantes (Figura 15), e todos os espaços são utilizados coletivamente por seus moradores.

Figura 15 – Interior das casas das pescadoras – Comunidade da Salvação, Alenquer, PA. A. Varanda; B. Quarto; C. Cozinha; D. Sala.



Fonte: Fotos da Autora

A varanda e a cozinha são os cômodos mais utilizados: o primeiro, para receber visitas, realizar encontros religiosos e assistir às programações televisas à noite; o segundo é um espaço muito especial para a família, pois é onde compartilham as refeições e histórias de um dia inteiro de trabalho.

As fachadas das casas, como mostra a figura 16, são diferentes umas das outras; dentre as diferenças estão as cores e a cobertura, o número de janelas e de portas. Algumas casas não têm varanda nem cozinha, pois são cômodos mais caros para acrescentar.

Figura 16 – Fachada das casas das pescadoras – Comunidade da Salvação, Alenquer, PA.
A. Casa sem pintura, com uma porta e janela na frente; B. Casa sem pintura, com varanda lateral;
C. Casa sem pintura, com duas janelas; D. Casa com pintura e duas janelas na frente;
E. Casa com uma janela e varanda lateral; F. Casa com pintura, com janela e porta na frente.



Fonte: Fotos da Autora

Quanto mais alta a casa, mais valor terá, pois será mais segura em caso de uma grande enchente na comunidade. Na enchente (figura 17), a maioria das casas da comunidade da Salvação ficam imersas nas águas. Nesse período, os moradores passam muito mais tempo dentro de casa.

Figura 17 – Casa no período da seca e enchente – Comunidade da Salvação, Alenquer, PA. A. Casa no período da seca, em novembro de 2016; B. Casa no período da cheia, em junho de 2016.



Fonte: Fotos da Autora

Na comunidade há três mercearias; dentre os principais produtos comercializados estão: bolacha salgada, margarina, leite, óleo, gasolina, arroz, sal, sardinha, refrigerante, conserva, macarrão, sabão em pó, sabão em barra, goiabada, creme de leite, leite condensado. Segundo os donos das mercearias, alguns moradores da comunidade têm acesso a compras a prazo. Para muitos produtos, a diferença de preço é muito baixa se compararmos com produtos de uma mercearia no município de Alenquer. O custo para trazer produtos de Alenquer não é barato, principalmente na seca. O custo-benefício pode estar desfavorável para o dono da mercearia.

A comunidade da Salvação tem um modo de vida economicamente baseado na pesca, agricultura, criação de pequenos animais, pecuária e pequenas vendas. Porém a pesca mais expressiva, que traz maior segurança econômica e social às mulheres, é a pesca do camarão.

4. A PESCA E AS PESCADORAS: O TRABALHO DA PESCA DO CAMARÃO

4 A PESCA E AS PESCADORAS: O TRABALHO DA PESCA DO CAMARÃO

4.1 As pescadoras da Comunidade da Salvação: ser mulher em uma comunidade de várzea

A mulher pescadora de camarão tem um cotidiano regado de obrigações. Parece que ser mulher na comunidade é sinônimo de nunca poder estar desocupada, de sempre ter que estar fazendo alguma coisa: tecendo crochê, passando café, dando milho às galinhas, cuidando do canteiro, fazendo a janta. Essas obrigações são o que Hirata (1986) denomina de concepções “simplistas”, fazem parte da esfera reprodutiva (produção de valores de uso não mercantil); já a produção de valor da esfera produtiva está historicamente calcada no modelo masculino (ambas as categorias são da economia política).

Ser mulher em uma comunidade pesqueira é conviver diariamente com questões que cristalizaram o trabalho de homem e o trabalho de mulher por suas condições biológica e cultural. Essas mulheres receberam como herança esses valores das sociedades tradicionais da Amazônia. Por exemplo, a mulher indígena da Amazônia brasileira tem uma função na organização do trabalho e da economia doméstica de sua comunidade. Essa divisão se dá por sexo: homens e mulheres têm suas funções bem definidas, como mostra o trecho abaixo:

[...] Tradicionalmente são tidas como atividades exclusivamente masculinas a caça e a pesca, a abertura do solo, mas o plantio das roças de mandioca e de outros produtos é de atribuição feminina. O labor na roça e o transporte dos tubérculos para a farinha são tarefas realizadas pelas mulheres jovens e adultas. Nas atividades extrativistas e agrícolas praticadas pelos indígenas como a coleta de frutos, insetos (formigas, larvas), palhas, fibras e matérias-primas para a manufatura de artefatos são empregadas mãos de obra de ambos os sexos apenas nas coletas em grande escala destinadas à comercialização. (ARAÚJO, 2015, p. 45).

Compreender o trabalho das mulheres pescadoras é trazer à luz o conceito de Divisão Sexual do Trabalho, porém ele não é suficiente para garantir o entendimento do contexto amazônico. As autoras Hirata e Kergoat (2007, p. 599) mostram que a divisão social do trabalho é decorrente das relações sociais entre os sexos, ou seja, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos e são formas moduladas histórica e socialmente, tendo como característica mais marcante a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, e assim os homens se apropriam das funções com maior valor social (políticos, religiosos, militares etc.). De acordo com as autoras, a divisão sexual do trabalho estaria sob dois princípios: o da separação, que implica afirmar a existência de

trabalhos de mulheres e trabalhos de homens, e dentro dessa separação às mulheres está destinado o trabalho doméstico; e o da hierarquização, segundo a qual os trabalhos dos homens têm mais valor social do que os das mulheres. Tais princípios têm na esfera biológica a sua fundamentação, portanto aparecem respaldados pelo discurso da naturalização. No caso das mulheres da comunidade da Salvação, esses trabalhos “destinados” às mulheres receberam influência dos antepassados indígenas que aqui viveram. De acordo com a literatura pesquisada, os povos indígenas da Amazônia tinham papéis bem definidos na divisão sexual do trabalho, o que era fundamental para a sobrevivência. Além da esfera biológica, essa naturalização dos trabalhos destinados às mulheres na Amazônia, é também da esfera cultural.

Quase tudo o que as mulheres realizam, durante o dia e a noite, garante renda e é fundamental para a sobrevivência familiar. Elas vendem as galinhas que criam, confeccionam redes para garantir um extra – essas redes, em geral, são feitas nos horários ditos de descanso, como o horário depois do almoço ou quando assistem à televisão. Dentre os trabalhos mais comuns desenvolvidos pelas mulheres estão: alimentação dos animais, limpeza do pescado, confecção com crochê, debulha de milho e feijão, cuidado com as plantas, limpeza da casa, preparo da farinha e do tucupi, limpeza do terreiro, colheita de verduras, secagem do milho, ensacamento do camarão para a venda, como mostram as imagens da figura 18, realizadas na comunidade da Salvação.

Figura 18 – Trabalhos das mulheres na comunidade da Salvação. A. Limpeza do pescado; B. Fazendo crochê; C. Ensacamento do camarão para a venda; D. Alimentando os animais.



Fonte: Fotos da Autora

Todas essas tarefas, dentro da divisão sexual do trabalho, são percebidas como trabalho reprodutivo. Mesmo que os trabalhos desenvolvidos lhes garantam renda, o fato de serem realizados dentro da esfera doméstica não lhes confere o *status* de trabalho, mas de *obrigação de mulher*.

No cotidiano da comunidade da Salvação, os homens têm, seja dentro, seja fora da casa, poucas *obrigações*. Todo o trabalho produtivo dos homens tem participação das mulheres em algum momento. Na pesca, por exemplo, o homem a realiza, mas, quando chega com o peixe em casa, é a mulher que vai fazer a limpeza do pescado, quer para a venda, quer para o próprio consumo. Quando ocorre o plantio de alguma espécie, no caso de milho, feijão ou macaxeira, a mulher tem como obrigação ajudar na colheita ou em outras etapas da produção. As mulheres que não *ajudam* nessas ocasiões são consideradas preguiçosas pelos comunitários.

Na comunidade da Salvação, o sinônimo de mulher “boa” é mulher que desempenha muitas obrigações. Na obra *A oleira ciumenta*, realizada em 1985 com mulheres ceramistas na América do Sul, Lévi-Strauss destaca algo semelhante sobre essa desigual divisão sexual do trabalho. É colocada em destaque a preparação das mulheres desde a infância para agradar o futuro marido, e toda mulher que não soubesse fazer suas tarefas *de mulher* era considerada *criatura maldita*, como mostra o trecho abaixo:

[...] Nunkui, padroeira do cultivo e dos trabalhos femininos em geral, veio ensiná-los. Os mesmos mitos insistem no valor, digamos, ético, que os índios associam à arte da cerâmica. Para merecer um marido bom caçador, uma mulher tem de saber fabricar uma louça de qualidade, para cozinhar e servir a caça. Mulheres incapazes de fazer cerâmica seriam, realmente, criaturas malditas. (LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 37).

É nítido, nas palavras de Lévi-Strauss, que a educação recebida pelas mulheres é para servir os homens e cumprir com todas as ordens, caso contrário são consideradas mulheres indignas de terem um marido; é uma educação baseada no sacrifício da mulher, na desigualdade de gênero. Nossa sociedade foi construída com base nessas relações de desigualdade e servidão da mulher ao homem. Em pleno século XXI, apesar de todas as conquistas alcançadas pelas mulheres, ainda existem lugares onde a mulher é educada para servir o marido.

Percebo o trabalho realizado pelas mulheres como essencial para a sobrevivência dessas famílias. Elas estão em todos os lugares, da casa ao quintal, do quintal à feira. Maneschy (2001), ao estudar populações pesqueiras, indica que as mulheres estão quase sempre assumindo funções nos limites estabelecidos pelas hierarquias de gênero, articulando os requisitos da produção e da reprodução do grupo familiar. As entrevistas abaixo, realizadas na comunidade

da Salvação, mostram claramente a responsabilidade das mulheres para a manutenção familiar, como revelaram as pescadoras Edenilda Bentes (31 anos) e Maria Janilde (44 anos):

[...] Eu sempre corri atrás, para meus filhos não passarem fome em casa, não é? E até hoje são assim. Eu que aguento as pontas aqui em casa, ele vai. Ele deixa, assim, um dinheiro para mim, de reserva. Mas, quando ele chega, o dinheiro que ele deixa de reserva ele encontra, porque o dinheiro do camarão eu compro as despesas, não é? Compro as coisas para dentro de casa, compro comida. E, graças a Deus, ele sai de casa, mas nunca os meus filhos passaram fome, porque eu me viro; me viro de todo jeito para não ver meus filhos chorando com fome em casa. E aí, é assim que nós vivemos. (Edenilda Bentes Guimarães, 31 anos, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, dez. 2016).

[...] Às vezes, saio de manhã e só volto umas cinco horas da tarde. Um filho vai cuidando do outro, os mais velhos vão cuidando dos mais novos, e assim vai. Fico sempre preocupada, pois não sei o que estão fazendo. Para ser uma boa pescadora de camarão, a gente precisa ter coragem para sair andando por aí enfrentado perigo e muitas forças até para deixar os filhos para trás. Tem que abrir mão dos filhos. Tem que ter, se não nada faz, fica só em casa sem a garantia de um sustento. E tem que deixar comida para eles, porque passo o dia inteiro fora. Meu marido sempre aceitou essa vida. Com essa pesca, eu garanto o meu sustento e dos meus filhos e agora dos meus netos também. Pescar é tudo para mim, porque esse tempo não tem quase peixe e com a venda do camarão a gente pode comprar nossas coisas. (Maria Janilde, 44 anos, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

Essa divisão sexual do trabalho existente no contexto das mulheres somente amplia as desigualdades sociais que fazem parte do seu cotidiano. A falta de reconhecimento da importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência nas várzeas reforça os discursos que invisibilizam suas participações na esfera produtiva, reforçando o descaso social.

Um exemplo é a MP nº 665, no art. 2º, §1, que, ao deslocar a responsabilidade pela gestão do seguro-defeso para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), limita o recebimento de auxílios sociais às mulheres, visto que os benefícios somente podem ser recebidos um por vez. As beneficiárias do Bolsa Família, por exemplo, são atingidas diretamente, pois, quando recebem o seguro-defeso, não podem receber o Bolsa Família. A redefinição dessas regras de acesso ao seguro-defeso penaliza diretamente as mulheres, pois são também elas responsáveis por garantir a manutenção das famílias. Na Amazônia, o seguro-defeso inicia-se em 15 de novembro e se estende até 15 de março, porém são comuns atrasos no recebimento do benefício; assim, essas mulheres passam meses sem nenhuma transferência de renda, e isso só faz ampliar as desigualdades existentes nas várzeas amazônicas. Scherer e Lopes (2015) discutem essa questão:

[...] O mais grave, a meu ver, do (des)ajuste fiscal é o corte dos minguidos ganhos do Programa Bolsa Família. Não se pode ter dupla transferência de renda, em nome de ajuste de economia. Sabe-se que as famílias contempladas não ultrapassam R\$ 70,00 reais por pessoa. (SCHERER; LOPES, 2015, p. 221).

As mulheres pescadoras da comunidade da Salvação tomam para si a responsabilidade de manter a casa. Elas trabalham na roça, pescam, cuidam das crianças e da casa, e saem para vender o camarão fora da comunidade. Em certas ocasiões, o dia começa para elas às 23 horas do dia anterior, na época em que as águas estão baixando. Esse é o horário em que elas saem de casa para ir vender o camarão em Alenquer, chegando por volta das 4 horas da manhã. Algumas mulheres *atam*²⁸ suas redes dentro das embarcações (Figura 19), porém esses espaços não são suficientes para todos; as que não conseguem espaço para colocar suas redes vão todo o percurso sentadas em bancos de madeiras, sem nenhum conforto.

Muitas mulheres cedem esses espaços dentro das redes para os filhos que as acompanham e, assim, viajam por volta de cinco horas em condições precárias, sem direito a um descanso. Quando chegam a Alenquer, descem a rampa da embarcação e vão diretamente para o local de venda, que fica próximo ao porto do município de Alenquer, na rua Getúlio Vargas. Lá elas ficam até o meio-dia, horário em que começam a retornar à comunidade.

Figura 19 – Interior das embarcações utilizadas pelas mulheres



Fonte: Fotos da Autora

Em 9 de dezembro de 2016, acompanhei as mulheres pescadoras no trajeto realizado semanalmente por elas, da comunidade da Salvação até o município de Alenquer. Em épocas

²⁸ Essa expressão, conjugação do verbo “atar”, significa estender a rede de uma ponta à outra em um lugar onde possa sustentar uma pessoa dentro. Em geral, utilizam cordas para gerar maior segurança para quem a for utilizar. Esse modo de viajar é típico da vida na Amazônia.

da seca do rio, percorrem-se 48 quilômetros para chegar, levando em torno de quatro horas e meia. No período da cheia, o trajeto é de 15 quilômetros, com uma média de duas horas, pois usam atalhos que somente surgem nas épocas das cheias dos rios. Nesse dia, no retorno, lá estava eu, tão cansada, mas cheia de coisas para registrar em meu diário de campo, e assim comecei:

[...] São exatamente 13:10, estamos partindo para Salvação na embarcação do seu Juca. É nesse momento que a maioria das mulheres aproveita para almoçar. Algumas já deitadas em suas redes, e outras cedem a pequena área de conforto para seus filhos. Algumas já cochilam, algumas sentadas ou deitadas no chão da embarcação, depois de um dia que iniciou à 1 h da madrugada. Apesar de todo o sacrifício, não vejo mulheres tristes, mas bem-falantes, contando “causos” de um dia inteiro de trabalho. Dentro da embarcação tem refrigerante, açúcar, carne, frango congelado, mochilas, carotes de *diesel*, bolachas, redes, lençóis, aqui tem de tudo. Mas o que observo no rosto de cada uma é a alegria de poder estar voltando para casa. Não faço perguntas nesse momento, somente observo, pois sei que é a hora do descanso. A sensação de dever cumprido está estampada no rosto de cada uma delas. Agora é hora de voltar para onde é o lugar de cada uma. Chegamos na comunidade às 17h50 nesse dia. (RODRIGUES, Diário de campo, Pesquisa de campo, dez. 2016).

Certeau (2008) destaca a particularidade de como o local onde se organizam, às vezes de modo incoerente e contraditório, demonstra a pluralidade da vivência social. Ressalta ainda a importância das práticas cotidianas, como o ato de ler, conversar, habitar, cozinhar, as maneiras de falar, de caminhar, pelas quais o indivíduo pode seduzir, persuadir, refutar.

As mulheres das várzeas também utilizam o seu tempo para momentos de lazer. A espiritualidade está muito ligada a esses momentos. Consideram momentos de lazer o ir à missa (se for católica) ou ao culto (se for evangélica), em geral aos domingos, e às festas de cunho religioso, como as festas de santo da comunidade e das comunidades vizinhas. Também as igrejas evangélicas realizam festas muito apreciadas por seus frequentadores e por católicos.

As missas, em geral, são mais frequentadas pelas mulheres; os maridos ficam em casa, sozinhos, pois a maioria delas leva os filhos para a celebração. A igreja não fica lotada em missas rotineiras, e algumas pescadoras reclamam da falta de participantes nas cerimônias. Já nos cultos evangélicos as celebrações estão sempre bem cheias; a frequência de homens e mulheres é como na igreja católica: a presença da mulher é mais marcante. Outro momento de lazer são os torneios de futebol masculino e feminino; elas participam como espectadoras ou jogadoras. Quando há jogo na comunidade com times de outros lugares, os locais onde ocorrem os torneios ficam muito animados, a comunidade participa bastante.

Outro lazer na comunidade é assistir a novelas, filmes e telejornais; é um entretenimento muito esperado, uma programação aguardada por toda a família. Porém em muitas famílias não sobra dinheiro para essa diversão. Na verdade, ter acesso à televisão é um privilégio na comunidade, pois gasta-se em média um litro de gasolina (custa em média R\$ 4,80) por cada hora de programação televisiva. Nesses momentos, toda a família fica reunida, o que é um lazer apreciado por todos. Em uma dessas noites resolvi anotar em meu diário de campo sobre tal reunião:

[...] Na noite do dia 14/12/2016, ficamos todos reunidos na varanda da casa de dona Maria; notei que todos estavam ali, inclusive a filha, Raquel, que mora em outra casa; aliás, como ela não tem motor de luz, ela vem para a casa dos pais assistir televisão. Mas, antes de a televisão ter sido ligada, ficamos ali esperando a hora certa e aproveitamos para compartilhar muitas histórias. Foi um momento muito bom. Não senti falta de sofás e bancos. Assistimos TV deitados no assoalho, e tão logo um vento frio começou avisando que ia chover. Quando a televisão foi desligada, cada um foi para sua rede e fomos dormir com a chuva caindo no telhado. (RODRIGUES, Diário de campo, Pesquisa de campo, dez. 2016).

Os banhos nas águas do rio Amazonas na comunidade da Salvação são sempre estimados pelas mulheres. Nessas águas quase tudo é feito: a lavagem da roupa (Figura 20) e de louça, os banhos ao final da tarde (Figura 21), a lavagem do camarão e das embarcações. Para essas mulheres, as águas têm importância simbólica.

Figura 20 – Trabalho das mulheres na comunidade da Salvação: lavando roupa



Fonte: Foto da Autora

Figura 21 – Mulheres da Salvação em momento de lazer: tomando banho de rio



Fonte: Foto da Autora

O rio lhes garante a continuação da vida, como destacou o autor Leandro Tocantins na clássica obra *O rio comanda a vida*:

[...] O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística, o que pode comportar a transposição da máxima de Heródoto para os condados, a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos. Veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinante das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem ele o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização, comandam a vida no anfiteatro amazônico. (TOCANTINS, 2000, p.278).

As águas têm vários significados²⁹ para as mulheres: é lugar de lazer, de trabalho, de prazer e de realização. É do rio que elas tiram o sustento para a manutenção da vida. É o rio que as leva para todas as direções. A água consumida pelos moradores da comunidade é do rio,

²⁹ Certa vez, em umas das minhas viagens de campo à comunidade, fui convidada para almoçar na casa de uma pescadora; ao final do almoço, ela me ofereceu água para beber, imediatamente bebi a água que foi oferecida. Quando ela viu que o copo já estava seco, falou: “Agora, sim, você é da comunidade, bebeu nossa água sem frescura”. Na verdade, ela estava fazendo um teste comigo. Até hoje fico imaginando o que ocorreria se eu tivesse recusado. Confesso que, durante minhas viagens de campo, sempre levava água mineral, pois tinha medo de não me acostumar com o sabor da água vinda diretamente do rio, sem tratamento químico. Essa frase dita pela pescadora chamou muito a minha atenção, e a partir desse episódio não ousei ficar tomando água engarrafada perto das pescadoras, pois, se eu queria que elas confiassem em mim, eu tinha que valorizar o que elas tinham de tão precioso e contemplativo. Reconheço que, ao beber a água na Comunidade da Salvação, posso mergulhar nesse universo junto com elas.

armazenada em baldes e posteriormente colocada em um pote³⁰. Oliveira (2000) reconhece as significações da água para essas mulheres e evidencia a valorização da água no cotidiano:

[...] Além de objeto de contemplação, a água é lugar de passagem ou travessia, é ponto de navegação, de deslocamento de um continente ao outro, de contato corpóreo: o banho com significações sagrada ou profana realiza essa possibilidade, propiciando a ultrapassagem da emoção do olhar – da melancolia ou da alegria dos olhos. É quando se toca nas águas, mergulha-se em sonhos, purifica-se o corpo e a alma, ou quando simplesmente a este fornece-se o gozo em ato lúdico. (OLIVEIRA, 2000, p. 18).

O cotidiano das pescadoras da comunidade da Salvação é um espaço privilegiado de observação. Pela observação deste tivemos a oportunidade de captar o que não foi dito nem percebido por meio da entrevista. Heller (2008) observa que a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres, o descanso e a atividade social são partes orgânicas da vida cotidiana, o que representa para nós focos importantes, senão centrais do cotidiano.

Ao tratar do indivíduo, Heller (2008) se refere a ele não como um indivíduo abstrato ou excepcional, mas um indivíduo da vida cotidiana, isto é, voltado para as atividades necessárias à sua sobrevivência. A vida cotidiana é a vida de todo homem, na medida em que são postos os seus sentidos, as capacidades intelectuais e manipulativas, sentimentos e paixões, ideias e ideologias.

De acordo com Chizzotti (1992), o cotidiano traz diferentes abordagens, cujas raízes históricas evidenciam, de certa forma, o objetivo de uma análise do cotidiano, das questões da vida rotineira, dos processos, das práticas triviais: as conversas, as expressões faciais, os gestos, ligados ao contexto em que ocorrem nos instantes da vida diária das pessoas. Portanto, não se pode compreender o desenvolvimento histórico e econômico da sociedade sem considerar a heterogeneidade das ações e reações humanas na esfera cotidiana, considerando-se, então, que, se a existência da sociedade está condicionada à sua reprodução, que se dá continuamente em toda sociedade, existe uma vida cotidiana e todo ser humano, independentemente de sua posição na divisão social do trabalho, possui uma cotidianidade.

No cotidiano das mulheres pescadoras da Salvação, percebemos que elas trabalham mais que os homens, porém seu trabalho não é reconhecido, o que amplia as desigualdades sociais. As mulheres das várzeas amazônicas são socialmente desprovidas diante das condições precárias dos serviços públicos, e o isolamento espacial só faz dilatar as desigualdades existentes e os enormes déficits de cidadania (SCHERER; LOPES, 2015).

³⁰ Uma espécie de vasilhame feito de cerâmica para reservar água, muito utilizado nas comunidades ribeirinhas.

As mulheres são educadas para cumprirem com suas “obrigações de mulher”, consideradas não produtivas na teoria, porém na prática são esses trabalhos que garantem a sobrevivência das famílias nas várzeas. Não desconsidero a importância da participação dos homens no processo produtivo, mas destaco o quanto é importante o trabalho das mulheres para a permanência e sobrevivência das famílias nas várzeas amazônicas. A compreensão dos múltiplos significados do trabalho de pesca do camarão abrirá caminhos para propostas de melhorias das condições de vida dessas mulheres.

4.2 Os múltiplos significados do trabalho de pesca

[...] Não podemos ficar tristes com a vontade de Deus, quando a cheia é grande dá bem camarão, nosso trabalho é assim, tempos bons e ruins. A casa fica cheia de água, mas a camaroeira cheia de camarão. (Alcirene Pinto Monteiro, pescadora de camarão há 19 anos, maio 2016).

A memória da pescadora Alcirene Pinto Monteiro expressa de maneira singular os significados do trabalho da pesca do camarão realizado por mulheres na comunidade da Salvação. Seu discurso, em epígrafe, traz essa dicotomia de satisfação e decepção existente no cotidiano pesqueiro das mulheres.

Para Antunes (2005), o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização. Com base nesse pressuposto podemos afirmar que o trabalho desempenhado por essas mulheres lhes garante reconhecimento dentro de suas relações sociais.

O trabalho de pesca é dotado de significações para as mulheres, e em seus discursos ficou clara a pluralidade de significados no trabalho pesqueiro. Assim como relataram, durante as entrevistas, que o trabalho lhes garante felicidade, bem-estar e satisfação, também ficou claro que esse mesmo trabalho é dotado de exaustão. Não existe uma estabilidade duradoura; as significações se modificam cotidianamente. Arendt (2014) mostra essa pluralidade das significações do trabalho inseridas no processo natural da vida:

[...] Não existe felicidade duradoura fora do ciclo prescrito de exaustão dolorosa e regeneração prazerosa; e tudo o que desequilibra esse ciclo – a pobreza e a miséria nas quais a exaustão é seguida pela penúria ao invés de regeneração, ou a grande riqueza e uma vida inteiramente isenta de esforço na qual o tédio toma o lugar da exaustão e os moinhos da necessidade, do consumo e da digestão trituram até a morte, impiedosa e esterilmente, um corpo humano impotente – arruína a felicidade elementar que advém de se estar vivo. (ARENDR, 2014, p.133).

No mundo antigo, o significado do trabalho era compreendido como expressão de vida e degradação; na Idade Média, o trabalho foi considerado ato moral digno de honra e respeito;

na modernidade, foi apropriado como mercadoria, tornando-se uma necessidade para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza; e, no século XXI, o grande desafio é dar sentido ao trabalho (ANTUNES, 2005). Em suas reflexões, Antunes faz predominar a ideia de que, embora não seja o fim do trabalho, está ocorrendo uma fragmentação, além da heterogeneização do mundo do trabalho e, como consequência, dos trabalhadores.

Antunes (2011) defende o trabalho como necessidade natural do homem e o intercâmbio homem/natureza para manter a vida humana e assegurar o verdadeiro sentido do trabalho. Na obra *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho* (2005) aborda a duplicidade e a contrariedade presentes no mundo do trabalho, mostrando que, além de humanizar, ele pode degradar; liberar e escravizar; emancipar e alienar; e que o grande desafio do século XXI é dar sentido ao trabalho, “tornando também a vida fora dele dotada de sentido” (ANTUNES, 2005, p. 12). O autor mostra que o trabalho é uma atividade humana central na história de processo de sociabilidade, destacando que muitas das transformações no trabalho iniciaram com a criação do capitalismo.

Para Arendt (2007), o trabalho tem sempre um caráter penoso relacionado à labuta de satisfazer as necessidades vitais, nem mesmo a automação da produção contemporânea, que alivia o esforço físico, seria capaz de abolir o fato de que o trabalho ainda assim é repetitivo e resulta da compulsão do homem pelo suprimento das próprias necessidades. O ser humano necessita do trabalho para fazer parte do mundo em que está inserido. Nesse sentido, Arendt (2014) enfatiza:

[...] O trabalho, entretanto, é uma atividade na qual o homem não está junto ao mundo nem convive com os outros, mas está sozinho, e justamente por isso é radicalmente antipolítica. Ainda que viva na presença de outros, aquele que está aprisionado no trabalho jamais conserva as marcas distintivas da pluralidade, pois se experimenta apenas em meio à multiplicidade dos organismos vivos, na divisão de tarefas em vista do propósito de vencer imperativos da necessidade, indissociáveis do estar vivo. (ARENDR, 2014, p. 20).

Nas entrevistas, todas as pescadoras afirmaram que, no momento da pesca, não sentem dores, fadigas ou cansaço. Na hora em que avistam o camarão parece que tudo é compensado. Os sentimentos de êxtase e satisfação tomam espaço de dores e sofrimento, como mostra o relato da pescadora Maria Lindalva:

[...] A gente sente só animação para querer pegar mais camarão. Não sente dor, não sente cansaço. Só uma vontade de pegar cada vez mais camarão. Eu tenho uma dor nas minhas costas e pernas, meus filhos puxam para mim. Mas

na hora da pesca não sinto dor nenhuma. (Maria Lindalva Viana, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, maio 2016).

A presença da dor e o esforço no processo de trabalho transformam a vida, juntamente com a necessidade à qual está vinculada. As “fadigas e penas” estão incorporadas ao ciclo da vida biológica, e, assim, essa movimentação recorrente condicionada à vida humana e que faz parte do processo natural do ser humano e é o que lhe traz “vitalidade e vivacidade”. A obra é a força viva do trabalho, é o que dá sentido ao que é feito todos os dias. “A ausência de dor é condição corporal para experiência do mundo” (ARENDDT, 2014, p. 139). A dores e o sofrimento não são percebidos no processo de trabalho de captura do camarão, pois é nessa hora que o corpo fica voltado para dentro de si mesmo. A dor fica irrelevante frente ao processo vital que é a obra do fruto do trabalho. As mulheres naquele momento sabem que garantiram mais um dia na luta pela sobrevivência.

Para Arendt (2014, p. 140), [...] *A única atividade correspondente à experiência da não mundanidade, ou, antes, à perda do mundo que ocorre a dor, é a do trabalho.*

É justamente esse caráter que o faz completamente distinto da obra, produz algum resultado final que serve à estabilidade do mundo, à produção de coisas e objetos que se interpõem entre os homens e permanecem para além de sua existência. Além da manutenção da vida, o trabalho é importante para travar uma luta constante e interminável contra os processos de crescimento e declínio, mediante os quais a natureza permanentemente invade o artifício humano, ameaçando a durabilidade do mundo.

Arendt (2014) insiste no fato de que a distinção entre trabalho e obra foi eliminada ou, em grande parte, ignorada na era moderna. Todo o seu esforço consiste em resgatar esta distinção (que correspondia, na antiguidade, à distinção entre o trabalho não produtivo do escravo e a atividade produtiva do artesão).

Incorporamos as ideias de Arendt (2014) por saber que o produto do trabalho é uma parte deixada nesse processo para a vida humana. No trabalho de pesca existe um saber repassado cotidianamente entre mães, filhas e filhos, e isso é o que podemos chamar de *obra*, esses saberes repassados cotidianamente e que lhes irão render a manutenção da vida. A continuidade do trabalho é a obra, a tradição que está inserida é o que ficará de geração a geração. O trabalho é o esforço físico, a fadiga, as dores, o sofrimento; a obra, porém, está desaliada das coisas do mundo.

A distinção que Arendt (2014) fez entre trabalho e labor é essencial para compreender a condição humana desses significados do trabalho de pesca, pois o ser é plural e dotado de significâncias que vão além da materialidade. O labor, nesse ponto de vista, é uma atividade

que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas pelo trabalho para alimentar o processo da vida. O labor é a mais natural, a menos mundana e a mais privada das atividades humanas, que corresponde ao processo biológico, ao ciclo natural da vida e à sobrevivência. Sua importância nasce do fato de a vida biológica possuir urgência: nada é mais importante do que a manutenção da vida. O trabalho de pesca do camarão dá sentido à vida dessas mulheres; elas se recriam resignificando seu modo de vida.

O trabalho de pesca é cíclico, porém as ações e obras que o circundam tendem a sofrer transformações, graças à capacidade que o homem tem de se adaptar a um meio ecológico complexo. E isso é possível graças aos saberes acumulados sobre os lugares e as diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado, que depende da mobilização e do domínio de técnicas: de caça, de pesca, de plantio, de identificação na mata, de recursos que alimentam seu sistema de preservação da saúde, de curas, de manejo de espécies e de defesa dos membros do grupo.

Para Castro (1998), a noção de trabalho na Amazônia faz parte de um sistema indissociável das outras atividades do cotidiano, das relações de parentesco e das relações políticas. A pesca artesanal de camarão vem de um conhecimento pautado no ofício cotidiano do trabalho, herdado de mãe, filhas e filhos, estando além das relações de parentesco, numa tradição transmitida oralmente. Ainda permanece visível, principalmente, nos lugares onde são vendidos os camarões, pois é forte a presença dos filhos e filhas junto às pescadoras de diferentes gerações.

As transformações do trabalho da mulher pescadora, são reflexo da sua cultura e fazem parte do seu cotidiano. Quando abordamos as transformações referimo-nos às mudanças que a cada dia as mulheres vivenciam, aos novos saberes que reconfiguram cotidianamente as suas relações com a família e os significados do trabalho.

Cada povo constrói sua própria cultura a partir de suas próprias particularidades e singularidades, fruto de uma interação entre a comunidade, o trabalho, a natureza e o mundo externo, que vão influenciar esse desenvolvimento, pois a cultura é o modo de agir, sentir, pensar de um povo (LEFF, 2009).

Para o trabalho da pesca do camarão são necessárias muitas horas de dedicação na terra e na água. É movido por significações que cotidianamente se transformam. Nesse contexto de significados, pensar no cotidiano é trazer para o primeiro plano a história dessas mulheres, muitas vezes esquecidas e visualizadas sem o perceber das motivações, dores sofridas, marcas, riscos, devido às condições precárias dos ambientes a que essas mulheres são expostas, como mostram os depoimentos das pescadoras Domingas Silva, Alcirene Pinto e Tania Viana:

[...] A pesca de camarão primeiro era muito sofrida, tínhamos que sair daqui remando para bem longe. Quando ia daqui para lá era bom, mas quando vinha tinha que subir em cima do barranco para voltar para casa. Uma noite, eu cheguei em casa com a Dinuca, era umas onze horas da noite, com as saias todos rasgadas de tanto puxar casco, padecemos muito... Deus te livre, mas quando é época boa de pescar, a gente esquece tudo e vai de novo pescar. (Domingas da Silva Pinto, pescadora há 28 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, maio 2016).

[...] Uma vez eu saí lá para o Pipira, as ondas das águas estavam muito grandes, a máquina parou de funcionar, foi bem difícil. Eu estava com muito medo. Eram ondas muito grandes, eu pensei que não iria conseguir mais voltar. Naquele dia fiquei com muito medo. (Alcirene Pinto Monteiro, pescadora de camarão há 19 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, maio 2016).

[...] Já enfrentei perigo, uma vez enfrentei um temporal. Alagou tudo, e o que eu peguei afundou. Nunca esqueço desse dia, perdi todo o camarão. (Tania Viana Bentes, pescadora de camarão há 22 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, maio 2016).

As condições precárias dos locais de pesca, os perigos, as muitas horas de esforço físico passam despercebidos no cotidiano dessas trabalhadoras pela sociedade e por elas mesmas. Em seus discursos percebe-se um direcionamento maior para momentos felizes; não dão tanta relevância aos problemas, dores e sofrimento enfrentados no cotidiano do trabalho.

Dejours (1991) afirma que os trabalhadores encontraram diferentes estratégias, sejam individuais, sejam coletivas, para se proteger da violência emanada das formas atuais em que se encontram as relações laborais e a organização do trabalho. Isso significa que alguns trabalhadores encontraram um meio para suportar e ajustar o sofrimento produzido pelo trabalho e, ainda assim, manter a aparente normalidade do seu funcionamento psíquico.

Os trabalhos de pesca têm significações prazerosas para elas; apesar das situações de perigo e sofrimento; cotidianamente novas conquistas e novos desafios vão sendo traçados. Em seus relatos, ficam muito nítidos esses significados distantes de dores e dificuldades enfrentadas nas horas do trabalho de pesca:

[...] A pesca para mim é uma diversão. Uma alegria, podemos falar o que não deve. Quando chega àquela hora, tem que ir para lá. Muita alegria! Lá a gente conversa de tudo. Ouve o que quer e o que não quer. Fala muita besteira, acha muita graça. Quando chega àquela hora, chega dá uma agonia, a gente tem que ir para lá. (Izoneide Cardoso Pinto, pescadora de camarão há 11 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, maio 2016).

[...] A pesca do camarão representa muita coisa, e fico triste quando não vou pescar. Já senti muito bicho passar por baixo da canoa; uma vez, eu estava até

com meu marido, aí eu senti aquele rebuliço embaixo da canoa, que levou a gente lá em cima; ainda bem que sempre levo comigo um terçado, uma arma; o sicuriju é traiçoeiro, vem por trás, ele não ataca pela frente. Mas a vontade que tenho em estar lá todo dia é grande. Eu gosto de pescar. (Maria Jocinéia Almeida da Rocha, pescadora de camarão há 20 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, maio 2016).

[...] Muita brincadeira, risada e alegria; me sinto alegre. A pesca do camarão era uma brincadeira, principalmente quando o rio começava a encher, aí chegava o tempo de ir pescar. (Maria Sebastiana, pescadora de camarão há 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, maio 2016).

A importância econômica que rege o trabalho de pesca do camarão para essas mulheres é inquestionável, diante dos déficits das políticas de transferência de renda para populações rurais. Isso poderia ser uma forte motivação para continuar enfrentando todas essas dificuldades, porém as significações que lhes dão prazer no trabalho de pesca parecem estar acima da realização financeira, apesar de não descartarem a importância que o trabalho da pesca do camarão tem para sobrevivência familiar.

O trabalho da pesca do camarão nasceu na comunidade da Salvação em um momento de dificuldade, em virtude da queda da produção da juta. Porém as significações da pesca, no decorrer do tempo, foram sendo recriadas para a manutenção e a permanência de um modo de vida.

4.3 A pesca do camarão e seu processo histórico na Comunidade da Salvação

Com a queda da produção da juta³¹ na segunda metade do século XX, a pesca do camarão foi uma alternativa para a manutenção do modo de vida no Baixo Amazonas. A comunidade da Salvação foi uma produtora de juta, nesse período as famílias dedicavam-se ao cultivo, pois era o que lhes garantia renda. A pesca do camarão surgiu como uma alternativa para a sobrevivência das famílias, e foram as mulheres que tomaram a frente dessa nova categoria de trabalho.

A pesca do camarão surgiu na década de 70 como uma nova forma de trabalho para as famílias na comunidade da Salvação. Hoje é evidente o protagonismo da mulher na economia

³¹ A produção da fibra de juta no Brasil teve sua origem na Amazônia Ocidental, como alternativa econômica e valorização do capital, diante da decadência do ciclo da borracha, no fim do século XIX. A partir do município de Parintins, o plantio da juta veio a se expandir por toda a região do Baixo Amazonas paraense, como apontam os estudos de Pinto (2010). Desta forma, o cultivo da juta passou a ser um saber familiar, e as plantações davam-se nas terras dos pequenos e médios agricultores, inicialmente japoneses e depois agricultores familiares ribeirinhos da Amazônia (HOMMA, 2010). De acordo com Homma (2010), famílias japonesas deslocaram-se para Breves, no estado do Pará, para tentar o cultivo da juta, porém o solo não se mostrava propício a esse tipo de cultura. Voltaram-se para Santarém, onde encontraram o solo ideal para o plantio da espécie. Santarém passou a ser, então, juntamente com os municípios vizinhos de Alenquer, Óbidos e Monte Alegre, o principal centro produtor de juta do Pará.

familiar na comunidade, em virtude de a pesca do camarão garantir a manutenção da vida. Elas participam de todo o processo de trabalho da pesca do camarão, desde a captura até a comercialização, garantido a sobrevivência de dezenas de famílias da comunidade.

A pesquisa realizada por Raposo (2014), em Parintins, no Baixo Amazonas, intitulada “*As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins*”, também relata a inserção das mulheres no trabalho de pesca do camarão logo depois da decadência da produção de juta.

O trabalho de Sandra Helena da Silva (2013), realizado na Ilha do Valha-Me Deus, em Juruti (PA), denominado “*Mulheres cultivadoras de juta e malva na região do Baixo Amazonas*”, mostra a presença das mulheres, até hoje, na produção de juta no Baixo Amazonas, destacando a importância do trabalho dessas mulheres como um valor fundamental para a sustentabilidade familiar.

Durante as entrevistas, pudemos perceber que a história do trabalho da pesca do camarão na comunidade da Salvação aparece claramente nos discursos das pescadoras, porém não é especificado como um trabalho, mas como uma ajuda financeira na renda familiar.

Esse discurso de que a mulher *ajuda* precisa ser eliminado do contexto pesqueiro do Baixo Amazonas. Essas mulheres são centrais no processo de trabalho, detentoras de conhecimentos que garantem a sobrevivência de suas famílias. A pesca do camarão é uma forma de trabalho com diferentes significações e garante, além da sobrevivência, também a permanência das populações nas várzeas amazônicas.

A princípio, a pesca do camarão na comunidade da Salvação era realizada apenas para o consumo familiar e para o camarão ser usado como isca para a captura de outras espécies. Na comunidade, em épocas de enchentes severas³², os locais das casas ficam completamente inundados. No passado, a captura do camarão ocorria nas varandas das residências como uma forma de entretenimento para toda a família. Relatos da pescadora Domingas da Silva confirmam que essa pesca era percebida como um lazer para os moradores em épocas da cheia dos rios³³:

[...] O camarão a mamãe só mandava pegar para puxar tracajá, pitiú, tartaruga... Aqui era muito farto, não tinha necessidade de pescar o camarão.

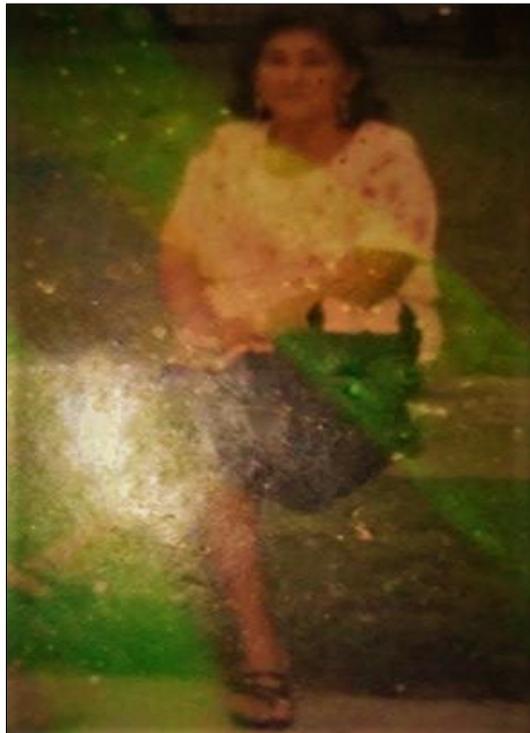
³² Nos anos de 2016 e 2017, período em que realizei minha pesquisa de campo, não houve uma cheia severa. Algumas partes da comunidade não ficaram imersas nas águas. No ano de 2009 aconteceu uma cheia considerada severa, deixando a comunidade completamente alagada. Muitos moradores tiveram que ir para outros locais, abandonando suas casas.

³³ Na época das cheias dos rios, as famílias na Comunidade da Salvação costumam ficar mais em casa, principalmente as crianças menores, pois com a subida das águas os animais peçonhentos aparecem em maior quantidade. Há relatos de casos de aumento da quantidade de sicuris (espécie de cobra muito temida pelos moradores), que na época de enchente ficam famintas e vão em busca de animais e crianças dentro das casas.

Ele era usado só para puxar peixe; era muito difícil pescar o camarão, era cada um graúdo. A gente se divertia muito puxando camarão. A melhor época era quando o rio estava beirando as casas, tinha muito. (Domingas da Silva Pinto, 68 anos, pescadora de camarão há 28 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

A primeira pescadora de camarão da comunidade da Salvação que reconheceu a pesca do camarão como uma alternativa de renda para a manutenção familiar foi Januária da Silva Pinto, “dona Jiuca” (figura 22).

Figura 22 – A primeira pescadora de camarão da comunidade da Salvação: Januária da Silva Pinto, “dona Jiuca”



Fonte: Levantamento de campo (2017); Foto da Autora

Incentivada por uma amiga do município de Alenquer, Januária, ou dona Jiuca, iniciou uma nova forma de trabalho, que hoje na comunidade é de fundamental importância para a sobrevivência de muitas famílias. Foi a primeira mulher a sair da comunidade da Salvação com o objetivo de levar o camarão para ser comercializado. Dona Jiuca até momento estava limitada à esfera doméstica e aos poucos foi ingressando em um espaço com diferentes sentidos e influenciando outras mulheres.

O relato da pescadora Maria Sebastiana confirma esse pioneirismo de dona Jiuca na comercialização do camarão:

[...] Foi a minha irmã **Jinuca** que iniciou a pesca do camarão aqui na comunidade, depois ela ia vender lá na cidade. Quando eu comecei a pescar, meus filhos estavam todos grandes. Minha irmã insistia muito para eu ir pescar camarão, mas eu sempre dizia que tinha filhos, a roça, a casa para cuidar e acabava não indo. Até que um dia, de tanto me aperrear, acabei indo. Eu levava o camarão para a cidade, aí vendia tudinho. Eu pescava aqui mesmo, faz uns quarenta anos que essa pesca existe aqui. Nós íamos pescar lá na mata do Vitória. A pesca do camarão azalou³⁴ a partir de 2005 para cá, começaram a pescar bastante. (Maria Sebastiana, 71 anos, pescadora de camarão há 30 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

O fato de a pesca do camarão na comunidade da Salvação ter-se iniciado no contexto doméstico, percebida primeiramente como uma diversão, e a presença de uma mulher como pioneira na comercialização do camarão deram à pesca do camarão *status* de um trabalho próprio de mulheres. A pesca do camarão na comunidade é percebida como uma pesca fácil, e isso somente vem reforçar a desigualdade de gênero presente nesse contexto pesqueiro, no qual o trabalho de pescadoras é percebido como menos importante do que os realizados pelos homens.

As relações de gênero contidas na produção pesqueira do camarão não são flexíveis para as mulheres: elas têm papéis permanentes no cotidiano de pesca e, além de todas as obrigações domésticas realizadas, são incumbidas de tarefas que fazem parte do trabalho de pesca do camarão realizadas somente por elas. Existem diferenças e semelhanças nas relações do trabalho, como mostra Saffioti (1992):

[...] as relações de classe estão presentes na reprodução, assim como as relações de gênero penetram na produção. Cabe, pois, procurarmos detectar a presença das diferenças-semelhanças de gênero nas relações de produção, assim como as diferenças semelhanças de classe nas relações de gênero já que estes dois tipos de relações são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social. (SAFFIOTI, 1992, p. 18-19).

As dimensões simbólicas existentes no processo de trabalho são responsáveis por criar espaços de conflitos sociais de gênero (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). O sujeito humano se constitui através do trabalho, modificando seu espaço e a si mesmo, criando novas formas de sobreviver. No trabalho, o ser humano reproduz suas formas de sociabilidade, incorporando valores e hierarquias. Compreender a centralidade na análise das relações de trabalho torna-se essencial para o percebimento das desigualdades de gênero, dos conflitos e da invisibilidade.

³⁴ Espalhou-se.

Alguns homens que atuam na pesca do camarão na comunidade da Salvação são os *ajudantes* das mulheres, denotando uma inversão de papéis no contexto pesqueiro. Os homens participam de algumas etapas do processo de pesca, porém sua participação não é fixa. As mulheres é que detêm o conhecimento dos lugares onde encontrar o camarão, das melhores iscas, da fabricação dos apetrechos. Contudo, embora os homens sejam coadjuvantes nesse trabalho de pesca do camarão, as mulheres pescadoras estão longe de serem reconhecidas como trabalhadoras.

Quando os homens participam, eles pilotam a embarcação até os locais de pesca e ajudam na seleção do camarão para a venda, porém essa não é uma ajuda fixa; essas colaborações ocorrem ocasionalmente e, na maioria das vezes, são realizadas pelos próprios filhos, como mostram as imagens da figura 23.

Figura 23 – Etapas do trabalho de pesca realizado pelos filhos e filhas das pescadoras. A. Criança pilotando embarcação; B. Criança pescando camarão; C. Criança vendendo camarão; D. Criança realizando a batida de camarão.



Fonte: Fotos da Autora

Essas desigualdades na divisão do trabalho de pesca são desfavoráveis às mulheres, sobrecarregando-as cotidianamente, pois, além do permanente trabalho de pesca, as mulheres assumem a responsabilidade de pequenos cultivos, muitas vezes no quintal da propriedade onde moram, que lhes garantem a alimentação da família e a geração de renda.

O conhecimento do trabalho de pesca do camarão é operacionalizado através da utilização de instrumentos fundamentais na prática pesqueira. A forma como se utiliza e o processo de fabricação são especificidades que dão suporte à pesca do camarão.

4.4 Os instrumentos de trabalho da pesca do camarão

Para dar suporte ao trabalho de pesca do camarão são necessários alguns instrumentos, dentre eles: camaroeira, balde, facão, lanterna, cuia, varejão, encerado, remo e bacia. Esses instrumentos facilitam o trabalho de pesca diante das tantas adversidades existentes. Eles foram sendo introduzidos e aos poucos alterados para a otimização do processo de trabalho, que é longo e repetitivo. Os instrumentos de trabalho são mais que ferramentas para desenvolver o trabalho: fazem parte da durabilidade e estabilidade do mundo (ARENDDT, 2014).

As pescadoras são responsáveis pela fabricação das camaroeiras. Esse é o apetrecho utilizado na comunidade da Salvação, mas, de acordo com os relatos das pescadoras de camarão, já houve outros apetrechos. O primeiro a ser utilizado na comunidade foi uma espécie de arrastão, introduzido pela Sra. Ana Biriré, mas não teve sucesso, pois a captura de camarão era pequena e se retiravam muitos restos de lixo do fundo do rio, como mostra a figura 24.

Figura 24 – Arrastão para a pesca do camarão



Fonte: <http://obidense.com.br/conteudo/285/a-pesca-do-camarão>

Em seguida, foi introduzido o matapi (figura 25). Segundo relatos das pescadoras, o Sr. João Paz trouxe-o para a comunidade, mas este não se popularizou, pois o matapi atraía algumas espécies de cobras para dentro do apetrecho. A pescadora Maria Souza da Silva relata que certa vez foi fazer uma “pegação de camarão” utilizando um matapi na frente de sua casa, porém quando o foi recolher foi surpreendida por uma cobra jararaca e desde então nunca mais o utilizou.

Figura 25 – Matapi: apetrecho para a captura de camarão



Fonte: <http://obidense.com.br/conteudo/285/a-pesca-do-camarão>

As camaroeiras são feitas com dois tipos de materiais: a sarrapilha (figura 26 A), que custa R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos), o metro, em geral comprada no comércio do município de Alenquer; e sacos de batata (figura 26 B).

Figura 26 – Apetrechos da pesca. A. Camaroeira confeccionada com sarrapilha; B. Camaroeira confeccionada com saco de batatas



Fonte: Foto da Autora

Atualmente a unidade do saco de batata custa R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos), e para fazer uma camaroeira com saco de batata são necessárias duas unidades. Com a sarrapilha é necessário um metro para a confecção de uma camaroeira. Para dar suporte à camaroeira é utilizado um vergalhão de ferro ou arame liso em forma circular, medindo aproximadamente 80 centímetros, então o saco de batata ou a sarrapilha são amarrados com uma linha de malhadeira de dois milímetros para serem sustentados no vergalhão ou ferro.

As camaroeiras duram em torno de 60 a 90 dias, quando a captura de camarão realizada pelas pescadoras é intensiva. Em média, em um dia pesca do camarão são levadas de cinco a seis camaroeiras.

O balde é outro instrumento necessário na pesca do camarão, sendo utilizado para colocar as iscas para a captura do crustáceo. Em geral, são de plástico, com alça. É necessária apenas uma unidade para a pesca. As preparações das iscas ocorrem antes de as pescadoras ingressarem nas embarcações para se dirigem aos pontos de pesca. As pescadoras utilizam ossos de peixe assado, ossos de boi, cabeça de pirarara (*Phractocephalus hemioliopterus*), todos misturados com um pouco de farinha de mandioca. Os ossos de boi também podem substituir as pedras que, em geral, são colocadas no fundo da camaroeira, na hora da pesca, para afundá-la. Esses ossos são encontrados nos açougues do município de Alenquer, e as mulheres os trocam por camarão; um quilo aproximado de osso de boi é trocado por uma sacola de camarão com aproximadamente 600 gramas.

As pescadoras realizam um tipo de mistura para as iscas nesses baldes, então umedecem-na com água até que se forme uma mistura denominada pirão, que é colocado dentro da camaroeira minutos antes de esta ser colocada na água para a captura do camarão. Há também quem utilize, algumas vezes, a polpa do fruto popularmente chamado de castanha-de-macaco (*Couroupita guianensis*), encontrado nos arredores da comunidade (figura 27).

Figura 27 – Isca para pesca do camarão: castanha-de-macaco (*Couroupita guianensis*)



Fonte: Foto da Autora

Outro instrumento importante para a pesca do camarão é o facão (figura 28). Com ele se corta o capim, antes da pesca, para fazer uma limpeza no local, eliminando o que poderia

atrapalhar, e colocar a camaroeira. É utilizado também como medida de proteção de um possível ataque de cobra ou jacaré durante a pesca.

Figura 28 – Instrumento para a pesca do camarão: facão



Fonte: Foto da Autora

Outra utilidade do facão é para o corte da lenha que será utilizada para o cozimento do camarão. O facão custa, em média, R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), e a sua durabilidade pode chegar em torno de três anos ou mais, dependendo das condições de uso.

A lanterna também é um instrumento essencial. Ela tem muito valor no cotidiano, tendo em vista que a energia elétrica da comunidade é movida a gerador. As pescadoras de camarão saem muito cedo para o trabalho de pesca do camarão, e a lanterna as auxilia dando-lhes visibilidade nos horários da madrugada ou noite. De acordo com as pescadoras entrevistadas, existem dois tipos de lanterna utilizados na pesca do camarão: a lanterna para o “pueiro”³⁵ (figura 29 A) e outra para o “popeiro”³⁶ (figura 29 B).

Figura 29 – Instrumento para a pesca do camarão: A. Lanterna do “pueiro”; B. Lanterna do “popeiro”



Fonte: Foto da Autora

Outro instrumento utilizado na pesca do camarão é a cuia (Figura 30 A). A comunidade da Salvação é repleta de árvores-de-cuia, ou cuieiras (*Crescentia cujete*), como mostra a (Figura 30 B). Em quase todos os terrenos podemos avistar de longe aqueles frutos verdes, de todos os

³⁵ Quem pilota a embarcação.

³⁶ Quem auxilia o piloto da embarcação.

tamanhos, fazendo parte da paisagem do lugar. É usada na hora do banho, como vasilha para guardar farinha, tirar água do pote e em quase todas as atividades domésticas. Na pesca do camarão, é importante para retirar a água da embarcação, recolher a água do rio para lavar o camarão, pois a primeira lavagem já é no local de pesca, e retirar água para o consumo.

Figura 30 – Instrumento para a pesca do camarão Comunidade da Salvação. A. Cuaia; B. Árvore-de-cuia ou cuieira (*Crescentia cujete*).



Fonte: Foto da Autora

Para deixar uma cuaia pronta para uso são necessárias algumas etapas. Primeiramente, tem-se que retirar o fruto da cuieira. No dia seguinte, partir o fruto e deixá-lo de molho na água, na maioria das vezes por mais de vinte e cinco dias. Em seguida, amarrar em alguns galhos ou varas as sacas e deixá-las de molho no rio por oito dias. E, então, lavar e fazer a limpeza, com uma espécie de colher sem cabo: começa-se a raspar e a tirar a polpa do fruto. Por fim, é colocada exposta à luz solar por uns três dias e, então, está pronta para uso.

Somadas aos importantes instrumentos para a pesca estão as sacas, as mais utilizadas na pesca do camarão. As pescadoras reutilizam sacas que já iriam para o lixo, transformando-as em depósitos de camarões durante a pesca. São utilizadas para reservar o camarão na hora da pesca e ir dando a primeira lavagem do camarão na água corrente, servindo como uma peneira.

Outro instrumento muito presente na pesca do camarão é o varejão (Figura 31). É utilizado para amarrar as embarcações, para não ficarem soltas no rio. De acordo com as pescadoras, sem o varejão a pesca fica muito difícil, pois é o que sustenta as embarcações nos barrancos, gerando apoio para estas ficarem paradas e as pescadoras poderem colocar as suas camaroeiras.

Figura 31 – Instrumento para a pesca do camarão: varejão



Fonte: Foto da Autora

Esses varejões são encontrados na natureza oriundos de pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*), envira-preta (*Guateria inundata*) ou socorozeiro (*Eugenia brachypoda*).

Outro instrumento presente no trabalho de pesca é o encerado (Figura 32), como é chamado pelas pescadoras. Trata-se de um acessório de pesca de cor azul, utilizado na terra e na água. Na água, usa-se para forrar o fundo da canoa e, na terra, para colocar o camarão para secar. O encerado é um tipo de plástico muito utilizado para fazer a proteção de embarcações contra a chuva.

Figura 32 – Instrumento para a pesca do camarão: encerado



Fonte: Foto da Autora

Um instrumento no trabalho de pesca que, mesmo com toda a tecnologia apresentada, ainda é utilizado é o remo. Sabe-se que o remo foi utilizado por muitos povos indígenas séculos atrás e, mesmo com a invenção dos barcos movidos a motor, ele é essencial no trabalho de pesca. O remo dá suporte nos locais de pesca, principalmente quando a embarcação precisa ser desligada, servindo para auxiliar na locomoção. No período da vazante e seca, o remo é mais utilizado na pesca, pois começam a surgir bancos de areia e a locomoção da embarcação somente é possível com sua utilização. O remo faz parte do conhecimento tradicional da Amazônia e é preservado dentro do trabalho de pesca como um instrumento de grande importância. O saber-fazer, dentro do mundo real e sobrenatural, repassado oralmente de geração a geração, em um contexto não urbano, é considerado conhecimento tradicional. Para as sociedades indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social (DIEGUES, 2000).

O último instrumento utilizado em todo o processo do trabalho de pesca do camarão é a bacia (Figura 33). Ela é utilizada para guardar o camarão, depois que está limpo e cozido, e também nos locais de venda, para expor o camarão.

Figura 33 – Instrumento de produção: bacia de alumínio



Fonte: Foto da Autora

As bacias utilizadas pelas pescadoras são, em sua maioria, de alumínio, e, em geral, cada pescadora possui de duas a quatro unidades. As bacias são zelosamente ariadas³⁷ até que brilhem. De acordo com as mulheres entrevistadas, quem não limpa a sua bacia até brilhar é considerada uma mulher preguiçosa. Notei que nas casas das pescadoras suas vasilhas de trabalho são sempre muito bem ariadas e expostas para que todos percebam que ali mora uma mulher *valorosa*.

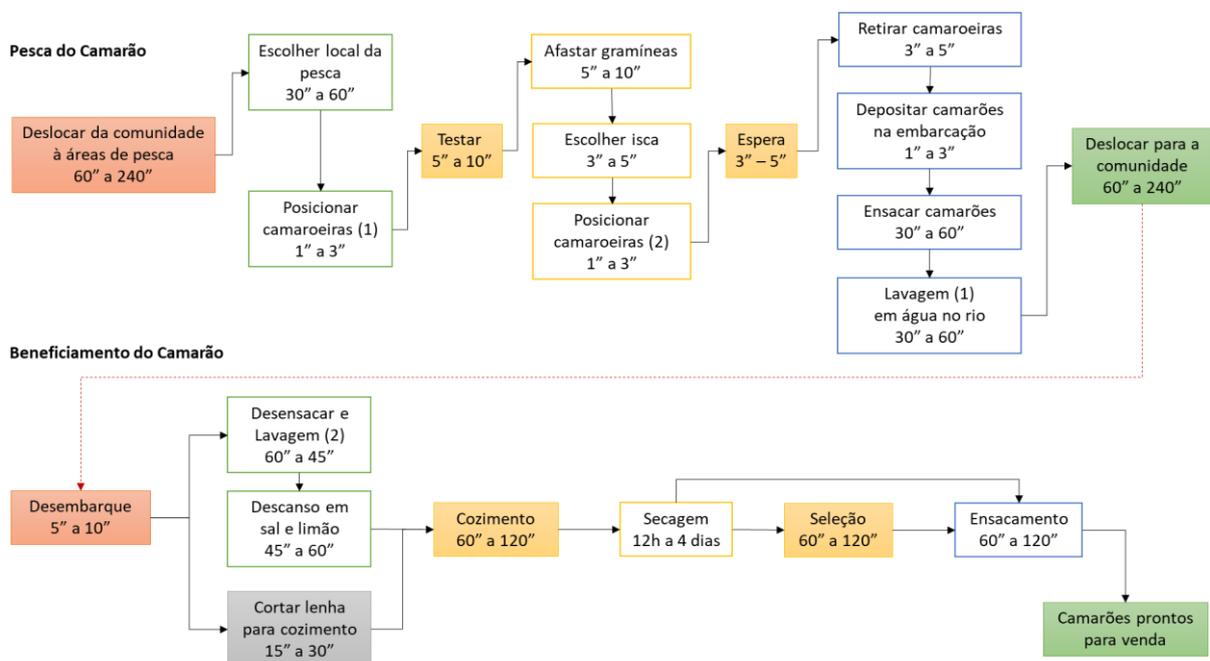
³⁷ Lavadas com água, sabão e palha de aço, utilizando-se da força para remover qualquer resíduo de sujeira.

Os instrumentos de trabalho utilizados pelas mulheres no processo de pesca são uma conexão entre o tradicional e o moderno. Elas incorporaram ao trabalho de pesca elementos novos, sem deixar de lado o conhecimento tradicional que lhes foi repassado. Esses instrumentos foram adaptados de acordo com as suas necessidades, sendo incorporados para aprimorar o processo de trabalho da pesca do camarão.

4.5 Etapas do trabalho da pesca do camarão

As etapas que regem o trabalho de pesca são realizadas em grande parte pelas mulheres e vão desde o deslocamento para a pesca, as ações de pesca e o beneficiamento do camarão (Figura 34). Para cada período sazonal são utilizadas nas etapas do trabalho de pesca embarcações de acordo com as suas necessidades e os locais escolhidos.

Figura 34 – Representação esquemática das etapas e atividades de trabalho da mulher na pesca e beneficiamento do camarão na comunidade Salvação.



Fonte: Elaborado pela autora; Organizado por CANALEZ (2018)

Cada atividade é desenvolvida num período de tempo específico que varia conforme descrito na figura acima. A escolha do local é realizada mediante o conhecimento e praxis das pescadoras que promovem a atividade de teste para, de fato, iniciar a captura do camarão. A espera é curta (3'' a 5'') porém determinante para a conservação do crustáceo, principalmente para manter os camarões vivos até o processo de cozimento que ocorrerá, em geral, até seis horas após a captura. O cozimento é o preparo do camarão que de acordo com as mulheres não

há a necessidade da utilização da água, apenas do sal, e o tempo dessa etapa varia de acordo com o quantitativo de camarões capturados e colocados no processo.

Após a secagem, a seleção é iniciada, porém somente nos meses de agosto, setembro e outubro (safra do camarão) em que o quantitativo aumenta consideravelmente.

Na comunidade da Salvação, as embarcações utilizadas no trabalho de pesca são o casco (Figura 35 A) e a bajara (figura 35 B). O casco é uma espécie de canoa movida a remo, mais utilizado nos locais próximos da comunidade; também quando falta dinheiro para a compra de combustível se faz uso dele. As bajaranas são embarcações movidas a gasolina; são utilizadas para locais mais distantes, principalmente nos períodos quando há mais fartura de camarão.

Figura 35 – Embarcação utilizada na pesca do camarão. A. Casco; B. Bajara



Fonte: Foto da Autora

Durante a pesca, as pescadoras compartilham alegrias e tristezas de suas labutas diárias. Repassam saberes aos seus filhos sobre variados assuntos referentes à natureza e à própria vida. É neste momento, portanto, que são consolidadas e repassadas as práticas pesqueiras adquiridas por meio do vasto conhecimento empírico que as pescadoras possuem do ecossistema; assim, transmitem valores e práticas cotidianas a outras gerações, por meio da oralidade.

A pesca do camarão é realizada pela manhã e à tarde. Quando saem pela manhã, vão a partir das quatro horas da madrugada e somente retornam depois do meio-dia. No horário da tarde, em geral, vão às 14 horas e somente retornam ao anoitecer, por volta das dezoito horas. De acordo com as pescadoras, no passado as mulheres retornavam mais cedo da pesca do camarão, bem antes do anoitecer, pois temiam aparições sobrenaturais e extraterrestres, como mostra a entrevista abaixo, das pescadoras Domingas Silva e Sebastiana Pinto, respectivamente:

[...] Antigamente tinha o chupão, diziam que atacava ali no Carmo. Quem saía para pescar chegava cedo, jantava cedo. Quando dava cinco horas já estava todo mundo dentro de casa. O pessoal enxergava um fogo que vinha lá de trás. Eu nunca vi, não tinha coragem de sair para espiar, eu tinha medo. Eu saía uma hora da madrugada para poder voltar cedo, antes que escurecesse. Às cinco horas, já tinha que estar fechando as portas. Era muito perigoso, ele atacava as pessoas. Atacou a finada Lenina, deixou ela praticamente morta. O chupão atravessou por cima da casa dela, uma luz que vinha de cima. Naquele tempo, as casas eram cobertas de palha. Aquela luz atravessou a palha. (Sra. Domingas da Silva Pinto, 68 anos, pescadora de camarão há 28 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, ago. 2016).

[...] Foi um tempo que aparecia um aparelho que chupava as forças das pessoas. Era capaz de nós morrermos na beira do Amazonas. Ele saía e chupava o pessoal. Ele chegou a pegar a Bejamina. Aquele aparelho clareava e atravessava as casas. Diziam que eram os americanos, outros diziam que eram os chineses, eles queriam sugar o nosso sangue para levar para investir nos estrangeiros. Isso acontecia lá embaixo. Ele subia por trás dessa mata, era um aparelho que surgia, e, quando a gente via, saía correndo. Sentia o cheiro de carbureto. Uma vez pegou uma casa e destelharam a casa. Deu aquele foco de luz para cima da casa. Chega clareava essa ilha. A gente avistava uma bola de fogo. Aí a gente avistava – *olha lá o aparelho!!!* E então corria. Nós chegamos a ir buscar o cabo Chico lá em Alenquer. Ele ficou não sei quantos dias para esperar, e eles só ficavam por trás das copas das árvores lá atrás. O cabo Chico disse que não podia atirar porque ia prejudicar a comunidade. Foi até que, graças a Deus, eles sumiram. Eles sentaram nessas fazendas para cá, e os vaqueiros, olha, tudo com medo. A gente não dormia, com medo. (Maria Sebastiana Pinto, 71 anos, pescadora de camarão há 30 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, ago. 2016).

Galvão, na obra *Santos e visagens* (1976), destaca as crenças em *bichos visagentos* entre os moradores de uma comunidade do Baixo Amazonas. Revela que aqueles não recebem culto ou devoção; as pessoas costumam evitá-los e recorrem a técnicas de imunização para espantá-los ou neutralizar os seus poderes malignos. O sobrenatural faz parte do universo de pesca das mulheres, mas elas são capazes de enfrentar e também respeitar os seus próprios limites.

Essa questão é muito discutida durante o trabalho de pesca, muitas contam histórias sobre *visagens*, *curupiras*, *matintaperera*, *mãe da mata*. As pescadoras acreditam na existência dos seres sobrenaturais, principalmente na *mãe da mata*. Elas afirmam que, antes de entrar em um local de pesca que sabem que pode ser perigoso, recorrem a ela em suas orações. Pedem proteção e licença para entrar naquele local. Para a pescadoras, a mãe da mata é a protetora da floresta, dos rios e igarapés, e, quando não pedem sua proteção e licença, alguma coisa ruim lhes poderá acontecer.

As mulheres pescadoras começaram a transitar em um universo que era considerado tipicamente masculino; o rio, a pesca, a escuridão eram limitações que jamais poderiam ultrapassar. A mulher, acostumada a estar nos arredores de casa, de repente inicia uma nova relação entre ela própria e a natureza, mas agora sem a presença masculina e com uma entidade de proteção do sexo feminino, a *mãe da mata*. As mulheres foram adaptando-se a esse novo universo dotado de mistérios e incertezas, trazendo novos elementos de ordem material e imaterial, para garantir seu espaço na pesca.

Para as pescadoras, o melhor período para a realização da pesca do camarão é de julho a dezembro, porém nos meses de janeiro a maio, apesar da escassez do camarão, a pesca é constante. Quando está chovendo, não é costume saírem para pescar. Os temporais são temidos por elas, pois aumenta a chance de ocorrerem incidentes com a embarcação. Antes da saída para a pesca, é essencial que todos os materiais estejam organizados. As pescadoras sempre levam às mãos uma garrafa de café, para espantar o sono e o cansaço, e costumam ir em grupo para os locais da pesca do camarão, onde há sempre muita conversa.

Esses momentos de conversas entre as mulheres durante a captura do camarão são fundamentais para o trabalho de pesca. É nesses locais que elas se relacionam, trocando muitas informações em um espaço onde são protagonistas. No trabalho de pesca do camarão são as mulheres que definem as regras e sabem como tudo deve ser feito. Mesmo nas esporádicas ocasiões em que os maridos as acompanham, a *ajuda* é puramente física: eles não têm poder decisório no trabalho de pesca. Os saberes dessa pesca são próprios das mulheres, somente elas dominam as especificidades do contexto pesqueiro da pesca do camarão na comunidade da Salvação.

Nesses momentos, assuntos familiares são discutidos, ocorrendo uma espécie de *terapia e fuga* dos problemas. Gerber (2015), na obra *Mulheres e o mar*, traz essa discussão a respeito do mar como fuga para mulheres pescadoras, mostrando as motivações destas no universo pesqueiro. Trocam conselhos, desabafam problemas e assim buscam a melhoraria das dores do corpo e da alma. O trabalho da pesca está muito além de ser somente espaço de trabalho: é um lugar de socialização, convívio, trocas de saberes e reconhecimento.

Na pesca, primeiramente, verifica-se se no local escolhido há camarão, depois colocam-se as outras camaroeiras. Geralmente, o camarão não é encontrado em grande quantidade quando o primeiro apetrecho de captura é posicionado no fundo do rio (Figura 36 A). Mas a expectativa de ver a camaroeira repleta de camarão é o que move as pescadoras por horas nesses

locais. Às vezes é necessário cortar as gramíneas³⁸ do tipo perimembeca (*Paspalum repens*) utilizando o facão ou afastando-as com um varejão, para posicionar melhor a camaroeira (figura 36 B).

Figura 36 – Etapas da pesca de camarões. A. Posicionando a camaroeira para a captura do camarão; B. Afastando gramíneas para posicionar a camaroeira



Fonte: Foto da Autora

Em seguida, a escolha de uma boa isca (figura 37) é determinante, pois uma isca com odor muito intenso poderá atrair jacarés, cobras e outras espécies não desejáveis.

Figura 37 – Escolha da isca para a pesca do camarão



Fonte: Foto da Autora

“A isca tem que estar no ponto, nem tão forte e nem tão fraca, para ter uma boa pesca”, (Maria de Souza, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

Depois de capturar uma quantidade satisfatória de camarão, inicia-se a retirada e a lavagem das camaroeiras. Antes de retornarem à comunidade, lá mesmo no local da pesca o

³⁸ As gramíneas de várzeas são consideradas “anfíbias” por poderem sobreviver flutuando ou mesmo submersas durante as enchentes dos rios ou, ainda, muitas delas, vegetando em terreno relativamente seco, durante a vazante das águas. Trata-se

camarão começa a ser lavado (Figura 38), utilizando-se a saca de cebola, que é mergulhada no rio.

Figura 38 – Lavagem do camarão com a saca de cebola



Fonte: Foto da Autora

Quando chegam em casa, o camarão é novamente lavado, com limão ou vinagre (Figura 39).

Figura 39 – Lavagem do camarão antes do cozimento



Fonte: Foto da Autora

de vegetação perene, com colmos quase sempre submersos, alcançando quase dois metros de comprimento; as bainhas dos ramos flutuantes são infladas (CAMARÃO et al., 2003, p. 255-301).

Então é feito o corte das lenhas pelas pescadoras (Figura 40) e, em seguida, o cozimento do camarão. A lenha utilizada para esse procedimento é estocada embaixo dos assoalhos³⁹ das casas; em geral, é encontrada na própria comunidade pelas pescadoras.

Figura 40 – Corte de lenha para o cozimento do camarão



Fonte: Foto da Autora

O cozimento é realizado no quintal das casas ou nas cozinhas em fogões a lenha. São as mulheres que realizam o fogo para o preparo do camarão. Nesse processo (figura 41) não é necessário colocar água, pois o próprio líquido que vai sendo gerado é suficiente.

Figura 41 – Cozimento do camarão.



Fonte: Foto da Autora

O passo seguinte é colocar os camarões em uma camaroeira para que toda a água escorra; quando já está seco, é colocado em bacias de plástico ou alumínio para a realização da seleção dos camarões maiores para comercialização. Algumas mulheres realizam essa seleção coletivamente, com o marido, filhos e filhas. Em geral, todos os familiares contribuem nessa etapa do trabalho (figura 42).

Figura 42 – Seleção de camarão para a venda



Fonte: Foto da Autora

Em períodos de *abundância* (nos meses de agosto, setembro e outubro) são capturados camarões pequenos; eles são cozidos com sal e expostos ao sol para um processo de secagem por um período de cinco dias. Passado esse tempo, os camarões são colocados em pequenos sacos. Posteriormente, ocorre a “batida”, uma técnica utilizada para a retirada de partes dos crustáceos. Eles são colocados, em grande quantidade, em uma saca de cebola; então são batidos com um pedaço de pau até que fiquem somente as partes que serão consumidas. Depois de batidos, são colocados em uma bacia de alumínio e sacudidos, para que saiam os resíduos (figura 43 A). Esses camarões sem casca⁴⁰ (Figura 43 B, lado direito) têm um valor maior no mercado. Para a quantidade de um quilo de camarões batidos são necessários cinco quilos de camarões salgados ressecados ao sol por aproximadamente cinco dias. Uma sacola de 600 gramas de camarão batido chega a custar dezoito reais.

⁴⁰ São as partes dos crustáceos que não são consumidas.

Figura 43 – Processo de finalização da etapa de produção. A. Finalizando a batida do camarão; B. Camarão depois de batido. No lado esquerdo, os camarões depois de cozidos; no lado direito, camarões depois do processo da batida



Fonte: Foto da Autora

Na comunidade da Salvação existem duas formas de conservação do camarão. Na primeira, o camarão é cozido com sal, e assim poderá ser consumido em até três dias sem a utilização de um refrigerador. Na segunda, o camarão passa por um processo de desidratação através da exposição solar, depois do cozimento com sal. Assim, pode ser consumido por até três meses ou mais sem a necessidade refrigeração. Levando-se em consideração que a comunidade não dispõe de luz elétrica, as formas utilizadas para a conservação do camarão são exemplos claros de adaptabilidade humana⁴¹ no contexto amazônico.

É preciso repensar a conservação do camarão realizada na comunidade da Salvação, pois os camarões estão sendo capturados exaustivamente. O manejo da pesca artesanal do camarão de água-doce na Amazônia também deve ser pensado com urgência pelas políticas públicas. Estudos relacionados às questões ecológica, social e biológica do camarão no Baixo Amazonas são escassos. Esse descaso pode comprometer o trabalho de pesca das mulheres pescadoras, visto que impactos socioambientais influenciarão negativamente a manutenção da vida.

4.6 Meu corpo fala: gênero e saúde

[...] A pesca do camarão modifica o corpo da mulher: a gente fica mais magra, a pele queima, o cabelo queima, mas a gente aguenta, pois, essa pesca não é

⁴¹ O estudo da adaptabilidade humana tende a enfatizar a flexibilidade da reação humana frente ao ambiente. Ver mais em Moran (2010) em sua obra *Adaptabilidade Humana*.

para qualquer um. (Tânia Viana Bentes, 33 anos, pescadora de camarão há 22 anos. Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

A fala de Antônia Bentes, em epígrafe, aborda as condições de trabalho às quais estão expostas as mulheres pescadoras de camarão da comunidade da Salvação e o quanto elas são capazes de suportar constantemente essas adversidades. Para Gerber (2015, p. 162) é “preciso ter um corpo para a pesca”, o qual é construído “na e pela pesca” pelo “adestramento corporal” que se faz na repetição e na imitação cotidiana, que disciplina o corpo em relação às necessidades diárias. Ou seja, não se nasce com um corpo para a pesca: ele é cotidianamente moldado no trabalho. O “corpo é fabricado num contínuo, na experiência da/na pesca: a força, a mão, a coluna vertebral, as pernas, os ombros, os olhos” (GERBER, 2015, p. 162).

As condições de trabalho dessas mulheres ocasionam muitas dores e transformações irreversíveis em seus corpos. Nas suas narrativas, pescadoras de diferentes faixas etárias relatam com intensidade as dores provocadas pela pesca do camarão. As pescadoras Maria Pereira (57 anos), Jocinéia Almeida (43 anos), Glaucirene Monteiro (28 anos) e Maria Janilda Bentes (43 anos) falam sobre essas transformações:

[...] Quando estou cozinhando o camarão, me dá muita dor nos meus olhos por causa da fumaça na hora de cozinhar, sinto meu corpo enfadado nessa hora. (Maria Pereira de Sousa, 57 anos, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

[...] Quando a mulher se joga para o trabalho, ela envelhece mais rápido, pois tem pescadora que passa o dia todo pescando, não descansa; quando eu vou, levo banana, pipoca, café, comida para manter. (Maria Jocinéia Almeida da Rocha, 43 anos, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, maio 2016).

[...] Sinto muita dor de cabeça desde o parto do meu primeiro filho, acho que é de tanto pegar sol. Minha costa fica muito dolorida depois de um dia pescando camarão. A pesca do camarão modifica o corpo da mulher, pois a gente emagrece, mas, quando está direto, descai bastante. Passa do horário de comer e também fica mais morena, porque pega muito sol. (Glaucirene Monteiro, 28 anos, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

[...] Eu sinto muitas dores nos rins, eles estão inflamados; fui no médico, e ele disse que eu tinha que fazer um ultrassom; eu fiz faz pouco tempo. O médico disse que essas dores são porque eu fico muito tempo sentada na hora da pesca. Mas sinto também muita dor no braço e nas pernas, principalmente quando está frio. (Maria Janilda Bentes, 43 anos, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

A dor não pode passar despercebida no processo de trabalho de pesca, porém ela não ocorre no momento da captura do camarão. Durante o ato da pesca, o sofrimento é esquecido, como afirmaram as pescadoras em seus depoimentos. Isso confirma as ideias de Arendt (2014, p. 148) a respeito do trabalho, que mostram que “a dor e o esforço são meros sintomas que podem ser eliminados e transformam a vida; são mais propriamente os modos pelos quais a vida, juntamente com a necessidade à qual está vinculada, se faz sentir”.

As narrativas das pescadoras mostram as dores e o sofrimento ocasionados pelas repetitivas horas de trabalho diário, mas essas dificuldades não as fazem desistir na busca contínua de sobreviver. O trabalho não assegura apenas a sobrevivência aos indivíduos, mas a vida da espécie, a perpetuação da condição humana (ARENDR, 2014). E, como já dito anteriormente, o trabalho de pesca do camarão é essencial para essas mulheres.

As mulheres das várzeas amazônicas necessitam de um olhar mais direcionado das políticas sociais para as suas principais necessidades. Por ora e com maior urgência poderia ser repensado o direito à saúde, pois as mulheres das populações rurais são as que mais sofrem em nosso país com a precariedade do sistema público de saúde. Na história ocidental, a luta pelos direitos humanos e sociais foi inscrita pela primeira vez na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 24 de agosto de 1789. A ideia geral dos direitos humanos foi oficializada pela comunidade internacional, intimamente ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), tendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada no ano de 1948. O direito à saúde foi reconhecido e proclamado anteriormente pela Organização Mundial de Saúde (OMS), na Constituição de 1946. O conceito de saúde parte do pressuposto de que é o completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou de um agravo (LUNA et al., 2006).

Essas populações, além de sofrerem a ausência do Estado diante de suas dificuldades, passam por situações de preconceito e desprezo por parte dos profissionais. Penso que deveria haver um atendimento mais qualificado para tais populações, ofertando-se a elas um tipo de tratamento que possa unir o conhecimento tradicional à medicina usual. O relato da pescadora Leidiane da Silva Rego vem confirmar um quadro lamentável que assola o cotidiano dessas mulheres pescadoras nos hospitais públicos:

[...] Uma grande dificuldade foi quando tive um bebê que morreu dentro de mim, quase bato as botas; estava com infecção, ia várias vezes no médico, mas eles diziam que não podiam fazer nada. Já faz uns nove anos, passei por uma situação muito difícil, estava inchada e grávida, mas quando cheguei no hospital em Santarém o bebê morreu; os médicos me desenganaram, mas foi Deus que me ajudou. E como o bebê morreu, minha barriga ficou tesa e não queria descer; eu sofri muito com tudo isso. (Leidiane da Silva Rego, 36 anos, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

Durante as entrevistas, as pescadoras afirmaram o quanto são mal atendidas nas unidades de saúde pública. Elas relataram que sofrem preconceito dos próprios médicos e outros profissionais de saúde. Sentem-se inferiorizadas, pois creem que são desprezadas por serem mulheres de áreas rurais. As palavras da pescadora Alcirene Pinto (35 anos), abaixo, confirmam essa situação:

[...] Não gosto de ir em hospitais, pois sempre sou mal atendida. Eles olham para nós da cabeça aos pés e sabem que a gente é da comunidade. Uma vez tive que ir ao médico levar meu filho, ele estava com uma diarreia muito séria. Quando eu cheguei lá, demorou muito para eu ser atendida. Quando eu entrei na sala do médico, ele perguntou: “*Se eu não cuidava da biqueira de minha casa?*”. Eu fiquei muito ofendida, pois pareceu que ele estava dizendo que eu era descuidada com a água que eu oferecia aos meus filhos. Não é porque moramos em uma comunidade que somos pessoas sem higiene; cuidamos muito bem de nossos filhos. (Alcirene Pinto Monteiro, 35 anos, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

No depoimento dessa pescadora ficam evidentes os maus-tratos sofridos por ela e sua família nos hospitais. O discurso do médico que a atendeu somente confirma uma sociedade que responsabiliza a mulher por todas as obrigações familiares, inclusive a de “dar conta” de manter o filho saudável. Esse médico nem ao menos buscou informações antes de estabelecer um diagnóstico ao filho da pescadora, simplesmente acusou a mulher de não saber cuidar direito de sua família.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é a política de Estado responsável pela implementação dos serviços de assistência à saúde, porém questões específicas em prol do bem-estar das mulheres parecem retroceder. Em seus escritos teóricos, o SUS tem como princípio a universalidade, equidade e a integralidade, assumindo assim o compromisso de assegurar aos indivíduos o direito à saúde, dos níveis mais simples aos mais complexos, da atenção curativa à preventiva, bem como os particularismos individuais e coletivos. Porém na prática a assistência oferecida à saúde da mulher é precária. Estudos realizados nos anos 2000 em municípios brasileiros mostraram que menos de 20% das mulheres receberam atenção básica à saúde nesse período. Esse quadro é relevante, pois no ano de 1999 as mulheres representaram 62% das internações hospitalares (LUNA et al., 2006).

As mulheres pescadoras não têm informações a respeito dos seus direitos sociais; quando buscam atendimento médico vão ao município de Alenquer, porém recorrem a essa solução somente quando não têm alternativa na comunidade através dos saberes locais e da cura com as ervas medicinais. Quando conseguem atendimento são hostilizadas pelos profissionais

de saúde, e isso acaba afugentando-as e a seus familiares dos centros de saúde, como mostram os discursos das pescadoras Glaucirene Monteiro (28 anos) e Tania Viana (22 anos):

[...] Agora ninguém faz nada se não for pago; não gosto de ir nos hospitais, pois sempre sou maltratada. (Glaucirene Monteiro da Silva, 28 anos, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, maio 2016).

[...] É muito difícil pegar uma consulta, só se estiver morrendo eles socorrem. Caso contrário, não atendem, nem adianta ir lá, eu vou direto à farmácia. (Tania Viana Bentes, 33 anos, pescadora de camarão há 22 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, maio 2016).

Percebe-se nessas falas o descaso nos hospitais públicos com a saúde da mulher. Nos relatos das pescadoras também aparecem a importância que elas depositam nas crenças, para a sobrevivência em situações de perigo. Quando a pescadora destaca que uma mulher orou por ela, reafirma o quanto a crença é de fundamental importância para a manutenção da saúde das mulheres pescadoras. O trecho a seguir confirma isso:

[...] Foi uma mulher que me viu e orou para Deus, intercedendo por Deus para me socorrer; até senti que o bebê desceu, ele nasceu grande e já fazia mais de vinte e quatro horas morto dentro de mim; ainda vi meu filho morto, com sangue no nariz; depois tiveram que fazer curetagem, porque o sangue não desceu, ele coalhou dentro de mim. Fiquei de vinte dias no hospital; vim para Salvação, mas quatro meses depois senti muitas dores e voltei para o hospital, e tiveram que me operar, tiraram todas minhas trompas, agora não posso mais ter filhos. (Leidiane da Silva Rego, 36 anos, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016).

No período entre 1997 e 2012, a taxa de mortalidade materna apresentou as seguintes flutuações no Brasil: caiu 10% de 1997 a 2000 (58,92/100.000); de 2001 a 2004 (52,77/100.000); porém com o passar dos anos aumentou 11% entre 2009 e 2012 (58,69/100.000). As taxas de mortalidade neonatal precoce e tardia caíram 33% (para 7,36/1.000) e 21% (para 2,29/1.000), respectivamente, nos anos de 1997 e 2012. O Brasil festejou uma queda nas taxas de mortalidade neonatal, contudo a mortalidade materna aumentou nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste (RODRIGUES et al., 2016).

Segundo dados apresentados no Plano do Ministério da Saúde (MS), no Brasil as principais causas de morte da população feminina são as doenças cardiovasculares, destacando-se o infarto agudo do miocárdio e o acidente vascular cerebral; as neoplasias, principalmente o câncer de mama, de pulmão e de colo de útero; e as doenças do aparelho respiratório. A mortalidade ligada ao ciclo gravídico-puerperal é um evento relacionado à vivência, portanto não aparece como doença e, assim, não entra nas estatísticas (COELHO, 2006). De acordo com

dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)⁴², durante o período de 2010 a 2015 12,14% dos óbitos maternos no Brasil ocorreram na região Norte, sendo que 5,56% destes aconteceram no estado do Pará. Assim, as mulheres, perante suas experiências negativas nos sistemas biomédicos, procuram recorrer aos sistemas tradicionais de saúde, nos quais benzedeiros e curandeiros ofertam um cuidado consoante os costumes locais. Os perfis epidemiológicos das mulheres brasileiras evidenciam que as maiores causas de adoecimento e morte são a pobreza, o preconceito, a discriminação, a medicalização do corpo e a precariedade da assistência (COELHO, 2006, p. 24).

As mulheres da comunidade da Salvação buscam ora o sistema biomédico de saúde, ora o sistema tradicional, em um itinerário terapêutico que corresponda às suas necessidades de manter a saúde e a força de trabalho. Os sistemas biomédicos são constituídos por profissionais com formação segundo o modelo biomédico, cujo trabalho está ligado às instituições normalizadoras e disciplinadoras. Tais sistemas ofertam assistência descontextualizada das concepções do processo de adoecimento da coletividade, provocando, assim, desconfiança e dúvidas quanto aos métodos programados por estes sistemas para nomear, explicar, prevenir e curar doenças (FOUCAULT, 1980; LUZ, 2005).

Já os curandeiros e as benzedoras fazem parte do sistema tradicional de saúde, o qual constitui o seu conhecimento sobre o binômio saúde-doença consoante as experiências vivenciadas e repassadas por seus ancestrais, uma vez que consideram os elementos da cosmologia local e o corpo social do indivíduo. As explicações etiológicas, nosológicas e terapêuticas das sociedades tradicionais referenciam as regras socioculturais próprias do contexto em que vivem (LUZ, 2005).

Na comunidade da Salvação, a maioria das mulheres entrevistadas já recorreu a um curador⁴³ ou a uma benzedora⁴⁴. Quando lhes aparece alguma doença, as mulheres primeiramente tentam resolver com a utilização de chás que elas mesmas preparam ou fazem

⁴² O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) surgiu em 1991 com a criação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), pelo Decreto 100 de 16.04.1991, publicado no D.O.U. de 17.04.1991 e retificado conforme publicado no D.O.U. de 19.04.1991. Na época, a Fundação passou a exercer a função de controle e processamento das contas referentes à saúde, que antes eram da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV). Foram então formalizadas a criação e as competências do DATASUS, que tem como responsabilidade prover os órgãos do SUS de sistemas de informação e suporte de informática necessários ao processo de planejamento, operação e controle. Fonte: <http://datasus.saude.gov.br/datasus>.

⁴³ As práticas de curas não oficiais, segundo levantamento feito por Araújo (2008), podem ser classificadas em: parteiras, erveiros e erveiras, curadores e benzedoras, pegadores de ossos ou consertadores de “desmentiduras”, costurar rasgadura, sacacas. Esses profissionais atuam paralelamente ao sistema oficial da medicina institucionalizada, contribuindo para a promoção da saúde e bem-estar dos que os procuram.

⁴⁴ Fazem suas curas através de um sincretismo religioso, com a utilização de rezas, magias e rituais específicos (TRINDADE, 2013).

uso de cascas adquiridas no município de Alenquer. Quando não conseguem sucesso, vão em busca de curandeiros ou benzedoras. As mulheres somente recorrem a hospitais e aos profissionais da biomedicina quando nenhuma das alternativas anteriores auxilia no combate às doenças, os remédios não resolvem os problemas de saúde ou os sintomas são muito graves. De outro modo, realizam consultas com as benzedoras, pois buscam uma cura completa⁴⁵: além da cura das dores no corpo, vão em busca das dores na alma, um conforto às dores cujo percebimento somente elas têm, como mostra Trindade (2013):

[...] As benzedoras têm um papel social bem definido: o de trazer conforto, saúde e alívio aos males das pessoas que não encontraram ou não procuraram na medicina oficial a solução para seus problemas. Mesmo que o ofício da benzedora interfira no campo da saúde institucionalizada, numa relação nem sempre harmoniosa. Estabelece-se um paralelo entre o saber erudito investido da armadura do conhecimento científico, e o conhecimento popular visto como senso comum, marginal. (TRINDADE, 2013, p. 3)

Algumas doenças na comunidade da Salvação são diagnosticadas pelo “curador” local como “feitiçaria”⁴⁶ ou “mau-olhado”⁴⁷. A feitiçaria é feita por pessoas que acreditam ter poderes sobrenaturais. De acordo com as mulheres entrevistadas, esses feiticeiros realizam “trabalhos feitos”, deixando as pessoas doentes, e para tal fim utilizam materiais específicos, tais como velas, sangue de algum animal, perfumes e algumas plantas. “Não adianta procurar médico na cidade; pode fazer exame, mas não dá nada” (Maria Pereira de Souza, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, 2016). De acordo com dona Maria, quando uma pessoa é enfeitiçada é de pouca serventia recorrer a exames médicos, pois as causas não serão reveladas por meio destes. Os sinais de uma pessoa enfeitiçada são, em geral, dores de cabeça, febre, vômito, manchas incomuns e fraqueza no corpo. A cura de uma pessoa enfeitiçada somente pode ser realizada por um curador. O “mau-olhado” é quando alguém “olha de mau jeito”, com inveja, desejando-lhe coisas ruins. E, assim, a pessoa sofre uma fraqueza no corpo e vontade de ficar apenas deitada. Na comunidade existe apenas um curador, Cildo, de 38 anos de idade. Ele

⁴⁵ A cura completa é quando a doença não se manifesta mais naquela pessoa.

⁴⁶ O Brasil, com sua herança cultural formada pela fusão das culturas da Europa, da África e do ameríndio, possui sua parcela bem característica de crenças populares e práticas da magia. A região amazônica, isolada por tanto tempo dos centros da técnica e da ciência, conservou muitas crenças dessas três tradições culturais: certas crenças medievais ibéricas permaneceram muito tempo após haverem desaparecido em Portugal, e numerosos conceitos e costumes de origem ameríndia são ainda hoje conservados na Amazônia rural. A despeito do pequeno número de africanos escravizados que vieram para a Amazônia, os costumes da África também influíram sobre crenças populares da região. Em muitos casos, pode-se facilmente atribuir uma série de crenças a uma dessas três culturas. Por exemplo, os conceitos e práticas peculiares ao feiticeiro ou charlatão, ou pajé, como é chamado na Amazônia, são de origem nitidamente ameríndia (WAGLEY, 1988, p. 218-219).

⁴⁷ Uma energia negativa lançada à pessoa (TRINDADE, 2013).

receita remédios caseiros e também faz “benzeção”⁴⁸ para retirar “feitiços e maus-olhados” das mulheres e de seus familiares.

Na primeira metade do século XX, Charles Wagley percorreu a Amazônia e fez um estudo no Baixo Amazonas sobre o modo de vida das populações que aqui estavam. Quando tratou a questão da saúde, destacou a precariedade na qual esta se encontrava e mostrou a resistência que a população tinha em receber cuidados médicos para casos de doenças, pois a maioria preferia recorrer a benzedeadas e rezadeiras.

No caso das mulheres da comunidade da Salvação, não percebi resistência, pois algumas entrevistadas reconhecem que gostariam de ir mais vezes ao médico, porém o tratamento que elas recebem é insatisfatório, e acaba sendo-lhes preferível recorrer à medicina oficial apenas em último caso; ou seja, somente vão ao hospital quando o curador Cildo não as pode ajudar, como mostra o relato da pescadora Izoneide Cardoso:

[...] Tive dois filhos que morreram no hospital, um de pneumonia e outro de hepatite; é muito difícil eu ir no hospital, só vou em último caso. Vou muito no seu Cildo, pois ele recebe muito bem a gente lá. (Izoneide Cardoso Pinto, pescadora de camarão, Entrevista, Pesquisa de campo, 38 anos, maio 2016).

A tradição indígena ainda é muito forte na sociedade e cultura dos povos da Amazônia. Na comunidade da Salvação, a forma como cuidam das doenças faz-nos refletir sobre o que ainda resta de nossos antepassados indígenas, como o uso de plantas medicinais, a cura de males através de banhos e as orações realizadas pelo curador. Wagley (1988) mostrou que no extremo sul do Brasil as tradições europeias prevaleceram com exclusão quase total das tradições indígenas, americana e africana. Na Amazônia, as influências indígenas são facilmente perceptíveis na maneira de viver das pessoas. Na comunidade da Salvação, as doenças mais comuns citadas entre as entrevistadas e as respectivas plantas medicinais para combatê-las são mostradas no Quadro 2.

Quadro 2 – Doenças e formas de combatê-las na comunidade da Salvação

DOENÇAS	FORMAS DE COMBATÊ-LAS
Dores do estômago	Chá com folhas de jambu, chá da folha de boldo, chá com folhas de matruz.
Mau-olhado	Benzeção com folhas de arruda feita pelo curador.
Dores no fígado	Chá com folhas da japana, chá com folhas de elixir paregórico
Anemia	Chá com a folha de pião-branco.
Inflamação na mulher	Chá com o Jucá e Barbatimão.
Pneumonia	Chá com as sementes de cumaru.
Diarreia	Chá com a folha da japana.

⁴⁸ Ler sobre “benzeção” na obra *As benzedeadas de Parintins: práticas, rezas e simpatias* (TRINDADE, 2013).

DOENÇAS	FORMAS DE COMBATÊ-LAS
Vômito	Chá com a folha da cidreira, chá com a folha da mutuquinha, chá com a folha do trevo-roxo.

Fonte: Elaboração da Autora

Algumas plantas medicinais são encontradas na própria comunidade, dentre as quais jambu, boldo, matruz, arruda, japana, elixir paregórico, pião-roxo, erva-cidreira, mutuquinha e trevo-roxo. As mulheres pescadoras cultivam-nas para uso pessoal e para comercialização, principalmente o jambu, muito usado em pratos típicos como tacacá e pato no tucupi, e o matruz, muito comum para o combate às infecções.

As mulheres pescadoras têm certo receio em revelar algumas doenças, principalmente, referentes a problemas ginecológicos, e a falta de reconhecimento da importância desses exames para o bem-estar das mulheres traz impactos às suas condições de vida. Assim, acabam por sofrer física e psicologicamente a ocorrência de doenças, muitas vezes silenciadas ou camufladas em meio à dinâmica da luta pela sobrevivência. Algumas mulheres revelaram-nos que preferem esconder dos maridos quando vão ao ginecologista, pois a maioria dos homens não admite essas consultas.

Várias mulheres ainda não realizaram o exame preventivo uterino; algumas, por terem vergonha, pois não receberam informações suficientes a respeito da importância do exame; outras, por implicância do marido. Essa vergonha do próprio corpo é construída socialmente, impulsionada pelo marido e funciona como um meio simbólico para reafirmar a dominação do homem sobre a mulher, uma visão a partir da qual se constrói a divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2015). Grande parte das entrevistadas não teve contato com um ginecologista, e algumas pescadoras até sentem orgulho de jamais terem sido diagnosticadas por médicos em exames de preventivo.

Na comunidade da Salvação, alguns costumes, como os cuidados com a saúde, ainda precisam ser esclarecidos quanto à sua importância para o bem-estar coletivo. Um elemento novo introduzido em uma cultura não substitui imediatamente o antigo (como é o caso da utilização das plantas medicinais e da cura pela benzeção); novas ideias e métodos devem estar conectados com os antigos modos, porém a transformação nunca é completa até que os novos modelos sejam totalmente aceitos pela população (WAGLEY, 1988).

Faz-se necessária uma reflexão e um esclarecimento para as mulheres na comunidade da Salvação a respeito de seus direitos como cidadãs e da importância dos cuidados com o corpo, bem como a naturalização de exames como o preventivo uterino, mostrando sua importância para a prevenção de futuros problemas de saúde.

5 TERRITÓRIOS E AMBIENTE: SABERES DO TRABALHO DA PESCA DO CAMARÃO

5.1 Os lugares onde busco meu sustento: os rios, lagos e furos

Compreender a importância, as dinâmicas e as formas de uso dos lugares onde as pescadoras de camarão vão em busca de seu sustento é poder traçar alternativas para o melhoramento da manutenção da vida dessas mulheres e garantir condições para a conservação da pesca do camarão. Há correntes que defendam a presença humana na prática da conservação como desnecessária e danosa. Callicott et al. (1999) dividem os conceitos e ideias relacionados à conservação em duas escolas complementares: a primeira, composicionalista, considera o homem separado da natureza; e a segunda, funcionalista, considera o homem como parte integrante da natureza. Apesar desta aparente complementaridade, muitos dos conceitos relacionados à conservação divergem⁴⁹, pois é pequena a ideia de incorporar a interferência humana à dinâmica das comunidades e ecossistemas, ainda que reconheça que não é possível entender o funcionamento da maior parte dos ecossistemas sem a espécie humana (MARGALEF, 1989).

A pesca do camarão precisa priorizar a conservação nos locais onde os saberes de pesca se façam presentes e garantam a melhoria da atividade pesqueira para a ampliação da qualidade de vida, considerando-se a diminuição do tamanho das espécies e do quantitativo, que a cada safra está menor. De acordo com os relatos das pescadoras, a conservação está sendo ameaçada, o que poderá impactar a segurança alimentar e o sustento das pescadoras artesanais, que dependem dos recursos de sua captura tanto para a alimentação de suas famílias quanto para a geração de renda. Não existem políticas que protejam a espécie *Macrobrachium amazonicum* no Baixo Amazonas. A solução não está na proibição da pesca da espécie, mas em um manejo que possa agregar as necessidades ecológicas e as humanas, tendo em vista os benefícios garantidos a essas mulheres com essa atividade pesqueira.

De acordo com Noda et al. (2012), a estratégia mais importante utilizada pelos agricultores familiares tradicionais na Amazônia para a sustentabilidade do sistema produtivo é garantir a estabilidade dos níveis de biodiversidade dos ecossistemas por eles manejados. Como pensar em conservação sem considerar o quanto a sustentabilidade do lugar poderá garantir a permanência de um modo de vida? O sentido de lugar é uma construção a partir de

⁴⁹ Nas últimas décadas, algumas abordagens têm contribuído para a integração de disciplinas e para o entendimento do homem como parte do mundo natural, tais como a economia ecológica (COSTANZA, 1996; O'NEILL; KAHN, 2000), a etnoecologia (TOLEDO, 1992; NAZAREA, 1999), e a ecologia humana (MORAN, 1990; BEGOSSI, 1993).

experiências envolvendo sentimentos e entendimento geográfico do corpo com a cultura, a história, as relações sociais e a paisagem (TUAN, 2013).

Loureiro e Callou (2007) atribuem à ideia de sustentabilidade uma questão que faz parte da multidimensionalidade no desenvolvimento local, distante, portanto, do reducionismo econômico no desenvolvimento, bem como do ecológico e do ambiental na sustentabilidade. Defende a sustentabilidade como importante para a valorização da tradição, dos conhecimentos e dos saberes de uma localidade, mas enfatiza a preocupação com o respeito à diversidade e ao pluralismo cultural, em prol das gerações presentes e futuras.

Cavalcanti (1995) apresenta a sustentabilidade como uma forma de manutenção do sistema de suporte da vida; significa um comportamento em obediência às leis da natureza. Na perspectiva econômico-ecológica, não existe crescimento econômico vinculado à sustentabilidade. Crescimento implica sempre menos meio ambiente. Afirma que o planeta (o ecossistema global) não cresce se a economia cresce – e ela é parte do planeta. Quanto mais gente na Terra, quanto mais produção econômica, quanto mais artefatos construídos, tanto menos natureza. Cavalcante afirma que esse conceito de sustentabilidade já é quase uma exaustão em todo tipo de discurso relacionado com o desenvolvimento (e crescimento) econômico. O sistema econômico invisibiliza o ecossistema. O autor adverte que a realidade do raciocínio econômico, com tal abstração, permite que se conceba o mundo sem ecossistema, ou que se considere o último como uma externalidade.

Leff (2009) mostra uma nova perspectiva da sustentabilidade e de uma racionalidade ambiental, priorizando as diversidades ecológica e cultural, que aparecem não somente como princípios éticos e como valores não mercantilizáveis, mas como verdadeiros potenciais produtivos que integram um sistema de recursos naturais, culturais e tecnológicos, capazes de reorientar a produção para a satisfação das necessidades básicas das populações. Esse autor afirma, ainda, que as diferentes culturas que povoaram as Américas geraram diversas estratégias produtivas e um conjunto de ecotécnicas para o manejo múltiplo e integrado dos recursos naturais; geraram, pois, uma “cultura ecológica” integrada nas relações sociais e nas forças produtivas das sociedades rurais tradicionais. Essa macrocultura definidora dos processos produtivos operava através de um sistema de complementaridades dos espaços e tempos ecológicos para o manejo sustentável e produtivo dos recursos naturais; das temporadas de chuvas e secas; da distribuição anual de cultivo segundo os seus processos de crescimento diferenciados e as condições ecológicas de cada estação; do uso integral de um recurso e do manejo integrado de variedades genéticas de uma espécie (milho, batata) em função das condições topográficas e da variedade da qualidade dos solos; das diferentes estratégias de uso

final (autoconsumo/mercado) e dos insumos tecnológicos (máquinas e fertilizantes) e dos meios de financiamento para o manejo de recursos.

A articulação produtiva dos diferentes ecossistemas e espaços étnicos, assim como a percepção da natureza como processos e não como estoques de recursos, caracterizou o “estilo de desenvolvimento ambiental pré-hispânico”. Esta estratégia permitia otimizar o uso da força de trabalho e o potencial ecológico através de uma produção diversificada, ajustada às condições ecológicas de cada região. Este estilo de desenvolvimento foi-se concretizando através da complementaridade dos processos de trabalhos e práticas de cooperação interétnica nos manejos integrados dos recursos. A natureza converte-se, assim, num recurso econômico e num patrimônio cultural. Essas estratégias culturais de manejo produtivo da natureza oferecem princípios para aperfeiçoar a oferta sustentada de recursos, conservando as condições de sustentabilidade da produção, com base numa apropriação diferenciada de *satisfactores* no tempo e no espaço e numa distribuição mais equitativa dos recursos e da riqueza.

A sustentabilidade da pesca do camarão na comunidade da Salvação se contrapõe aos ideais de Leff (2009). No discurso das pescadoras ficou claro que elas detêm os saberes necessários para a conservação das espécies – como períodos em que não deveriam pescar, pois condizem com os da reprodução, a conservação da vegetação onde se localiza o camarão, a utilização de apetrechos menos impactantes para a espécie –, porém não os realizam na prática. Essa postura está acarretando a diminuição do tamanho e do quantitativo do camarão *Macrobrachium amazonicum* na comunidade. A pesca poderia ser operada através de um sistema de complementaridades dos espaços e tempos ecológicos, para o manejo sustentável, porém as pescadoras não têm suporte do Estado para a garantia de seus direitos sociais, já previstos desde a Constituição de 1988, e para garantir condições mínimas de sobrevivência têm realizado uma pesca insustentável. É através da renda do camarão que essas mulheres sustentam suas famílias. Elas compram remédio, alimentos, roupas, instrumentos para a pesca do camarão e de outras espécies. Nos meses do defeso das espécies, sempre ocorre atraso no repasse do seguro. Com isso, a renda do camarão passa a ser a única forma de garantir a sobrevivência, principalmente para a compra de alimento.

Sachs (2007) compreende a sustentabilidade aliada ao desenvolvimento baseada em princípios universais: o social, o ambiental, o ecológico, o econômico, o cultural, o político e o territorial. Também pontua que o desenvolvimento integral de cada homem só poderá ser generalizado por meio da construção de uma “civilização do ‘ser’, na partilha equilibrada do ‘ter’” (SACHS, 2007). Assim, faz uma proposta para a definição do conteúdo da palavra

desenvolvimento partindo da seguinte hierarquização: o social no comando, o ecológico enquanto restrição assumida e o econômico recolocado em seu papel instrumental.

No contexto de uma várzea amazônica, a sustentabilidade social tem que ser vista como prioridade para as populações rurais: como pensar na questão ecológica sem buscar o alcance da diminuição das desigualdades sociais, através de uma distribuição de renda justa, qualidade de vida e igualdade no acesso a recursos sociais? A *sustentabilidade social* na comunidade da Salvação está muito distante de acontecer. Os direitos sociais, principalmente os estendidos às mulheres, como Bolsa Família, salário-maternidade e seguro-defeso, estão ameaçados, pois somente podem ser pagos às mulheres mediante condições disformes da realidade dessas populações. Sobreviver ainda é a primeira prioridade do humano. Como alcançar os pilares da sustentabilidade sem ter o mínimo para sobreviver?

Assim, as inúmeras horas de trabalho na pesca do camarão têm que compensar as lacunas sociais deixadas por políticas mal formuladas e distantes das realidades amazônicas. A sustentabilidade cultural citada por Sachs (2007) é referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre o respeito à tradição e a inovação). Na comunidade da Salvação, a questão da tradição e da inovação dentro do trabalho de pesca está comprometida. Citamos como exemplo os apetrechos de pesca: no passado usava-se o matapi, que era tradicionalmente empregado na pesca do camarão de água-doce no Baixo Amazonas, porém este apetrecho somente atrai os camarões maiores, por isso está sendo substituído por outros que capturem camarões menores em grandes quantidades. A inovação do apetrecho não levou em consideração a conservação da espécie, somente o aumento da quantidade de camarões na pesca.

A sustentabilidade ecológica é relacionada à conservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis. O uso de apetrechos que não fazem a seleção dos camarões menores poderá levar a espécie à limitação e à possível escassez, comprometendo a atividade mais importante para a sobrevivência das mulheres na comunidade da Salvação. De acordo com as pescadoras há mais tempo na pesca do camarão, no passado havia maior quantidade do crustáceo e os pequenos não eram pescados – e, quando capturados, eram devolvidos à água. Hoje nenhuma seleção é feita, sendo nítido o descomprometimento com a proteção da espécie. Durante o campo vi, na casa de uma pescadora, camarão batido estocado na cozinha (Figura 44). O camarão batido é sinal de que foi capturado com tamanho inferior ao comumente vendido; com pouca aceitação no mercado, tem por isso, que passar pelo processo da batida.

Figura 44 – Estoque de camarão batido



Fonte: Foto da Autora

Quanto à sustentabilidade ambiental, trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. Nesse sentido, a sustentabilidade na comunidade da Salvação não está sendo alcançada, por não haver direcionamentos ambientais para a espécie. A pesca do camarão é uma categoria pesqueira pouco divulgada nas estatísticas do Baixo Amazonas. Quando as pescadoras afirmam que capturam somente camarão, elas não têm direito a receber o seguro-defeso. Para usufruir da transferência de renda, têm que fazer uma declaração de que, além do camarão, realizam a captura de outras espécies. Embora faça parte da realidade de muitas famílias no Baixo Amazonas desde a década de 1970, o trabalho de pesca do camarão não é contabilizado como uma atividade importante de ser valorizada ambientalmente.

A sustentabilidade territorial refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis. A sustentabilidade territorial na comunidade da Salvação foi comprometida pela criação do assentamento, pois não considerou o trabalho de pesca realizado pelas mulheres. Com a criação do assentamento, muitas regras foram sendo direcionadas para o uso comum dos recursos naturais, porém nenhuma delas direcionou o olhar para a pesca do camarão. A nova territorialização trouxe aos moradores da comunidade insegurança quanto à posse da terra e, assim, criou a falsa impressão de que o lugar onde moram não pertence mais a eles, e sim ao governo. E como conservar um território que não mais lhes pertence?

A sustentabilidade econômica, na visão de Ignacy Sachs (2002), busca promover desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar e capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção. O trabalho de pesca do camarão é importante para a sobrevivência, porém a sustentabilidade econômica está distante de ocorrer, pois há uma depreciação no valor do crustáceo. O preço a que o camarão é vendido não condiz com a despesa material e imaterial gerada para capturá-lo, principalmente quando vão para locais de pesca mais distantes. Em épocas de safra, o preço desvaloriza ainda mais, por haver muita oferta.

A sustentabilidade política é defendida por Sachs (2002) como apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado de implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores, e um nível razoável de coesão social. Nesse sentido, a sustentabilidade é a mais atingida, pois as comunidades na Amazônia foram esquecidas pelo Estado em todas as dimensões: social, econômica, cultural e política. A comunidade da Salvação não tem luz elétrica. O motor de luz comunitário, doado em campanha política, há mais de três anos não funciona. Vivemos em pleno século XXI – como é possível a falta de acesso à energia elétrica, à telefonia, à água potável. É preciso pensar com urgência nessas populações, pois essas formas de sobrevivência estão sendo ameaçadas. As condições básicas para a sobrevivência devem que ser oferecidas urgentemente, para desse modo garantir condições sociais de igualdade a essas famílias.

A pesca guarda uma relação direta com os ciclos das águas: não ocorre no período da enchente, devido à dificuldade de captura da espécie, que sai dos lagos e se dispersa pelo rio Amazonas e seus afluentes. Esse período coincide com a época da proteção de outras espécies, mas para o camarão não há defeso, nem acordo de pesca, o que leva a uma situação de risco social e ambiental, pois se torna ameaçado tanto o recurso natural pesqueiro – o camarão – como também a atividade produtiva. Poucas pescadoras de camarão têm acesso à Política do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (PSDPA). Um número reduzido de mulheres cadastradas como pescadoras artesanais, independentemente da espécie que capturam, tem direito ao seguro, o que mostra uma falha na PSDPA no sentido de assegurar a reprodução das espécies.

Existem conflitos relacionados ao modelo dominante de conservação, que parte do princípio de que a natureza, para ser conservada, deve estar separada das sociedades humanas. Como conceber a separação entre ser humano e natureza, partindo do pressuposto de que isso é essencialmente negativo e prejudicial à sobrevivência?

Para Giddens (1996), a conservação da natureza, não importando a forma como é interpretada, tem laços evidentes com o conservadorismo enquanto proteção de uma herança do passado. Assim, não podemos confundir a proteção da natureza com a proteção da tradição, ou seja, “não deveríamos supor que estamos defendendo a natureza quando, na verdade, estamos protegendo um cenário social ou um modo de vida específicos” (GIDDENS, 1996, p. 240).

Diegues (2000), em vários estudos, mostra que populações tradicionais apresentam formas de relação com a natureza que garantem de modo eficaz sua conservação. Os conhecimentos tradicionais tornam-se importantes dentro do contexto da conservação da natureza à medida que, diante da crise ambiental em que vivemos, precisamos valorizar os modos de vida tradicionais, a observação e a apreciação da natureza, para pensarmos em novos rumos em busca de uma sociedade mais igualitária. De acordo com Diegues (2000), é difícil caracterizar as comunidades tradicionais, uma vez que não encontramos comunidades que exerçam todas as atividades da mesma forma como as realizavam várias gerações atrás; na maioria das vezes, já sofrem influências externas e se modernizaram bastante. Esses conhecimentos de pesca das mulheres são caracterizados, de acordo com Morán (1994), como etnoconhecimento.

O etnoconhecimento é o ato humano de conhecer mediante a “lógica” de uma cultura e a transformação adaptativa resultante desse ato. O conceito de etnoconservação tem sua base na abordagem da Ecologia Humana, conforme pode ser observado em Morán (1994), estando a ênfase no exame sistemático das interações nos ecossistemas onde o homem interage, na natureza das relações e nas consequências para o homem e o ambiente.

A subida e a descida das águas regem o cotidiano de pesca, mas nem sempre é possível as prever, pois a natureza está sempre passando por transformações: “Esse ano de 2016, onde eu pegava camarão está na terra” (Alcirene, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, 2016). As imprevisibilidades desses lugares não assustam essas mulheres, que diariamente buscam alternativas para garantir a manutenção da vida.

No ano de 2016, no período da cheia, a comunidade da Salvação não foi inundada como nos anos anteriores. Isso prejudicou a pesca do camarão, pois os locais onde costumavam pescar nesses períodos estavam secos. Esses territórios onde as mulheres pescam mudam constantemente, transformando a dinâmica do trabalho da pesca. De acordo com as pescadoras entrevistadas, o camarão não aparece em apenas um lugar. Uma característica marcante desse tipo de pesca é a dinamicidade: o camarão faz a cada ano um rodízio nos lugares onde aparece,

e assim muitos são os locais onde se realiza a sua pesca, alguns mais distantes e outros mais próximos à comunidade.

O camarão modifica sua rota nas águas o tempo todo, principalmente quando a pesca é muito intensiva nesses locais, como mostra relato abaixo:

Tem ano que dá, mas tem ano que não dá. No Remanso, por exemplo, dava bastante. Esse ano não deu mais, pois muita canoa foi para lá, muito barulho, e sem contar que esse ano não encheu bem. (Antonia, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

Essa espécie de rodízio que o camarão faz para se proteger é chamada de resiliência, caracterizada como a capacidade de um ecossistema se recuperar após perturbações, mesmo que para outros estados (PUTMAN; WRATTEN, 1984 *apud* BEGOSSI, 2004).

Os territórios de pesca são conflituosos, por serem um espaço de muitas disputas e desigualdades entre pescadores e pescadoras. Nesses lugares de pesca do camarão, as regras são individuais. Na comunidade da Salvação não existem acordos formais que direcionem essa pesca, porém se estabelecem limites entre as pescadoras, que são acordados entre elas indiretamente, como mostra a entrevista abaixo:

A cheia quando é grande tem muito camarão. Nós deixamos uma vara fincada lá para marcar o local. Se estiver todo dia nesse local, é teu, mas, se faltar, não é, vem outro e fica lá. Em locais difíceis, a dificuldade é grande, então tem respeito. Se for em local fácil, o lugar não tem briga. (Alcirene, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, 2016).

Algumas pescadoras tomam para si a posse de alguns locais de pesca, levando em consideração terem encontrado primeiro aquele local com um quantitativo de camarão elevado. Assim, enquanto tenha o crustáceo, a pescadora usará aquele local e dificilmente o dividirá com outra. O autor Raffestin (1993) corrobora essas significações das mulheres pescadoras diante da posse desses territórios pesqueiros, confirmando que o território se forma com ações que conduzem os sujeitos em uma relação de interdependência: ao se apropriarem daqueles, territorializa o espaço por meio da comunicação. Territorialidade, na visão de Saquet (2011), é compreendida como os processos e fenômenos que substantivam imaterialmente o território, ou seja, um conjunto de relações sociais definidas historicamente, que criam identidades, buscam organização e mobilização política, com vistas à autonomia.

Dos locais de pesca destacados pelas pescadoras, a pesca ocorre com mais intensidade no Remanso, lago do Pipira, lago do Macucauá e lago do Samaúma, como mostra o quadro 3.

Quadro 3 – Quantitativo e local de pesca

MÊS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
PERÍODO SAZONAL	Inicia a enchente	Enchente	Enchente	Enchente	Inicia a cheia	Cheia	Inicia a vazante	Vazante	Vazante	Inicia a seca	Seca	Seca
PONTO DE PESCA	Remanso, Igarapé de Alenquer	Remanso	Lago do Samaúma, Aningal, Lago por trás da comunidade	Lago por trás da comunidade	Lago Macucauá, Lago Arrozal, Lago por trás da comunidade	Lago do Arrozal, Lago por trás da comunidade	Boca do Remanso, Igarapé de Alenquer, Atrás da comunidade	Boca do Remanso, Paupiranga	Lago do Pipira Samaúma	Lago do Pipira, Samaúma	Samaúma, Aranandua	Beira do Igarapé, Remanso, Beira do Amazonas
QUANTITATIVO DE CAMARÃO	Pouco camarão	Pouco camarão	Pouco camarão	Pouco camarão	Médio; inicia a safra	Safra/médio	Safra/forte	Safra/forte	Safra forte	Safra forte	Pouco camarão	Pouco camarão

Fonte: Elaborado pela Autora

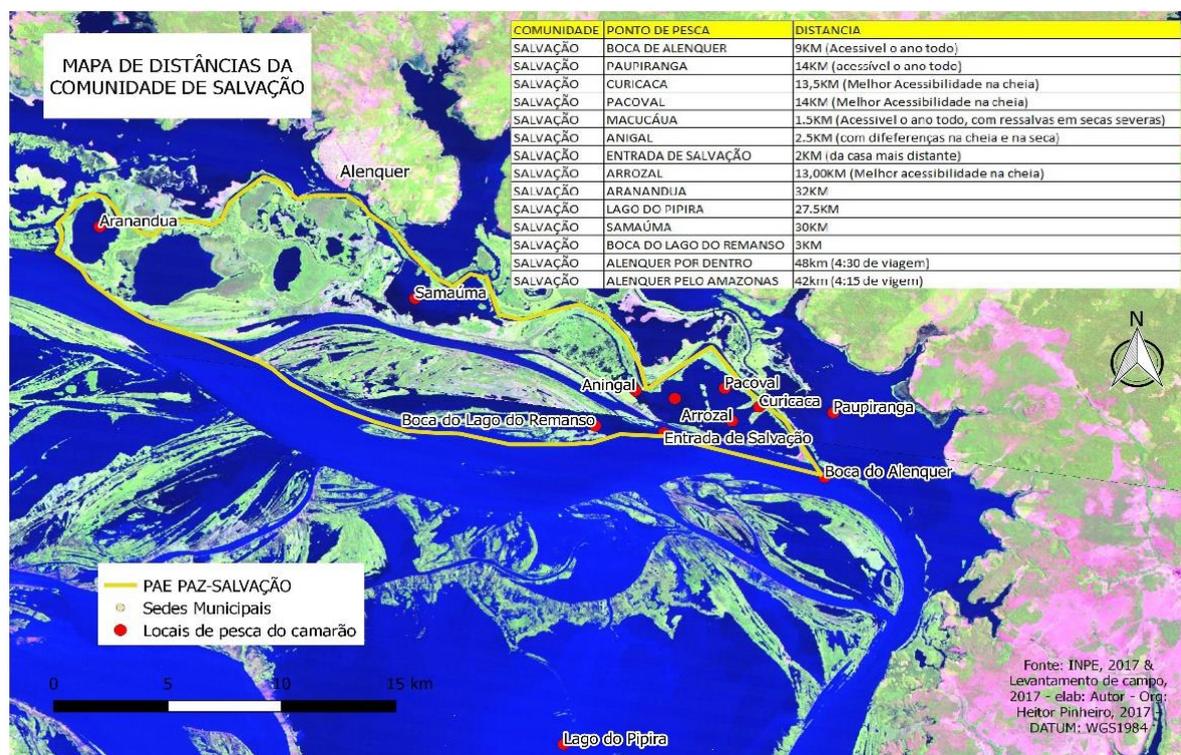
Os locais de pesca de camarão destacados pelas pescadoras são utilizados em forma de rodízio. As pescadoras passam uns dois meses em cada local de pesca. Segundo elas, isso ocorre porque o camarão vai migrando para outros locais conforme são *perseguidos*⁵⁰. Os locais de pesca mais distantes são Aranandua (a trinta e dois quilômetros da comunidade) e o Samaúma (a trinta quilômetros da comunidade), e o local mais próximo é Macucauá (a dois quilômetros da comunidade), como mostra a figura 45.

As pescadoras revelaram que não gostam de ir para os locais distantes, por considerarem-nos perigosos e por ficarem mais tempo longe de casa. Quando vão para locais muito afastados da comunidade, pedem licença à *mãe da mata* para não sofrerem *judiação*⁵¹ e retornarem com segurança.

⁵⁰ As pescadoras da Comunidade da Salvação referem-se à captura de camarão como *perseguição* ou *pegação*. A perseguição é feita por quem não respeita os limites ambientais, como o tempo e a forma certos de pescar – as formas certas são aquelas que não trazem dano à continuidade na espécie. Já a *pegação* é a forma certa de capturar o camarão.

⁵¹ Um encantamento direcionado a quem não tem respeito pela *mãe da mata* ou *mãe do rio*. É a própria mãe da mata que realiza o encantamento. Isso pode deixar a pescadora perdida nos locais de pesca e fazê-la não retornar para casa.

Figura 45 – Mapa de localização e distâncias dos pontos de pesca



Como forma de proteção, colocam um pau em formato de cruz em alguns desses locais considerados perigosos. Esse perigo, no entanto, é associado ao sobrenatural, não temem algo terrestre. O medo que as pescadoras associam na pesca faz parte da tradição dos mitos e lendas da Amazônia em destaque na obra *Santos e visagens*, de Eduardo Galvão (1976). Essas crenças são estratégias dos povos amazônicos para a conservação de locais de pesca. O medo associado ao respeito pelos seres sobrenaturais da floresta é essencial para a preservação ambiental.

Quanto à conservação dos locais de pesca, durante as entrevistas as pescadoras revelaram que ocorrem transformações negativas promovidas por pescadoras que não conservam os locais de pesca do camarão na comunidade, por exemplo, arrancando vegetação considerada como viveiro de camarão, as *Paspalum repens*⁵². Para garantir maior quantidade durante a captura, algumas pescadoras arrancam essas vegetações, porém são nesses locais que se reproduzem os camarões. Quando estas são arrancadas, os camarões tendem a desaparecer, como mostra o relato abaixo:

[...] Algumas pescadoras não têm o cuidado, muitas vezes saem arrancando as premebecas, não têm zelo ao abrir os buracos para colocar as camaroeiras; poucas pescadoras têm cuidado. Quando arranca a premebeca, não dá mais

⁵² Um tipo de vegetação muito comum das várzeas amazônicas. É uma espécie de capim que nasce em áreas alagadas. A forma oficial é pirimembeca. As pescadoras denominam como *premebecas*.

camarão naquele local. (Glaucirene, pescadora, entrevista, pesquisa de campo, maio 2016).

Durante as entrevistas percebemos duas formas de captura: há as que fazem a *pegação* e as que fazem a *perseguição*. As primeiras são aquelas que procuram o equilíbrio entre natureza e o trabalho de pesca, buscando a conservação dos locais de pesca, pois acreditam na existência dos seres da floresta como protetores da natureza, e assim respeitam-na com receio de sofrerem *judiação*. As que fazem a perseguição visam apenas à quantidade dos camarões capturados, não levando em consideração os aspectos para a conservação da espécie.

Essas crenças que algumas pescadoras reconhecem são essenciais para a manutenção da conservação do camarão e dos locais de pesca. Na comunidade da Salvação ocorre esse retorno às crenças, aos rituais de curandeirismo, aos elementos da natureza amazônica. Esses são atos de resistência, da herança da cultura ameríndia dos povos tradicionais da floresta. A religião cristã imposta pelos europeus foi uma das responsáveis por disseminar o pensamento de que os saberes sobre as crenças na Amazônia não eram importantes, por serem pagãos, *coisas do diabo*, e assim foi-se criando a falsa ideia de que acreditar nos seres da floresta não era uma coisa boa. Aos poucos, essas crenças foram sendo eliminadas da cultura tradicional ribeirinha, ocasionando grande impacto na conservação da floresta. No entanto, em alguns locais da Amazônia, como é o caso da comunidade da Salvação, ainda restam sinais da cultura dos povos ameríndios da Floresta Amazônica.

Além da pesca, as pescadoras realizam outras atividades em sua comunidade para garantir o sustento da família. Trabalham na plantação de mandioca, milho, melancia, na criação de animais e na pesca de outras espécies. Nesse sentido, Witkoski (2010) mostra que a diversidade da produção tem o objetivo de obter incrementos e garantir meios de sobrevivência da família e geração de renda com a comercialização dos cultivos.

As pescadoras da comunidade da Salvação realizam multitarefas, tirando seu sustento da terra e da água. Por exercerem várias atividades de trabalho, essas mulheres podem ser consideradas pluriativas. A pluriatividade é uma estratégia que o agricultor familiar vem utilizando, combinando as atividades agrícolas com outras não agrícolas, que podem ser artesanatos, atividades ligadas ao turismo, dentre várias (SILVA, 1997). Essa característica de trabalho não é algo específico à comunidade da Salvação. A produção doméstica na Amazônia tem por objetivo garantir o consumo dos membros da família. Pode-se dizer que dessa sobrevivência e comercialização decorre a lógica da aplicação dos rendimentos do trabalho (LIMA, 1999). A maior parte da produção dos cultivos e o camarão são levados semanalmente para comercialização.

acordo com autor significa “porção do território apropriado, organizado e utilizado pelo grupo que reside e retira seus meios de existência” (MASULO, 2007, p. 253).

As relações de poder são nítidas nesses territórios de disputas formalizadas por meio da delimitação dos espaços e da organização das pescadoras nesses locais de venda. Os locais da calçada são os mais solicitados, por estarem mais próximos da rua e haver local para se sentarem. Os espaços disputados são sempre ocupados pelas pescadoras mais assíduas e há mais tempo nas vendas. Algumas pescadoras somente vão aos locais de venda quando o camarão está no período de safra, em outros períodos preferem dedicar-se às atividades agrícolas.

As pescadoras que há mais tempo vendem camarão influenciam o valor pelo qual o camarão será vendido, pois têm maior poder de liderança. O quantitativo de camarão pescado é um fator predominante para ser uma pescadora que influencia as decisões do grupo: quanto mais camarão, mais respeito terá entre as mulheres. Em meu diário de campo registrei essa questão:

[...] Em uma manhã no local de venda, observei que do outro lado da rua um senhor colocou uma banca com camarões; de acordo com as mulheres, nunca tinham visto esse homem. Estava vendendo o litro do camarão mais barato e, assim, as mulheres pediram que a pescadora Maria, uma das pescadoras que há mais tempo vende camarão, fosse conversar com ele. Quando retornou da conversa com o senhor, informou-nos o que ela havia dito a ele: “*Ou coloca o preço igual ao nosso ou vai ter que sair daqui*” (pescadora Maria Pinto) Esse senhor, morador de Alenquer, não apareceu mais no local de venda. (RODRIGUES, Diário de campo, Pesquisa de campo, dez. 2016).

Nessa situação ficou muito nítido que existem lideranças informais entre elas, e, nas situações em que o trabalho da venda é colocado em risco, suas iniciativas são determinantes para o grupo.

Comerford (1999), em destaque na obra de Schweickardt (2012) intitulada *Faces do Estado na Amazônia*, ressalta a existência, em sua pesquisa de campo, da “equipe de frente”: aquelas pessoas pertencentes a um grupo social que tomam a frente nos debates e reuniões, mesmo não sendo oficialmente empossadas como coordenadoras ou representantes. As pescadoras da comunidade da Salvação têm suas representações informais, principalmente em situações que colocam em perigo o trabalho de pesca. Apesar de estarem em uma via pública, o território escolhido para venda é delimitando e defendido por elas por meio de suas próprias regras.

Os valores da sacola do camarão (Figura 47) variam de acordo com a época. A sacola de camarão tem em média 600 gramas. Em junho de 2016, uma sacola de camarão custava a

quantia de R\$ 10,00 (dez reais). No mês de julho do mesmo ano, o preço caiu para R\$ 7,00 (sete reais). E na safra (agosto, setembro e outubro), houve dia em que a sacola chegou a custar R\$ 5,00 (cinco reais). Nessa época, a despesa aumenta, em virtude de os locais onde o camarão é encontrado serem mais longe, e o preço cai, diminuindo o lucro da pescadora.

Figura 47 – Sacola de camarão para a venda – Alenquer, Pará.



Fonte: Foto da Autora

Além do camarão, também são vendidos, nesse local, porções cheiro-verde, maxixe, milho-verde, pamonha, coentro, jambu e outros, tudo em pequenas quantidades. Os camarões descascados e passados pela batida são vendidos em sacolas de um quilo e custam R\$ 18,00 (dezoito reais) em épocas de safra; em outros períodos o valor é de R\$ 25,00 (vinte reais).

É nítida a desvalorização do trabalho das pescadoras pela sociedade, que percebe a pesca do camarão como fácil e de pouco valor. O preço do camarão não está equiparado às horas de trabalho gastas para a sua captura. Mesmo sendo um preço dado por elas mesmas, muito abaixo do que deveria ser, a clientela muitas vezes pede desconto no preço, e elas, com receio de retornarem com o camarão para a comunidade, vendem-no por um preço abaixo do combinado.

Apesar da precariedade do trabalho, as pescadoras têm significações positivas durante as vendas. A maioria quer continuar vendendo o camarão, mesmo diante das adversidades. Sem reconhecimento social e com ganhos baixos para a manutenção e a reprodução das condições sociais de existência, optam por sempre estar nesses locais, pois consideram-se livres, seguras e muito confiantes como mostram as entrevistas das pescadoras Antônia Bentes, Maria de Souza, Glaucirene Monteiro e Alcirene Pinto:

[...] A venda do camarão traz a minha liberdade. Eu planto, crio galinha, já faço o meu dinheiro. Me sinto poderosa quando o meu marido me pede dinheiro. (Antonia Bentes, pescadora de camarão, 2016).

[...] Antigamente não pegava nada na enchente, só vendia, quase não pescava. É uma felicidade vender camarão, representa muita coisa boa, tenho muito orgulho de vender. Quando estou vendendo, tenho alegria, felicidade e bem-estar. (Maria de Souza, pescadora de camarão, 2016).

[...] Quando vendo me sinto mais confiante. (Glaucirene Monteiro, pescadora de camarão, 2016).

[...] A gente fica alegre, deixa o camarão com as colegas e sai para passear, me sinto livre. (Alcirene Pinto, pescadora de camarão, 2016).

O lugar onde é vendido o camarão é bem próximo da região portuária de Alenquer local de partidas e chegadas das embarcações de grande e médio porte. A venda do camarão realizadas pelas pescadoras ocorre toda sexta-feira, no mesmo dia da saída da embarcação (navio motor) de Alenquer para Manaus. O lugar do porto, como mostrou a ⁵⁴pesquisa de Scherer, em 2012, é um território de trabalho estigmatizado, de temporalidades curtas, onde é mesclado um emaranhado de legalismo e ilegalismo, muito particular de localidades ribeirinhas. Nesses locais, as pessoas que neles trabalham não têm reconhecimento social dentro do contexto urbano.

De acordo com as pescadoras há mais tempo no trabalho de pesca, no passado as mulheres vendiam o camarão de porta em porta em Alenquer. Elas colocavam as bacias nas cabeças e tinham que andar por horas em várias ruas do município, como mostram os depoimentos das pescadoras Maria de Souza e Maria Sebastiana:

[...] As vendas no passado aconteciam de porta em porta. A gente colocava a bacia na cabeça e saía vendendo. Era bem difícil naquele tempo, e o camarão não tinha valor, não. Depois começamos a vender no mercado, aí começaram a cobrar uma taxa para a gente ficar lá. Depois fomos para outro lugar, lá para a frente da CEPLAC, e depois para o Mini Preço. Nós ficávamos procurando lugar. Agora, nós estamos aqui até o dia que Deus quiser que a gente venda nosso camarão. (Maria Souza da Silva, pescadora de camarão, comunidade da Salvação, 2016).

[...] Quando era de madrugada, só fazia encher nas bolsas. Pegava o prato e ia embora. Nunca vendi na feira. Eu ia no bairro Cajual, não sei se a senhora conhece lá, para Luanda. Bairro do Cajual, Vila Passarinho. Olha, Luanda, Planalto. Tem mais, eu revirava tudinho e vendia tudinho, ainda vendia mel,

⁵⁴ Os carregadores e transportadores de bagagens do Roadway e da Estação Hidroviária de Manaus.

vendia galinha, vendia pato, vendia andiroba, vendia cheiro-verde. Ia embora, andando. E até hoje, eu ainda tenho cliente que diz assim, uns já morreram, outros ainda tão (...) “*Ei, dona Maria, cadê o camarão?*” “*Não, já faz quase dez anos que eu deixei o camarão.*” Eu pegava chuva, depois do quente. O sol muito quente, aí eu fiquei com problema de dor na minha cabeça. Eu acho que era mais difícil. Antes, era mais. Não, não. Antes era melhor do que agora, porque era mais perto. Está muito longe agora para ir pescar camarão. Está difícil agora. (Maria Sebastiana Pinto, 2016).

Ainda hoje ocorre essa prática da venda de porta em porta, porém somente algumas pescadoras realizam. Além de ser muito cansativo, somente acontece quando a venda do camarão “*fracassa*”⁵⁵. As vendas fracassam por haver muita oferta de camarão, principalmente na época da safra. Nesse período, o número de pescadoras aumenta. E, para não levarem o camarão de volta para a comunidade, as pescadoras optam por sair vendendo nas ruas, como mostra a figura 48:

Figura 48 – Venda de camarão de porta em porta – Alenquer/PA



Fonte: Foto da Autora

Na busca pela sobrevivência, as mulheres vão de porta em porta. Mesmo com dores e embaixo de sol e chuva, não desanimam diante da dificuldade. Se os clientes não vêm, elas vão atrás da própria sobrevivência.

Dessa forma, o trabalho mostra uma de suas inúmeras faces. O trabalho é capaz de humanizar, mas poderá degradar e escravizar, conforme Antunes (2011). O corpo vai sendo moldado para essas adversidades: a pele escurece; os pés ficam mais ásperos, em virtude das horas caminhando; os músculos dos braços, mais resistentes, para suportar o peso de uma bacia de aproximadamente cinco quilos embaixo do sol escaldante.

⁵⁵ Expressão usada quando sobra muito camarão, ou seja, quando a venda é ruim.

O local onde é vendido o camarão não tem infraestrutura para nenhum tipo de comercialização: é uma esquina (Figura 49 A), onde o tráfego de pessoas e veículos é intenso. No verão amazônico, muita poeira fica alojada nesse ambiente, causando muita tosse nas pescadoras. O esgoto fica exposto a céu aberto, passando despercebido cotidianamente. Em épocas de chuvas intensas, as mulheres levam os encerados para proteger as mercadorias da água e, às vezes, esquecem de “*salvar*” a si mesmas.

Quando sentem vontade de ir ao banheiro ou de beber água, têm que *torcer pela bondade* de algum comerciante da redondeza que disponibilize esses “luxos”; de acordo com as pescadoras, na maioria das vezes “preferem segurar a vontade do que ter que pedir e levar um não”. Algumas vezes, as pescadoras levam os filhos menores como companhia na hora da venda. Então, têm que fazer a dupla jornada: a de mãe e a de vendedora de camarão. Em certas ocasiões, aproveitam para levar o filho em consultas médicas, deixando, sua bacia de camarão, sob os cuidados de alguma amiga no local de venda.

No ano de 2017, a enchente por pouco não cobriu os locais de venda (Figura 49 B), como ocorrera nos anos de 2009 e 2012, quando houve grandes enchentes no Baixo Amazonas. As ruas do município de Alenquer nesses períodos ficaram cobertas pelas águas.

Figura 49 – Atividades de comercialização do camarão. A. Venda de camarão na cidade de Alenquer/PA; B. Local de venda de camarão na cheia (maio 2017)



Fonte: Foto da Autora

A omissão do poder local frente às mulheres pescadoras precisa ser modificada. A desresponsabilização pública é severamente revelada nessa etapa da atividade pesqueira. O poder local poderia oportunizar instalações que promovessem a manutenção e a permanência do trabalho da pesca do camarão realizado pelas pescadoras da comunidade da Salvação.

Durante o campo (2016), perguntamos a elas quais iniciativas poderiam ser promovidas para a melhoria do local de trabalho, e assim responderam:

[...] Quero mais segurança nos locais onde vendem o camarão, lá pegamos sol e chuva. Também gostaria de cobertura com mesas para a venda do camarão. (Antônia Bentes, pescadora de camarão, 2016).

[...] Gostaria que os locais de venda tivessem encerados e barracas e mesas para colocar nossas coisas. (Tania Viana, pescadora de camarão, 2016).

[...] Seria bom se tivesse umas barracas para colocar sombra e colocar os produtos em cima. (Maria Souza, pescadora de camarão, 2016).

[...] Se colocasse um banheiro seria muito bom, pelo menos para os filhos da gente ir. (Sebastiana Pinto, pescadora de camarão, 2016).

Nas entrevistas, as pescadoras revelaram que as questões que mais as incomodam no local de venda do camarão são a exposição de seus produtos ao sol e à chuva e a falta de banheiros para as necessidades biológicas básicas. Banheiros e tendas são apenas os passos iniciais para as mudanças desses locais, diante de tudo o que precisa ser feito, principalmente quanto ao reconhecimento do trabalho da mulher pescadora de camarão nas políticas públicas.

Os elaboradores dessas políticas entendem que as mulheres não desempenham um papel relevante no processo produtivo de pesca, como mostrou o Decreto de Lei nº 8.825/2015. Este ordenamento político, como destacaram Scherer e Lopes (2015), não se reportou especificamente às mulheres. Essa nova lei separou a categoria de pescador e pescadora artesanal em dois segmentos: o exclusivo e o de apoio. Isso significa que, mesmo inseridos no processo produtivo, os trabalhadores e as trabalhadoras de apoio serão considerados apenas um suporte ou uma complementaridade à produção pesqueira. Foram atingidas as mulheres e jovens que realizam reparos e beneficiamento de pescado. Com essa reclassificação, desvalorizam o trabalho de mulheres e reforçam a ideia de que as mulheres apenas ajudam.

Para dar visibilidade à produção gerada pelas mulheres no trabalho da pesca do camarão e mostrar o quanto essas pescadoras são protagonistas em todo o processo produtivo do camarão, abaixo nas tabelas 1 a 7, apresenta-se o levantamento da renda⁵⁶ da venda do camarão e produtos agrícolas nos meses agosto, setembro e outubro, considerado o período da safra do camarão na comunidade da Salvação.

⁵⁶ De acordo com a economia clássica é a remuneração dos fatores de produção.

Tabela 1 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de agosto/2016 – Pescadora Alcirene

1. PESCADORA: ALCIRENE

DATA DA CAPTURA DO CAMARÃO	18/08/2016	20/08/2016	23/08/2016	29/08/2016
HORA DA SAÍDA PARA A PESCA	4h:30	5h	4h :30	2h
HORA DO RETORNO DA PESCA	11h:30	11h	12 h	10h
LOCAL DA PESCA	Igarapé do Paupiranga	Igarapé do Paupiranga	Igarapé do Paupiranga	Igarapé do Paupiranga
TOTAL DE SACOLAS DE CAMARÃO CAPTURADAS	9	6	5	10
RECEITA DA VENDA DO CAMARÃO	R\$ 63,00	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 50,00
SACOLAS NÃO COMERCIALIZADAS	0	0	0	0
DESPESAS	R\$ 40,00	R\$ 8,50	R\$ 9,00	R\$ 11,50
RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	Não levou	Não levou	Não levou	Jambu : R\$ 25,00
RENDA TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	R\$ 63,00	R\$ 20,00	R\$ 25	R\$ 75

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 2 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de agosto/2016 – Pescadora Glaucirene

2. PESCADORA: GLAUCIRENE

DATA DA CAPTURA DO CAMARÃO	04/08	11/08	18/08	25/08
HORA DA SAÍDA PARA A PESCA	11h	2h	13h	3h
HORA DO RETORNO DA PESCA	19h	11h	18h	10h
LOCAL DA PESCA	Lago do Paupiranga	Lago do Paupiranga	Lago do Macucaua	Lago do Paupiranga
TOTAL DE SACOLAS DE CAMARÃO CAPTURADAS	30	26	30	4
RECEITA DA VENDA DO CAMARÃO	R\$180	R\$270	R\$150	R\$24
SACOLAS NÃO COMERCIALIZADAS	0	0	3	0
DESPESAS	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 100,00	R\$ 18,00
RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	R\$50,00 (cheiro verde, couve e pimenta de cheiro)	0	0	R\$ 7,00 Cheiro verde
RENDA TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	R\$230,00	R\$110,00	R\$150,00	R\$ 31,00

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 3 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de Setembro /2016 – Pescadora Alcirene

1. PESCADORA: ALCIRENE

DATA DA CAPTURA DO CAMARÃO	02/09/2016	09/09/2016	30/09/2016	03/09/2016
HORA DA SAÍDA PARA A PESCA	13h	13h	7h	6h
HORA DO RETORNO DA PESCA	20h	20h	12h	11h
LOCAL DA PESCA	Lago do paupiranga	Lago do paupiranga	Lago do paupiranga	Lago do paupiranga
TOTAL DE SACOLAS DE CAMARÃO CAPTURADAS	14 /1/2	18	16	15
RECEITA DA VENDA DO CAMARÃO	R\$78,00	R\$41	R\$ 66,00	R\$ 50,00
SACOLAS NÃO COMERCIALIZADAS	1	11	5	6
DESPESAS	32,00	20,00	20,00	25,00
RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	R\$ 25,00 (Cheiro verde e pimenta de cheiro)	R\$ 20,00 (Cheiro verde e pimenta de cheiro)	R\$150,00 Cheiro verde , milho verde e pimenta cheiro)	R\$ 0 Não levou
RENDA TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	R\$ 103	R\$ 61,00	R\$ 216,00	R\$ 50,00

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 4 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de setembro /2016 – Pescadora Glaucirene

2. PESCADORA: GLAUCIRENE

DATA DA CAPTURA DO CAMARÃO	02/09/2016	09/09/2016	16/09/2016	28/09/2016
HORA DA SAÍDA PARA A PESCA	13:00h	13:00h	5:00h	6:00h
HORA DO RETORNO DA PESCA	20:00h	20:00h	12:00h	12:00h
LOCAL DA PESCA	Lago do Paupiranga	Lago do Paupiranga	Lago do Paupiranga	Lago do Paupiranga e Igarapé de Alenquer
TOTAL DE SACOLAS DE CAMARÃO CAPTURADAS	14	18	121/2	20
RECEITA DA VENDA DO CAMARÃO	R\$ 78,00	R\$ 41,00	R\$ 30,00	R\$ 90,00
SACOLAS NÃO COMERCIALIZADAS	1	11	51/2	2
DESPESAS	R\$ 32,00	R\$ 24,00	R\$ 16,00	R\$ 25,00
RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	R\$ 45,00(Cheiro verde e coentro)	R\$ 40,00 (Couve, pimenta e cheiro verde)	R\$ 40,00 (Couve, pimenta e cheiro verde)	R\$ 60,00 (Couve, pimenta e cheiro verde)
RENDA TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	R\$ 123,00	R\$ 81,00	R\$70,00	R\$150,00

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 5 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de outubro /2016 – Pescadora Alcirene

1. PESCADORA: ALCIRENE

DATA DA CAPTURA DO CAMARÃO	07/10/2016	14/10/2016	21/10/2016	28/10/2016
HORA DA SAÍDA PARA A PESCA	5h	4h	6h	5h
HORA DO RETORNO DA PESCA	12h	12h	14h	13h
LOCAL DA PESCA	Igarapé de Alenquer	Boca de Alenquer	Capituba	Boca do Paracari
TOTAL DE SACOLAS DE CAMARÃO CAPTURADAS	50	12	17	5
RECEITA DA VENDA DO CAMARÃO	R\$ 250,00	R\$ 66,00	R\$ 85,00	R\$ 25,00
SACOLAS NÃO COMERCIALIZADAS	0	0	0	0
DESPESAS	70,00	40,00	50,00	30,00
RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	R\$ 0,0 Não levou	R\$ 14,00 (cheiro verde, pimenta cheirosa)	R\$ 15,00 (cheiro verde, pimenta cheirosa)	R\$ 80,00(cheiro verde, pimenta cheirosa)
RENDA TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS				

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 6 – Renda das mulheres na venda do camarão e produtos agrícolas no mês de outubro /2016 – Pescadora Glaucirene

2. PESCADORA: GLAUCIRENE

DATA DA CAPTURA DO CAMARÃO	05/10/2016	14/10/2016	21/10/2016	28/10/2016
HORA DA SAÍDA PARA A PESCA	13:00h	4:00h	6:00h	5:30
HORA DO RETORNO DA PESCA	19:00h	12:00h	13:00h	12:00h
LOCAL DA PESCA	Boca do Paracari	Boca de Alenquer	Capintuba	Boca do Paracari
TOTAL DE SACOLAS DE CAMARÃO CAPTURADAS	30	40	59	45
RECEITA DA VENDA DO CAMARÃO	70,00	80,00	120,00	110,00
SACOLAS NÃO COMERCIALIZADAS	0	5	5	4
DESPESAS	R\$ 30	R\$40,00	R\$ 35,00	R\$38,00
RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	Não levou R\$ 0,0			
RENDA TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	R\$ 70,00	R\$80,00	R\$120,00	R\$ 110,00

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 7 – Tabela geral de faturamento da venda de camarão e produtos agrícolas

Nº DE PESCADORAS	MÊS	Nº SACOLAS DE CAMARÃO	HORAS TRABALHADAS	DESPESAS	Nº SACOLAS DE CAMARÃO NÃO COMERCIALIZADAS	RECEITA DO CAMARÃO	RECEITA DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS	RENDA TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS
2	AGOSTO	113	74	R\$ 347,00	3	R\$ 812,00	R\$ 200,00	R\$ 1.012
2	SETEMBRO	120	65	R\$ 189,00	42	R\$ 454,00	R\$ 100,00	R\$ 554,00
2	OUTUBRO	136	82	R\$ 142,00	0	R\$ 602,00	R\$ 120,00	R\$ 722,00

Fonte: Elaborado pela Autora, Pesquisa de campo (2016)

Acompanhamos a comercialização durante os três meses da safra do camarão (agosto, setembro e outubro). Verificamos que no mês de agosto (período do início da safra do camarão na comunidade) A receita com a venda do camarão foi superior a todos os meses. A despesa para a manutenção da pesca também foi a maior, em virtude do aumento do uso de combustível, sal para o beneficiamento do camarão e da compra de novos apetrechos de pesca. Os locais de pesca no mês de agosto são mais distantes da comunidade, e assim, é o período que as mulheres demandam mais horas no trabalho de pesca.

No mês de setembro a receita dos produtos agrícolas foi inferior aos demais meses, pois as pescadoras dedicaram-se mais a pesca do camarão. A renda com a venda do camarão foi o menor de todos os meses. Quanto às sacolas que não comercializadas, somou um total de quarenta e duas. Essas sacolas que não são vendidas retornam para a comunidade para a realização das batidas de camarão, desvalorizando o preço do camarão, e aumentando o tempo de trabalho das mulheres. No mês de setembro o quantitativo de camarão é muito grande, desvalorizando o preço por ocasião do aumento da oferta nesse período.

No mês de outubro a receita com a comercialização do camarão foi a segunda melhor. Foi o mês em que mais horas no trabalho de pesca do camarão foram contabilizadas. A despesa também foi a segunda menor. Quanto maior o quantitativo de camarão, mais a despesa sobe, e menos tempo as pescadoras têm para se dedicar a outras atividades que lhe garantem renda. O preço do camarão é desvalorizado, e as horas do trabalho de pesca aumentam.

Em suma, quanto maior o quantitativo de camarão, maior a despesa, porque aumentam-se os volumes a serem transportados e armazenados, assim as despesas são elevadas. Porém, como a oferta aumenta, automaticamente a rentabilidade do produto diminui, porque os preços praticados no mercado caem, e as perdas aumentam. Desta forma, parece incoerente comercializar toda a produção durante a safra. O ideal seria que a prefeitura de Alenquer comprasse o excedente da produção para armazenar e disponibilizar em outros momentos, a fim de se estabelecer um equilíbrio entre consumo e preço, ou fomentar uma cooperativa com o intuito de beneficiar e exportar e/ou armazenar para a entressafra o excedente, com o propósito de agregar valor. Durante a safra, resta menos tempo às pescadoras para se dedicarem a outras atividades que também garantem renda.

5.3 Conflitos e preocupações: a várzea agora é assentamento? O projeto de assentamento agroextrativista

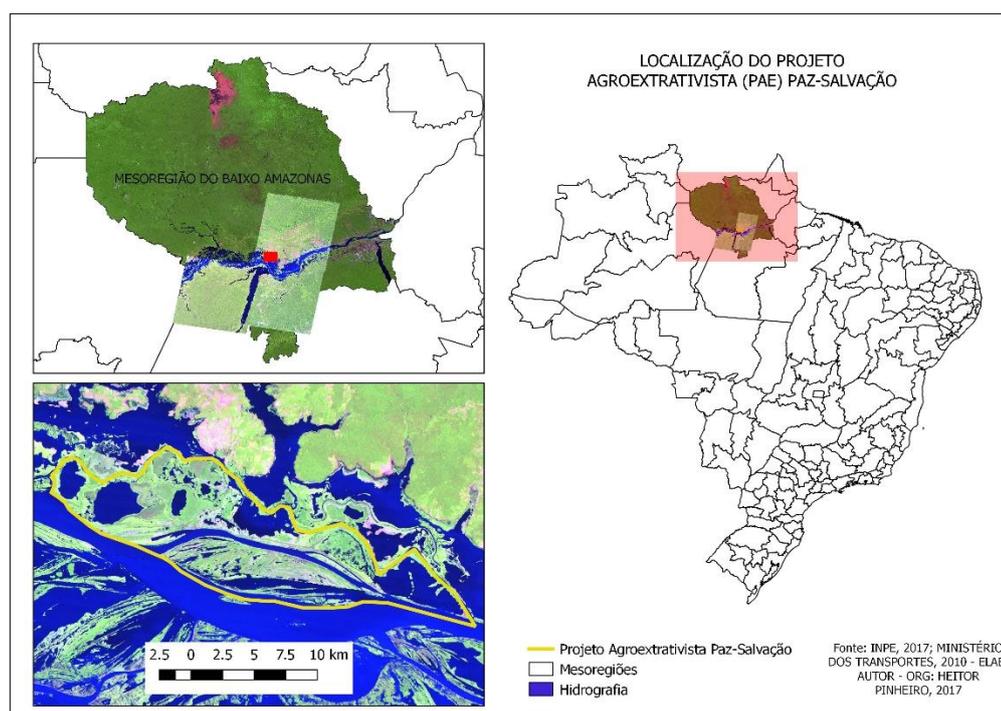
Com a efervescência dos anos 1990, no pós-ECO 92, sobre as questões ambientais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se viu motivado a ressignificar as estratégias para atuar na Amazônia diante desse novo cenário mundial. *A priori* via-se a floresta como algo a ser vencido, sem preocupações para preservá-la e às populações que ali viviam. A partir de 1980, em função da emergência de novos sujeitos sociais, em grande evidência no cenário político regional e com expressão nacional, como o movimento dos seringueiros e extrativistas, o INCRA passou a empreender a criação da modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista, que viria a ser o precursor das Reservas Extrativistas criadas em seguida pelo IBAMA (SCHWEICKARDT, 2012).

Intermediado no Baixo Amazonas pelo projeto Pró-Várzea, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), desde o ano de 2006, esse sistema de cogestão passou a ser baseado na implantação de Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE), criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A ocupação do solo e uso dos recursos naturais na várzea, no Baixo Amazonas, são regulamentados por 45 PAE, em 9 municípios, beneficiando 11.305 famílias.

A comunidade da Salvação está inserida em um projeto intitulado Assentamento Agroextrativista PAE Salvação, fazendo parte deste as comunidades da Salvação, Ilha do Carmo e Vira-Volta, com área de 19.000 ha (dezenove mil hectares), conforme Portaria nº 33, de 20 de outubro de 2006, do Instituto Nacional de Municípios de Óbidos e Monte Alegre, limitando-se ao sul com Santarém e Juruti, a leste com Monte Alegre e a oeste com Curuá e Óbidos.

Para a coordenadora do Assentamento PAE Salvação, atualmente possui 130 associados, é Maria da Silva Pinto, eleita em fevereiro de 2016, com mandato até 2019. A implantação do projeto na comunidade trouxe muitos conflitos, em virtude de medidas sancionadas com a criação do assentamento as quais não foram acordadas nem cumpridas por todos. Quando tratamos de conflitos, embasamo-nos nos pressupostos teóricos de Simmel (2011). O autor reconhece o conflito como parte importante de qualquer socialização, como meio de integração social, de socialização dos sujeitos, o que permite a análise da relação entre conflito e consenso como algo que empiricamente se encontra em toda unidade social. O autor percebe os conflitos como elementos que fazem parte do processo civilizatório e dar um valor negativo a isso seria uma problemática. É por meio do conflito que poderemos ver as verdadeiras necessidades dentro das mais variadas interações e relações sociais reproduzidas em um determinado grupo social. Abaixo (Figura 50), o mapa do Assentamento PAE Salvação:

Figura 50 – Localização Projeto de Assentamentos Salvação



Fonte: Elaborado pela autora (2017); Organizado por PINHEIRO (2017)

O INCRA já criou mais de nove em todo o país. Os assentamentos podem ser divididos em dois grupos: (i) Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs); (ii) os ambientalmente diferenciados, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF), como mostra o quadro 4:

Quadro 4 – Modalidades de projeto criados pelo INCRA atualmente

MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal	PA	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União, através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito de Apoio à Instalação e de crédito de produção, de responsabilidade da União; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade), de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União, através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito de Apoio à Instalação e de crédito de produção, de responsabilidade da União através do INCRA; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso), de responsabilidade da União; • Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; • Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas etc.); • Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União, através do INCRA; • Aporte de recursos de crédito de Apoio à Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C), de responsabilidade do Governo Federal; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), de responsabilidade da União; • Não há individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal), e a titulação é de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	<ul style="list-style-type: none"> • É uma modalidade de assentamento voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região Norte; • A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; • Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso; • O INCRA, em conjunto com o IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicará áreas próprias para implantação dos PAF.
Projeto de Assentamento Casulo (modalidade revogada pela Portaria INCRA nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017)	PCA	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Assentamento criado pelo Município ou pela União; • A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do Município ou da União; • Aporte de recursos de crédito de Apoio à Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C), de responsabilidade do Governo Federal; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), de responsabilidade dos Governos Federal e Municipal; • Diferencia-se pela proximidade a centros urbanos e pelas atividades agrícolas, geralmente intensivas e tecnificadas; • Titulação de responsabilidade do Município.
Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	PDAS	<ul style="list-style-type: none"> • Modalidade descentralizada de assentamento destinada ao desenvolvimento da agricultura familiar pelos trabalhadores rurais sem-terra no entorno dos centros urbanos, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas, de caráter inclusivo e ecologicamente sustentáveis;

<p>Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável</p>	<p>PDAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As áreas serão adquiridas pelo INCRA, por meio de compra e venda, ou ainda doadas ou cedidas pelos Governos Estaduais e Municipais; • Os lotes distribuídos não podem ter área superior a dois módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento em cada município; • O desenvolvimento das atividades agrícolas deve garantir a produção de hortifrutigranjeiros para os centros urbanos; • O INCRA e o órgão estadual ou municipal de política agrária, ou equivalente, deverão firmar Acordo de Cooperação Técnica visando a garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas tenham acesso às políticas públicas para o desenvolvimento do futuro projeto de assentamento.
---	-------------	--

Fonte: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>

De acordo com INCRA (2017), o assentamento é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

A própria significação de assentamento trazida pelo INCRA contrapõe a pluriatividade vivenciada por moradores de uma comunidade de várzea. Quando o foco do assentamento é direcionado às atividades agrícolas, secundariza formas de trabalho que já fazem parte do cotidiano das gerações, principalmente as exercidas por mulheres. Assim, estabelece na comunidade uma hierarquização de frentes de trabalho, priorizando a agricultura como atividade mais importante dentro de um assentamento. De acordo com Alencar (2011), apesar de as mulheres estarem cautelosamente ocupando cargos de representação da categoria, estas são formas mais comuns de participação política das mulheres no nível das comunidades, em virtude de as mulheres não se perceberem como seres políticos, uma vez que a ideia de política está associada apenas à esfera partidária e como uma atribuição de homens. Conforme a autora, as mulheres precisam ser conscientizadas sobre a questão de gênero e sobre sua condição de mulher na sociedade, dominada por homens, impedindo que as mesmas tenham consciência de que podem acontecer mudanças para que sejam valorizadas e percebam a importância do trabalho que desenvolvem dentro da comunidade.

Quanto ao funcionamento do assentamento, logo que recebem os lotes os trabalhadores rurais comprometem-se a morar na parcela de terra recebida e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas.

Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao INCRA. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiados não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros (INCRA, 2017).

Na comunidade da Salvação, todos os que fizeram parte do assentamento já eram proprietários de suas terras, alguns com termo de posse e outros sem o documento formal, porém, pelo tempo que já moram na comunidade, já tinham direito da terra e eram reconhecidos como donos. Para garantir direitos às mulheres, quando os cadastros eram realizados em uma família, a posse da terra ficava no nome delas. Contudo, na época da criação do assentamento na comunidade da Salvação, as mulheres solteiras, mesmo com filhos, não puderam fazer o cadastro como assentadas: uma total violação dos direitos das mulheres. Uma das condições para participar era ter uma união conjugal estável. A pergunta é: como pessoas proprietárias de terra de várzea, mesmo esta sendo da União, entraram em um projeto que foi criado para pessoas sem-terra?

A posse da terra na comunidade da Salvação sempre foi passada de pai para filho. Uma herança não somente financeira, mas social e cultural. Junto com a terra vem um arcabouço de formas de sobrevivência, que são repassadas cotidianamente. Os projetos voltados para a Amazônia, pensados de forma homogeneizadora, não são de hoje, um grande exemplo foi a introdução da produção da juta e da borracha. Essas formas de produção adentraram realidades transformando populações em escravos do capital, aliadas a uma economia de aviamento, segundo a qual o patrão era dono das vidas de seus empregados, pois estes nunca conseguiam sanar suas dívidas. Nesse universo tão complexo, apesar dessas devastadoras formas de produção implantadas na Amazônia, as populações ao longo das calhas de rios e igarapés conseguiram criar novas formas de sobrevivência, aliando o seu modo de vida a formas de permanecer nesses locais. A criação do assentamento na comunidade da Salvação veio ratificar essa falsa ideia de desenvolvimento, que procura unificar as formas de produção da população.

Para a implantação de um assentamento em uma comunidade de várzea realiza-se primeiramente, a elaboração do Plano de Utilização (PU), que é o regulamento interno das comunidades, elaborado pelos moradores e aprovado pelo INCRA, para a devida utilização da área. É um documento formal que normatiza o uso dos bens comuns, de acordo com a legislação vigente (PU, 2010). O objetivo do PU é dar formalidade ao Contrato de Concessão de Uso da Várzea, além de promover a manifestação e o compromisso dos moradores quanto à utilização dos bens comuns existentes no assentamento, bem como, fornecer ao INCRA um instrumento que possibilite a verificação do cumprimento das normas estabelecidas para o uso da área.

Um dos objetivos primordiais da criação do assentamento é assegurar a sustentabilidade do assentamento, fornecendo aos moradores, “regras de conduta, uma espécie de guia que serve para orientar os moradores em suas atividades para que sigam critérios de sustentabilidade econômica, ambiental e social visando melhorias nas condições de vida dos moradores da comunidade” (PU, 2010).

Isso é contraditório, partindo-se do fato de que o trabalho da pesca do camarão, que hoje é o que mais garante renda às famílias da comunidade, não foi levado em consideração. Esse trabalho garante a essas mulheres melhores condições não só financeiras, mas sociais e culturais, como já mostrei nas sessões anteriores.

Para a elaboração do PU, de acordo com as entrevistas realizadas na pesquisa de campo, muitas reuniões foram realizadas na comunidade, com a participação dos moradores, para discutir e elaborar o PU de forma coletiva. Nessas reuniões, muitos tinham vergonha de se manifestar, e, assim, algumas regras foram sendo conduzidas mesmo sem o entendimento de todos. Ao ler o PU, percebemos muitos deveres a serem cumpridos pelos moradores, porém algumas ações emergenciais até hoje, mesmo estando a comunidade em área de assentamento, não foram colocadas em prática como benfeitoria do INCRA, como mostra nas Modalidades de Projeto criadas pelo INCRA: “Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), de responsabilidade da União através do INCRA” (INCRA, 2017). A comunidade não teve acesso à energia elétrica com a criação do assentamento; atualmente, o gerador de luz comunitário encontra-se com defeito, e somente tem acesso à energia elétrica que tem gerador próprio.

O Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Salvação foi criado pela Portaria nº 33, de 20 de outubro de 2006, com os seguintes tópicos: 1-Finalidade do plano; 2-Estratégias para exploração dos recursos naturais; 3-Direitos e responsabilidade na execução do plano; 4-Intervenções agroextrativistas (pecuária, pesca e agricultura, intervenções na fauna e flora, intervenções no subsolo; 5-Turismo; 6-Artesanato; 7-Tratamento de resíduos sólidos; 8-Gestão e fiscalização do PAE e 9-Penalidades.

Dentre as normas estabelecidas para a condição de ser um assentado, as que mais causam conflitos na comunidade são as intervenções agroextrativistas (pecuária, pesca e agricultura). Primeiro, ficou acordado um quantitativo de bovinos que cada morador poderia ter. Foram estabelecidos prazos para a permanência do gado na comunidade, apenas na época da vazante, pois no período da cheia terá que ser retirado. Esses criadores de gado são obrigados a fazer cercas de qualidade em seus terrenos, para que os animais não ultrapassem para os lotes vizinhos. Durante o campo, visualizei muitos animais fora das cercas de seus donos,

dificultando a passagem, principalmente de crianças. Além de os animais ultrapassarem para outros terrenos, eles consomem plantações destinadas ao consumo e venda de famílias, ocasionando prejuízos e muitos conflitos entre moradores.

As questões da pesca foram acordadas em dez intervenções, para o melhor uso de lagos, rios e igarapés, porém o que mais chama a atenção nessas normas de uso do assentamento é a total invisibilização do trabalho das mulheres pescadoras de camarão. Em nenhuma dessas dez intervenções aparece uma referência à pesca do crustáceo. O que se observa no PU é muita **proibição**. As instituições responsáveis pela implantação do assentamento buscaram alternativas extremas para a preservação ambiental, esquecendo-se que, para um equilíbrio de sustentabilidade, é necessário levar em consideração questões sociais, culturais, econômicas, espaciais e ambientais (SACHS, 1993). Isso fica claro neste um trecho do PU sobre as intervenções de pesca:

[...] **Fica proibida** qualquer atividade pesqueira nos lagos do Papucu e Seringal, localizados na comunidade Ilha do Carmo, e nos lagos Cacuri e Pracuuba, localizados na comunidade da Salvação, todos considerados da data de publicação deste Plano como lagos de Preservação.

[...] No lago do Maracá, a pesca **fica proibida** por um período de dois anos a partir da data da publicação desse Plano.

[...] No ambiente aquático pertencente ao PAE Salvação **é proibida a pesca** com uso de malhadeira embaixo de árvores frutíferas, bem como a utilização de arrastões e de qualquer outro apetrecho considerado proibido pela legislação vigente (PU, 2010, p. 14).

Acredito que as proibições sempre pensadas somente no aspecto da dimensão ecológica, desconsiderando a dimensão humana, interferem no cotidiano de cada família e motivam a invisibilização de muitas formas de trabalho, além de mudarem o curso do cotidiano que a cada dia são construídos por saberes contínuos. As mulheres pescadoras pouco se manifestam nessas reuniões; elas utilizam a invisibilidade como uma estratégia para continuar realizando a pesca do camarão, pois ficam livres de regras e proibições e, desse modo, poderão continuar pescando e lutando pela sobrevivência. Os sistemas de manejo devem ser socialmente construídos, pois somente regras ecologicamente adequadas, isoladas da realidade local, não são suficientes para o controlar o acesso e uso de recursos.

Imagine as pescadoras serem proibidas de pescar camarão por dois anos? Ou precisarem mudar os apetrechos de pesca? O medo é tão grande, que elas preferem ficar anônimas a ter que lidar com proibições e regulamentações. Essa postura evita comprometer a renda para a

sobrevivência familiar, sem contar que o trabalho de pesca lhes proporciona muito mais que uma renda: garante-lhes significações que lhes dão satisfação e a manutenção da vida.

Lembro-me da primeira viagem de campo à comunidade da Salvação, dos olhares assustados, da primeira pergunta que logo me fizeram: “A senhora é do governo?” Minha resposta era: “Sou da Universidade”. E se eu fosse do Governo? Como seria o resultado desta pesquisa?

Demorei para entender que a invisibilidade, questionada ao decorrer de toda a tese, é uma forma de defesa para a garantia da sobrevivência, ou seja, é uma *invisibilidade estratégica*. Essa invisibilidade estratégica seria uma forma de se manter na ilegalidade para continuar realizando a dinâmica do trabalho sem a interferência institucional que sempre priorizam somente a dimensão ecológica. Quando as pescadoras afirmam que o trabalho de pesca de camarão é uma ajuda, garantem que intervenções políticas não mudem suas rotinas no trabalho de pesca.

A autora Júlia Tomás (2012) destaca a existência de uma forma de invisibilidade – a *invisibilidade desejada* – reafirmando nosso posicionamento:

Seguindo a lógica dicotômica, se por um lado existe a invisibilidade social como exclusão sofrida pelo ator, por outro existe uma invisibilidade que pode ser desejada. Num mundo embriagado pela visibilidade, onde reina a tirania visual, a injunção à visibilidade pode ser tida como obrigação, como um dever social. (TOMÁS, 2012, p. 11).

A invisibilidade como estratégia contra a sociedade parte de vários autores, dos quais se destacam Michel Foucault (1975) e Gilles Deleuze (1990). Dessa forma, a invisibilidade estratégica é compreendida como um desejo de clandestinidade para se passar despercebido nos níveis jurídico e fiscal, sendo uma forma de resistência para a garantia da continuidade de diferentes formas de sobrevivência.

A invisibilidade estratégica continuará existindo enquanto os projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida forem pensados de maneira homogênea na Amazônia, pois cada modo de vida tem sua especificidade, sua própria dinâmica. Formas de garantir a sustentabilidade devem ser pensadas incluindo todas as formas de vida, inclusive as humanas.

Durante a implantação do assentamento muitas promessas são feitas na tentativa de “seduzir” o maior número de associados para o assentamento, em troca de promessas de empréstimos para a compra de equipamentos, gêneros alimentícios e outros produtos que, muitas vezes, estão fora da realidade local. No item 22, como mostra a figura 51, aparece a oferta da conserva em lata, e no item 45, a oferta de um inseticida. Na figura 52, no item 49,

observa-se a oferta de LEPCDI, substância utilizada para o tratamento de feridas em bovinos, cuja composição é altamente danosa aos seres vivos.

Figura 51 – Planilha de cotação para a aquisição de produtos para o assentamento PAE Salvação

PLANILHA DE COTAÇÃO - APOIO INICIAL(ALIMENTO)				
PROJETO DE ASSENTAMENTO: PAE SALVAÇÃO ALENQUER - PA				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	MARCA	PREÇO UNITÁRIO
1	ABSORVENTE-COM ABA	PCTE	S.LIVRE	
2	AÇÚCAR	KG	PRINCESA	
3	ACÚCAR	KG	ITAMARATI	
4	ÁGUA SANITÁRIA	LT	QBOA	
5	ALHO	KG		
6	AMACIANTE	LT	MON BIJU	
7	ARROZ	KG	ACOSTUMADO	
8	AZEITE DE DENDÊ	500g	MARIZA	
9	AZEITE DE DENDÊ	200g	MARIZA	
10	BARBEADOR C/GEL-PRESTBARBA/ULTRA	2UN	GILETE	
11	BOLACHA ÁGUA E SAL-Rinchester	400g'	CREA CRACK	
12	BOLHACHA ÁGUA E SAL	400g'	HILÉIA	
13	BORRACHA DUAS CORES	UM		
14	CADERNO 10 MATERIAS CAPA DURA	UM		
15	CAFÉ	KG	AMAZÔNIA	
16	CAFÉ	KG	KMIMO	
17	CAFÉ	KG	LISBEL	
18	CANETA	UM	BIC	
19	CHARQUE	KG	PAINEIRA	
20	COLHER	UNI		
21	COLORAL	KG	DU-BOM	
22	CONSERVA CARNE BOVINA- 320 G	LATA	BORDON	
23	COPO INOX	UNI		
24	CREME DE LEITE- 300G	LATA	NESTLÊ	
25	CREME DENTAL-PROT REFRESCANTE	180g	SORRISO	
26	CREME DENTAL	180g	GOLGATE	
27	CREMOGEMA-200	CX	MAISENA	
28	CUSCUZ TRADICIONAL 500G	PCTE	SINHÁ	
29	DETERGENTE	LT	PINHO SOL	
30	ESCOVA DE LAVAR DE MÃO	UNI	CONDOR	
31	ESCOVA DENTAL ESSECIAL	UNI	JOHNSON	
32	ESCOVA DENTAL INFANTIL	UNI	JOHNSON	
33	FAÇA DE MESA	UNI	TRAMONTINA	
34	FARINHA DE MANDIOCA	KG	COMUM	
35	FARINHA DE TAPIOCA	KG		
36	FARINHA LACTEA	400g'	NESTLÊ	
37	FEIJÃO RAJADO TIPO 1	KG	BADÚ	
38	FÓSFORO 10 CAIXAS 400 PALITOS	PACTE	ARGOS	
39	GARFO	UNI	TRAMONTINA	
40	GARRAFA TÉRMICA(ÁGUA) 7 LITROS	UNI	INVICTA	
41	GARRAFA TERMICA (CAFÉ) 1 LITRO	UNI	INVICTA	
42	GARRAFA TÉRMICA(ÁGUA) 7 LITROS	UNI	TERMOLAR	
43	GARRAFA TERMICA (CAFÉ) 1 LITRO	UNI	TERMOLAR	
44	GOIABADA(EMBALAGEM PLÁSTICA)	600G	VAL	
45	INSETICIDA SPRAY	300ML	BAYGON	
46	LÁPIS N2	UNI		

Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Figura 52 – Planilha de cotação para a aquisição de produtos para o assentamento PAE Salvação

47	INCHÓ	UNI	TRAMONTINA	14,95		A.C.
48	LANTERNA DE TRES ELEMENTOS	UNI	RAYOVAC	22,95		A.C.
49	LEPCIDI	UNI		10,95		A.C.
50	LONA (4X5) ORIGINAL	UNI	LONA LEVE	106,87		A.C.
51	LONALEVE/FORTE 4X3" - ALPAGATAS	UNI	ALPAGATAS	60,85		A.C.
52	MACHADO MÉDIO SEM CABO	UNI	TRAMONTINA	33,54		A.C.
53	MANGUEIRA BRANCA "3/4" X 2,0 MM	METRO	CRISTAL	2,16		A.C.
54	MANGUEIRA COM REGISTRO PARA FOGÃO	UNI	ALIANÇA	17,90		C.A.
55	MAQUINA DE COSTURA MECANICA PÉ DE FERRO	UNI	ELGIM	787,50		C.A.
56	MAQUINA DE COSTURA MECANICA ELETRCA PORTATIL 18 P	UNI	SINGER	649,00		C.A.
57	MARTELO 25 MM COM CABO	UNI	TRAMONTINA	15,92		A.C.
58	MOINHO PARA CÉREAIS MANUAL	UNI	ARACEBA	81,85		A.C.
59	MOTOR BOMBA 4 CV GASOLINA	UNI	TOYAMA	947,00		C.A.
60	MOTOR COM RABETA 5. 5HP	UNI	TRAMONTINI	799,00		C.A.
61	MOTOR BOMBA 4 CV GASOLINA	UNI	TRAMONTINI	920,50		C.A.
62	MOTOR BOMBA 4 CV GASOLINA 2 X1. 1/2 COM NIPLE	UNI	HONDA	1.396,50		C.A.
63	MOTOR BOMBA HONDA WP-20 SAIDA 2"X2"	UNI	HONDA	1.592,50		C.A.
64	MOTOR COM RABETA 5. 1/2 RABO 2M	UNI	HONDA	1.096,50		C.A.
65	MOTOR COM RABETA 6. 1/2 RABO 2M	UNI	TRAMONTINI	899,00		C.A.
66	MOTOR COM RABETA 5. 1/2 RABO 2M	UNI	TOYAMA	747,50		C.A.
67	MOTOR COM RABETA 9	UNI	HONDA	2.297,00		C.A.
68	MOTOR COM RABETA 6. 1/2 RABO 2M	UNI	HONDA	1.248,00		C.A.
69	PISTOLA DE USO VETERINARIO INCLUINDO KIT DE AGULHA	UNI	ROPER	231,50		A.C.
70	PLACA SOLAR 35 WATS	UNI	KIOCERA	1432,00		A.C.
71	PLACA SOLAR 50 WATS	UNI	KIOCERA	1445,00		C.A.
72	PLAINA MANUAL N. 5	UNI	WORKER	86,50		C.A.
73	PLANTADEIRA MANUAL	UNI	MARILIA	83,00		C.A.
74	PREGO GALVANIZADO 1, 1/2" A 3, 1/2"	KG	GERDAU	6,93		A.C.
75	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL DE 20 LT	UNI	GUARANY	212,50		C.A.
76	ROÇADEIRA MOTORIZADA FS 85 GASOLINA	UNI	STHL	2.011,00		C.A.
77	ROÇADEIRA MOTORIZADA FS 160	UNI	STHL	2.232,00		C.A.
78	ROÇADEIRA MOTORIZADA STARK 25	UNI	BRANCO	1.381,00		C.A.
79	ROÇADEIRA MOTORIZADA STARK 42	UNI	BRANCO	2.232,00		C.A.
80	ROÇADEIRA MOTORIZADA FS 220	UNI	STHL	2.440,00		C.A.
81	SAL GROSSO SACO COM 25 KG	SACO		14,00		C.A.
82	SEMENTE DE ABOBORA (JACAREZINHO) 50G	LATA	FELTRIN	8,98		A.C.
83	SEMENTE DE GERIMUM 50G	LATA	FELTRIN	8,98		A.C.
84	SEMENTE DE MELANCIA (CHARLESTRON GRAY) 100G	LATA	FELTRIN	16,90		A.C.
85	SEMENTE DE REPOLHO (SHOSHU) 10 G	LATA	FELTRIN	24,90		A.C.
86	SEMENTE TOMATE (SANTA CLARA) 50G	LATA	FELTRIN	24,90		A.C.
87	SERROTE N.20"	UNI	TRAMONTINA	27,85		A.C.
88	SERROTE N.20"	UNI	STANLEY	25,50		A.C.
89	TELHA BRASLIT SEM AMIANTO	UNI	BRASLIT	10,95		C.A.
90	TERÇADO N.22 COM CABO DE MADEIRA	UNI	TRAMONTINA	28,85		A.C.
91	TINTA ÓLEO	GALÃO	PEGUEPINTE			A.C.
92	TINTA ESMALTE SINTETICO	GALÃO	PEGUEPINTE	97,85		A.C.
93	TINTA ESMALTE SINTETICO	GALÃO	SUVENIL	52,00		A.C.
94	TINTA ÓLEO	GALÃO	SUVENIL			A.C.
95	MANGUEIRA PRETA POLIETILENO 1/2" METRO	M	POLIETILENO	25,00		A.C.
96	MANGUEIRA PRETA POLIETILENO 1. 1/2" METRO	M	REGIONAL	3,25		C.A.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Quanto ao gasto desses valores, existe uma série de obrigações a serem cumpridas: a compra de equipamentos tem que ser feita em lojas específicas, existe uma listagem pré-aprovada do que deve ser comprado e um tempo limite para a aquisição das compras. De acordo com as entrevistas, o valor do empréstimo não foi igual para todos; uns receberam mais, e

outros, quantias inferiores. Não sabem o porquê dessa diferenciação. Até o ano de 2016, não foi cobrado de nenhum assentado o valor das parcelas desse empréstimo. Muitas mulheres temem perder seu patrimônio por conta da dívida, pois têm convicção de que um dia serão cobradas.

O trabalho da pesca do camarão encontra-se ameaçado pelo aumento da atividade, principalmente em lugares mais distantes; antes esses locais eram poupados, já que as idas até eles não ocorriam com frequência, realidade modificada em virtude da aquisição de transportes financiados pelo INCRA, que facilitaram a locomoção a essas localidades. Outros sujeitos que afixam essa ameaça são a pesca do camarão não ter sido incluída nas pautas das reuniões nem contida no PU, não havendo políticas para a conservação da atividade, e a cada dia o quantitativo de camarão estar diminuindo, como evidenciando na entrevista realizada com Dona Maria, 65 anos, pescadora de camarão:

[...] Sou pescadora de camarão há mais de 20 anos na comunidade da Salvação. A criação do assentamento não trouxe benefício nenhum, apenas facilitou a aquisição de transportes para a pesca e locomoção. Posso dizer que ajudou na compra de transportes, facilitaram as idas para locais distantes, mas aumentou o número de pessoas pescando camarão. Não nego que a criação foi boa, porém as regras criadas somente foram cumpridas no início; hoje, ninguém cumpre. Como, por exemplo, a entrada e saída do gado na comunidade. Alguns moradores criam gado, porém muitos não cercavam e zelavam os locais de criação, assim esses animais invadiam terrenos de outros e até comiam e destruíam plantações. Mas a pesca do camarão, ninguém não falou nada nas reuniões. O que eu sei dizer, que hoje tem mais gente pescando. O camarão é muito perseguido, com um tempo não vai ter mais. (Dona Maria, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, 2015).

Como percebemos, a criação do assentamento trouxe muitos conflitos dentro da comunidade. Não houve unanimidade na aceitação pelos moradores quanto à implantação do assentamento, pois fez surgir na coletividade o pensamento de que seriam excluídos da posse da terra, que seria repassada ao INCRA. Esse fato causou receio em muitos moradores, que temiam perder suas terras, como podemos perceber na fala de Evanilce, 35 anos, representante do PAE Salvação:

[...] Aí, surgiram muitas conversas. É, “porque vocês vão ter que dar a terra de vocês, se meteram em assentamento”, e “olha, o INCRA vai tomar toda a terra de vocês, que vocês estão morando; quando vocês pensarem que ainda é de vocês, não é mais de vocês, não, já é do INCRA; o INCRA vai tomar a terra de vocês, e vocês vão ficar sem nada”. Aí teve muito esse tipo de conflito aí, sabe? Aí vinham comigo, perguntar se era verdade, sabe? Eu explicava, “não, é assim, assim”. Veio muita gente aqui comigo perguntar sobre isso, porque eu tinha mais informações de lá, não é? E aí, sempre eles me ligavam...

De lá mesmo, eles me ligavam... O pessoal lá do INCRA, para explicar alguma coisa, para dar alguma posição de alguma coisa, se acontecesse tal coisa... Mas que não era bem assim. Que era para eu explicar para eles. Aí vinham aqui comigo, eu explicava... foi a maior... assim coisa que teve, maior conflito foi esse mesmo, por causa das terras mesmo, sabe? Que surgia essas conversas... tu sabes como é que é. Vem um, fala uma coisa; vem um, fala outra.

[...] Teve um tempo bom e um tempo ruim. Eu era a favor. Mas havia muita gente contra. Uns ganharam coisas, e outros, não. Minha família não ganhou nada! Foi feito assim: ninguém queria gado pela frente das suas casas. Mês de fevereiro todo mundo tinha que tirar o gado. Melhorou nesse sentido do gado ser retirado, e outra coisa boa foi a retirada do búfalo daqui. (Evanilce, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, 2015).

A ex-coordenadora do Sindicato de Pesca na comunidade da Salvação, Alcirene Pinto, declarou que a criação do assentamento mudou sua vida de forma negativa, pois lhe trouxe muitos problemas. Na época em que era coordenadora, ficou responsável por fazer a vigia dos lagos que eram proibidos à pesca. Com os empréstimos disponibilizados com criação do assentamento, aumentou-se o número de arrastões⁵⁷ e transportes fluviais mais potentes, aumentando, assim, a pesca predatória e trazendo muita discórdia à comunidade. Houve denúncias, e até prisões foram realizadas. Alguns pescadores respeitavam, com medo de perderem o seguro-defeso de pesca, mas hoje, segundo a pescadora, “é assustador, pois o seguro-defeso parece que vai acabar, e quem vai segurar eles agora?”⁵⁸ (Maria Souza, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, 2016).

O assentamento foi criado em 2006, porém o recebimento dos recursos com a aquisição do empréstimo ocorreu em 2009. Todos os assentados fazem parte da Associação do Assentamento PAE Salvação (APASVI) e pagam R\$ 2,00 (dois reais) por mês para manterem a associação.

O trabalho de pesca do camarão realizado pelas mulheres foi invisibilizado por elas mesmas em todo o processo de criação do assentamento PAE Salvação, gerando assim uma falsa impressão de que lá somente o homem trabalha, pois as discussões e direcionamentos ficaram em torno da pesca de outras espécies, realizada pelos homens. Conseqüentemente, o trabalho dessas mulheres, que tanto lhes garante a manutenção da vida, poderá desaparecer,

⁵⁷ Apetrecho de pesca proibido.

⁵⁸ No ano de 2016, os pescadores e pescadoras da Comunidade da Salvação não receberam o seguro-defeso. Essa situação aconteceu em todo o estado do Pará.

pois, à medida que a invisibilidade cresce, aumenta o número de pescadoras, e iniciativas para a sustentabilidade dessa pesca estão cada vez mais distantes de acontecer.

Figura 53 – Carteira de associado da APASVI

FICHA DE ASSOCIADO N° 10

ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO
PAE - SALVAÇÃO/ALENQUER PARA

ENDERECO: Comunidade Salvação
CNPJ: 10.467.584/0001-00

NOME: Isabel Bentes Guimarães
DATA DE NASC. 20 / 08 / 1943 RG: 3690757 CPF: 683847502-20
MÃE: Gilda Rodrigues
PAI: Innocencio da Silva Bentes
ENDERECO: Comunidade Salvação
DATA DA FILIAÇÃO: 07 / 02 / 09

PAGAMENTO DE MENSALIDADE

ANO	JAN	FEN	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGS	SET	OUT	NOV	DEZ
2007												
2008												
2009		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2010	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2011	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2012	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2013												

Declaro está ciente de meus direitos e deveres com a associação, bem como verificado e aprovado os dados preenchidos a

Sócio _____
Presidente _____

Fonte: Foto da Autora

**6 MEMÓRIAS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DAS
PESCADORAS – SIGNIFICADOS E SIGNIFICÂNCIAS DO TRABALHO
DE PESCA**

6 MEMÓRIAS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DAS PESCADORAS – SIGNIFICADOS E SIGNIFICÂNCIAS DO TRABALHO DE PESCA

As histórias das mulheres ganharam destaque na Europa, no século XX, na obra de Michelle Perrot (2015), que as apresentou como sujeitos da História e lhes promoveu visibilidade nos relatos e acontecimentos, evidenciando-lhes o cotidiano e colocando em destaque a memória, os traços, a vida de mulheres que foram silenciadas pela humanidade e esquecidas pelo tempo, em virtude de terem estado destinadas à reprodução e à vida privada.

Com um olhar interrogativo, Perrot (2015), na obra *Minha história das mulheres*, questionou a participação das mulheres no contexto histórico: “Mulheres, quem somos nós?” Segundo a autora, a historiografia das mulheres não mudou o lugar nem a condição em que elas se encontravam, no entanto permitiu melhor compreensão desses, dando subsídios à formação de uma consciência e de um reconhecimento de si mesmas.

No século XVIII, havia o questionamento de que as mulheres fossem inferiores aos homens; elas tiveram que esperar até o século XIX para garantir direitos como o à educação, por exemplo. No século XXI, temos por obrigação trazer à tona a história de vida de mulheres, contadas por elas mesmas. Nas narrativas das mulheres pescadoras fica evidente como o percurso de vida de um indivíduo não tem linearidade no tempo, corroborando assim o que Bourdieu (2006) chamou de ilusão biográfica – a ilusão de uma linearidade e de uma coerência do indivíduo. Essas mulheres nos contaram o que julgaram que deveria ser evidenciado. Paul Ricoeur (1997) analisa que a história de vida de um indivíduo não cessa de ser refigurada por todas as histórias, verídicas ou fictícias, que um sujeito conta de si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas.

A memória dá sentido à vida, reconhecendo o que é realmente importante. Não escolhemos o que queremos lembrar; as recordações são estimuladas por tudo o que está ao nosso redor, caso contrário somente guardaríamos os momentos que nos proporcionaram felicidade. Nas histórias das mulheres veremos recordações felizes, mas também lembranças ruins de suas vidas. Não nos prendemos a datas e fatos. Propusemos a essas mulheres um relato de sua história vivida⁵⁹.

Os significados foram sendo evidenciados através do cotidiano, que serviu de cenário à construção de toda uma vida. Heller (2008, p. 52) argumenta que o ser humano está imerso na

⁵⁹ De acordo com Halbwachs (2016), a diferença entre a “História” e a “memória” é o fato de a “História” se prender a calendários e fatos. Assim, o tempo da história é homogêneo, não é o tempo dos múltiplos grupos que compõem o social, o

cotidianidade; ele é ao mesmo tempo particular e genérico, porque faz suas escolhas; é, portanto, produto das suas relações sociais e sujeito de suas influências a partir das suas assimilações. O desenvolvimento histórico e econômico da sociedade tem que ser compreendido na heterogeneidade das ações e reações humanas do cotidiano. É na vida cotidiana que ocorre a apropriação da matéria-prima com a qual os seres se formam e, ao mesmo tempo, formam o mundo (MAFRA, 2015), como mostra o trecho do cotidiano de memórias de uma pescadora na sua infância:

[...] Eu pescava com a minha mãe. Desde os meus onze anos eu pescava com a minha mãe. Eu que levava a bacia de camarão. Tinha um senhor ali de baixo, seu João, que ele tinha um barco. Antigamente, a gente não tinha bajara, a gente só ia de passagem mesmo. Aí a minha mãe chamava ele, ele parava, ele que me levava para Alenquer. Eu era pequena, mas já tinha obrigação de gente grande. Aí ele ficava lá perto de mim até eu terminar de vender o camarão. Era pequena ainda, não tinha onze anos. Depois, quando eu peguei meus treze, quatorze anos, aí já não precisava mais ficar me olhando, e eu ia embora sozinha com a bacia vender o camarão. (Alcirene Pinto Monteiro, pescadora, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, dez. 2016).

Para Bourdieu (1997), o pesquisador corre o risco de praticar involuntariamente atos de violência simbólica contra as pessoas que se dispuseram a lhe contar a história de suas vidas ou a narrar suas experiências. Com isso em mente, foram tomados cuidados à medida que escolhemos não expor certos acontecimentos narrados; assim respeitamos as singularidades e demos legitimidade a essas vozes.

Quinze pescadoras permitiram-me embarcar em as memórias que até o momento eram apenas delas. Apresentaram, em suas narrativas autobiográficas, recordações que evidenciaram os múltiplos significados do multifacetado trabalho da pesca do camarão: assim como proporciona sentimentos de muito prazer, diversão e até o esquecimento de dores e doenças, é também capaz de desumanizar e maltratar, causar dor e sofrimento, modificar o corpo dessas mulheres, deixando-lhes marcas para toda a vida, como mostra o trecho a seguir:

[...] A pesca do camarão (...) é uma pesca de todos aqui da comunidade. Para mim, ela (...) é uma coisa boa, assim, porque ela vem trazer uma renda para dentro da nossa casa. E também representa uma diversão para nós. Porque nós, às vezes, ficamos só dentro de casa fazendo as coisas, e a gente é para ir pescar o camarão. Às vezes, a gente está conversando lá, está fazendo um buraco para pegar camarão, não pega, a gente vai noutro, faz de novo e pega. E aí é um pouco de descontração para a gente, reclamando de dor, de sofrimento, nada. Depois, quando a gente vai deitar na rede da gente, que a gente sente aquelas

que o torna exterior aos indivíduos. Para ele, esta história é a chamada "história escrita", diferente da "história vivida", que se relaciona com a memória coletiva.

dores. É dor de cadeira, é dor nas pernas. Mas vale a pena... Porque a gente pega o camarão e ganha aquele dinheirinho. Aí vale a pena a gente passar por isso. (Alcirene Pinto Monteiro, pescadora, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, dez. 2016).

Utilizei como suporte para essas “histórias vividas” a narrativa autobiográfica, dando liberdade às falas, através das lembranças e recordações, e oportunizando, desta forma, a essas mulheres ressignificações e novas interpretações de suas memórias por meio da revisitação do passado. Por esse olhar ao passado ocorre o direcionamento das mulheres ao encontro dos significados em suas ações cotidianas para o “autodescobrimento de quem são essas mulheres pescadoras”.

Nesta sessão tentamos preencher a lacuna sobre a história de mulheres na historiografia da pesca. “Prestamos atenção ao ponto de vista das mulheres”, como mostrou Gerber (2015); ou, como enfatizou Bourdieu (2003), oferecemos a “escuta disponível”, uma escuta ativa e metódica, a disponibilidade total em relação à pessoa, uma doação de si e o esquecimento do tempo linear. Nesses instantes de escuta, tudo parece estar parado, esperando revelações guardadas em suas memórias. As mulheres estiveram silenciadas no tempo, e suas histórias, desprezadas. Aqui lhes foi dada a oportunidade de colocá-las como centrais, deixá-las em evidência nos fatos escolhidos por elas. Eis as histórias das mulheres pescadoras de camarão da comunidade da Salvação.

6.1 Agora são elas que falam...

6.1.1 Maria Souza da Silva

[...] Minha sogra que me ensinou a pescar. Ela foi ruim, mas ela foi boa também, porque me ensinou a pescar. Aí, certos momentos lá, para nós convivermos, a gente pescava. Ia pescar com ela; pescava com um filho, ela com outro; só nós quatro, em um bote grande que eles tinham. E a gente ia horas da madrugada, então nós descobrimos uma pescaria de camarão aí no remanso. Aí nos vemos uma hora, duas horas da madrugada, aí quando tava para clarear o dia, que acendia uma luz lá na casa da Zoraide, que era a dona lá da frente do terreno, nós botávamos e vinha embora para casa. Quando era hora, que nós chegávamos, os outros tavam se arrumando para ir, nós já vínhamos chegando. Uma lata de camarão ou mais. Camarão bem graúdo. (Maria Souza da Silva, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Maria, também conhecida como “Maria Grande”, tem uma história de vida muito particular. Aprendeu a pescar camarão com a sogra, em um momento da vida quando tudo parecia não ter mais jeito. O trabalho da pesca do camarão ajudou-a a sustentar seus filhos

e a prosseguir com a vida. Mulher guerreira, nunca temeu as adversidades do cotidiano. Foi à luta através da pesca e assim pôde superar os obstáculos da vida, com muita dignidade e perseverança; tornou-se uma pescadora de muito valor.

Figura 54 – Maria Souza da Silva



Fonte: Foto da Autora

Meu nome é Maria Souza da Silva. Sou filha natural do Curicaca; nasci e me criei um pouco lá. Depois, na idade de oito, seis anos, eu fui embora, morar com o meu tio. Aí, com dezoito anos, eu vim passear na casa dos meus pais, aí não me deu mais vontade de voltar. Eu fiquei por aí mesmo, andando por aí. Eu encontrei esse homem que eu casei com ele, tava com vinte e um. A minha mãe não queria, nem meu pai, mas a gente, às vezes, pensa que vai fazer mal para o pai da gente ou mãe, e no final a gente se arrepende. Então, eu casei com ele. Uns oito dias depois, ele foi me buscar na casa do meu pai. Eu tinha uma filha que ficou com a minha mãe. Meu pai não me deu a menina. Eu fui morar com ele, só que era uma vida meio difícil a minha lá, com ele, porque eu não tinha aquela rogativa de passear com a minha família. Ele não deixava eu visitar a minha mãe, a minha família. Meus pais, meus irmãos, era difícil. Eu só retornei para casa do meu pai quando eu fui ter meu primeiro filho, lá na casa do meu pai. Ele me levou, deixou lá e fomos embora. Voltamos para o Laguinho, onde nós moramos uns tempos, na casa do pai dele. Então a gente veio para cá, para Salvação, em 1982. Aí a gente morou um bocado de tempo ali na beira do igarapé, daí a gente se mudou para cá. Para encurtar a conversa, aí passamos treze anos juntos. Um dia, tava tão ruim o ganho, que ele se queixava. Nós fomos evangélicos, aí se queixava que tava ruim o ganho, ia sair para ir trabalhar para Santarém. Aí foi lá em casa, na casa da minha mãe, pediu para ela, que era para nós ficarmos lá, eu com os moleques; três meninos, e eu tava grávida de três meses. Ficamos lá. Quando acaba, era para ter ao menos dito que ia embora. Aí a minha mãe confiou nele. Aí ficamos lá. Até que, por fim das contas, quando nós soubemos, ele já ia era para Manaus com outra. Fugiu com outra menina da mesma igreja. Mas isso aí para mim foi suficiente.

Sofri, porque a gente sozinha, às vezes, sofre, avalie com três filhos e ainda grávida. O meu sogro, que bote a alma dele lá para onde ele merece, até era uma boa pessoa comigo, me ajudou bastante, mas a minha sogra não era muito boa. Mas, mesmo assim, eu venci, graças a Deus. Foi o tempo que os crentes mesmo me acolhiam aí na igreja. Morei com três pastores aí na casa deles. Aí falava com eles, aí quando foi depois... Quando foi depois, o pastor foi embora, e eu ficava por aí, com os crentes... Morava na casa dos irmãos. Morei na casa do irmão Chiquito, do Domingo, do irmão João... Última casa mesmo foi do irmão Chiquito, que eu morei. Aí eu sempre frequentando a igreja, com eles e meus filhos. Eu trabalhava para os outros. Quando não tinha trabalho, assim, para mim trabalhar no roçado com os outros; apanhar feijão, capinar. Juta eu nunca lavei. Eu parava sempre em casa, costurava, assim, para os outros; eu tinha a minha máquina, costurava para ganhar meu dinheiro, para comprar alguma coisa para os meus filhos. Aí, quando foi meio para o fim, apareceu esse homem que eu vivo até hoje, graças a Deus, o Juca... Eu sempre dizia que, fosse a vontade de Deus que eu me metesse com... arrumasse uma pessoa para viver comigo, que se fosse de bem, que Deus ia me mostrar. Graças a Deus que me apareceu esse homem. Me convidou para morar com ele, para nós experimentarmos a vida. Eu até não queria... Eu tinha medo, que diziam que ele era bravo. Eu estou com vinte e três anos com ele. Eu estou com cinquenta e oito anos agora. Eu tinha quarenta e poucos anos quando me meti com ele.

E aí eu, conversando com o irmão Domingos, ele disse “Irmã, experimente, quem sabe não vai dar certo a sua vida com seu primo?” Aí, eu vim pra banda dele. Trouxe meus filhos. A menina e o menino, que, graças a Deus, ele adotou todos os dois. Os outros tavam para a banda dos tios. E, até agora, tamo vivendo. Não tem esse casal que não brigue, né? Tem as desconfianças, mas, graças a Deus, muito tempo... Nós batalhamos para o que nós temos hoje, graças a Deus, foi pelos nossos esforços, nosso suor. Meus dois filhos, que viviam comigo, me ajudaram bastante, a tratar das minhas filhas quando a gente saía. Pai e mãe delas foi minha filha. Então, minha vida foi meio dura, mas, graças a Deus, hoje, eu estou debaixo do que é meu. Nós vivemos debaixo de uma casinha velha, que nós não tínhamos mesmo. Quando eu vim para banda dele, tinha uma casinha pequena. Eu nunca tinha tido um teto, nunca tive um pedaço de chão para dizer “Isso aqui é meu”; eu não tinha mesmo... E hoje eu posso dizer, graças a Deus: eu tenho. Tenho a minha casa, tenho minhas coisas. Minha sogra que me ensinou a pescar. Ela foi ruim, mas ela foi boa também, porque me ensinou a pescar. Aí, certos momentos lá, para nós convivermos, a gente pescava. Ia pescar com ela; pescava com um filho, ela com outro; só nós quatro, em um bote grande que eles tinham. E a gente ia horas da madrugada, então nós descobrimos uma pescaria de camarão aí no remanso. Aí nos vemos uma

hora, duas horas da madrugada, aí quando tava para clarear o dia, que acendia uma luz lá na casa da Zoraide, que era a dona lá da frente do terreno, nós botávamos e vinha embora para casa. Quando era hora, que nós chegávamos, os outros tavam se arrumando para ir, nós já vínhamos chegando. Uma lata de camarão ou mais. Camarão bem graúdo.

Eu vim pescar do lado desse segundo marido. Porque, desde que eu vim para banda dele, nós pescávamos no lago, pescava tudo. Antes disso, a gente pescava no lago, aí para dentro do remanso, para ali para o Samaúma. Eu ia com ele pescar, toda vez. E tudo o que nós temos foi por intermédio disso. A pesca do camarão já deu muita coisa para a gente. Nós pescávamos parece bicho, o dia todo, nós pescávamos tudo. Aí eu vendia verdura, vendia mel, tudo na rua, para arrumar dinheiro para a gente inteirar para pagar nossas coisas. Graças a Deus, nós conseguimos. Quando eu vim para a banda dele, ele só tinha uma vaca e um mamote. Era o que ele tinha. Ainda, graças a Deus, depois a vaca ele vendeu, porque disse que a mulher vinha tomar. E depois nós conseguimos uma vitela e dessa vitela, graças a Deus, conseguimos comprar mais.

Mas eu me sinto feliz, graças a Deus... Que meus filhos estão todos grandes, estão vivos, aqui e ali, estão vindo aqui comigo. Eu tenho uma que, graças a Deus, até agora ela ainda não me abandonou, a Raquel, me ajudou muito essa minha filha. Ela, bem dizer, criou meus filhos, e me sinto feliz por isso. Estou por aqui, como diz; enquanto eu puder ajudar, trabalhar, que a gente não é mais a pessoa que a gente era antigamente. Trabalhar mesmo, levantar de madrugada, como nós já fizemos... Fizemos demais. Mas a gente vai, devagar, em frente.

6.1.2 *Alcirene Pinto Monteiro*

[...] Trabalhei três anos como secretária, aí gostei. Aí, no outro mandato, assumi como tesoureira. Aí já foi mais três anos. Aí fui pegando prática e gosto do trabalho. Aí, de lá, quando completou os três anos, eu já saí como a coordenadora da comunidade dos pescadores. E para mim foi bom, porque eu aprendi muita coisa. Já como secretária e tesoureira já tinha aprendido alguma coisa, né? E como coordenadora eu vim aprender mais ainda. E aí conseguimos trabalhar e fazer aquele barracão⁶⁰ lá. Isso era meu sonho. Antes de eu ser coordenadora, eu disse que, se um dia eu fosse coordenadora, o nosso núcleo ia ter um barracão. Aí foi que nós conseguimos. Nós conseguimos, junto com os pescadores, fazer esse barracão. Para mim foi boa essa experiência como coordenadora. Eu fiquei quatro anos como coordenadora. Foi bom porque eu aprendi muita coisa na comunidade com os pescadores e

⁶⁰ Local onde ocorrem as reuniões da Colônia de Pescadores e Pescadoras na Comunidade da Salvação. Esse barracão foi erguido com o dinheiro dos próprios sócios, recolhido pela coordenadora Alcirene, na época de sua gestão.

também com os presidentes de Colônia. (Alcirene Pinto Monteiro, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Alcirene, carinhosamente chamada de Cira, através do trabalho da pesca pôde evidenciar sua característica mais marcante: ser uma líder. Foi a primeira mulher a coordenar a Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-28, na comunidade da Salvação. No trabalho da pesca conseguiu ter uma perspectiva para a manutenção de sua família. Como coordenadora, quebrou tabus dentro da comunidade da Salvação. Mostrou que o lugar de uma mulher pode ser onde ela desejar. Ainda nesse cargo, realizou a construção do barracão, que é motivo de orgulho de toda a comunidade. Nesse espaço são realizadas as reuniões da colônia e para decidir outros assuntos pertinentes à comunidade.

Figura 55 – Alcirene Pinto Monteiro, “Cira”



Fonte: Foto da Autora

Eu me chamo Alcirene Pinto Monteiro. Nasci na comunidade aqui de Salvação. Dia 19/06/81. E desde os treze anos eu exerço a atividade de pesca. Hoje eu estou com trinta e cinco anos, na atividade. Comecei a pescar junto com a minha mãe. Quando eu tinha treze anos, eu pescava com a minha mãe para ajudar no trabalho de casa, nas coisas de casa. A partir de dezessete anos, eu já fui pescar para a minha família, já; constituí minha família. Arrumei marido. Não casei; vivo, vivia junta com meu marido. E sempre na atividade. Gosto de fazer a pesca de camarão, porque me deparei com a pescaria assim... É a melhor pescaria que tem é a do camarão. É divertido. E também traz uma renda para dentro de casa.

Com dezessete anos eu tive a minha primeira filha. Eu sou mãe de cinco filhos. Já sou casada com o meu marido, graças a Deus. Tamo com quatro anos já de casados. E vinte e dois anos já vivendo junto.

É, hoje eu vivo aqui na comunidade, no trabalho de pesca do camarão. Ano passado eu tentei transferir para outra comunidade, para Alenquer, mas não me acostumei em Alenquer⁶¹. Aí continuo aqui na comunidade. Meus filhos moram lá em Alenquer, todos. Só mora mais eu aqui na comunidade, porque meu esposo precisa sair para trabalhar, para poder também ganhar dinheiro, que aqui na comunidade a profissão dele não tem, que é de carpinteiro. Aí ele sai, eu fico sozinha aqui na comunidade, na minha casa, cuidando das minhas coisas e exercendo minha atividade de pesca. E final de semana eu vou buscar meus filhos, eles vêm passar comigo; quando não, eu vou lá para Alenquer e passo com eles final de semana.

Eu planto milho, planto macaxeira, planto pimenta, couve, cebola, essas coisas, para poder manter... ajudar também nas despesas da casa. Eu crio galinha...

Sabe, não me lembro muito da minha infância. Só de uns dez anos para cá que eu me lembro. Quando eu tinha, assim, uns doze anos, que eu gostava de pescar. Eu estudava aqui na comunidade. Minha infância eu me lembro bem pouco aqui da comunidade, porque eu parava mais em Alenquer. Minha mãe me colocou para Alenquer também, para estudar. Então eu morava na casa de família, morava na casa dos outros. Naquele tempo faziam muito isso. Nós trabalhávamos muito: lavava louça, varria casa, cuidava de menino, e aí daquele que reclamasse! Estudei até o quarto ano aí. Como é? A terceira etapa, que é a quarta série. Aí foi o tempo que eu engravidei, aí vim embora para a comunidade. Eu engravidei com dezessete. Aí tive que voltar para a comunidade, parei meus estudos, aí vim morar aqui na comunidade.

Associei no sindicato depois que eu tive meu segundo filho já. Com dezoito anos eu me associei na Colônia de Pescadores. Aí quando eu já tava com a minha filha, a última filha minha já, que eu me associei no sindicato.

Meu casamento no início era muito sofredor, porque eu não vivia com ele. Ele vivia na casa da mãe dele, eu vivia na casa do papai. Aí ele me ajudava nas coisas. Aí quando teve a terceira filha, já, que ele tomou jeito de homem e foi me buscar na casa da mamãe. Aí ele foi assumir a responsabilidade dele de pai. Só que aí a gente não tinha onde morar; vivia na casa dos outros. Vivia pulando de galho em galho.

A gente começou desde o começo da vida. Primeiro na casa do pai dele, aí o pai dele vendeu. Aí nós fomos para a casa de uma tia dele. Aí moramos um tempo, saímos. Era ali vizinha da Maria. Aí fomos morar lá na casa do meu irmão. Aí, de lá, saímos da casa do meu

⁶¹ Alcirene vive sozinha na Salvação, pois os filhos, todos com idade inferior a 18 anos, moram em Alenquer. Ela precisa pescar para conseguir manter a família em Alenquer.

irmão, fomos morar com a mamãe. Aí saímos da casa da mamãe já para a nossa casa, graças a Deus!

Para conseguir minha casa, meu marido ajudou um pouco com o trabalho dele, eu com o salário-maternidade de filho. Aí eu fiz, aí eu comprei material, ajudei a comprar. Primeiro eu fiz o salário-maternidade de um, aí eu comprei a madeira e ele comprou a armação. Aí eu peguei o salário-maternidade desse meu filho, eu comprei uma vaca. Aí, quando eu tava com ele, nós vendemos a vaca e compramos umas telhas, para cobrir a casa. Aí foi assim que nós conseguimos fazer a nossa casa, nossa primeira casa.

A pesca do camarão já trouxe um bom dinheiro, uma boa ajuda dentro de casa. Porque eu já comprei muita coisa para mim; ganho meu dinheirinho da semana, quando a gente precisa para comprar alguma coisa. Dá para comprar um batom, um esmalte. Aí o marido já trabalha só para comprar as outras coisas, o necessário para dentro de casa. E eu, com o meu ganho, já dá de comprar o que a gente precisa para a casa; perfume, xampu, essas coisas. Mesmo para ajudar nas despesas da casa também. Vez em quando meu marido não está ganhando nada, eu que banco tudo com a pescaria de camarão.

Eu já fui coordenadora⁶² aqui da colônia de pesca, no início eu não queria assumir um cargo na comunidade. Eu tinha medo. Aí peguei e assumi como secretária. Foi, trabalhei três anos como secretária, aí gostei. Aí, no outro mandato, assumi como tesoureira. Aí já foi mais três anos. Aí fui pegando prática e gosto do trabalho. Aí, de lá, quando completou os três anos, eu já saí como a coordenadora da comunidade dos pescadores. E para mim foi bom, porque eu aprendi muita coisa. Já como secretária e tesoureira já tinha aprendido alguma coisa, né? E como coordenadora eu vim aprender mais ainda. E aí, conseguimos trabalhar e fazer aquele barracão lá. Isso era meu sonho. Antes de eu ser coordenadora, eu disse que, se um dia eu fosse coordenadora, o nosso núcleo ia ter um barracão. Aí foi que nós conseguimos. Nós conseguimos, junto com os pescadores, fazer esse barracão. Para mim foi boa essa experiência como coordenadora. Eu fiquei quatro anos como coordenadora. Foi bom porque eu aprendi muita coisa na comunidade com os pescadores e também com os presidentes de Colônia. Não trabalhei mais porque eu tenho esses meus filhos para lá para Alenquer e eu não posso tá aqui só na comunidade. E para a gente ser uma coordenadora, a gente tem que tá voltada para os pescadores quase vinte e quatro horas do tempo da gente. Aí para mim tava ficando muito

⁶² O coordenador da Colônia de Pescadores e Pescadoras da Comunidade da Salvação tem várias obrigações, dentre as quais ir a reuniões em Alenquer e Santarém, receber as contribuições dos sócios, organizar reuniões para o repasse de informações, principalmente as pertinentes ao seguro-defeso, fazer denúncias quando os sócios não cumprem os acordos de pesca. É uma função muito importante para manter a organização do trabalho de pesca na comunidade. Alcirene foi a primeira mulher da comunidade a ser coordenadora do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras.

pesado. Tava com os meus filhos na cidade e esse trabalho aqui. Aí tava deixando mais meus filhos de lado, tava mais dando atenção para o meu trabalho.

Meu marido achava chato por isso, porque eu dava muita atenção para o meu trabalho e não dava atenção para a nossa casa. Não tinha tempo para fazer minhas plantações mais, não tinha tempo para criar nada, não tinha galinha, não plantava mais milho. E nem cuidava mais da casa praticamente. Porque, quando eu parava em casa, eu tinha que tomar conta de papelada de pescador. E, se eu fosse em Alenquer, às vezes, eu ia para resolver um problema meu, mas eu tinha que passar na Colônia para saber dos pescadores, o que tava acontecendo, para poder trazer notícia para eles. Então, aí, foi nessa parte aí que ele tava achando puxado. Então ele sempre me chamava a atenção para largar o trabalho. E foi mais por ele, assim, um pouco, que eu larguei, que ele me pedia muito. Às vezes, dia de domingo, não tinha sossego em casa, porque eu sempre vou para a igreja, eu trabalho na igreja. Aí, quando chegava da igreja, às vezes, não tava, ainda não tinha feito nem meu almoço ainda, e já tinha pescador aqui para preencher mensalidade ou para pegar uma declaração ou uma informação, qualquer coisa, né? Aí ele dizia que eu não tinha nem o dia de domingo para ele nem para os filhos. Aí por isso que eu fui parando, fui pensando, “Tá, dar uma parada”; porque, para não contrariar também o pescador, eu fazia. Ele ficava bravo por isso, que ele dizia assim, para mim dizer para o pescador não vir no domingo em casa, porque o domingo é para a gente descansar. Aí, mas eu também não queria contrariar o pescador, queria agradar todo mundo.

A pesca do camarão, ela é uma pesca de todos aqui da comunidade. Para mim, ela representa... é uma coisa boa, assim, porque ela vem trazer uma renda para dentro da nossa casa. E também representa uma diversão para nós, porque nós, às vezes, nós ficamos só dentro de casa fazendo as coisas, e a gente é para ir pescar o camarão. Às vezes, a gente está conversando lá, está fazendo um buraco para pegar camarão, não pega, a gente vai noutra, faz de novo e pega. E aí é um pouco de descontração para a gente, reclamando de dor, de sofrimento. Depois, quando a gente vai deitar na rede da gente, que a gente sente aquelas dores. É dor de cadeira, é dor nas pernas. Mas vale a pena... Porque a gente pega o camarão e ganha aquele dinheirinho. Aí vale a pena a gente passar por isso.

6.1.3 *Edenilda Bentes Guimarães*

[...] Antes era um pouco difícil. Era um pouco difícil porque, quando eu comecei a pegar o camarão, eu tava com onze anos, né? Como eu falei, eu tava com onze anos; aí eu pescava com a minha mãe. Era só eu com a minha mãe, que nós pescávamos. Aí tinha vez que ia só eu para Alenquer vender o camarão. Quando não dava para ela ir, eu ia. Aí foi um pouco mais difícil e,

depois, quando eu fui pegando mais a prática, já ia sozinha. Às vezes, só eu pescar e vender o camarão também. Aí depois foi ficando as coisas mais fáceis. (Edenilda Bentes Guimarães, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Edenilda, conhecida como “Cuxita”, ainda criança começou na pesca do camarão e levava o camarão de sua mãe para vender em Alenquer. Aprendeu desde cedo as dificuldades de ser uma pescadora, mas foi com a pesca do camarão que pôde superar a separação de seu marido e continuar a luta pela sobrevivência. Apesar da tristeza de ficar sozinha com os filhos, enfrentou cada obstáculo e conseguiu superar as lutas diárias. “E graças a Deus, que Deus me ajudou e eu superei. Nesse tempo, a pesca do camarão foi muito importante para mim. Graças a Deus, eu não deixei meus filhos abandonados e corri atrás e consegui.” (Cira, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, 2016).

Figura 56 – Edenilda Bentes Guimarães, “Cuxita”



Fonte: Foto da Autora

Meu nome é Edenilda Bentes Guimarães. Eu nasci dia 2 de outubro de 1986. E desde os meus onze anos eu comecei na atividade com a minha mãe; pescava com a minha mãe. Aí, depois, quando eu peguei uns quinze anos a dezesseis, aí também eu já ia sozinha pescar. Foi o tempo que, com dezessete anos, aí também arrumei marido, construí minha família e continuei também na atividade, pescando, junto com meu marido. E tenho dois filhos também. E estou na batalha e, graças a Deus, já consegui muitas coisas com a pesca. Muitas coisas para minha família; ajuda muito na minha casa também, as pescarias. E estou até hoje. Já também morei na casa dos outros, quando não tinha casa. Morei na colônia, na casa da minha sogra, depois fui para outra casa também. Morei empregada com meu marido, aí, graças a Deus, que a gente conseguiu nossa casa e tamos aí, vivendo com ele. E ainda estou na atividade, gosto muito de pescar. Dessa atividade que eu tenho, de pescar, e não vou abandonar tão cedo. Durante eu tá

viva, vou pescar. Até quando eu estiver velhinha, vou continuar na pesca. Porque disso que nós vivemos; todas as mulheres daqui da Salvação, que pescam direto.

Antes era um pouco difícil. Era um pouco difícil porque, quando eu comecei a pegar o camarão, eu tava com onze anos, né? Como eu falei, eu tava com onze anos; aí eu pescava com a minha mãe. Era só eu com a minha mãe, que nós pescávamos. Aí tinha vez que ia só eu para Alenquer vender o camarão. Quando não dava para ela ir, eu ia. Aí foi um pouco mais difícil e, depois, quando eu fui pegando mais a prática, já ia sozinha. Às vezes, só eu pescar e vender o camarão também. Aí depois foi ficando as coisas mais fáceis.

Minha vida de casada logo no começo foi difícil. Aí a gente tinha as nossas brigas. Todo casal briga. A gente também, com o meu marido, a gente se separou umas duas vezes. Aí, depois, eu fiquei em casa. A gente se separou, ele foi embora, aí eu fiquei em casa. Aí ele viu que eu sabia me virar, aí quebrou a cara⁶³. Nós já tínhamos nossos dois filhos, como a gente tem mesmo, aí ele voltou atrás. Mas nem por isso, quando ele saiu, eu abandonei a pesca. Eu fiquei pescando; só era eu com meus dois filhos. Aí meu filho mais velho, já tava comigo e até hoje ele pesca comigo, aí ele ficou comigo; aí nós íamos pescar e se virando por aí. Eu com ele. Aí a gente passou um mês separado, mas nesse mês que nós passamos separados, graças a Deus, não faltava nada na minha casa, porque eu corria atrás. Eu sempre corri atrás, para meus filhos não passarem fome em casa. E até hoje é assim.

Ele trabalha para a Colônia de Santarém; inclusive agora ele está para lá. Ele passa de quinze, vinte dias. Eu que aguento as pontas aqui em casa, ele vai. Ele deixa, assim, um dinheiro para mim, de reserva. Mas, quando ele chega, o dinheiro que ele deixa de reserva ele encontra, porque o dinheiro do camarão eu compro as despesas, compro as coisas para dentro de casa, compro comida. E, graças a Deus, ele sai de casa, mas nunca os meus filhos passaram fome, porque eu me viro; me viro de todo jeito para não ver meus filhos chorando com fome em casa. E aí, é assim que nós vivemos.

Eu não sou uma mulher de ficar parada em casa não. Só paro em casa, se me verem em casa parada, é porque eu estou doente. Eu vou mesmo à luta. Eu vou atrás. Corro atrás. Quando a gente está doente mesmo, a gente não pode sair de casa, e todas as mulheres ficam, aí eu paro em casa, mas, quando eu estou boa, eu vou atrás.

Desde os meus onze anos eu pescava com a minha mãe. Eu que levava a bacia de camarão. Tinha um senhor ali de baixo, seu João, que ele tinha um barco. Antigamente, a gente não tinha bajara, a gente só ia de passagem mesmo. Aí a minha mãe chamava ele, ele parava,

⁶³ Expressão usada para dizer que a pessoa estava errada, se enganou.

ele que me levava para Alenquer. Eu era pequena, mas já atinha obrigação de gente grande. Aí ele ficava lá perto de mim até eu terminar de vender o camarão. Era pequena ainda, não tinha onze anos. Depois, quando eu peguei meus treze, quatorze anos, aí já não precisava mais ficar me olhando, e eu ia embora sozinha com a bacia vender o camarão.

Aí a mamãe me mostrava todas as pessoas lá, os fregueses dela, aí eu já ia nas casas. Como até hoje eu tenho freguês lá para Luanda, que, quando eu não vendo meu camarão lá na beira, eu vou entregar lá para eles. Aí eu deixo fiado, aí na outra sexta eu recebo, e assim vai. Já tenho um negócio certo. Aí eu não trago camarão para casa, porque eu vou lá, deixo para elas e quando é na sexta eu já vou só recebendo o dinheiro.

A minha maior dificuldade foi quando meu marido me deixou com meus dois filhos. Aí ele foi embora de casa, disse que não voltava mais. Aí eu fiquei pensando; assim, eu deitava na minha rede e pensava: “Será que eu vou conseguir? Como ele falou que ele não vem mais, que ele não vai mais voltar, será que eu vou conseguir? ainda por cima com esses dois filhos.” Mas eu enfrentei. Essa dificuldade foi uma que eu enfrentei. E, graças a Deus, que Deus me ajudou e eu superei. Nesse tempo, a pesca do camarão foi muito importante para mim. Graças a Deus, eu não deixei meus filhos abandonados, e corri atrás e consegui.

E tinha muitas pessoas, aqui mesmo, que diziam assim para mim: “Ah, porque ele foi embora, porque ele trabalhava”. Que ele é muito trabalhador. Ele não gosta, assim, de pescar, mas negócio de juquirá⁶⁴ é com ele mesmo. Aí tinha muita gente que falava, “Ah, porque agora ela vai sofrer, que o marido dela vai embora, ela vai sofrer”. Mas eu sofri, assim, por causa dele, mas pelas outras coisas aí, eu, graças a Deus, batalhei... Aí depois, quando ele voltou para casa, ele disse assim para mim? “É, tu sentiu minha falta?”; “Claro que eu senti!”. Mas só que eu não senti, entende? Ele foi embora porque a gente brigou em casa. E ele tava bêbado, aí esquentou a cabeça. Ainda vendeu uma malhadeira dele, aí foi embora, tudo por causa de bebida.

Eu mostrei para esse povo como sou forte; eu superei, ele voltou, acabou tudo dando certo.

6.1.4 *Glaucirene Monteiro da Silva*

[...] Me criei aqui nesta comunidade. É um orgulho para mim. Desde novinha não tive dificuldade, depois de casada, de começar a pesca do camarão, porque desde que eu me entendia eu já pescava com a minha mãe. Então eu fui crescendo nesse ramo. (Glaucirene Monteiro da Silva, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

⁶⁴ Juquirá é expressão usada para trabalho na roça.

A pescadora Glaucirene, chamada por todos de Glauce, é irmã da pescadora Cira, e ambas têm uma história muito semelhante. Também já pescava quando criança com a mãe e, assim, contribuía na manutenção da família. O trabalho de pesca foi seu alicerce nos momentos difíceis e até hoje é muito importante para a estabilidade de toda a sua família.

Figura 57 – Glaucirene Monteiro da Silva, “Glauce”



Fonte: Foto da Autora

Meu nome é Glaucirene Monteiro da Silva. Eu tenho vinte e oito anos. Eu nasci em Alenquer mesmo. Me criei aqui nesta comunidade. É um orgulho pra mim.

Desde novinha não tive dificuldade, depois de casada, de começar a pesca do camarão, porque desde que eu me entendia eu já pescava com a minha mãe. Então eu fui crescendo nesse ramo. Tive oportunidade de estudar, mas infelizmente não terminei meus estudos antes de ter filho. Mas terminei já depois. Foi então, isso foi uma superação para mim; eu tive três filhos, mas nem por isso eu desisti dos meus estudos. Eu terminei, e hoje eu moro aqui na comunidade. Sou casada, tenho três filhos. E sou da igreja evangélica. E nós continuamos pescando. Eu espero que sempre Deus me dê saúde para pescar. Pesco sempre com meu marido; quando não dá para ele ir, vou com meu filho. E a gente vai levando a vida desse jeito.

Eu já sofri um pouco antes, sabe? Eu tive um filho que não é do meu casamento. Ele não mora comigo, ele mora com minha mãe, porque ela que quis mesmo ficar com ele. O pai dele é lá de Alenquer. Ele tem nove anos, vai fazer nove anos amanhã, se Deus quiser. Aí depois dele eu tive meu casamento. Me casei, tenho dois filhos no meu casamento, com ele são três.

Eu engravidei com vinte anos do meu primeiro filho. Ainda tava estudando. Na minha gestação do meu primeiro filho tive muitos problemas. Aí foi por isso que eu parei de estudar. Iniciei já meus estudos depois de ter os dois. Com três filhos que eu iniciei e terminei. Graças a Deus! Foi muito difícil. A minha família ficou chateada. Só tive umas duas irmãs que ficaram do meu lado. O resto ficou tudo contra, porque era no tempo que eu tava estudando. Eles não queriam. Eu fiquei, no momento, eu fiquei triste, mas depois eu fui pensar que o que eles

queriam para mim era só o melhor. Aí, só que depois, graças a Deus, eles mudaram, me ajudaram no momento da dificuldade que eu mais tive, que foram as doenças. Muita complicação de doença eu tive. Aí eles foram tudo para o meu lado. Todos eles me apoiaram.

A pesca... eu acho que desde que eu me entendi por gente eu já pescava, comecei a pescar com minha mãe, ela me ensinou. É como esse meu filho pequeno que já que vai comigo. Ele já vai comigo desde agora de pequeno. Acho que assim que foi a minha vida com a minha mãe, né? Ela foi me ensinando, me ensinando, e, por isso, hoje em dia, eu não tenho vergonha de pescar nem de vender camarão, porque desde pequena o nosso ramo aqui no sítio era esse.

Eu era católica, aí depois de casar virei evangélica. Não foi forçado. Meu marido já era. Só que no tempo que eu o conheci ele não era evangélico. Não exercia. Depois que ele voltou de novo, aí nós já voltamos juntos, com ele.

Aqui tem muitas mulheres que sofrem com problemas de bebida, os maridos batem nelas por causa da bebida. Tem muito homem ruim aqui, se acaba e acaba a mulher deles.

O meu trabalho de pesca me deu já muitas coisas, porque através dele que, hoje, nós temos caixa d'água aqui em casa. Nós tamo ajeitando a nossa casa. Toda sexta, ele proporciona alguma coisa diferente para nós, além do alimento, que nós compramos. Então, cada vez que a gente vai vender o camarão, a gente traz alguma coisa nova para dentro de casa. Então isso já é uma vitória. Uma vitória para nós!

6.1.5 *Izoneide Cardoso Pinto*

[...] O que é um refúgio para mim mesmo é a pesca, porque eu vou, é uma alegria para a gente ir. O sol é um pouco quente, mas dá para a gente ir. Ontem eu não fui porque eu não tive canoa para ir, que meu sogro saiu no casco dele, aí eu fiquei sem ir. Mas, hoje, se Deus quiser, a vontade é essa, de ir. É muito bom. (Izoneide Cardoso Pinto, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

Para a pescadora Izoneide, a pesca do camarão é um refúgio de seus problemas diários. Foi através do trabalho de pesca que conseguiu alcançar a tão sonhada liberdade. Mesmo com todas as adversidades da vida, é na pesca que encontra paz e muita alegria de viver.

Figura 58 – Izoneide Cardoso Pinto



Fonte: Foto da Autora

Meu nome é Izoneide Cardoso Pinto. Tenho trinta e sete anos. Nasci na Comunidade de Salvação. Estou vivendo até hoje aqui na Comunidade de Salvação. Comecei a pesca com onze para doze anos. Aí, desde esse tempo para cá, comecei a pescar. Com quatorze anos eu arranjei homem. Aí fui viver a minha vida...Tive um filho. E, até hoje, eu estou vivendo com esse homem. Tenho oito filhos.

Também não tinha nada, também. Nem eu, nem ele. Mas Deus é tão bom, que ele foi trabalhando, com os esforços dele e meu, fomos conseguindo as coisas. A primeira nossa casa foi uma casa muito pequena, mas deu para mim, com ele e nossos filhos. Aí, com mais uns tempos, ele teve mais um pouquinho de condição e foi mandar fazer a outra. Aí teve mais um filho, e ele começou a trabalhar; teve roçado, plantava feijão, roça, melancia, milho.

Aí começou a pescar, (...) para a gente sobreviver. E então, aí, a gente foi levando a vida. Ele pescava para cá, eu pescava para ali, um pouquinho, para a gente poder comprar uma coisinha para a gente, aí já conseguimos as coisinhas. Hoje em dia ele se associou na colônia de pescadores e pescadoras Z-28, lá em Alenquer. Deus o abençoou, ele foi feliz de receber o seguro-defeso. Ele comprou uma rede de pesca para ele. Hoje em dia, ele tem oito redes.

Eu também me associei na colônia de pescadores e pescadoras Z-28, recebi também o dinheiro do seguro-defeso. Comprei uma bajara, depois eu fui trabalhar na escola, como servente. Só não cheguei a trabalhar dois meses, mas ainda recebi um dinheiro também; ainda comprei um motor para a gente. Comprei uma bajara e comprei um motor para nós. Mas antes nós tínhamos um pequeno, que ele já tinha comprado também.

Aí a gente está trabalhando. Eu vou por ali pescar um camarão, crio minhas galinhas. A minha filha cria uns patos. Aí a gente está vivendo a vida. Eu queria tanto que Deus me desse a fortuna quando eu fosse pescar o camarão, que eu tenho vontade de pescar, vou pescar, mas Ele não me dá fortuna; me dá aquele pouquinho, mas isso me contenta. Eu venho para casa,

fico feliz, porque é uma pescaria muito divertida. A gente vai e fica pescando, vai para lá, vai para ali, com as colegas da gente. Mas eu me sinto muito feliz. Estou pedindo que comece a pesca do camarão ali para o Pipira⁶⁵, para Boca do Remanso⁶⁶, que eu já convidei até meu cunhado para a gente ir pescar para lá, porque eu não tenho parceiro para ir.

Minha vida também foi péssima, também, porque meu marido tinha a vida de beber. A pessoa que bebe, a gente não vive uma vida muito boa. Tudo cheio de atrapalho, porque o homem que bebe... Deus defenda! É muito cruel. Chegava em casa, a gente brigava, teimava, batia boca com ele... Mas porque eu queria o bem dele, né?! Mas até que, graças a Deus, ele está deixando... Está deixando, está deixando... de beber. Bebe, mas não é muito; mas, mesmo assim, quando ainda bebe, ainda é um pouco mais agoniado. Tenho fé em Deus que, daqui para a frente, ele vai deixar... Porque eu imaginava os meus filhos com ele, ficava por aqui, já tinha filho... E outra coisa, eu dizia que eu não iria deixar ele, porque era pai dos meus filhos, então só poderia deixar ele quando eu morresse ou então ele. Aí a gente podia se separar. Mas, graças a Deus, tenho esses filhos aí com ele. Eu peço para Deus que me dê muitos anos de vida, para mim, para ele, dê saúde para mim, para ele, para todos os meus filhos. Para todas as pessoas. Precisa de saúde, porque Ele é o Pai da gente, só Ele que poderia dar essa saúde para a gente. E este ano eu não trabalhei tanto, este ano eu já estou indo trabalhar com ele, mas porque ele não queria que eu fosse trabalhar. A gente já plantou roça, já plantou feijão, jerimum, pimenta, macaxeira, maxixe, melancia, só o milho que a gente ainda não plantou. Mas a gente está com essa esperança ainda de plantar. Então... Porque ele dizia: “Não, fica em casa, deixa que eu vou; quando eu chegar, o almoço já está pronto; deixa eu ir, fica aí com as crianças, tratando das crianças”. Mas, graças a Deus, nós temos ainda nossa vida aí. Eu tenho fé em Deus que daqui para a frente vai melhorar a vida da gente. Foi muito sacrificada com ele, porque foi uma vida, assim, muito, muito, muito cruel com ele. Chegava em casa, era assim desse jeito. Mas... Até aqui, já está muito bem. E ele já deixou dessas coisas dele. Hoje em dia, já tenho casal de netos, tenho genro, tenho uma nora aí. Espero em Deus que dê tudo certo, para a gente conseguir alguma coisa daqui para frente.

Nunca ele chegou a me bater. Mas porque eu fui uma mulher que eu sempre pegava alguma coisa e chamava ele: “Olha, se tu quiseres vir me bater...” Ele prometia de me bater, mas nunca ele me bateu, porque, quando ele falava em me bater, eu passava a mão em um cabo de vassoura, seja lá em que fosse. Eu enfrentei ele. Eu dizia para ele que, quando ele me trouxe

⁶⁵ Local de pesca onde, de acordo com as pescadoras, há muito camarão.

⁶⁶ Local de pesca de camarão.

da casa da minha mãe, não foi para ser filha dele, foi para ser mulher dele. Então, ele não tinha porque vir me bater. E, graças a Deus, que ele nunca me bateu. A mãe dele chamava a atenção dele. E chamava ele, dizia as coisas para ele, que eu não era filha dele, porque que ele queria me bater. Então, se ele viesse agora me bater, que ela queria ver ele me batendo lá, que ela sabia o que fazer para ele, que eu não era filha dele para tá me batendo. Mas, graças a Deus, ele foi deixando dessas coisas, hoje em dia ele não me promete mais (...).

Quando ele bebe hoje, mas amanhã eu falo as coisas para ele. Eu digo para ele deixar dessa vida, que essa vida não é boa, não. Me deixava aqui em casa, saía de manhã... Só chegava no outro dia de madrugada. Daquele jeito. Desde 2009, eu me operei. Já estou com sete anos de operada; minha filha já está grande aí, com nove anos. Eu disse que, quando eu me operasse, que eu ia sair para onde eu quisesse... Sair, porque eu não me diverti. Apesar de que eu arranjei homem com quatorze anos, eu não... Não teve nada na minha vida, assim, de tá saindo por aí. Foi em casa... em casa mesmo, que a mamãe não me deixava sair. Para nenhum canto a mamãe deixava. Eu... arranjei homem, mas não foi por birra. Foi porquê... sabe, mesmo, a fase da gente, né?! Passa, toda mulher passa por aquela fase, né?! Ele tinha vinte anos, eu tava com quatorze, aí... Começamos nossa vida, aí... Aí, mas... Agora que eu falei que eu ia sair mesmo, quando me operasse, mas quando... Mesmo que nada. Em casa mesmo. Continuo em casa. O que é um refúgio para mim mesmo é a pesca, porque eu vou, é uma alegria para a gente ir. O sol é um pouco quente, mas dá para a gente ir. Ontem eu não fui porque eu não tive canoa para ir, que meu sogro saiu no casco dele, aí eu fiquei sem ir. Mas, hoje, se Deus quiser, a vontade é essa, de ir. É muito bom.

6.1.6 *Antônia Bentes Guimarães*

[...] Pesco camarão junto com meu marido, mas, às vezes, vou só. Muita coisa aqui foi comprada com dinheiro do camarão também. Mas, apesar de tudo que eu passei, eu me considero uma pessoa feliz e realizada, só não sou completa porque ainda não pude ter meus filhos. Eu queria muito ter um filho. (Antônia Bentes Guimarães, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Antônia teve que trabalhar bastante para conquistar seus sonhos. A casa própria foi um patrimônio que ela adquiriu com o trabalho da pesca do camarão. Ainda não tem filhos, o que é uma grande tristeza para ela. O trabalho, porém, traz-lhe felicidade, principalmente nos momentos mais difíceis.

Figura 59 – Antônia Bentes Guimarães



Fonte: Foto da Autora

Meu nome é Antônia Bentes Guimarães. Nasci no ano de 84, no mês de junho. A minha história é, como eu já te contei, eu desde pequena pescava com a minha mãe. A gente tinha dificuldade, que a gente era uma família humilde e a gente tinha que se virar mesmo na pescaria, que a gente não tem estudo. É a única coisa que a gente tinha para fazer, era pesca e roçado também da nossa mãe. E é isso, eu acho. Foi a minha mãe que me ensinou, minha mãe com meu pai que ensinaram a enfrentar essas dificuldades. E até hoje eu estou na pescaria e gosto.

Eu me casei em 2009. Mas, quando eu me meti com ele, a gente não pegava quase camarão. Era mais negócio de peixe, que ele pescava com meu irmão. Aí já depois de um tempo, de novo, que eu comecei a pegar camarão.

A maior dificuldade acho que quando eu tava com a mamãe. A gente não tinha, às vezes, uma bolacha, um pão de manhã para a gente tomar café. Aí acho que a maior dificuldade era essa. Eles só ganhavam mesmo o da pescaria, então a gente não tinha uma coisa boa em casa. Acho que é isso. Passamos momentos difíceis, nem gosto de lembrar, mas o importante é que já passou.

Quando eu era criança, minha mãe me mandou pra Alenquer, para casa de família, para estudar, mas não me acostumei de jeito nenhum. Eu queria ficar perto dos meus pais, aí eu voltei. Eu tava com doze anos. Eu tive que sair daqui para ir trabalhar na casa de uma pessoa lá.⁶⁷ Eu ajudava a menina lá na casa a fazer as coisas. Eu não queria tá lá, queria voltar para casa. Acho que eu fiquei uns três meses só. Chorava para voltar. Acho que eu fui para a escola um mês, acho, um mês e pouco, só. Não quis mais. Eu lembro o nome do pessoal que eu fui

⁶⁷ É muito comum os pais enviarem os filhos para trabalhar em casa de família, em locais distantes da comunidade, com o propósito de irem *ajudar* as famílias durante o dia e estudar a noite, principalmente as meninas. Nesses locais, na maioria das vezes, segundo relatos das pescadoras que passaram por essa situação, são obrigadas a fazer muito trabalhos domésticos e, assim, acabam desistindo dos estudos, retornando para casa. Não recebem um salário, pois são tratadas como “parentes”.

morar. Era o seu Júlio com dona Maria Amélia. Eles eram bacanas. Eles eram legais. Mas eu que não me acostumei mesmo. Voltei para a minha mãe. Mas hoje eu me arrependo de eu não ter estudado. Para eu ter comprado essa casa foi muito esforço, meu, do meu marido. Às vezes nem acredito que a casa é minha. A gente trabalha muito. Ele colocou um roçado. Aí ele tirou feijão, tirou juta, porque o peixe mesmo não dá, não dá quase nada o peixe. Aí, mais com coisa de roçado que ele fez, nós conseguimos fazer a nossa casa. Nós tínhamos uma pequena. Aí nós fizemos essa maior.

Pesco camarão junto com meu marido, mas às vezes vou só. Muita coisa aqui foi comprada com dinheiro do camarão também. Mas, apesar de tudo que eu passei, eu me considero uma pessoa feliz e realizada, só não sou completa porque ainda não pude ter meus filhos. Eu queria muito ter um filho.

A minha maior felicidade acho que de tá com o meu marido, que eu gosto. Ter as minhas coisas, minha casa. Meu sonho era ter minha casa com tudo dentro; graças a Deus, eu consegui. Acho que as minhas felicidades são essas. Ter a minha mãe ainda viva com o meu pai, minha família toda.

6.1.7 *Tania Viana Bentes*

[...] Logo depois que eu engravidei, praticamente tive que ir pescar para sustentar o meu filho. Meu marido foi embora, me deixou o pai do meu filho, foi embora quando ele tava com oito meses. Quando ele voltou, ele tava com nove anos. (Tania Viana Bentes, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Tania é um exemplo de coragem e determinação. Sozinha e com filho para criar, foi em busca do sustento de sua família no trabalho de pesca do camarão. “A gente trabalha para criar uma criança; é muito ruim sem ajuda do pai; é muito difícil na vida da gente criar um filho sozinha.” O trabalho de pesca foi importante para lhe garantir sobrevivência, esperança e coragem para transformar a sua vida.

Figura 60 – Tania Viana Bentes



Fonte: Foto da Autora

Eu nasci aqui mesmo na Salvação. Eu sou de 1984, dia 25 de março. A minha história foi um pouco sofrida, porque eu tive, com quinze anos, eu tive o meu primeiro filho. Aí, quando ele tinha oito meses, o pai dele me abandonou, foi embora. Aí eu fiquei criando ele, com a avó dele. Hoje, ele tem dezessete anos; ele não mora comigo, mora com a avó dele. O pai dele não é esse mesmo que eu estou agora. Aí a gente sofre um bocado, né?! Para criar uma criança sozinha sofre muito. Até que Deus mostrou outro caminho, eu arrumei esse outro marido, que até hoje estou vivendo com ele. Tenho dois filhos com ele. E tenho minha casa com ele, tenho os meus filhos. Aí...Porque nós pescamos, nós dois; eu e ele que pescamos. É difícil eles irem, os meninos. Nós não levamos porque o sol é muito quente, eles não aguentam. Aí, nós tamo vivendo assim... Pesca, nós vamos vender, ajuda quem está precisando. Nós vamos levando a vida. Nós pescamos muito camarão, até para fora temos clientes.

Acho que, com quinze anos, depois de eu ter esse menino, que eu me engravidei, aos quinze anos eu comecei a pescar e pegar com a mamãe. Eu ia com a mamãe. Depois que eu me juntei com ele, nós fomos pegar ainda mais, pescar camarão, pescar peixe... Agora só está o camarão mesmo, porque peixe está muito difícil.

Logo depois que eu engravidei, praticamente tive que ir pescar para sustentar o meu filho. Meu marido foi embora, me deixou o pai do meu filho, foi embora quando ele tava com oito meses. Quando ele voltou, ele tava com nove anos.

Ele veio sozinho. Depois, já daqui que ele se arrumou com outra mulher... Ele mora bem ali, perto da casa da mãe dele mesmo. Tem três filhos com essa mulher agora.

Sabe, na verdade, eu que abandonei ele, porque ele bebia muito. Ele bebia demais, mas ele nunca me bateu, ele nunca deixou faltar nada. Mas ele bebia muito. Eu tinha pior raiva dos

outros porres, não suporto. Eu saí de casa e deixei ele lá. Eu tava na casa da mãe dele, aí eu saí da casa dele. Ele chorou. Pedia perdão, para eu voltar para ele, mas eu não quis voltar para aquela vida. Aí ele foi embora. Quando ele voltou, ele queria, mas eu não queria mais... Já não deu certo a primeira vez, na segunda que não dá mais, né? Meu filho já está grande... Até hoje, ele não considera ele como pai não... O pai dele é o avô dele, que ele chama.

A pior dificuldade que eu já enfrentei na vida foi, assim, eu creio que dificuldade foi quando meu filho tava pequenininho. A gente trabalha para criar uma criança; é muito ruim sem ajuda do pai; é muito difícil na vida da gente criar um filho sozinho. Mas, quando está só, a gente sofre. Sorte que a avó dele me ajudou bastante. Por isso que eu dei ele para ela. Porque ela disse: “Eu quero esse menino, eu quero criar, porque um dia ele vai fazer as coisas para mim”. Ele ficou... E eu deixei ficar com ela. Agora ele que faz tudo para ela lá. Faz lá, faz para mim. Ele não tem preguiça de fazer nada.

Esse meu marido hoje, ele morava em Manaus, ele veio para cá. Ele teve uma irmã que mora lá. Veio para cá, me conheceu. Logo me engravidei dele. Ele nunca se incomodou de eu tá na pesca, não, porque ele já pescava muito. Ele dá força para nós pescarmos... Aí vamos nós dois, eu e ele... Nós íamos de madrugada, agora nós vamos só... De madrugada dá demais carapanã. Não aguento carapanã. Agora, nós vamos mais é de tarde. Uma hora da tarde. Vamos embora, quando é seis horas nós chegamos de volta. É uma boa pernada daqui até onde eu pesco camarão. Atravessa dois lagos para chegar lá.

A pesca sempre me ajudou. Se não fosse a pesca, nós pescarmos, a gente não tinha isso que nós temos até hoje... Dá pra comer, sobreviver, comprar meus vestidos. Tem que comprar o material de escola para eles, roupa para mim, até hoje está sendo bom.

O camarão dá, porque não dá muito trabalho; porque o peixe a gente pesca, dá muito trabalho, porque fura muita malhadeira. A gente tem que costurar. Consertar muito. A camaroeira, não: pesca umas duas, três semanas para trocar. E as malhadeiras, não: todo dia tem que tá tapando os buracos.

6.1.8 *Maria Lindalva Viana*

[...] Então começou a chover, e olha já a gente tendo que jogar água de dentro da bajara, sendo que ficamos encalhados lá perto do terreno do seu Paulo até passar, demorou bastante. Quando chegamos em casa, meu marido ficou muito brabo comigo porque deixei nosso filho passar por isso. Na pesca, assim, como tem dia que está tudo bem, passamos por muitas coisas que nem imaginamos que vamos passar. (Maria Lindalva Viana, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Lindalva é mulher de poucas palavras, mas todas com muita intensidade. É um exemplo de mulher batalhadora. Filha de um quilombo chamado Pacoval, teve que sair de seu lugar de origem para ir em busca de sua sobrevivência. Na Salvação encontrou o amor e a dor. E foi no trabalho de pesca do camarão que encontrou condições para superar todos os obstáculos da sua vida.

Figura 61 – Maria Lindalva Viana



Fonte: Foto da Autora

Sou filha lá do Pacoval, eu me chamo Maria Lindalva Viana, tenho cinquenta e três anos, sou pescadora há mais de quinze anos. Me sinto feliz aqui na Salvação, porque se pode pescar camarão. A gente vive aqui. Conheci meu marido numa festa lá mesmo. Eu tenho ao todo treze filhos; sete moram comigo, outros moram na casa deles, e três moram em Manaus. O meu marido é pescador, mas esses tempos não tem pescado, porque está com uma lesão. Toda vez que ele vai para o sol, ele fica muito ruim; o médico disse que ele tem uma doença de pele. Sou casada com ele. O meu marido, ele não gosta muito de pescar, porque o sol queima muito o rosto, e mesmo que já estou no período da menopausa e quando eu menstruo fico sangrando quase vinte dias, por isso que ele não gosta. Os meus braços ficam muito doloridos quando estou pescando. Esse trabalho de pesca não é fácil. Tem que abrir mão de muita coisa para continuar fazendo. Mas, quando estou pescando, esqueço de meus problemas.

Ficamos aqui na Salvação um tempo, mas depois que minha filha sofreu queimadura, quando a outra filha minha, mais velha, pegou a lamparina e passou perto da rede, incendiou, aí já me meti por baixo. Depois disso ficamos desgostosos daqui e voltamos para o Pacoval,

depois voltamos para cá de novo, mais tarde nos envolvemos na pesca do camarão e ficamos viciados e fomos tendo filhos, e eles crescendo e saindo de casa.

Um fato que aconteceu na vida é que sempre eu tinha que deixar meus filhos menores com os maiores para ir pescar; uma vez que ia com meu filho pescar, vinha um tempo se arrumando, aí meu filho disse: “Mamãe, vai dar um temporal!...” Então começou a chover, e olha já a gente tendo que jogar água de dentro da bajara, sendo que ficamos encalhados lá perto do terreno do seu Paulo até passar, demorou bastante. Quando chegamos em casa, meu marido ficou muito brabo comigo porque deixei nosso filho passar por isso. Na pesca, assim, como tem dia que está tudo bem, passamos por muitas coisas que nem imaginamos que vamos passar.

6.1.9 Maria Janilde, “Maroca”

[...] Pesco camarão desde moleca mesmo, a partir dos meus dez, doze anos; aprendi com a minha mãe e pesco até hoje. Eu tenho doze irmãos, a maioria na lida da pesca do camarão. Pelo menos todas as irmãs estão nesse ramo. (Maria Janilde, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

Como evidenciado na sua história de vida, a pescadora Maroca desde criança foi envolvida no trabalho de pesca. Somente parou de pescar quando seus filhos tavam em fases nas quais necessitavam de maiores cuidados. As suas queixas quanto às dificuldades do trabalho de pesca são sua ausência, em alguns momentos, na criação dos filhos, pois passa muito tempo nos locais de pesca para garantir o sustento da família. O trabalho de pesca garante o seu próprio sustento, o dos seus filhos e agora o dos seus netos.

Figura 62 – Maria Janilde, “Maroca”



Fonte: Foto da Autora

Meu nome é Maria Janilde, tenho quarenta e quatro anos, nasci aqui mesmo na Salvação, tenho sete filhos, sou casada com o Iracildo. Pesco camarão desde moleca mesmo, a partir dos

meus dez, doze anos; aprendi com a minha mãe e pesco até hoje. Eu tenho doze irmãos, a maioria na lida da pesca do camarão. Pelo menos todas as irmãs estão nesse ramo. A vida era muito boa antes, vivíamos todos juntos aqui. Quando eu era moça, eu ia pescar com a minha mãe, com meus irmãos, às vezes, com o meu pai. Quando meus filhos nasceram, eu parei um tempo de pescar; eles eram pequenos, não tinha com quem deixar; depois que cresceram, continuei de novo. A pior coisa para mim em uma pescaria é a *trevoada* que a gente passa na pescaria. Nesse ano passamos por um grande problema na pesca, quando a gente tava passando por debaixo de uma árvore, aí tinha uma surucucu prontamente a nos picar, ficamos com muito medo. Sabe, eu nunca pensei em largar a pescaria, mas estou quase deixando, mas é porque estou com problema de saúde, minhas costas doem muito. Muitas coisas boas a pesca do camarão trouxeram para mim, porque com a venda do camarão a gente pode comer o alimento, comida para cá. E mesmo que já compramos até uma bajara⁶⁸ com o dinheiro da pesca. Eu me acho uma mulher guerreira. Abri mão de muita coisa na vida. Sabe, a pesca deixa a gente muito afastada da família. Às vezes, saio de manhã e só volto umas cinco horas da tarde. Um filho vai cuidando do outro, os mais velhos vão cuidando dos mais novos, e assim vai. Meu marido vai comigo pescar, eu até gosto, mas as crianças acabam ficando só. Fico sempre preocupada, pois não sei o que estão fazendo. Para ser uma boa pescadora de camarão, a gente precisa ter coragem para sair andando por aí enfrentado perigo e muitas forças até para deixar os filhos para trás. Tem que abrir mão dos filhos. Ficar só em casa sem a garantia de um sustento não adianta, é melhor ir pescar. Quando vou para a pesca, tenho que deixar comida para eles, porque passo o dia inteiro fora. Meu marido sempre aceitou essa vida. Com essa pesca, eu garanto o meu sustento e dos meus filhos e agora dos meus netos também. Pescar é tudo para mim, porque esse tempo não tem quase peixe e com a venda do camarão a gente pode comprar nossas coisas.

6.1.10 Edilene Bentes da Silva

[...] O camarão me dá futuro. Quando eu pesco, deixo de pensar nas tribulações. Às vezes, a gente para em casa e tem desavença até com vizinho, e pescando a gente para de pensar nisso, para distrair algumas coisas que estão perturbando a gente. A pesca já trouxe muita coisa boa, me divirto muito e gosto de pescar todo dia. A pescaria é como a novela que passa e todo dia a gente quer assistir. (Edilene Bentes da Silva, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Edilene destaca o trabalho de pesca do camarão como uma segurança para a manutenção da família. Através dele sustenta a família e garante bens materiais que considera

⁶⁸ Embarcação de pequeno porte.

importantes. Percebe o trabalho como uma fuga dos problemas cotidianos. A pesca representa garantia de um futuro para ela e seus filhos.

Figura 63 – Edilene Bentes da Silva



Fonte: Foto da Autora

Eu sou Edilene Bentes da Silva, moro na comunidade da Salvação e também eu comecei a pegar o camarão desde a idade dos dez anos; aí, depois que arrumei família, achei melhor pegar e ajudar minha família. Quando eu comecei a pegar camarão, me divertia, podia ajudar as pessoas. Mas também gosto de fazer outras coisas: plantar cebolinha, limpar o camarão, pescar o peixe, isso eu aprendi com minha mãe; eu ia com ela; a gente ia lá para o Paulo Silveira pescar; levava banana para a gente comer, farofa de camarão mesmo, e a gente ficava lá até dar aquelas horas para a gente ir embora e trazia o camarão e cozinhava. Eu sempre gostei de pescar o camarão; antes não era tanto divertido como agora, hoje em dia é mais. Uma vez fomos eu e meu cunhado, e ele disse: “Olha, vai chover”. Aí, eu disse: “Não, ainda não vem, não”. Mas ele disse: “Bora tirar nossas camaroeiras”. Como tava pegando bem camarão, eu não queria deixar eles lá, mas tiramos as camaroeiras e colocamos na bajara, e eu já chorando. Já foi quando a gente pegou um temporal; não aconteceu nada porque a gente só fez abaixar a bajara e ficou lá debaixo até passar o temporal. Nós estávamos pegando camarão, quando dobrei o olho, nós corremos é porque lá era baixo, aí nós só fizemos dobrar a bajara e *fiquemos* lá até passar. Quando chegamos em casa, atracamos a bajara, e eu com medo de bicho nos comer lá... Depois achei graças do que passamos.

Quando eu quero me proteger do perigo da pesca, eu sempre confio em Deus! Só Ele pode nos ajudar. Quando a gente sai, a gente ora e pede para Deus nos livrar. Levo, às vezes, minhas filhas comigo, elas não sabem cozinhar, mas já sabem como pegar o camarão, como afinçar a vara, colocar o osso e a camaroeira. Não se perdem mais.

Tem muitos animais no fundo: jacaré, arraia, que podem vir na camaroeira, confiando em Deus livra a gente. Quando o camarão está caindo na camaroeira, parece um vício, não tem

como sair. O camarão me dá futuro. Quando eu pesco, deixo de pensar nas tribulações. Às vezes, a gente para em casa e tem desavença até com vizinho, e pescando a gente para de pensar nisso, para distrair algumas coisas que estão perturbando a gente. A pesca já trouxe muita coisa boa, me divirto muito e gosto de pescar todo dia. A pescaria é como a novela que passa e todo dia a gente quer assistir. A pesca é tudo para mim, porque eu gosto, tenho meu dinheiro, é meu futuro e o futuro dos meus filhos.

6.1.11 Leidiane da Silva Rego

[...] Quando pego muito camarão, a gente fica feliz. É muita alegria quando a gente pega muito. Nossa profissão tem respeito aqui na comunidade. Apesar de ter muita desunião, aqui é bom para viver. A pesca do camarão não é para qualquer pessoa, tem que ter força de vontade para enfrentar frio, vento, bichos e muitas coisas. Essa pesca é que me dá o meu sustento. (Leidiane da Silva Rego, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Leidiane tem muita preocupação em repassar seus conhecimentos sobre pesca às filhas. Segundo ela, é essencial o *saber fazer* do trabalho de pesca, para garantia da sobrevivência. Afirma que esse trabalho tem grande respeito na comunidade, e é dele que retira o seu sustento.

Figura 64 – Leidiane da Silva Rego



Fonte: Foto da Autora

Eu nasci em 1 de abril de 1981 e moro há trinta anos na comunidade da Salvação. Eu sou pescadora. Aqui na comunidade da Salvação, é uma comunidade mais ou menos unida, boa para viver. Como não sei o dia de amanhã, passo para as minhas filhas tudo o que sei; elas já sabem da lida do camarão. Sabem pescar, escolher, não se perdem. A pescadora tem que exercer a função. Eu gosto muito de pescar o camarão e outros peixes. Ela tem que ter seus arreios

completos, a pescadora de camarão tem que saber fazer sua camaroeira, e eu sei fazer os meus arreios de pesca⁶⁹, mas nem todas aqui sabem fazer.

Uma grande dificuldade foi quando tive um bebê, que morreu dentro de mim, quase bato as botas, tava com infecção. Já faz uns nove anos, passei por uma situação muito difícil, tava inchada e grávida, mas quando cheguei no hospital, em Santarém, o bebê morreu; os médicos me desenganaram, mas foi Deus que me ajudou. E, como o bebê morreu na minha barriga, ela ficou tesa⁷⁰ e não queria descer; eu sofri muito com tudo isso. Foi uma mulher que me viu e orou para Deus, intercedendo por Deus para me socorrer, até sentir que o bebê desceu; ele nasceu grande e já fazia mais de vinte e quatro horas morto dentro de mim; ainda vi meu filho morto, com sague no nariz, depois tiveram que fazer curetagem, porque o sangue não desceu, ele coalhou dentro de mim. Fiquei de vinte dias no hospital. Vim para Salvação, mas quatro meses depois senti muitas dores e voltei para o hospital, e tiveram que me operar, tiraram todas as minhas trompas, agora não posso mais ter filhos.

Quando pego muito camarão, a gente fica feliz. É muita alegria quando a gente pega muito. Nossa profissão tem respeito aqui na comunidade. Apesar de ter muita desunião, aqui é bom para viver. A pesca do camarão não é para qualquer pessoa, tem que ter força de vontade para enfrentar frio, vento, bichos e muitas coisas. Essa pesca é que me dá o meu sustento.

6.1.12 Domingas da Silva Pinto

[...] Tem homem que não gosta que a mulher trabalhe. Eu sempre trabalhei. Se Deus quiser, vamos tirar o resto da nossa vida, o tempo junto... É, vivendo junto, compartilhando tudo. Nossas despesas tudo é junto, nosso dinheiro tudo é junto. É assim, mas eu que tomo conta do dinheiro, porque eu tomo conta bem. (Domingas da Silva Pinto, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Domingas é irmã da primeira pescadora da comunidade, a senhora Januária. Percebe o trabalho de pesca como uma alternativa para a garantia de igualdade na relação entre marido e mulher. O trabalho de pesca garantiu-lhe empoderamento dentro de um contexto social em que sempre prevaleceram as decisões do marido.

⁶⁹ Apetrechos de pesca.

⁷⁰ Expressão usada para dizer que estava bem duro.

Figura 65 – Domingas da Silva Pinto



Fonte: Foto da Autora

Eu sou Domingas da Silva Pinto, sessenta e oito anos, pescadora de camarão há vinte e oito anos na comunidade da Salvação. Nasci e me criei aqui. Casei e fiquei sempre aqui. Não sei nem de que ano eu comecei a pescar. Não sei de que ano, não, porque disse que a comadre Ana que trouxe essa pescaria aqui para nós. Não sei nem lhe dizer quantos anos faz isso, a gente pega camarão. Tem homem que não gosta que a mulher trabalhe. Eu sempre trabalhei. Se Deus quiser, vamos tirar o resto da nossa vida, o tempo junto... É, vivendo junto, compartilhando tudo. Nossas despesas tudo é junto, nosso dinheiro tudo é junto. É assim, mas eu que tomo conta do dinheiro, porque eu tomo conta bem. É só quase eu que saio em frente, porque ele é muito parado. O negócio eu tenho que tá junto com ele, é assim, porque senão desanda. Quando eu quero comprar alguma coisa, eu converso com ele; quando ele quer, nós concordamos, que tem casal que não concorda.

É porque ele bebia muito de primeiro, mas, graças a Deus, que já está com uns três anos que ele parou, graças a Deus. Aí melhorou mais. Dava muito conselho para ele, mas a bebida sempre no meio. Agora, não. Depois desses três anos, ele melhorou, largou de uma vez. Agora já me preocupo com o filho, quando se mete na bebida, já é preocupação para a gente, mas ele não é pessoa de chegar brigando comigo.

Eu pego camarão por aqui por perto mesmo, para longe eu não vou. Tenho medo de atravessar o igarapé. Aqui mesmo. Olha, aqui pega até bem camarão. Aqui atrás. Caiu terra, aí nós já tamo pescando aí para a beira da praia, mas é pouquinho também o camarão.

Trabalhar, quem quer trabalha, planta um feijão, milho. Foi a Ana Biriré que me ensinou a pescar. A vida assim era só trabalhar em negócio de roça, milho, feijão, que nós não pegávamos camarão para vender. Ela que já veio inventar essa pescaria. É, mas nós tínhamos

muito camarão nesse tempo, mas ninguém pescava porque era tudo, naqueles tempos, era muito farto. Tive dez filhos, mas só criei nove, porque um morreu com três dias de nascido.

Antes do camarão, tinha juta. Na juta, olha, só era folhear a roça e a juta. A lavagem, a gente lavava todo dia. Deus me defenda! Era trabalho de chuva, era trabalho de sol, era tudo. Tinha que entregar naquele dia. Mas era porque a gente tirava fiado as coisas do patrão, para pagar com a juta. Deixava secar a juta, para poder chamar ele para vir buscar, aqui era assim.

O camarão melhorou, porque a gente não se via dentro d'água como a juta... A juta, não, Deus me defenda! Olha, quando a enchente era grande, dava aqui em cima, a juta ficava chata no roçado. Risco de surucucu morder a gente. Mas tinha que ir lá tirar. Tinha que tirar para pagar. E, olha agora, para a gente tirar a juta do fundo, quando a água tava alta, a gente mergulhava, para ir buscar os feixes lá no fundo, para botar em cima e poder lavar a juta. A gente não tinha outro ganho. E quando saía a terra, já ia plantar feijão, para poder colher de novo.

Com o camarão a vida mudou muito. Agora, só que é pouco camarão. Para mim é pouco. Agora, para esse pessoal é muito, que eles saem por aí. A gente está pegando mais porque de primeiro a gente não pegava, assim, porção para vender. Tinha muito camarão, mas não era envolvido no camarão, só era no trabalho. E agora, não, já anda atrás desse camarão por onde tem, porque quanto mais pegar, melhor. Mas o que a gente pega dá para quebrar um galho, para ir comprando alimento, que não é todo dia que a gente vai ter dinheiro. Nós somos aposentados, mas falha o dinheiro também. É, porque é muito bom. Quando dá na quadra da gente pegar porção é bom. Mas, quando não dá, vou me virando no barranco.

Tinha menos gente pescando camarão. Mas era pouca gente que tinha por aqui. Deus me defenda! Agora tem muita gente, Deus defenda! De primeiro não tinha muita perseguição, mas agora tem.

6.1.13 Jocinéia Almeida Rocha

[...] Eu comecei a pescar camarão quando, depois que eu vim para a casa dele, aí minha sogra... minha sogra, ela pescava camarão. Aí ela foi me ensinando como é que se pescava camarão “Mas, olha, é assim que pesca...” (Jocinéia Almeida Rocha, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Jocinéia aprendeu a pescar camarão com sua sogra, Januária, a primeira pescadora de camarão da comunidade. Não é associada à colônia de pescadores, somente ao

sindicato dos agricultores. Apesar disso e de ter uma pequena plantação de hortaliças, é a pesca do camarão que ela percebe como mais segura para a manutenção familiar.

**Figura 66 – Jocinéia Almeida Rocha,
“Néia”**



Fonte: Foto da Autora

Eu não nasci aqui mesmo, eu nasci no município de Santarém. Quando meus pais vieram para cá, nós éramos todos pequenos, e aí eu já me considero ser daqui, mas eu não nasci aqui. Nasci em Santarém. Eu vim para cá tinha uns dez anos, onze anos. Aí foi que meu pai veio, aí ele encontrou um terreno lá, porque onde a gente morava era dificultoso de água, ainda mais essa época do verão; aí tinha baixas e baixas assim, para pegar água, para poder chegar no Amazonas para pegar água no rio.

A gente ficava, mamãe descia muito, sabe? Por essa época do verão. Ela tinha que buscar água, de canoa, aí pegou, achou esse terreno aí, que era mais fácil, que era mais perto da beira, mais perto de pegar água, aí ele comprou, que a gente veio. No tempo que eu me formei e já comecei minha juventude já aí. Acostumei, agora estou morando aqui.

Conheci meu marido aqui mesmo. Ele morava aqui. Mas meu pai não aceitou logo. Ele era crente, e eu também. Minha família toda era crente. Ele sempre foi um bom homem. Teve umas *discussãozinhas*, nunca me bateu, nunca me tratou mal até hoje, então, graças a Deus, vivemos bem.

Eu comecei a pescar camarão quando, depois que eu vim para a casa dele, aí minha sogra... minha sogra, ela pescava camarão. Aí ela foi me ensinando como é que se pescava camarão. “Mas, olha, é assim que pesca...” Aí eu... Só o que eu nunca aprendi foi a talhar camaroeira... Ela me ensinou, mas eu tenho a cabeça tão ruim, que não aprendi. Faço

camaroeira, mas não como era a que ela fazia, que ela fazia uma camaroeira que era bem mesmo... Bonitinha mesmo, era bem-feitinha. Eu faço, mas não sai daquelas, bem-feitas.

Morei com minha sogra. Morei um tempão com ela, uns onze anos morei com ela. Aí, depois que eu disse que não aguentava mais morar junto assim, porque a gente nunca tem nada, porque a gente nunca tem o que é da gente, diz assim “Isso aqui é meu”, “Não! Isso aqui é da minha sogra”, porque está na casa dela, a gente nunca tem nada, aí disse para ele que não queria mais morar junto, procurasse arrumar uma casa para a gente morar. Foi quando eu me mudei para a minha casa, comecei a comprar minhas coisinhas; a pesca do camarão ajudou muito nisso.

Naquela época, quando a gente pescava camarão, a gente ia bem ali e trazia já o camarão. Não era tão difícil pegar o camarão, por causa que não era todos que pegavam. Eram bem poucas pessoas que pegavam. A gente fosse bem dali do outro lado, a gente já trazia uma saca, já dava suficiente para cozinhar o camarão. A gente não ficava o dia inteiro, como agora. A gente tem que ficar quase o dia inteiro para pegar um pouquinho de camarão. Às vezes, nem tem; a gente anda procurando, procurando aonde que eles tão... E naquela época era mais fácil o camarão. A gente ia bem ali, rapidinho, às vezes, até no porto a gente pegava camarão. Hoje em dia, já tem que não se vê mais. Por isso que mudou muito. Aquela época, quando minha sogra era viva, o pessoal não consumia muito ele, o camarão, não era como agora, que todo mundo consome camarão. Todo mundo pesca. Raramente uma pessoa aqui que não pesque. Bem pouquinho mesma gente, que o resto todo está pegando. Antes era mais fácil.

Uma vez, no Amazonas, a gente foi para atravessar, o vento tava muito forte, aí eu fui com ele, nessa nossa bajaranha⁷¹ aí para atravessar o Amazonas. Porque, para atravessar esse Amazonas, a menina sabe onde é? Que fica do outro lado desse rio, onde é a Pipira. Aí, quando chegou na hora, aí me deu medo, sabe? Me deu medo, mesmo que um frio, que vem da maresia, que eu tenho muito medo da maresia mesmo. Eu sou, me criei na várzea, eu sou da várzea, mas eu tenho medo de maresia.

Ontem eu fui ali nessa bajaranha minha para ali. E nessa hora tava forte o vento... Nessa hora que eu fui, tava só eu. Quando eu vou com os meus meninos, eu não tenho medo, porque eles que vão dirigindo. Mas, quando é a gente, a gente já fica meio. Ainda mais eu, que eu não sei dirigir bem; assim, negócio de maresia, não sei dirigir muito bem não. Assim, na maresia calma, eu dirijo, mas, maresia muito forte, eu não me comprometo não. Aí, eu fiquei. Eu até

⁷¹ Diminutivo de bajara; uma pequena embarcação.

peguei a parceiragem⁷² daí da vizinha: a bajara dela é maior que a minha, a minha é pequena. Sei que nós atravessemos. Uma bajarinha pequena, às vezes, não resiste, não, ao Amazonas.

Para a gente pegar o camarão, a gente tinha que ir e atravessar esse rio, esse Amazonas, porque só era lá que pegava, que por aqui não tinha mais onde pegar. Ontem o menino tava até dizendo: “Ainda vai no Pipira, Néia?” “Olha, maninha, eu não sei não, eu não vou te dizer, não; não sei se ainda tenho coragem de ir no Pipira”. Só por causa da maresia. Eu tenho muito medo.

Mas o pessoal vai. Mas vão! Tem uns que vão mesmo. Tem uns que vão nessa bajarinha, tamanho daquela uma que o menino saiu ali, eles vão. Mas eu não tenho essa coragem de ir em bajarinha pequena, não.

Até ontem eu tava falando assim: “Acho que vou até parar de pegar camarão, vou cuidar dos meus canteiros”, porque, se a gente for atrás do camarão, os canteiros ficam parados. As hortas da gente ficam paradas, porque a gente sai de manhã, aí tem as coisas para fazer em casa. A gente já deixa o canteiro, assim, para o lado. Se a gente for atrás do camarão, a gente para com o canteiro. Agora, se a gente for atrás do canteiro, a gente já para com a pegação⁷³ do camarão... é assim.

Eu tava dizendo que eu já tava preferindo até meus canteiros, por causa que esse daí é uma coisa certa que a gente tem. Quando chega o fim de semana, o pessoal já está ligando para a gente: “Tu tens tal isso, tu tens tal, tanto de alface, tanto de couve, para mandar para mim, para ti trazer para mim?” A gente já tem esperança nesses canteiros. Agora, o camarão, não; a gente ainda vai procurar por onde é que eles estão. Ainda mais agora nessa época, difícil, a gente tem que procurar onde eles estão, que é para a gente poder pegar ele.

Mas gente pega ele, para se manter, às vezes, para a gente comprar alguma coisa que a gente precisa. Eu achei que é muito bom, a coisa de pegar o camarão, porque... logo o camarão, que a gente pesca, a gente pega ele, leva para a cidade. Tem essa época que o pessoal compra bastante. Procuram muito, sabe? Às vezes até no contrato com a gente, para vender. Às vezes, eu até nem tenho contrato por causa que eu pego pouco camarão. Aí eu não me comprometo de dizer que eu pego esse tanto, tanto, para eu entregar, porque nem sempre isso a gente encontra. Sou do sindicato. Meu marido queria que eu me associasse na Z-28 de pescadores. Aí eu disse: “Não, deixa eu ficar assim mesmo, no sindicato dos agricultores. Deixa tu mesmo, só tu mesmo. Não, porque tem tempo que as outras, eu não pesco, e tu pesca, aí tu não queres. Deixa eu ficar, por aqui mesmo”. Aí ele disse: “Eu não sei, aqui mais uns dias, pode ser mais dificultoso”. Eu

⁷² Pessoa que acompanha na pesca.

⁷³ É o mesmo que pesca.

só sei assinar meu nome. Tem muitas coisas que eu não sei. Posso não poder responder as perguntas; hoje em dia eles fazem tanta da pergunta lá na Z-28 para poder virar sócia, que é melhor deixar para lá. E fiquei com medo, até de, no dia de chegar a minha entrevista, eu não saber responder. Eu disse: “Não, deixa tudo do jeito que está”. Eu pesco camarão porque eu gosto mesmo, porque eu gosto de me manter com o dinheiro dele, que eu vendo, mas eu... Eu não me dou... não me deu vontade de me associar, não, na Z-28. Ficar só mesmo no sindicato.

Essa pesca é boa, mas às vezes ela prejudica a saúde, que às vezes está com um reumatismo, muito molhado. Porque a gente fica molhado, no tempo do camarão a gente se molha. A gente puxa a camaroeira; se a gente está com uma roupa, a gente fica todo já ensopado. Fica escorrendo aquela água, com o tempo adoecia. Muito reumatismo. Doíam minhas pernas. Doíam meus braços, que até hoje eu sinto. Tem dia, tem noite que ataca, e começa a doer minhas pernas, minhas mãos; fica, assim, um adormecimento, sabe?

6.1.14 *Izabel Bentes Guimarães, “Bela”*

[...] Eu vou lá na cidade, mas eu vou tirar meu motor para mim lá na Comam, para mim andar com a Karen.” Só nós duas que pesca, eu com ela, ela vem para cá. Mas eu não queria no nome dele. “Eu quero no meu!”. Aí ele disse: “Por quê?” Eu disse: “Ele vai saber que eu coloquei no nome dele e vai ficar bravo. Aí, quem vai pagar sou eu. Eu tenho que ter o meu mesmo”. Aí ele disse: “Então abre uma conta aí para ela”. Aí ela agarrou e abriu a conta, então comprei o meu motor. Agora, eu tenho o meu motor. Está ali, novo, está no meu nome. (Izabel Bentes Guimarães, pescadora de camarão, entrevista, pesquisa de campo, dez. 2016).

A pescadora Bela, como é conhecida em toda a comunidade da Salvação, é mãe de três pescadoras participantes desta pesquisa: Antônia, Janilde (“Maroca”) e Edenilda (“Cuxita”). O trabalho de pesca, além de ter contribuído para garantir a sobrevivência de sua família, trouxe-lhe também poder de decisão no âmbito familiar. No ano de 2017 realizou o sonho de adquirir um motor, o que a deixou extremamente feliz e realizada, pois até então dependia da ajuda de outras pescadoras para realizar o seu trabalho.

Meu nome é Izabel Bentes Guimarães. Eu tenho setenta e cinco anos. O pessoal aqui me chama de Bela. Nasci aqui, me criei aqui. Casei em Alenquer, no civil. Tive onze filhos. Moram todos aqui, ao redor de mim. Só tem um que está em Alenquer, que é o Elivaldo, que é professor, com a mulher dele. E a Antônia, que mora separada, ali embaixo. Mora para lá, que já tinha a casa deles. Aí vão ficar só esses outros aqui. A Vânia, Maroca, Cuxita vão ficar aqui; Izidório; todos eles vão ficar aqui. E nós também tamo aqui, que ninguém sai daqui.

Figura 67 – Izabel Bentes Guimarães, “Bela”



Fonte: Foto da Autora

Camarão eu pescava desde pequena, mas pescava só mesmo para nós comermos. Pescaria nossa era só peixe na beira do lago; nós íamos pegar o camarão. Eram altas essas ribanceiras daí, não é assim como é agora; muito alto. Essa beira aí tudo era pau. Aí nós íamos pescar com a comadre Paulina; ela pescava. A gente colocava na camaroeira, vinham aqueles camarões, metia tudo dentro de um balde. Eu com um balde, ela com outro. Só para comer mesmo. Aí, depois, deu para pescar. Como nós íamos pescar, aí todo mundo pescava para vender, mas primeiro pescava bem pouco. Bem poucas pessoas pescavam aqui camarão. Era só nós. A minha mãe mandava nós pegarmos camarão só para comer, não era para vender. Ia lá na beira do igarapé, às vezes, pegar, só para comer.

Ninguém vendia nesse tempo. Nós íamos pescar já de noite. Atravessava aqui o lago e ia pescar. Depois as mulheres daí de baixo se amontoaram tudinho para pescar conosco, e aí ficou. Era de noite só que pegava. Era a mamãe que mandava nós pescarmos, mais para comer mesmo. Eram altas essas ribanceiras; quem vê agora assim, só que não ia no fundo. Não ia no fundo, a gente ia pegar lá. Um dia nós fomos pescar com a comadre Paulina, aí uma vaca braba pensava que nós levávamos camarão, era o filho dela. Correu em cima de nós, trepamos lá em cima num paricazeiro. Aí quando... “Comadre Paulina, a vaca vai nos pegar”. Aí a comadre Paulina olhou lá na coisa... no pau, montada em cima do pau, e eu montei em cima dela. E a vaca no pau, embaixo, que era alto. Aí... “Bem feito, quem manda vocês tarem andando atrás de camarão?”

Uma vez, no meio do lago, nós vínhamos de lá com medo de jacaré, “Vambora ligeiro”. Então eles saíram tudinho para baixo, e só eu que vinha para cá, deste lado, e a Nete, minha filha; no que eu sentei no banquinho de cima do outro lado, a Maria vinha vindo, ela dobrou assim. Foi de passagem. Eu caí com o remo por aqui, por debaixo da minha perna. E o vento muito forte. Aí eu gritava para ela vir me pegar; quando que ela vinha. Ela gritava: “A vovó vai morrer! A vovó vai morrer!”, mas mesmo assim ela não me juntava... No meio deste lago. Tava tudo água isso aqui. Aí o pessoal viu, escutou o grito dela e veio de lá. A Nete já tinha me carregado no casco. Mas, olha, a gente cair nessa água do lago, a gente fica geladinha. Não tinha mais força de me levantar, a modo de que tava adormecidinha a perna da gente. Tava de noite. Aí, dessa vez, quase eu morro. Mas eu não deixo de pescar.

Agora melhorou muito, mas depois de eu me aposentar. Quando eu não era, Deus o livre, faltava muita coisa em casa. A gente saía para pescar de noite. O meu filho mais velho, que já morreu, se alagava. O barco se alagava. Ninguém nem sabia se ele tava alagado para lá. Aí perdia tudo o que ele já tinha pegado de peixe. Pegava muito surubim nesse tempo, que agora nem conhece mais surubim, muito difícil. Nós plantávamos roça, plantávamos todas as coisas para a gente poder viver. Plantava ali daquele lado. Mas ali naquele tempo não ia no fundo, a roça, a gente ia tirar lá para fazer, só para fazer um saco de farinha, e ficava comendo. Feijão, melancia, tudo nós plantávamos aqui, que aqui tudo era só nós que morávamos. Faz uns dez anos que meu filho morreu. Ele fazia de um tudo, morava aqui comigo. Quatro filhos meus morreram. Quando eu escapei daquela maresia, eu pensei: “Bem que eu escapei” ou “Não, nunca mais eu vou pescar”, mas é igual história de bêbado, né? “Não vou mais beber”, mas chega no outro dia está bebendo.

Eles queriam ir para lá para o Pipira amanhã pescar. “Não, não vou, eu vou aqui mesmo, na boca do remanso, ver se eu pego camarão.” Aí o Alvino disse: “Olha, vocês duas vão esbandalhar meu motor. Pare de tá andando no meu motor. Eu não quero que ande, que vocês vão escangalhar”. Aí eu disse: “Tá bom. Eu não vou mais andar no teu motor. Eu vou lá na cidade, mas eu vou tirar meu motor para mim lá na Comam, para mim andar com a Karen.” Só nós duas que pesca, eu com ela, ela vem para cá. Mas eu não queria no nome dele. “Eu quero no meu!”. Aí ele disse: “Por quê?” Eu disse: “Ele vai saber que eu coloquei no nome dele e vai ficar bravo. Aí, quem vai pagar sou eu. Eu tenho que ter o meu mesmo”. Aí ele disse: “Então abre uma conta aí para ela”. Aí ela agarrou e abriu a conta, então comprei o meu motor. Agora, eu tenho o meu motor. Está ali, novo, está no meu nome.

6.1.15 Maria Sebastiana Pinto

[...] Eu comecei a pescar camarão com minha irmã; ela já morreu, a Januária. Ela que pescava. Depois ela começou me convidando: “Bora pegar camarão... Bora pegar”, aí nós começamos. Então foi assim, minha irmã incentivou, aí eu comecei a pescar camarão. Eu nunca larguei minha roça. Eu pescava das duas horas até seis horas. Tinha vez que eu pescava das quatro até oito horas da noite, era assim. De madrugada, ia embora, ia descascar o camarão, lavar para poder preparar ele, para poder ir para a cidade. Foi minha irmã que me ensinou tudo. A gente ia pescar também com ela. (Pescadora Maria Sebastiana, pesquisa de campo, 2016).

A pescadora Maria Sebastiana aprendeu a pescar camarão com a irmã, Januária. O trabalho de pesca, além de ter proporcionado renda para a manutenção de sua família, garantiu-lhe a oportunidade de conhecer novos lugares. A venda do camarão em Alenquer proporcionou-lhe liberdade para sair da rotina. “A pesca trazia muita diversão, que eu ia pegar. Eu ia para a cidade, os filhos tavam tudo pequenote⁷⁴. Trazia de lá as coisas para eles comerem, uma fruta, uma outra coisa.”

Figura 68 – Maria Sebastiana Pinto, 74 anos



Fonte: Foto da Autora

Eu nasci e me criei aqui. Só saio daqui com os pés para frente. Não vou poder ficar aqui. A gente não fica para sempre, né? Me casei em Alenquer. Casei dia 26 de junho. Ele era do município de Santarém, conheci ele na festa de Santo Antônio. Eu gostei, nos casamos. Dois anos de namoro. Aí, nos três anos ele pediu para casar. Aí, quando inteirou os quatro, nos casamos. Tamos com cinquenta e três anos de casados. Ele está com oitenta anos, eu estou com setenta. Eu já sou aposentada, e ele também. Nunca fui associada em nada, somente no INCRA,

⁷⁴ Mesmo que criança.

por causa do assentamento. O meu marido é associado no sindicato. Eu sempre trabalhei muito aqui. No meu trabalho nós plantávamos, fazíamos roçado, plantávamos juta, feijão, plantávamos tomate... Tudo.

Eu cortava a juta, lavava com água até por aqui, perto do umbigo. Era trancada de juta a lavagem o dia inteiro. Nós caíamos na água sete horas, saíamos às vezes cinco horas da tarde. Quando nós conseguíamos espalhar a juta no varal todo, era sete, oito horas da noite. As crianças já tavam dormindo em casa, esperando a gente por aqui. Eu tive treze. Morreu três, tenho dez vivos. Graças a Deus! Cinco casados. O primeiro filho morreu em um aborto de cinco meses. A Raiana enterrou. Eu passei muito mal, tomei remédio, aí eu tive ele já morto. Falaram que era por causa do tétano que eu peguei. Eu sei que eu passei um dia quase morta, que eu não me lembro de nada. Aí a outra eu tive, com onze dias ela morreu. O outro, com nove dias de nascido, morreu de novo.

Eu comecei a pescar camarão com minha irmã; ela já morreu, a Januária. Ela que pescava. Depois ela começou me convidando: “Bora pegar camarão... Bora pegar”, aí nós começamos. Então foi assim, minha irmã incentivou, aí eu comecei a pescar camarão. Eu nunca larguei minha roça. Eu pescava das duas horas até seis horas. Tinha vez que eu pescava das quatro até oito horas da noite, era assim. De madrugada, ia embora, ia descascar o camarão, lavar para poder preparar ele, para poder ir para a cidade. Foi minha irmã que me ensinou tudo. A gente ia pescar também com ela. Antigamente, eu ia pescar lá embaixo. Era lá embaixo, abaixo de pau naquela mata que tem. Era para lá. A gente ia embora de remo. Não tinha nada. Era no remo mesmo. A gente saía umas quatro horas da tarde. Nós chegávamos aqui umas oito horas da noite. Era longe e tinha muita correnteza.

Eu ia com uma filha, às vezes outro filho, às vezes meu marido. Chegava, a outra, que ficava, já tava com a panela no fogo, com a água quente, para escaldar. Lavava com limão. Aí a gente ia cozinhando, botava na peneira, para estender, para escorrer a água. Deixava. Quando era de madrugada, só fazia encher nas bolsas; pegava o prato e ia embora.

Nunca vendi na feira. Eu ia no bairro Cajual, não sei se a senhora conhece. Lá para Luanda. Bairro do Cajual. Vila Passarinho. Olha, Luanda, Planalto. Tem mais. Eu revirava tudinho e vendia tudinho; ainda vendia mel, vendia galinha, vendia pato, andiroba, cheiro-verde. E ia embora andando. E, até hoje, eu ainda tenho cliente que diz assim – uns já morreram, outros ainda tão... – “Ei, dona Maria, cadê o camarão?” “Não, já faz quase dez anos que eu deixei o camarão.”

Eu pegava chuva, depois do quente. O sol muito quente, aí eu fiquei com problema de dor na minha cabeça. Eu acho que era mais difícil... Antes, era mais. Não, não. Antes era

melhor do que agora, porque era mais perto. Está muito longe agora para ir pescar camarão. Está difícil agora... Deus dê piedade, né?

Eu ainda tenho minha irmã que pesca, a Domingas. Pois é, ela me falou que pesca, mas tem muita gente que implica, porque ela é aposentada, e acham que ela não tem direito de tá no rio, porque é aposentada. Mas já pensou? Porque as pessoas têm que respeitar o outro. É, tem que respeitar. E, às vezes, a pescaria não é só pelo dinheiro, é pelo prazer de sair.

Olhe, quando eu me aposentei, logo eu ainda vendia camarão. Aí disseram que iam me denunciar lá no INSS. Aí, eu agarrei, fui lá no seu Pimentel, ele disse: “Não, senhora. A senhora tem seu direito. A senhora não tem direito de parar, não. Mesmo a senhora está movimentando seu corpo, suas pernas, seus braços, tudo. A senhora tem seu direito de pegar seu camarão, a senhora tem seu direito, a senhora vender seu camarão. Agora, a senhora não vai andar com aquelas enormes bacias na cabeça, não”. Eu disse: “Nunca carreguei camarão na minha cabeça. Carrego na minha bolsa...”

Até com as filhas do Zé Preto nós vendíamos camarão todinho. Aquelas meninas que já estão todas casadas. Aí, depois, meus filhos deram em cima de mim, esses que estão para Manaus. “Ah, mamãe, pare; pare, mamãe, isso daí...”, minha filha e meu filho. Vou dizer para vocês que eu não levo desaforo para casa. Eu disse: “Porque se uma vier tirar gosto comigo, ela vai me escutar. Quem diz o que quer, ouve o que não quer.

Olha, uma vez, eu com o Antônio, nós pegamos um temporal de lá da Santa Rita para cá. Criatura! Eu cá. Fiquei encostada numa taberna, saí com uma panelona com camarão, ele correu atrás de mim, caiu que desmentiu⁷⁵ o dedo do pé, mas ele gritava, mas ele gritava...

Eu não sabia se eu acudia ele ou carregava o camarão para se esconder. Dava cada raio, trovão. Aí ele gritando: “Mamãe do céu, mamãe”. Tamanho rapaz. E não podia mais andar. Aí eu disse: “Meu Deus, eu vou me embora assim mesmo para casa”. Meu filho! Aí, eu disse: “Chiquinho, bota meu filho na canoa”. Aí, ele botou. Chega carreguei ele. A pesca trazia muita diversão, que eu ia pegar. Eu ia para a cidade, os filhos tavam tudo pequenote. Trazia de lá as coisas para eles comerem, uma fruta, uma outra coisa.

⁷⁵ Expressão utilizada para um deslocamento ósseo.

7 CONCLUSÃO

Não pretendo aqui concluir; pelo contrário, quero deixar questionamentos e inquietações quanto ao trabalho de pesca realizado por mulheres na Amazônia.

Em relação às pescadoras de camarão, chegamos à compreensão de que a denominada invisibilidade, que tanto foi discutida, ocorre de duas formas: uma ocorre por parte de quem as olha de fora, seja o Estado, seja a ordem acadêmica, seja a própria população, que não percebe a pesca do camarão como um trabalho que demanda tempo das mulheres e é movido por significações; outra é a invisibilidade estratégica, que nasce na própria comunidade como modo de continuar realizando o trabalho de pesca informalmente, sem regras nem proibições. Essa invisibilidade, no entanto, está ameaçando a espécie do camarão *Macrobrachium amazonicum* e a continuidade do trabalho de pesca realizado por mulheres, que é importante para a manutenção das famílias na comunidade da Salvação.

Tentei, ao decorrer desta tese, trazer à visibilidade o modo de vida de mulheres pescadoras, que na visão do governo não é prioridade. O modo de vida dessas trabalhadoras depende da *terra de trabalho* para a agricultura e do acesso às *águas de trabalho*, onde realizam atividade de pesca, em um *mosaico de terra e água* (SCHERER, 2004). É papel do Estado promover ações para a melhoria na qualidade de vida, porém não é o que está acontecendo. A introdução de novas políticas públicas em prol das mulheres pescadoras é emergencial para que haja investimentos que priorizem a redução das desigualdades e a promoção da cidadania. A palavra cidadania expressa respeito, direitos e dignidade, uma garantia de padrão de vida mais digno (FRASER; GORDON, 1995). As desigualdades sociais de classe, étnico-raciais, de gênero e regionais manifestam-se na Amazônia por meio de um padrão desenvolvimentista capitalista, que recebe o nome de *enclave* (HÉBETTE, 1995; 2003; CASTRO, 1995; PINTO, 2003 apud Nascimento, 2009).

As questões sobre mulheres precisam ser debatidas dentro das diferenças de contextos em que se encontram, pois moradoras de áreas urbanas vivenciam realidades diferentes de mulheres que residem em uma localidade rural, onde os recursos são mais limitados. Na década de 90, os dados censitários não dispunham de levantamentos sistemáticos sobre as áreas rurais dos estados do Norte, e assim muitas lacunas não permitiram um acompanhamento mais amplo da realidade de seus habitantes e do impacto dessas informações para a caracterização das condições reais de vida das populações nortistas. Essas questões somente começaram a ganhar importância no início do ano de 2004.

Tratar de políticas públicas para mulheres é ter o percebimento de que elas são diversas, pois é preciso entender as diferentes condições econômica, étnica, racial, cultural, as formas trabalho e o modo de vida.

As mulheres realizam todas as etapas do trabalho de pesca do camarão, desde a preparação dos instrumentos de trabalho até a comercialização, no município de Alenquer. Essas mulheres são pluriativas: além da pesca, que demanda muitas horas de esforço e dedicação, elas arranjam tempo para desenvolver outros trabalhos que garantam renda para a manutenção do seu modo de vida, como a produção de canteiros de hortaliças, pequenos cultivos de milho, feijão e mandioca e a criação de galinhas. Porém esse modo de vida está sendo ameaçado por políticas públicas descontextualizadas da realidade de mulheres pescadoras das áreas de várzea na Amazônia, obrigando-as a cumprirem a atividade pesqueira artesanal como uma atividade *exclusiva e ininterrupta*, como propôs a MP nº 664, de 2014. As mulheres da comunidade da Salvação realizam trabalho na terra e na água para poderem garantir a sobrevivência de suas famílias. Tudo o que elas produzem é utilizado na alimentação, e o excedente, direcionado para a venda. Esse quadro faz parte da cultura dos povos que vivem nas várzeas amazônicas. Os idealizadores dessas MPs desconsideram as realidades locais e a importância dessas atividades para a manutenção das famílias; não levam em consideração a limitação de acesso a recursos básicos de sobrevivência.

Apesar de a pesca do camarão acontecer na comunidade desde a década de 1970, existem grandes *desajustes sociais*⁷⁶ promovidos por políticas públicas mal formuladas, que não levam em consideração especificidades do trabalho de pesca na Amazônia. Os direitos sociais das mulheres foram assegurados na Constituição de 1988 e nos ordenamentos jurídicos que foram desdobrados da Carta Magna. Em 2009 foi promulgada a Lei da Pesca (Lei nº 11.959/2009), através da qual houve o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras de pesca, apesar das lacunas, pois destaca somente os trabalhos de confecção e reparo de apetrechos, recuperação de embarcação de pequeno porte e processamento do produto da pesca artesanal. Com essa normatização, as mulheres deixam de ser categorizadas apenas como ajudantes e se tornam trabalhadoras de pesca, com direito ao Registro Geral de Pesca (RGP) e acesso à política do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (PSDPA). Na comunidade da Salvação, para garantirem o acesso ao direito ao seguro-defeso, as mulheres pescadoras são obrigadas a realizar a captura de outras espécies. Caso afirmem que somente realizam o trabalho da pesca do camarão, não têm direito ao seguro-defeso, à aposentadoria e ao salário-

⁷⁶ Ver Scherer e Lopes (2015). **Mulheres pescadoras**: o ajuste fiscal e o desajuste social, p. 207-223.

maternidade. O mais agravante desse cenário é que outras políticas sociais, como o Bolsa Família, são suspensas quando as mulheres recebem o seguro-defeso. Essa regra somente reafirma a pouca importância dada ao trabalho de mulheres pescadoras de camarão na Amazônia e o quanto elas estão desassistidas socialmente.

Em nenhum momento desta pesquisa pretendi deixar os homens de lado, mesmo porque eles já ocupam o imaginário amazônico como os únicos trabalhadores *de fato* de pesca. Em virtude disso, muitos estudos já realizados sobre a pesca na Amazônia trataram as mulheres de forma muito sutil, configurando seu trabalho como “*ajuda*”. Existe uma lacuna quanto ao trabalho e à importância das mulheres na pesca.

A imersão das mulheres como sujeitos e como categoria de gênero no âmbito das políticas públicas tem sido uma luta histórica. Afirmar que a política tem que integrar a dimensão de gênero significa olhar esta realidade, identificando os diversos segmentos que devem ter acesso e quais caminhos estão reforçando preconceitos, estereótipos e as relações de poder.

Esta pesquisa propôs mostrar o trabalho de mulheres pescadoras, ressaltando o quanto são centrais no espaço pesqueiro, sendo diretamente responsáveis pela manutenção e sobrevivência das famílias nas várzeas do Baixo Amazonas. Essas mulheres suportam muitas adversidades no trabalho de pesca do camarão, enfrentam muitas horas de trabalho embaixo de sol e chuva. As condições de trabalho das pescadoras de camarão na comunidade da Salvação são críticas, ocasionando-lhes muitas dores, sofrimento e transformações irreversíveis em seus corpos. Embora essas dores não possam passar despercebidas no processo de trabalho de pesca, não ocorrem durante a captura do camarão; neste momento, as dores são esquecidas, como afirmaram as pescadoras em suas falas.

Dejours (1998) mostra que a primeira vítima do sistema não é o aparelho psíquico, mas o próprio corpo, entregue às dificuldades inerentes à atividade laborativa; e, dessa forma, projeta-se um corpo sem defesa, explorado e fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o aparelho mental. O sofrimento no trabalho pode ser entendido “como o espaço de luta que ocorre entre o campo situado do bem-estar, doença mental ou a loucura” (DEJOURS, 1993, p. 153). Os sofrimentos insuspeitos não se apresentam de maneira uníssona, no pensamento de Dejours (1993), pois estão associados a sujeitos históricos, laborativos e àqueles favoráveis ou não à vida do trabalhador, relacionados à própria vida humana e ao trabalho.

O trabalho de pesca lhes garante também momentos de prazer e realização, bem como o esquecimento de dores e sofrimento. São momentos de socialização e fuga de problemas enfrentados cotidianamente. Gerber (2015), em sua pesquisa sobre mulheres pescadoras no

litoral de Santa Catarina, mostrou significações prazerosas nos espaços de pesca. As pescadoras do litoral definiram a vida da pesca como um “vício”, aliado ao que *consideraram que é o melhor que sabem e mais gostam de fazer*.

Desde o início desta tese, busquei dar voz às significações das mulheres como centrais, procurando colocá-las sempre como protagonistas, levando em consideração resultados da pesquisa, que nos deram suporte para a compreensão do que já havia sobre o trabalho de mulheres pescadoras: Maneschy, Alencar e Nascimento (1995, p. 82), no questionamento sobre a invisibilidade das pescadoras na cadeia produtiva da pesca; Diógenes (2014), na identificação do descomprometimento das políticas públicas pesqueiras, como o direito ao Seguro-Defeso do Pescador Artesanal (SDPA) às pescadoras de camarão; Scherer (2015), sobre a falta de reconhecimento das pescadoras, que acarretou a ampliação das desigualdades de gênero e a diminuição das oportunidades para a melhoria do trabalho de pesca.

O cotidiano das pescadoras de camarão da Salvação – que dividem o seu tempo entre o cuidado com a casa, com a família e o trabalho da pesca de camarão – está voltado à sazonalidade das águas; é o que indica quando e de que forma as mulheres devem trabalhar. Falar em cotidiano das mulheres pescadoras é relatar esse encontro diário com as águas; águas que têm vários significados para as mulheres: lugar de lazer, de trabalho, de prazer e de realização. É do rio que elas tiram o sustento para a manutenção da vida. É o rio que as leva a todas as direções.

Durante todo o processo de criação do Assentamento PAE Salvação, o trabalho de pesca do camarão realizado pelas mulheres na comunidade foi ignorado. Consequentemente, o trabalho que tanto lhes garante a manutenção da vida encontra-se ameaçado, pois, à medida que cresce a invisibilidade, aumenta o número de mulheres pescadoras, e iniciativas para a sustentabilidade dessa pesca estão cada vez mais distantes de acontecer.

É preciso pensar com urgência nessas populações, pois esses modos de vida das comunidades das várzeas amazônicas tendem a desaparecer. Apesar do desequilíbrio da sustentabilidade, partindo desse conceito de Sachs (2002), a forma como o trabalho da pesca do camarão está sendo realizado ainda é de baixo impacto ambiental e é o que está garantindo a sobrevivência dessas mulheres na comunidade. Temos que pensar em modos de proporcionar a permanência da pesca do camarão, levando em consideração a sustentabilidade como algo complexo e em constante transformação. A pesquisa de Ligia Simonian (2003), na ilha

Trambioca, Barcarena, Pará, mostrou que é possível propor alternativas sustentáveis, como a criação de camarão, para garantir a sobrevivência de mulheres pescadoras.

Mas como pensar na sustentabilidade diante de tantas desigualdades? A sustentabilidade social para as populações das várzeas amazônicas deve ser pensada como prioridade, pois, assim, o dilema, entre o esgotamento dos recursos naturais e a necessidade de sobreviver pode começar a ser resolvido.

8 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA R. F. P.; ALENCAR, N. L. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: NUPPEA, 2010.
- ALENCAR, E. F. Por que um Movimento de Mulheres Pescadoras? Notas sobre processo de organização das trabalhadoras na pesca. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; SILVEIRA, Isolda Maciel da; SANTOS, Antônio Maria de Souza (Org.) **Um Encontro de Antropologia**: homenagem a Eduardo Galvão. Manaus: EDUA, 2011. v. 1, p. 447-466.
- _____. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; FIÚZA DE MELO, Alex (Org.). **Povos das águas**: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81.
- _____. As mulheres pescadoras e a conservação de recursos pesqueiros na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá (AM). In: SCHERER, E. (Org.). **Trabalhadores e Trabalhadoras de pesca**. Rio de Janeiro, 2013. p. 21-22;41.
- ALMEIDA, O. et al. **Sustentabilidade e modo de vida da população ribeirinha do estuário da Amazônia**. In: VIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 5 a 7 de agosto de 2009, Cuiabá – Mato Grosso – Brasil. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT1-97-76-20090604013451.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. São Paulo: Papirus, 2005.
- _____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. L. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARAÚJO, M. V. L. F. et al. **Pesca e procedimentos de captura do camarão-da-amazônia a jusante de uma Usina Hidrelétrica na Amazônia Brasileira**. Macapá, v. 4, n. 2, p. 102-112, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/biota/article/viewArticle/996>>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- ARAÚJO, Maria de Fátima Guedes de. **Conhecimento estrada de mão dupla a relação entre os saberes oficial e popular na construção da saúde, na cidade de Parintins – AM**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estudos Latino-Americanos). Juiz de Fora: UFJF, 2008.
- ARAÚJO, Wagner dos Reis Marques. **As mulheres sateré-mawé**: nas tramas do trabalho doméstico em Manaus. Manaus: Edua, 2015.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____. **A condição humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano Editora, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. Lisboa, 1979.
- BARTHEM, R. B.; FABRÉ, N. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA, 2004.
- BAUMAN, Z. A sociedade líquida de Zygmunt Bauman. Folha de S. Paulo, Caderno “Mais!”, 19 out. 2003, p. 5.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia Humana. In: BEGOSSI, E. (Org.). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica a da Amazônia**. NUPA/USP/HUCITRC/NEPAM/UNICAMP, 2004. p. 13-36.

BEGOSSI, A.; HENS, L. 2001. Introduction and acknowledgements. **Environment, Development and Sustainability**, 2 (3-4): 173-176.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: _____. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. (Org.) **A miséria do mundo**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

BRITO, M. A. de S. **Ambientes, práticas de pesca e territorialidade no uso do Lago Grande de Manacapuru (AM)**. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, 2013.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. Significado de morar e viver numa Unidade de Conservação. In: HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; FREITAS, Camila Carla de; HIGUCHI, Niro. (Org.). **Morar e viver em Unidades de Conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo**. 1. ed. Manaus: Niro Higuchi, 2013, v. 1, p. 189-212.

CALLICOTT, J. B.; CROWDER, L. B.; MUMFORD, K. 1999. Current Normative Concepts in Conservation. **Conservation Biology**, v. 13, n. 1, p. 22-35.

CAMARÃO, A. P.; MARQUES, J. R. F.; ARTINEZ, G. B.; LOPES, C. A. C.; COSTA, N. A.; LORENÇO JÚNIOR, J. B.; CARVALHO, N. N.; PIMENTEL, E. S.; CRUZ FILHO, R. N. Recursos forrageiros nas várzeas. In: MARQUES, J. R. F.; LOPES, C. A. C.; MARTINEZ, G. B. (Ed.) **Produção animal nas várzeas do rio Amazonas**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003, p. 255-301.

CASTRO, E. Tradição e Modernidade: a propósito de formas de trabalho na Amazônia. **Paper do Naea 97**, Belém, jul. 1998.

_____. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995b, cap. 9, p. 153-174.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, A. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, I. (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1992.

CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. **Antropologia**, v. 50. n. 1, p. 181-223, jun. 2007.

COELHO, Clair Castilhos. Breve história da mulher e seu corpo. In: COELHO, E.; CALVO, Maria; COELHO, Clair (Org.). **Saúde da Mulher**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006, p. 11.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção e organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 1999.

COSTANZA, R. Ecological economics: reintegrating the study of humans and nature. **Ecological Applications**, v. 6, n. 4, p. 978-990, 1996.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. **Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações**. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. **A loucura do trabalho**: estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sur les sociétés de contrôle, **Pourparlers**. Paris: Éditions Minit, 1990, pp. 240-247.

_____. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: USP, 2001.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211p.

_____. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIÓGENES, A. M. R. **As camaroeiras, as pescadeiras e o arreio**: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins. (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Ciências ambientais e sustentabilidade na Amazônia-PPGCASA, 2014.

DIÓGENES, A. M. R.; SCHERER, E. Mulheres pescadoras: De que a gente vai viver? As camaroeiras, as pescadeiras de camarão entre a conservação e a sobrevivência das vidas varzeiras. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Aqui estamos**: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPEAM, 2015, pp. 185-206.

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de Campo: um instrumento de reflexão, **Revista contexto/Educação**, v. 7, Ijuí: Unijuí, 1985.

FIGUEIREDO, A.; RIBEIRO, A.; SOUSA, A. **Diagnóstico situacional de Alenquer**. Belém: Agência de Cooperação Técnica Alemã, GTZ, 2008.

FONA, Angelsea A. L. Camargo. **Pintando cuias, pintando vidas**: tradição e arte pelas mãos da família Camargo Fona. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Rondônia/UNIR, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir**. Naissance de la Prison. Paris: Gallimard, 1975.

_____. **O nascimento da clínica**. Tradução Roberto Machado. 2.ed. bras. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. 241p.

FRASER, Nancy; GORDON, Linda. Contrato *versus* Caridade: porque não existe cidadania social nos Estados Unidos? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 42, maio 1995.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2010. 374p.

FRAXE, T. J. P; WITKOSKI, A. C.; PEREIRA, H. S. (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: memória, *ethos* e identidade. Manaus: EDUA, 2009.

FREIRE, L.; SILVA, B. Aspectos sócio-ambientais das pescarias de camarões dulcíolas (*Macrobrachium amazonicum* HELLER, 1862 e *Macrobrachium rosenbergii* de MAN, 1879) (Decapoda, Palaemonidae) na Região Bragantina – Pará – Brasil. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, n. 21, p. 51-62, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/blabohidro/article/view/1897>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens**: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GERBER, Rose M. **Estranhos e estrangeiros**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

_____. **Mulheres e o mar**: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

_____. **Mulheres e o mar**: pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, Sul do Brasil. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

GOHN, M. G. M. A pesquisa nas Ciências Sociais: considerações metodológicas, **Cadernos CEDES**, n. 12, p. 3-14, São Paulo: Ed. Cortez, 1984.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região, **Revista Crítica de Ciências Sociais [online]**, 107 | 2015, colocado *online* em 4 set. 2015, criado a 28 ago. 2017. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/6018>>; DOI: 10.4000/rccs.6018. Acesso em: 15 mai. 2017.

GOULDING, M.; FERREIRA, E. **As várzeas da Amazônia**: habitats, pesca, fazenda e desmatamento. Brasília: IBAMA/BIRD: Editora Local, 1996.

GUEDES, Ana Célia Barbosa; SALGADO, Mayany Soares. **Mulheres quilombolas**: breves considerações sobre gênero, raça e geração no Quilombo de Santa Rita da Barreira. In: XI ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL. Fortaleza, 9-12 maio 2017. Disponível em: <http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493986755_ARQUIVO_Artigoencntrnhistoriaoral.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2017.

GUSFIELD, Joseph. **The community**: a critical response. New York: Harper Colophon, 1975.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARRIS, Mark. O processo de Constituição e reprodução social do campesinato do Médio Baixo Amazonas. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; SILVEIRA, Isolda Maciel da; SANTOS, Antônio Maria

de Souza (Org.) **Um encontro de Antropologia**: homenagem a Eduardo Galvão. Manaus: EDUA, 2011. v. 1, pp. 127-135.

HÉBETTE, Jean. Prefácio. In: CASTRO, Edna Maria Ramos (Org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução Nelson Carlos Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HIRATA, Helena. Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. In: BULPORT, Andre K. (Org.) **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho, **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Apresentação. In: WITKOSKI, Antônio Carlos et al. (Org.) **A cultura da juta e malva na Amazônia**: sementes de uma nova racionalidade ambiental. São Paulo: Annablume, 2010.

HONNETH, A. **Luta pelo reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Informações Estatísticas. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Painel dos Assentamentos. Disponível: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Salvação. PU [Alenquer] Santarém-PA, 2010.

JACAÚNA, T. S. **A resignificação dos comuns**: conflitos sociais, ação comunicativa e cultura política no uso dos recursos pesqueiros na Amazônia central. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Sociologia-PPGSCA, UFAM, Manaus, 2009.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEITÃO, M. do R. de F. A., LEITÃO, I. P. **Voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco – Brasil**. XVI Jornadas Nacionales de Extensión Rural y VIII del MERCOSUR. Concordia, Argentina, nov. 2012. Disponível em: <http://www.aader.org.ar/XVI_jornada/trabajos/archivos/2012/002_trabajo_atm_andrade_leitao.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2013.

LEONARDI, V. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 12 / Editora da Universidade de Brasília, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A oleira ciumenta**. Tradução José Antônio Braga Fernandes Dias. Lisboa: Edições 70, 1985.

LIMA, D. M. A construção histórica do termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, 1999.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política. **Revista Internacional de Desenvolvimento – Interações**, v.17, n. 1, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/593/678.13/01/2018>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

- LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivos de plantas arbóreas do Brasil. 4.ed. São Paulo: Instituto Plantarum, Nova Odessa, 2002. 384p.
- LOUREIRO, Camila; CALLOU, Angelo Brás F. Extensão rural e desenvolvimento com sustentabilidade cultural: o ponto de cultura no Sertão Pernambucano (Brasil). **Interações (Campo Grande)** [online]. 2007, vol. 8, n. 2, pp. 213-221.
- LUNA, M. E. P. et al. Princípios do SUS sob a perspectiva de gênero: a integralidade na visão do controle social. In: COELHO, E.; CALVO, Maria; COELHO Clair (Org.). **Saúde da Mulher**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006, p. 27.
- LUCENA-FREDOU, F.; Rosa, J. S.; Silva, M.C.N & Azevedo E.F. 2010. Population dynamics of the River prawn, *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) (Decapoda, Palaemonidae) on Combu island (Amazon estuary). *Crustaceana* 83: 277-290.
- LUZ, M. T. Novas práticas em saúde coletiva. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR., C. C. A. (Org.). **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- MAFRA, F. O cotidiano e as necessidades da vida individual: uma aproximação da antropologia de Agnes Heller. **Revista Educação & Linguagem**, v. 13, 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewArticle/2019>>. Acesso em: 14 jun. 2015.
- MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MANESCHY, M. C. A. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 11, n. 2, p. 145-166, 1995.
- _____. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. **Proposta**, n. 84/85, p. 82-91, 2000.
- _____. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001, p. 48-72.
- MANESCHY, M. C. A.; ALENCAR, E., NASCIMENTO, I. H. Pescadoras em busca de cidadania. In: ÁLVARES, M. L. M.; D'INCAO, M. A. (Org.). **A Mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995, pp. 81-96.
- MARGALEF, R. **Ecologia**. Barcelona: Omega, 1989. 951p.
- MASULO, M. J. C. Rios e lagos: a apropriação das águas pelos camponeses ribeirinhos na Amazônia. In: BRAGA, S. I. G. **Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades**. Manaus: EDUA, 2007.
- MAUSS, M. Métodos de observação. **Manual de etnografia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1356/mauss_metodosdeobservacao.pdf?sequence=1>. Acesso em: 6 nov. 2012.
- MCGRATH, D.; CASTRO, F.; FUTEMA, C. **Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no Baixo Amazonas: uma avaliação preliminar**. Belém, PA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. UFPA, 1994.
- MINISTÉRIO DA PESCA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/perguntasfrequentes?catid=16>>. Acesso em: 8 maio 2015.

MONTEIRO, M. S. et al. A pesca do camarão da Amazônia, *Macrobrachium amazonicum* (HELLER, 1862) em Abaetetuba, Pará, Brasil. In: 10º SEMINÁRIO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRA, 26-29 set. 2012. **Anais**. Disponível em: <<http://www.pibic.ufra.edu.br/2012/attachments/article/117/662.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MORAN, Emilio F. **Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990. 367p.

_____. **Adaptabilidade humana**: uma introdução à Antropologia Ecológica. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **Adaptabilidade humana**: uma introdução à Antropologia Ecológica. Tradução Carlos E. A. Coimbra, Marcelo Soares Brandão, Fábio Larsson. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Editora Senac, 2010.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia**: o conceito e a paisagem. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima).

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 377-399, nov. 1999.

NASCIMENTO, M. A. C. O paradoxal desenvolvimento do Estado do Pará: efeitos no social. In: SCHERER, Elenise F. (Org.). **Questão social na Amazônia**. 1.ed. Manaus: EDUA, 2009, pp. 39-76.

NETA, C. S. H. **A influência dos eventos climáticos extremos na cadeia de valor da pesca artesanal no Município de Alenquer – PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental). Universidade do Estado do Pará – Centro de Ciências Naturais e Tecnologia, Belém, 2010.

NISBET, R. Comunidade. In: FORACCHI, M. M., MARTINS, J. S. (Orgs.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

NODA, H; NODA, Antonia; SILVA, Ivanilce Castro da. **Socioeconomia das unidades de agricultura familiar do Alto Solimões**: forma de produção e governança ambiental. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino. A construção da várzea como problema social na região do Baixo Amazonas. In: LIMA, Deborah (Org.) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**. Perspectivas para o Desenvolvimento da Sustentabilidade. Manaus: MMA, 2005.

O'NEILL, R. V.; KAHN, J. R. Homo economus as a keystone species. **Bioscience**, v. 50, n. 4, p. 333-337, 2000.

ODINETZ-COLLART, O. La pêche crevettière de *Macrobrachium amazonicum* (*Palaemonidae*) dans le Bas-Tocantins, après la fermeture du barrage de Tucuruí (Brésil). **Revista Hydrobiologia Tropical**, v. 20, n. 2, p. 134-144, 1987.

ODINETZ-COLLART, O. & L. C. Moreira. 1993. Potencial pesqueiro de *Macrobrachium amazonicum* na Amazônia Central (Ilha do Careiro): variação da abundância e do comprimento. *Amazoniana*, 12(4): 399-413.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP – Paralelo 15, 2000.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 383p.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Correa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PINTO, Lúcio Flávio. A desorganização do Grande Projeto. In: CASTRO, Edna Maria Ramos (Org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995.

QUEIROZ, W. Alexandre: o Governador do Pacoval. **Jornal de História**. nov. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1997, t. 3. p. 425.

_____. **Parcours de la reconnaissance**. Trois études. Paris: Folio, 2004.

RICOVERI, Giovanna. Bens comuns *versus* Mercadorias. 1.ed. Tradução Vincenzo Maria Lauriola e Elaine Moreira. Rio de Janeiro: Editora Multifoco. 2012.

RODRIGUES, Nádia Cristina Pinheiro et al. Evolução temporal e espacial das taxas de mortalidade materna e neonatal no Brasil, 1997-2012. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 6, Porto Alegre, nov./dez.2016. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0021755716300390?via%3Dihub>>. Acesso em: 8 set. 2017.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 29-56.

SAFFIOTI, Heleith. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. O. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

SAQUET, M. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHERER, Elenise Faria. Mosaico terra-água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2004, Coimbra. **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra: Editora Afrontamento, 2004.

_____. **Trabalho oculto**: os carregadores e transportadores de bagagens da Roadway e da Estação Hidroviária de Manaus. São Paulo: Annablume, Brasília: CNPq, 2012.

_____. Mulher, pesca e ambiente: considerações sobre a participação da mulher na conservação de recursos pesqueiros na RSD Mamirauá, AM. In: SCHERER, E. (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca**: ambiente e reconhecimento. Manaus: FAPEAM; Garamond, 2013, p. 189.

SCHERER, E.; LOPES, S. Mulheres pescadoras: o ajuste fiscal e desajuste social. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Aqui estamos**: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPEAM, 2015, pp. 207-223.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena S. C. **Faces do Estado na Amazônia**: entre as curvas do rio Juruá. São Paulo: Anablume, 2012.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade Faculdade de Educação/UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas**. Universidade Federal do Estado do Pará, 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E LAZER (SECULTDEL). Disponível em: <<http://www.alenquer.pa.gov.br/cultura>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

SILVA JUNIOR, O.; SZLAFSZTEIN, C. Análise de risco como critério a gestão do território: um estudo do plano diretor do município de Alenquer (PA). **Revista OLAM** – Ciência & Tecnologia – Rio Claro/SP, Brasil. Ano X, v. 10, n. 2, ago.-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; BARROS, V. A. **Conte-me sua história**: reflexões sobre o método de história de vida. Belo Horizonte: Mosaico/UFGM, 2007.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S. et. al. (Org.). **Ocupações rurais não agrícolas**. Uberlândia: UFU/EMBRAPA/UNICAMP, 1997.

SILVA, M. C. N. **Dinâmica populacional do camarão cascudo *Macrobrachium Amazonicum* (Heller, 1862) da Ilha de Combu – Belém – PA**. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal). Universidade Federal Rural da Amazônia, 2006. Disponível em: <http://www.cienciaanimal.ufpa.br/pdfs/CA_Ciencia_Animal/CA_Marcia_Nylander.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2015.

SILVA, Sandra Helena da. Mulheres cultivadoras de juta e malva na região do baixo Amazonas. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2013.

SIMMEL, Georg, O conflito como sociação. Tradução Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **R B S E – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, p. 568-573. ISSN 16768965. 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. **Mulheres pescadoras de camarão da ilha da Trambioca, Barcarena/PA**: cultura, processos organizativos e sustentabilidade. Projeto de Pesquisa. Belém: [s.n.], 2003.

_____. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na Ilha Trambioca, Barcarena, Pará. Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 35-52, maio-ago. 2006

SOARES, Sara Moreira; SCHERER, Elenise Faria. Pescadoras mesmo: seguro-defeso e reconhecimento em comunidades pesqueiras do Lago do Rei no Amazonas. In: SCHERER, E. (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras de pesca**. Rio de Janeiro, 2013, p. 78-79; 80.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 9.ed. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

TOLEDO, V. M. What is ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. **Etnoecológica**, 1 (1): 5-21, 1992.

TOMÁS, Julia. A invisibilidade social, uma construção teórica. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228333133_A_invisibilidade_social_uma_construcao_teorica>. Acesso em: 15 jan. 2018.

TÖNNIES, F. **Community and Association**. London: Routledge & Kegan Paul, 1974.

TORRES, Iraíldes Caldas; OLIVEIRA, Marcia Maria de. O cotidiano das mulheres de Izidoro e Barro Alto. In: TORRES, Iraíldes Caldas (Org.). **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012. p. 211-225.

TRINDADE, Deilson do Carmo. As benzedeadas de Parintins: práticas, rezas e simpatias. 1.ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2013. 196p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem dos trópicos. Tradução Clotilde da Silva Costa. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WATSON, R.; GASTALDO, É. **Etnometodologia & Análise da conversa**. São Paulo: Vozes, 2015.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2010.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. O trabalho na terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.

ODINETZ-COLLART, O. & L. C. Moreira. 1993. Potencial pesqueiro de *Macrobrachium amazonicum* na Amazônia Central (Ilha do Careiro): variação da abundância e do comprimento. *Amazoniana*, 12(4): 399-413.

9 APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Modelo de Termo de Anuência a ser assinado pelo representante da Comunidade

TERMO DE ANUÊNCIA PRÉVIA

Pelo presente termo, eu, _____, representante da Comunidade _____, localizada no município de _____, Estado do Amazonas, na qual serão desenvolvidas as atividades do projeto de pesquisa **PESCADORAS DE CAMARÃO**: um estudo sobre o trabalho de pesca das mulheres na comunidade da Salvação – Alenquer – PA, atesto, para os devidos fins, que estamos cientes e concordamos com a realização da referida pesquisa, a ser desenvolvida em parceria com o Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas (CCA/UFAM), sob a coordenação da doutoranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, professora Christiane Pereira Rodrigues, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Elenise Scherer (UFAM), nas seguintes condições:

Do conhecimento das populações locais, da propriedade e publicação dos resultados da pesquisa

- O conhecimento local a ser identificado e registrado refere-se à pesca do camarão;
- Toda informação oral referente a qualquer espécie vegetal ou animal e seus respectivos usos ou a qualquer aspecto do manejo dos agroecossistemas estudados no âmbito da pesquisa são de propriedade intelectual da comunidade que a forneceu, não podendo ser utilizada com a finalidade comercial ou econômica sem autorização da mesma;
- Não serão levantados nem divulgados conhecimentos relacionados a processos de transformação e uso de plantas com fins terapêuticos e industriais;
- Nenhuma espécie vegetal ou animal ou amostra de solo será coletada, cedida, vendida, processada para a obtenção de subprodutos, analisada quimicamente para a verificação de sua composição química, sintetizada na forma de fitoterápico ou qualquer forma de medicamento;
- Qualquer atividade a ser executada nas comunidades deve estar relacionada à pesquisa, ser do conhecimento e ter o consentimento dos comunitários envolvidos;
- Os resultados desta pesquisa poderão ser divulgados nos diversos meios, com finalidade de divulgação científica e extensão rural, desde que devidamente citadas as comunidades envolvidas e os parceiros;
- Os resultados da pesquisa serão retornados às comunidades envolvidas na forma escrita e apresentados em evento comunitário.

Do objetivo da pesquisa

Compreender os modos de vida da pescadora artesanal de camarão a partir do trabalho de pesca realizado na comunidade da Salvação – Alenquer – PA.

Das atividades e duração da pesquisa

- Coletas de dados de campo (entrevistas; visitas aos espaços de pesca; reuniões em grupos; coleta de coordenadas geográficas; construção participativa de mapas);
- Procedimentos de laboratório (processamento estatístico de dados; aquisição, tratamento, análise e interpretação de imagens de satélite);
- Reuniões nas comunidades (validação e retorno dos resultados).

As atividades relativas à pesquisa deverão ocorrer até o mês de fevereiro de 2018.

Dos impactos sociais, culturais e ambientais da pesquisa

O impacto previsto no cotidiano das comunidades e das pessoas envolvidas no projeto será a presença do pesquisador na área de estudo, a disponibilização de tempo dos sujeitos da pesquisa nos momentos de visitas aos agroecossistemas, de entrevistas e de reuniões.

Não há previsão de impacto ambiental com a realização da pesquisa, na medida em que não haverá intervenção nas áreas objeto de estudo, nem a emissão de poluentes ou qualquer tipo de efluentes.

Da repartição de benefícios

Considerando que a pesquisa não tem fins comerciais ou econômicos, não haverá repartição de benefícios econômicos.

As comunidades receberão cartilhas publicadas em parceria com os agricultores familiares envolvidos, com o conteúdo apresentado em linguagem adequada.

Da representatividade das comunidades

As comunidades envolvidas no âmbito da pesquisa serão representadas pela associação comunitária, na figura de seu presidente. Na ausência do presidente, poderá assinar o termo qualquer outro integrante da diretoria da associação.

Caso não haja representação legal na forma de associação, a comunidade será representada por representante legal reconhecido pelos moradores.

Alenquer, PA, _____ de _____ de 201____.

Assinatura do Representante Legal

Nome do Representante: _____

Função: _____

Doc. Tipo: _____

Número: _____

APÊNDICE 2 – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a ser assinado pelos sujeitos da pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisadora Christiane Pereira Rodrigues solicita sua colaboração para realizar as atividades do projeto de pesquisa de Iniciação Científica que se chama **MULHERES PESCADORAS: Os significados do trabalho de pesca do camarão na comunidade da Salvação-Alenquer'-PA**, tendo como objetivo da pesquisa compreender os modos de vida da pescadora artesanal de camarão a partir do trabalho de pesca realizado na comunidade da Salvação – Alenquer – PA. A pesquisa tem como orientadora a Prof^a. Dr^a. Elenise Faria Scherer (UFAM).

Para isso é muito importante a sua participação na entrevista e em reuniões com perguntas sobre as formas de trabalho da pesca, e também autorizar o registro e o uso de imagens.

Sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício da participação é ajudar na construção do conhecimento. O risco de participar é ter alguma lembrança desagradável.

Seu nome somente será registrado e divulgado se tiver o consentimento do entrevistado, caso contrário, será sendo garantido o sigilo de sua identidade. As informações e as imagens serão utilizadas apenas na realização de trabalhos de cunho científico. Caso você ache que alguma informação dada não deva ser divulgada, a pesquisadora jamais a utilizará. Mesmo após a sua autorização, o(a) senhor(a) poderá não responder perguntas que o(a) façam se sentir constrangido(a) e tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independentemente do motivo e sem qualquer prejuízo à sua pessoa. As informações dadas serão analisadas, e os resultados serão utilizados na elaboração de relatórios e artigos científicos e serão disponibilizados para a comunidade e órgãos ligados ao setor primário do município de Alenquer, Pará.

Caso seja fornecida alguma informação considerada como um conhecimento tradicional, a pesquisadora jamais a utilizará para obter patente ou a divulgação em publicações técnico-científicas de circulação nacional ou internacional e em outros veículos de divulgação de informação para a sociedade.

Se o(a) senhor(a) tiver alguma consideração ou dúvida ou quiser saber qualquer informação mais detalhada, pode fazer contato com a pesquisadora Christiane Pereira Rodrigues pelo telefone (92) 9275-7205, pelo e-mail christianerodrigues82@hotmail.com ou

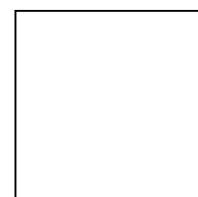
no endereço Rua Caetano Prestes, 2.352, Bairro Centro, CEP: 69000-630, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP-UFAM, Rua Teresina, 495, Adrianópolis, CEP: 69057-070, Manaus – AM, pelo telefone (92) 33035130 ou pelo e-mail cep@ufam.edu.br.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia deste documento.

Data ____/____/____ _____

Assinatura do(a) entrevistado(a)



Impressão
do Polegar

Data ____/____/____ _____

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE 3 – ROTEIRO INDIVIDUAL DE ENTREVISTA COM AS PESCADORAS DE CAMARÃO

FORMULÁRIO DE PESQUISA Nº:
ENTREVISTADORA: Christiane Pereira Rodrigues
DATA: ____/____/____ HORÁRIO: _____
LOCAL:
COMUNIDADE:
MUNICÍPIO: UF:

I – SOBRE A ENTREVISTADA E A COMUNIDADE

1. Identificação da entrevistada

Nome: _____

Como a senhora gosta de ser chamada? _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Município: _____ UF: _____

2. Tem documentos de identificação? () Sim () Não Se sim, quais?

() Registro de nascimento

() Carteira de identidade

() CPF

() Carteira de trabalho

() Carteira de pescadora

Outros: _____

3. Qual o seu estado civil?

() Solteira () Casada () União estável () Viúva () Separada Outro: _____

4. Tem filhos? () Sim () Não Se sim, quantos? _____

5. A senhora tem algum tipo de religião? () Sim () Não Se sim, qual? _____

6. Até que série a senhora estudou? Onde? _____

7. Há quanto tempo a senhora mora na comunidade? _____

II – QUESTÕES SOBRE O CORPO

1. A senhora tem algum problema de saúde?

2. A senhora tem alguma marca, mancha ou sinal que lhe incomoda em seu corpo?

3. Qual parte do corpo fica mais dolorida depois de um dia de trabalho de pesca?

4. Durante a pesca do camarão, a senhora sente dor em seu corpo?
5. Como é o tratamento nos hospitais quando a senhora realiza uma consulta?
6. O que a senhora faz para resolver algum tipo de problema que aparece em seu corpo?

III – SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO DE PESCA DO CAMARÃO

1. Há quanto tempo pesca camarão?
2. Com quem e como a senhora aprendeu a pescar camarão?
3. O que a pesca do camarão representa para a senhora?
4. A senhora já enfrentou algum tipo de perigos na hora da pesca? Qual?
5. O que a senhora faz para se proteger dos perigos na hora da pesca?
6. A senhora conhece alguma lenda sobre o camarão?

IV – VENDA DO CAMARÃO

1. Quanto a senhora arrecada com a venda do camarão?
2. O faturamento da pesca do camarão contribui no sustento e na melhoria da vida da família?
3. Quem define o preço a ser cobrado?
4. Em que é utilizado o dinheiro da venda do camarão?
5. Quem determina em que será gasto o dinheiro da venda do camarão?
6. Por que somente as mulheres fazem a venda do camarão?
7. No passado, onde acontecia a venda do camarão?
8. Como a senhora gostaria que fossem os locais de venda?
9. O que as vendas de camarão representam para a senhora?
10. Que horas a senhora vai pescar camarão? Que horas a senhora retorna?
11. A senhora vai sozinha ou acompanhada para os locais de pesca?
12. Quantas sacolas de camarão rendem em um dia de pesca?
13. Qual o preço da sacola de camarão?
14. A senhora comercializa outros produtos nos locais de venda de camarão?
15. Quanto é o faturamento com esses produtos?
16. Quais suas despesas na pesca do camarão?

V – TERRITÓRIOS DE PESCA E RECURSO PESQUEIROS

1. Quais os lugares onde a senhora pesca camarão?
2. Sempre foi nesses lugares que ocorreram as pescas?
3. Somente as pescadoras da Salvação pescam nesses lugares? Por quê?

4. No decorrer do tempo, a senhora tem notado alguma mudança nos locais onde pesca?

Se sim, quais?

5. Existe algum tipo de cuidado com os locais de pesca? Se sim, quais?

6. O camarão continua do mesmo tamanho ou diminuiu com o passar do tempo?

7. A senhora sabe qual o período de reprodução do camarão? Qual?

8. Na comunidade existe algum tipo de conflito por causa da pesca do camarão? Se sim, quais são eles? E como são resolvidos?

9. Existe algum tipo de acordo de pesca entre as pescadoras e pescadores para conservar os locais de pesca? E para proteger o camarão no período de reprodução?

10. A senhora acha que deveria existir um defeso para o camarão?

11. A senhora conhece algum local de pesca que tinha camarão e hoje não tem mais? E quais os motivos que levaram a acabar?

12. A senhora recebe algum recurso financeiro referente ao defeso da pesca?

13. A criação do Assentamento trouxe melhorais para a pesca do camarão? Quais?